

**UNIVERSIDADE PAULISTA - UNIP**

**MARIANE MOTTA DE CAMPOS**

**O NEGACIONISMO CIENTÍFICO NA PANDEMIA DA COVID-19:**

um estudo das narrativas anticiência nas redes bolsonaristas

**SÃO PAULO**

**2023**

**MARIANE MOTTA DE CAMPOS**

**O NEGACIONISMO CIENTÍFICO NA PANDEMIA DA COVID-19:**  
um estudo das narrativas anti-ciência nas redes bolsonaristas

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Paulista – UNIP, para a obtenção do título de Doutora em Comunicação.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Carla Montuori  
Fernandes

**SÃO PAULO**

**2023**

Campos, Mariane Motta de.

Ó negacionismo científico na pandemia da Covid-19: um estudo das narrativas anticiência nas redes bolsonaristas / Mariane Motta de Campos. - 2023.

183 f. : il. color. + CD-ROM.

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Paulista, São Paulo, 2023.

Área de concentração: Configuração de Produtos e Processos na Cultura Midiática.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Carla Montuori Fernandes.

1. Comunicação. 2. Cultura digital. 3. Redes sociais. 4. Ciência. 5. Covid-19. I. Fernandes, Carla Montuori (orientadora). II. Título.

**MARIANE MOTTA DE CAMPOS**

**O NEGACIONISMO CIENTÍFICO NA PANDEMIA DA COVID-19:**

um estudo das narrativas anti-ciência nas redes bolsonaristas

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Paulista – UNIP, para a obtenção do título de Doutora em Comunicação.

Aprovada em:

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Orientadora Carla Montuori Fernandes  
Universidade Paulista

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vera Lucia Michalany Chaia  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

---

Prof. Dr. Luiz Ademir de Oliveira  
Universidade Federal de São João del-Rei

---

Prof. Dr. Jorge Miklos  
Universidade Paulista

---

Prof. Dr. Mauricio Ribeiro da Silva  
Universidade Paulista

## **DEDICATÓRIA**

Dedico esta pesquisa aos professores, pesquisadores, cientistas e profissionais da saúde, como minha mãe, que estiveram na linha de frente, lutando contra o negacionismo e o ódio, que assolou o País.

Dedico, também, aos milhares de famílias, que perderam seus entes queridos durante a pandemia.

## AGRADECIMENTOS

Sou muito grata aos meus pais. Sem eles, não chegaria até aqui. Agradeço o cuidado, as renúncias, o carinho e o amor, que sempre tiveram comigo sempre estando ao meu lado, apoiando minhas escolhas e confiantes de que iria trilhar um bom caminho.

Com a minha mãe, aprendi a ter garra e nunca desistir; e, com meu pai, a calma e a consciência social. Meu pai é exemplo e sempre me motivou demonstrando a importância da educação para um país tão desigual como o nosso.

Vinicius é alegria e leveza! Obrigada, por se orgulhar e fazer de mim um exemplo, meu irmão!

Rodrigo é meu conselheiro, meu colo nas horas difíceis, um amor e um apoio incondicional. Te amo! Obrigada, por me fazer descobrir uma relação leve e um companheirismo sem igual.

Vó Terezinha é meu exemplo e não poderia deixar de citá-la, pois ela é carinho, força, sabedoria e humildade, características essenciais para a humanidade. Ela representa aqui meus queridos avós, que já se foram, mas que não posso deixar de homenageá-los: Geralda, Joaquim e Hermano.

À minha querida amiga/irmã, Raissa, agradeço, pelo suporte incondicional em todos os momentos de minha vida. E a todos os familiares e amigos, que não citei, mas que tiveram um papel fundamental para esta conquista, obrigada!

Carla Montuori é sinônimo de força, uma mulher determinada e excepcional no que faz. Agradeço, imensamente, por todo aprendizado e amizade nesta trajetória. Tirou-me da zona de conforto e me trouxe ensinamentos, que levarei para toda a vida.

Ao professor Luiz Ademir de Oliveira, agradeço, por ser um incentivador, amigo e exemplo de dedicação à pesquisa e à educação de qualidade.

Aos professores Jorge Miklos e Igor Sacramento, meus agradecimentos, pelas preciosas contribuições durante o processo de qualificação.

Agradeço, ainda, aos professores Vera Chaia e Mauricio Ribeiro, pelas contribuições trazidas para a defesa.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento e apoio por meio da bolsa mesmo diante do desmonte da educação e pesquisa vivenciado nos últimos anos.

À Universidade Paulista (UNIP), minha gratidão estendida a todos os professores e funcionários do Programa de Pós-graduação em Comunicação.

Gratidão aos meus colegas da Comunicação Social da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), que fizeram parte da minha trajetória acadêmica. Agradeço às parcerias e apoio, que muito contribuíram para minha trajetória. Em especial, às queridas Deborah, Mayra e Marina, que, também, foram suporte para as horas difíceis.

Gratidão ao Senac Minas e aos meus alunos, que foram e são essenciais para minha formação. Com eles, mais aprendo do que ensino.

Por fim, agradeço aos que tanto lutaram por um país mais justo e menos desigual. Esta luta é contínua, companheiros, mas tivemos, enfim, um respiro!

“Vai passar  
Nessa avenida um samba popular  
Cada paralelepípedo  
Da velha cidade  
Essa noite vai  
Se arrepiar  
Ao lembrar  
Que aqui passaram sambas imortais  
Que aqui sangraram pelos nossos pés  
Que aqui sambaram nossos ancestrais

Num tempo  
Página infeliz da nossa história  
Passagem desbotada na memória  
Das nossas novas gerações  
Dormia  
A nossa pátria mãe tão distraída  
Sem perceber que era subtraída  
Em tenebrosas transações

Seus filhos  
Erravam cegos pelo continente  
Levavam pedras feito penitentes  
Erguendo estranhas catedrais  
E um dia, afinal  
Tinham direito a uma alegria fugaz  
Uma ofegante epidemia  
Que se chamava carnaval  
O carnaval, o carnaval  
(Vai passar) [...]”

(Chico Buarque)



## RESUMO

Esta tese tem como objetivo analisar as narrativas anticiência nas redes bolsonaristas publicadas no *Twitter*, a fim de compreender quais foram acionadas pelos perfis mais influentes durante o segundo ano de pandemia da Covid-19, de março a junho de 2021, quando o País chegou à marca de 500.000 mortes pela doença. Dessa forma, a pesquisa aborda a narrativa negacionista, que circulou nas redes sociais *online*. No início da pandemia da Covid-19, a Organização Mundial da Saúde (OMS) nomeou de “infodemia” a propagação em massa de informações, que contrariam a ciência, comprometendo a credibilidade de notícias oficiais, sobretudo as que encontravam respaldo no campo científico. No caso do Brasil, a desinformação ganhou proporções ainda maiores diante da disputa de narrativas entre o então governo federal vigente (Gestão Jair Bolsonaro – 2019 a 2022) e as instituições midiáticas, que funcionam como intermediadoras da comunicação entre a ciência e a população. Esse conflito intensifica-se ainda mais nas redes sociais. Em função disso, compreender como se deram essas narrativas negacionistas bem como os principais atores que aparecem nessas redes torna-se fundamental. Para situar sobre o contexto político brasileiro, recorre-se às discussões em torno do populismo digital e da crise de representação, levantando, dessa forma, o debate sobre o papel do Governo brasileiro na crise política e sanitária, que o País enfrentou. Por fim, propõe-se uma discussão acerca dos impactos do discurso anticiência na condução da pandemia da Covid-19 no Brasil.

**Palavras-chave:** Comunicação, Cultura digital, Redes sociais, Ciência, Covid-19.

## ABSTRACT

This thesis aims to analyze anti-science narratives in Bolsonaroist networks published on Twitter. Its objective is to understand the influence of the most prominent profiles during the second year of the Covid-19 pandemic, from March to June 2021, when the country reached the grim milestone of 500,000 deaths from the disease. The research focuses on the denialist narrative that circulated on online social networks. At the onset of the Covid-19 pandemic, the World Health Organization (WHO) coined the term “infodemic” to describe the mass dissemination of information contradicting scientific consensus, which undermined the credibility of official news, particularly those supported by the scientific community. In the Brazilian context, disinformation assumes even greater significance due to the ongoing conflict between the federal government (Jair Bolsonaro administration, 2019 to 2022) and media institutions, acting as intermediaries between science and the population. This conflict is further amplified on social media platforms. Consequently, it is essential to comprehend how these denialist narratives emerged and identify the key actors involved in these networks. To contextualize the Brazilian political landscape, this research incorporates discussions on digital populism and the crisis of representation, thereby illuminating the role of the Brazilian government in the political and health crises faced by the country. Lastly, the study proposes a discussion on the impact of anti-science discourse on the management of the Covid-19 pandemic in Brazil.

**Keywords:** Communication, Digital culture, Social networks, Science, Covid-19.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Rede Covid-19 – Brasil, março a junho 2021 .....	120
Figura 2 – Rede Covid-19 por categoria – Brasil, março a junho 2021 .....	122

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Quantificação dos dados por categoria.....	139
--	-----

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Configuração Partidária na Câmara dos Deputados em 2021 .....	37
Quadro 2 – Ranqueamento dos <i>clusters</i> a partir do grau de entrada na rede .....	121
Quadro 3 – Categorias de Análise .....	136
Quadro 4 – Quantificação dos dados por categoria de análise .....	137

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>1 CRISE INSTITUCIONAL, POLÍTICA E SANITÁRIA: O CONTEXTO POLÍTICO BRASILEIRO .....</b>	<b>27</b>
<b>1.1 Crise de Representação Política e Institucional.....</b>	<b>27</b>
<b>1.2 Das Jornadas de Junho às Eleições de 2018.....</b>	<b>44</b>
<b>1.3 O Populismo Digital e a Ascensão do Bolsonarismo.....</b>	<b>55</b>
<b>2 MEDIATIZAÇÃO E REDES SOCIAIS: COMO AS REDES BOLSONARISTAS DE ARTICULAM NO <i>TWITTER</i> .....</b>	<b>67</b>
<b>2.1 Da Centralidade da Mídia à Mdiatização .....</b>	<b>67</b>
<b>2.2 As Redes Sociais no Contexto Político .....</b>	<b>73</b>
<b>2.3 <i>Twitter</i> e a sua Centralidade para o Governo Bolsonaro .....</b>	<b>83</b>
<b>3 A PANDEMIA DA COVID-19: A DISPUTA ENTRE OS CAMPOS SÍMBOLICOS E A NARRATIVA ANTICIÊNCIA.....</b>	<b>92</b>
<b>3.1 A Crise Sanitária e o Negacionismo Científico em meio à Pandemia da Covid-19</b>	<b>92</b>
<b>3.2 A Disputa entre os Campos Simbólicos durante a Pandemia de Covid-19 .....</b>	<b>104</b>
<b>3.3 A Construção da Narrativa Anticiência nas Redes Sociais.....</b>	<b>109</b>
<b>4 ANÁLISE DAS NARRATIVAS ANTICIÊNCIA NAS REDES BOLSONARISTAS NO <i>TWITTER</i> .....</b>	<b>115</b>
<b>4.1 Análise de Redes .....</b>	<b>118</b>
4.1.1 Figuras Políticas .....	122
4.1.2 Veículo de Comunicação .....	129
4.1.3 Influenciadores .....	131
4.1.4 Institucional .....	132
<b>4.2 Análise de Conteúdo .....</b>	<b>134</b>
4.2.1 Narrativa Anticiência: antagonismo com a imprensa .....	140
4.2.2 Narrativas Anticiência sobre a Vacina .....	144
4.2.3 Narrativas Anticiência sobre a China .....	149
4.2.4 Narrativas Anticiência sobre o uso de Fármacos.....	151
4.2.5 Narrativas Anticiência: contrariedade aos dados referentes à evolução da pandemia no Brasil.....	155
4.2.6 Narrativas Anticiência: antagonismo com políticos e partidos .....	159
4.2.7 Narrativas Anticiência contrárias ao isolamento social.....	162

4.2.8 Outras Narrativas Anticiência.....	166
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>171</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>176</b>

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como proposta analisar a narrativa anticiência disseminada nas redes sociais bolsonaristas, mais especificamente no *Twitter*, no período da pandemia da Covid-19, durante os primeiros meses de 2021 – março a junho – quando começou a vacinação e quando o número de mortos no País ultrapassou 500.000, a fim de investigar de que forma foram disseminadas as narrativas negacionistas, bastante acionadas pelo próprio ex-presidente da República, Jair Bolsonaro. Pretende-se focar em três eixos básicos: (a) discursos de negação dos protocolos científicos de prevenção à Covid-19, como o isolamento social e o uso de máscaras; (b) narrativas contrárias à vacinação; e (c) discursos de recomendação de medicamentos sem eficácia comprovada contra a doença, como a Cloroquina e Ivermectina. Diante disso, pretende-se compreender como as redes bolsonaristas acionaram o discurso anticiência, quais narrativas predominaram bem como identificar quais os principais influenciadores das redes analisadas.

Antes de pontuar sobre as questões metodológicas e a discussão teórica que se pretende apresentar, é fundamental lançar um olhar para a conjuntura política das eleições de 2018. O presidente Jair Bolsonaro (eleito pelo PSL, depois sem partido até se filiar ao PL em 2022 para disputar a reeleição) elegeu-se, em 2018, num contexto de forte polarização política, derrotando, na época, o então candidato Fernando Haddad (PT), que havia substituído o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que tinha sido preso em abril do mesmo ano, cumprindo sentença de dez anos de prisão decretada pelo então juiz Sergio Moro, na Operação Lava Jato<sup>1</sup>. Passados três anos, houve uma grande reviravolta, já que, em 2021, Lula teve as sentenças anuladas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em função da parcialidade do juiz Sergio Moro. Este, por sua vez, tornou-se, em 2019, ministro da Justiça e da Segurança Pública do Governo de Jair Bolsonaro. Mas, em abril de 2020, por divergências com o presidente, acabou saindo do Governo. Diante disso, Lula teve os direitos políticos devolvidos e passou a liderar a corrida eleitoral para 2022, numa disputa polarizada contra Bolsonaro, conforme apontavam pesquisas. A disputa foi para o segundo turno e resultou na eleição de Lula, com uma margem pequena de diferença de Jair Bolsonaro. Lula alcançou 50,90% dos votos, enquanto o candidato à reeleição conquistou 49,10% do eleitorado. Essa

---

<sup>1</sup> Em matéria intitulada “A cronologia que levou Lula à prisão”, do jornal El País, revelam-se pontos da investigação Lava-Jato, que condenou o ex-presidente Lula à prisão por determinação do Juiz Federal Sérgio Moro. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/05/politica/1522917041\\_563602.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/05/politica/1522917041_563602.html)>. Acesso em: 15 set. 2021.



eleição foi considerada, por especialista, como a disputa mais acirrada desde a redemocratização.

Retomando o cenário de 2018, destaca-se o fato de que, ao ser eleito, Bolsonaro anunciou o seu novo estilo de governar assim como na campanha declarou que não faria uso das mídias tradicionais e manteria as redes sociais como os canais oficiais. Foi assim que anunciou os seus ministros e divulgou as principais medidas de seu Governo via redes sociais – *Twitter* e *Facebook* –, alterando a lógica da comunicação governamental até então vigente. Buscou isolar, dessa forma, seus eleitores das mídias tradicionais.

Trata-se de um aspecto importante esta estratégia comunicacional de Bolsonaro de não recorrer à comunicação tradicional e ao uso da coletiva de imprensa. O presidente preferia se dirigir à Nação por meio de uma *live*, que era transmitida pelo *Facebook* todas às quintas-feiras, ou por meio de entrevistas em mídias específicas, como a Rádio Jovem Pan, que apoiava o Governo Federal. Assim, foi a postura de Bolsonaro ao utilizar as mídias digitais em detrimento dos meios de comunicação convencionais, que se intitulam como lugares autorizados de fala. Tal processo pode ser relacionado, inclusive, ao declínio dos campos sociais (como o campo jornalístico autorizado) em função da crescente midiaticização acelerada pelas redes sociais. Isso é pontuado por José Luiz Braga (2012) como os novos fluxos comunicacionais ou circuitos em detrimentos dos campos simbólicos. Outros autores apontam que é o processo de desintermediação – ao não recorrer às mídias tradicionais (AGGIO, 2020; FLORES, 2020).

A exemplo de Donald Trump, ex-presidente dos Estados Unidos pelo partido Republicano, que utilizava as redes sociais para se manifestar sobre todos os assuntos oficiais e, também, para atacar adversários por considerar essa estratégia como uma luta contra uma “imprensa desonesta e injusta, agora referida como Mídia Fake News”, Bolsonaro seguiu caminhos muito semelhantes no Brasil, inclusive ao atacar os veículos da mídia tradicional (KALIL, 2018; MIGUEL *et al.*, 2018). Dessa forma, a pesquisa busca debater, também, as implicações que esses fatos trazem para o campo da comunicação e sua interação com o campo político diante desse novo contexto.

Esta foi a tônica do mandato do primeiro ano do ex-presidente: embates sucessivos com a mídia tradicional, principalmente com o Grupo Globo e a *Folha de S. Paulo*. Segundo relatório da violência contra jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil, elaborado pela Federação Nacional de Jornalistas (FENAJ), publicado em janeiro de 2021, o ano de 2020 foi o mais violento para a classe desde a década de 1990. A FENAJ destacou que, num contexto de pandemia, em que o jornalismo se tornou fundamental meio e ator para informar a

população sobre dados baseados na ciência em relação à Covid-19, o País vê a violência contra a imprensa crescer 105,77% e com o presidente Jair Bolsonaro liderando os ataques<sup>2</sup>.

Bolsonaro, também, manteve uma relação de enfrentamento com o campo tradicional da política e teve dificuldades de aprovar projetos no Congresso Nacional. Obteve êxito apenas com algumas medidas, que eram mais consensuais, como a Reforma da Previdência, que já era uma pauta quase unânime entre os chamados partidos independentes, como PSDB e MDB, além do chamado Centrão, bloco formado por partidos sem muita identidade ideológica, conhecidos pela prática do “toma lá, dá cá”. A base aliada de Bolsonaro estava restrita a poucos parlamentares, tendo, inclusive, rompido com parte do seu próprio partido – o PSL – depois dos escândalos de “laranjas”<sup>3</sup> no partido e as crescentes denúncias das “rachadinhas”<sup>4</sup> envolvendo a família Bolsonaro.

Dessa maneira, Jair Bolsonaro se desfilou do partido e se mobilizou para criar o Aliança pelo Brasil – com o sugestivo número 38, mas também sem sucesso. A pauta de costumes, também, avançou pouco no Congresso, mas conseguiu emplacar algumas medidas, as quais beneficiariam as bancadas, que o elegeram, como medidas que contribuíram com o agronegócio (Bancada Ruralista), a legislação de liberação de porte e uso de armas (Bancada da Bala) e a Bancada Evangélica. Isso, ainda, tem a ver com a composição do seu Ministério – reduzido de 29 para 22, que foi composto por oito militares e uma base conservadora, como a deputada Teresa Cristina (Agronegócios), Ricardo Sales (Meio Ambiente, ligado ao Agronegócios) e Damares Alves (Mulher, Família e Direitos Humanos, da ala evangélica).

Se em 2019 Bolsonaro avançou pouco, porque manteve o ritmo de campanha em seus discursos e não quis se aproximar do campo político tradicional, em 2020 o cenário se agravou com a pandemia da Covid-19. O Brasil e o mundo mergulhavam em uma das piores crises sanitárias já vividas, o que levou a medidas rígidas para conter o avanço da doença. Como será visto a seguir, Bolsonaro, mais uma vez, surpreendeu ao adotar uma posição

---

<sup>2</sup> Violência contra jornalistas cresce 105,77% em 2020, com Jair Bolsonaro liderando ataques. Disponível em: <<https://fenaj.org.br/violencia-contra-jornalistas-cresce-10577-em-2020-com-jair-bolsonaro-liderando-ataques/>>. Acesso em: 4 out. 2021.

<sup>3</sup> A investigação se refere a indícios de que o PSL, partido pelo qual Bolsonaro se elegeu, usou dinheiro de campanha de candidatas mulheres para financiar outras candidaturas, como a do próprio presidente, o que constitui crime eleitoral. O caso que ficou conhecido como “Laranjal” é explicado em matéria publicada pelo portal Uol. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2019/10/08/4-perguntas-para-entender-a-reviravolta-no-caso-das-candidatas-laranjas-do-psl-de-bolsonaro.htm>>. Acesso em: 15 set. 2021.

<sup>4</sup> As chamadas “rachadinhas” são práticas ilegais, em que políticos ficam com parte do salário de seus assessores ou recorrem até mesmo a assessores fantasmas para tornar mais fácil o crime. Denúncias envolvendo políticos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro pela prática, já muito conhecida, colocou o nome do filho de Bolsonaro, Flávio Bolsonaro (Patriota), hoje senador, como um dos investigados. Recentemente, em nova denúncia, um funcionário da família Bolsonaro disse ter participado das “rachadinhas”. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/09/03/ex-funcionario-da-familia-de-bolsonaro-admite-que-participou-das-rachadinhas.ghtml>>. Acesso em: 15 set. 2021.

dissonante da maioria dos líderes mundiais, contrariando a comunidade científica e colocando o Brasil como o segundo país no *ranking* de mortes pela Covid-19 (MATOS, 2021). Até maio de 2023, morreram 701.833 pessoas pela doença e foram mais de 37 milhões de infectados. Tal situação foi agravada pela demora no Governo em tomar posicionamentos e pela insistência em minimizar a gravidade da Covid-19 no País.

Para refletir sobre o contexto da pandemia no Brasil, torna-se importante recuperar um breve histórico da doença e algumas de suas características principais. A Covid-19 é uma síndrome respiratória aguda causada pelo coronavírus Sars-CoV-2. A doença foi identificada pela primeira vez na península de Wuhan, na China, em 1º de dezembro de 2019, mas o primeiro caso só foi reportado em 31 de dezembro do mesmo ano. Em 11 de março de 2020, a Covid-19 foi caracterizada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como uma pandemia. Cientistas apontam que a transmissão da doença acontece de uma pessoa doente para outra ou por contato próximo por meio do contato físico, como aperto de mão; gotículas de saliva; espirro; tosse; catarro; objetos ou superfícies contaminadas, como celulares, mesas, maçanetas, brinquedos, teclados de computador etc. Os sintomas da doença podem variar de um simples resfriado até uma pneumonia severa. Devido ao fato de a doença se espalhar rapidamente, a dificuldade em atender todos os doentes graves tornou-se um problema. Diante disso, as medidas de isolamento, ainda, são a principal forma de diminuir esses contágios e não sobrecarregar os hospitais.

Dessa maneira, diante da crise econômica e sanitária em todo o mundo, uma corrida pelo desenvolvimento de vacinas começou ainda no início da pandemia, fazendo com que várias vacinas pudessem ser desenvolvidas em um tempo recorde. Até abril de 2021, foram produzidas e aprovadas 14 vacinas em todo o mundo e dezenas em testes. Segundo levantamento realizado pelo consórcio de veículos de imprensa, no Brasil, até janeiro de 2023, 85,05% da população adulta haviam tomada a 1ª dose da vacina contra a Covid-19 e 60,18% de crianças com três anos ou mais. Cerca de 80,56% da população adulta e 42,12% de crianças com três anos ou mais receberam a 2ª dose mais dose única. A dose de reforço foi aplicada em cerca de 50,52% da população adulta. Em 2023, o Governo ampliou a vacinação com a Vacina Bivalente, que protege contra novas variantes do Coronavírus. A vacina se soma a outras que já estavam sendo aplicadas anteriormente.

Apesar da vacinação, novas variantes do Coronavírus surgiram, sendo mais contagiosas e fazendo o número de contaminações subir. Observa-se, então, que o ambiente de dificuldade que o vírus impõe à área científica se soma ao cenário negacionista, que circulou em torno do tema. Esse fator pode ser comprovado com os dados, que apontam o

baixo índice de isolamento no Brasil, desde o início da pandemia. Em março de 2021, em um momento que o País via o número de internações por Covid-19 voltar a subir, o Monitor Estadão/Inloco detectou que o índice de isolamento estava apenas em 34,4%.

Constata-se que, mesmo diante das novas variantes, algumas pessoas ainda se recusavam a utilizar máscara e a cumprir o isolamento social. Pode-se apontar alguns fatores, que possam ter contribuído para tal quadro, como a negação às orientações científicas, acionada em especial pela pressão econômica para a reabertura do mercado. Nesse sentido, o ponto central da pesquisa visa a compreender como a rede bolsonarista, guiada pelo discurso do ex-presidente Bolsonaro, acionou essas narrativas anticiência, durante um dos períodos mais graves da pandemia da Covid-19, nos meses de março a junho de 2021, quando se registrou um aumento exponencial no número de mortos e contaminados. Em março de 2021, tivemos 66.573 mortes somente em um mês, enquanto em maio de 2021 chegamos ao número de 59.010 mortes em um único mês<sup>5</sup>. Ou seja, o gráfico começou a subir e atingiu as chamadas “ondas” justamente nos períodos definidos como recorte da pesquisa. Para tanto, é preciso apontar o discurso negacionista do presidente Jair Bolsonaro, que incentivou o chamado “tratamento precoce”, com o uso da Cloroquina e da Ivermectina, medicamentos sem comprovação científica; que insistia em não utilizar máscara, recomendada por cientistas para evitar a contaminação; e que aparecia em aglomerações e se negava a incentivar a vacinação, sendo, inclusive, um dos líderes mundiais, que declarava não ter se vacinado.

Diante desses fatos apontados, o Senado abriu uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), para investigar possíveis omissões e falhas do Governo Federal no combate à pandemia de Covid-19 no País. Alguns dados importantes foram apontados pela CPI, em que a base governista não tinha maioria. O relatório final da CPI foi lido e apresentado à sociedade em 20 de outubro de 2021 e aprovado por sete votos a quatro, apontando como culpadas 78 pessoas e duas empresas, dentre elas o ex-presidente Jair Bolsonaro. O relatório responsabiliza integrantes do Governo e filhos do presidente por omissão na condução da pandemia e por disseminarem informação falsa, sugerindo, assim, o indiciamento dos indicados. O primeiro ponto se refere à demora na compra de vacinas. O laboratório da Pfizer, por exemplo, enviou várias mensagens, por *e-mail*, para o Governo brasileiro em 2020, que ficaram sem respostas. Outro ponto se refere à suspeita de corrupção, em uma tentativa de integrantes do Ministério da Saúde superfaturarem a compra da vacina indiana Covaxin. Além

---

<sup>5</sup> Dados retirados do *site* de notícias Poder 360. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/coronavirus/maio-teve-mais-mortes-por-covid-19-do-que-todos-os-meses-de-2020/>>. Acesso em: 4 out. 2021.

disso, havia suspeitas de que o Governo tenha incentivado o uso de medicamento para tratamento precoce, sem comprovação científica, através de pagamentos realizados a influenciadores e a *sites* de notícias.<sup>6</sup>

Com o avanço da CPI, algumas pesquisas embasaram o discurso de senadores, apontando dados significativos para se compreender o papel das redes bolsonaristas na disseminação de desinformação em relação à Covid-19. Uma delas se refere a um levantamento realizado por uma revista internacional, a *Social Science Research Network*, a qual revelou que, em cidades onde Jair Bolsonaro ganhou por maioria – nas eleições de 2018 –, o número de mortes por Covid-19 foi maior se comparado a outras<sup>7</sup>. Diante desses dados, a presente pesquisa pretende responder às seguintes questões: como a narrativa do negacionismo circulou na rede social bolsonarista, mais especificamente no *Twitter*? Quais foram os principais influenciadores do *Twitter* durante o aumento no número de mortes e contaminados no País, no período de março a junho de 2021? Diante do avanço da doença no Brasil e após um ano da pandemia, as narrativas negacionistas continuaram ativas no *Twitter*? Como as narrativas se perpetuaram a partir do início da vacinação e da CPI da Covid-19 no Senado?

A tese traz alguns eixos temáticos importantes para a construção da análise das redes bolsonaristas no *Twitter*. O primeiro eixo trata-se da discussão acerca da crise institucional e política, que atingiu o Brasil a partir das manifestações de 2013 e 2014. As manifestações que foram consequência de uma série de mobilizações e revoluções, que ocorreram pelo mundo, iniciadas pela Primavera Árabe, tiveram, a princípio como reivindicação, a alteração do valor das passagens no transporte público em capitais do País. Inicialmente, o movimento ficou conhecido como “Movimento do Passe Livre”. Porém, as mobilizações que já haviam se espalhado por todo o País começou a ganhar adeptos da classe média brasileira e de partidos de centro-direita como o PSDB, que vislumbrou a oportunidade de mobilização contra o Governo Dilma Rousseff (PT) (SINGER, 2013; MOREIRA, 2020). As Jornadas de Junho foram imprescindíveis para a perda de capital político da presidente Dilma e para que a

---

<sup>6</sup> Dados são apontados em reportagens jornalísticas, que podem acessadas nos *links* a seguir. “Governo ignorou 53 e-mails da Pfizer sobre vacina, afirma Randolfe”. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/governo-ignorou-53-e-mails-da-pfizer-sobre-vacina-afirma-randolfe/>>. “CPI da Covid: Quem é quem no escândalo Covaxin”. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57647163>>. “Governo gastou R\$ 23 milhões para divulgar tratamento precoce, mostram documentos; medida é ineficaz contra Covid”. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/06/11/governo-diz-que-gastou-r-23-milhoes-para-divulgar-tratamento-precoce-ineficaz-contr-covid.ghtml>>. Acessos em: 4 out. 2021.

<sup>7</sup> Em matéria intitulada “Cidades pró-Bolsonaro registraram maior taxa de contágio pela Covid-19, indica estudo”, o jornal O Globo traz os principais resultados da pesquisa. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/cidades-pro-bolsonaro-registraram-maior-taxa-de-contagio-pela-covid-19-indica-estudo-24409329>>. Acesso em: 17 set. 2021.

grande mídia colocasse o Governo Federal no centro dos problemas econômicos e políticos, que assolavam o Brasil. Com o resultado acirrado das eleições de 2014, em que Dilma Rousseff saiu vitoriosa da disputa contra Aécio Neves, o PSDB, partido de oposição ao PT, utilizou-se da crise para se aliar ao então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB), com o objetivo de cassar o mandato de Dilma Rousseff. Sem apoio do PMDB (hoje MDB), até então base de apoio do Governo, Dilma Rousseff e o PT não conseguiram contornar e se defender da acusação de pedaladas fiscais e o processo de *impeachment*, entendido por muitos pesquisadores (SANTOS, 2017; SOUZA, 2016) como um golpe parlamentar, não pôde ser contornado. A partir disso, o País sob o Governo de Michel Temer (MDB), que já havia vivenciado uma série de escândalos de corrupção, alguns que foram resultados da Operação Lava-jato, que condenou em grande maioria lideranças do PT, incluindo o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, vivenciou outras denúncias envolvendo o presidente e aliado. Foi nesse cenário conturbado que chegou à eleição de 2018. Foi uma eleição, que como já fora mencionado, marcada por notícias falsas e pelo uso massivo das redes sociais.

O segundo eixo temático acionado é a ascensão do bolsonarismo bem como o populismo digital e o discurso anticiência que o acompanha. Jair Bolsonaro (PSL) já atuava como deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro há quase 30 anos, quando se candidatou à Presidência da República em 2018. De acordo com especialistas, o candidato já se preparava para a disputa desde 2014 (ABRANCHES, 2019). A polarização política já estava assolando o País desde 2015 com a intensificação das manifestações *pró-impeachment* da presidente Dilma Rousseff (PT). Havia ali, já concretizada, a disputada de pautas ideológicas: direita x esquerda. Porém, ainda não se sabia que a direita se encurvaria ainda mais ao extremo. Nesse contexto, como já mencionado, Jair Bolsonaro, ou o Trump brasileiro, chegou à eleição de 2018 e ganhou a disputa após a prisão do principal adversário e usando massivamente as redes sociais.

O populismo digital tem como característica principal a construção da narrativa do bem contra o mal (CESARINO, 2019b) e Bolsonaro, assim como Trump nos Estados Unidos, soube se apropriar bem desse discurso, já que, durante toda a campanha e seu Governo, estabeleceu um discurso duro contra a esquerda, as instituições democráticas e a ciência, como sendo inimigas, ou o mal, fazendo com que seus eleitores e seguidores se apoiassem nesta narrativa: contra as urnas eletrônicas, contra o PT, contra as pautas ambientais e contra as medidas adotadas para evitar o crescimento da contaminação da Covid-19 durante a pandemia.

Nesse sentido, cabe ainda compreender como essa direita populista brasileira se apropria dos argumentos pós-modernistas, repudiando a objetividade (KAKUTANI, 2018), bem como essa sociedade pós-moderna compreende o campo científico. Dentro dessa perspectiva, há ainda uma discussão acerca da disputa entre os campos simbólicos (BOURDIEU, 1986), que traz a concepção da fragilidade do campo científico em meio ao crescente descrédito nas instituições, além do elitismo acadêmico, que afasta a população mais leiga, que acaba por confundir a pseudociência e a ciência.

O terceiro eixo temático trata do uso das redes sociais por atores políticos e a centralidade das redes para o Bolsonarismo. Nesse cenário, abordam-se conceitos relativos às redes sociais (RECUERO, 2018; SANTAELLA, 2019), como os algoritmos e as bolhas digitais, que acabam por favorecer o discurso extremista nessas plataformas bem como a polarização. Dessa maneira, a temática, também, traz uma discussão acerca da regulamentação dessas mídias, que não são responsabilizadas pela crescente desinformação e disseminação de conteúdo de ódio, que, cada vez mais, são recorrentes. A extrema direita, não só no Brasil, mas em todo o mundo, tem se aproveitado dessa falta de regulamentação para alimentar a narrativa do “nós contra eles” (CESARINO, 2019b), intensificando a violência nas redes e enfraquecendo democracias pelo mundo. A “infodemia”, nome dado pela OMS ao processo de desinformação a respeito da pandemia de Covid-19, prejudicou a condução de estratégias, que tinham como foco diminuir o contágio da doença, que até então não tinha vacina, como forma de prevenção. Além de as redes sociais serem um espaço de “viralização” desse tipo de conteúdo, atores políticos, também, acabaram difundindo essas informações falsas, como forma de reforçar as suas narrativas populistas, como aconteceu com Jair Bolsonaro.

Retomando o contexto político e social, na pandemia de Covid-19, o Governo Bolsonaro não só teve que lidar com a crise política e econômica como também com a crise sanitária causada pela disseminação da doença. Durante a pandemia do coronavírus, conforme já foi apontado, Bolsonaro adotou uma postura contrária às recomendações dos médicos e da OMS, em especial antagonizando com governadores e prefeitos sobre as políticas de isolamento e investindo na recomendação de medicamentos, que são questionados pela ciência como eficazes no tratamento da doença. Diante da recusa em aceitar as recomendações de especialistas, como foi mencionado, dois ministros da Saúde do Governo foram trocados: Luiz Henrique Mandetta e Nelson Teich. Em algumas circunstâncias, Bolsonaro promoveu e compartilhou conteúdos falsos sobre o coronavírus nas redes sociais, sempre apoiado em uma narrativa, que caminha na contramão da ciência.

Com a abertura da CPI no Senado, para investigar supostas omissões e irregularidades nas ações do Governo Federal durante a pandemia de Covid-19 no Brasil, a imagem do Governo Federal se desgastou ainda mais. De acordo com a pesquisa realizada pelo Instituto *Datafolha*, publicada em 16 de setembro, a popularidade de Jair Bolsonaro caiu para o nível mais baixo durante os dois anos e nove meses de governo. Segundo o levantamento, 53% dos entrevistados consideravam o Governo “ruim ou péssimo”.<sup>8</sup> Em outra pesquisa, que divulga a popularidade digital do presidente Bolsonaro, realizada pela *Quaest*, aponta que, no dia 8 de setembro de 2021, o Índice de Popularidade Digital (IPD) caiu para 62,4 e diminuiu ainda mais no dia 10 de setembro, marcando 37,1 – a pior marca de Bolsonaro em 2021<sup>9</sup>. A pesquisa demonstra uma frustração da rede bolsonarista após a divulgação de uma carta em que Bolsonaro volta atrás nos ataques ao STF e nas ameaças golpistas que havia feito em um ato que acontecera no dia 7 de setembro<sup>10</sup>.

Considerando que a consolidação da *internet* estabeleceu uma nova dinâmica para a política, conforme já foi visto, Leticia Cesarino (2019b) lembra que o populismo digital não se define apenas pela inserção das tecnologias digitais à dinâmica populista, mas também pela inclusão de padrões discursivos específicos, que se estruturam em uma mobilização permanente, criando teorias conspiratórias, a fim de atacar um “inimigo” comum. Com a Pandemia, isso foi reforçado nas redes bolsonaristas. O STF foi tido como inimigo no momento em que decidiu dar autonomia para governadores e prefeitos. A mídia tradicional foi vista como inimiga quando apontou o crescente número de mortes por Covid-19 no País. Governadores passaram a ser tratados como inimigos por contrariarem o presidente e seguirem os protocolos científicos, que pediam o isolamento e o uso de máscara. Enfim, o forte maniqueísmo acionado por Bolsonaro do “nós” contra “eles” variava conforme o contexto, colocando como seus inimigos, ora as mídias tradicionais, ora os governadores e prefeitos, ora a comunidade científica.

---

<sup>8</sup> Popularidade de Bolsonaro registra queda recorde, segundo Datafolha. Disponível em: <<https://istoe.com.br/popularidade-de-bolsonaro-registra-queda-recorde-segundo-datafolha/>>. Acesso em: 17 set. 2021.

<sup>9</sup> Bolsonaro desaba em popularidade digital após a nota retórica sobre o 7 de setembro. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/09/bolsonaro-desaba-em-popularidade-digital-apos-nota-retorica-sobre-o-7-de-setembro.shtml>>. Acesso em: 17 set. 2021.

<sup>10</sup> Bolsonaro convocou apoiadores para atos em todo o Brasil no dia 7 de setembro. Nas manifestações com pautas antidemocráticas – pedindo o fechamento do STF, do Congresso e apoiando um golpe –, Bolsonaro discursou atacando o STF e o ministro Alexandre de Moraes com palavras duras e até ameaças. Diante da crise entre os Poderes causada pelos atos, Bolsonaro resolveu recuar e, com a ajuda do ex-presidente Michel Temer, tornou pública uma carta em que volta atrás em relação aos ataques em um tom mais apaziguador. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/09/09/leia-a-integra-da-declaracao-a-nacao-de-bolsonaro.ghtml>>. Acesso: 17 set. 2021.



Num contexto de negacionismo, sobretudo diante de uma pandemia, entender como as redes bolsonaristas acionaram a narrativa anticiência é fundamental, em particular diante de pesquisas, que já apontavam para um papel crucial da narrativa adotada pelo ex-presidente Bolsonaro nos números da pandemia no País. Além disso, é importante ainda identificar os principais atores dessas redes bem como os “inimigos em comum”, que iriam aparecer, levando em consideração o aspecto populista.

A hipótese principal é de que as redes bolsonaristas disseminadas no universo digital, em especial no *Twitter*, foram se articulando e passaram a ser um espaço tanto de eco dos discursos do presidente como também constituíam formas de interlocução entre o líder populista e seus seguidores/eleitorado. Desde que emergiu como candidato e, posteriormente, como chefe do Executivo Federal, Bolsonaro usou como estratégia a negação de campos sociais e institucionais consolidados, como o campo científico hegemônico, o campo midiático tradicional e o próprio campo político. No caso da ciência, apesar de haver espaços dissonantes em relação à Covid-19, ao tratamento e à importância das vacinas para combater a pandemia, parte da comunidade científica, aliada a uma perspectiva política de direita, contribuiu para respaldar as falas de negação da gravidade da doença bem como os seus discursos contrários a medidas de isolamento e à vacinação. Isso impactou em parte do eleitorado, mais alinhado com o posicionamento político e ideológico de extrema direita do presidente.

Tais redes estavam bem organizadas e estruturadas tanto para dar sustentação ao Governo Bolsonaro como para disseminar as suas ideias políticas de combate às instituições políticas e democráticas. No caso da pandemia da Covid-19, tanto no *Twitter* como em outras plataformas, os discursos negacionistas, mesmo que minoritários no campo científico, reverberaram e ganharam força simbólica a partir da força do populismo digital, ganhando ecos tanto na divulgação como na ampla e rápida circulação de conteúdos antivacina contrários às medidas de isolamento social.

Como segunda hipótese, pode-se entender tais redes bolsonaristas como a disseminação de discursos contrários às narrativas predominantes nos campos sociais historicamente constituídos – como a ciência, a política e a imprensa. Trata-se, portanto, do que Braga (2012) aponta sobre o confronto entre circuitos informacionais e comunicacionais – nesse caso, amplamente de espectro de direita e de alinhamento a Bolsonaro – em relação aos campos sociais historicamente constituídos com seus paradigmas e ideais dominantes (campo político, campo científico e campo midiático tradicional).

Nessa visão, o ex-presidente Bolsonaro tinha respaldo em parte da comunidade científica. Assim, mesmo que os discursos hegemônicos fossem dos campos sociais consolidados, os circuitos informativos e comunicacionais criados por Bolsonaro tinham respaldo de alguma parcela do campo científico, de boa parte do campo econômico e de parte da população alinhada com o presidente. Não era uma manipulação, porque havia uma circularidade dos discursos de negação dos protocolos defendidos pela OMS, discursos hegemônicos no campo econômico (o fechamento e o isolamento foram muito prejudiciais a esses atores) e em boa medida à parcela, que sustentou o Governo Bolsonaro – eleitorado de direita e extrema direita. Nesta perspectiva, houve uma disputa de narrativas: uma, que se consolida por apoio de uma parcela de atores do campo científico e do campo econômico, entoada pelo ex-presidente presidente Jair Bolsonaro, que se entende como uma narrativa anticiência; e outra, que se baseia em pesquisas científicas, na OMS e em outras autoridades sanitárias, narrativa sustentada pela grande mídia. Dessa forma, é possível apontar que a disputa de narrativas dentro do próprio campo científico prejudicou a condução da pandemia e fortaleceu as narrativas anticiência.

Desse modo, a pesquisa se constrói a partir de quatro capítulos. O primeiro aborda a discussão acerca da crise institucional e política, que assola democracias pelo mundo, incluindo o Brasil. A partir disso, analisa-se a crise vivenciada pelo País desde a onda de manifestações, que começaram em 2013 e se perpetuaram até 2015, apesar da mudança de narrativa ideológica, resultando, dentre outros motivos, no golpe parlamentar de 2016 (SANTOS, 2017; SOUZA, 2016) sofrido pela ex-presidente Dilma Rousseff (2016). Nesse sentido, observa-se a necessidade de resgatar alguns autores, como Pitkin (2006), que tratam da crise de representação política, que, no caso do Brasil, pode ser explicada, dentre outros fatores, pela institucionalização precária (SANTOS, 1993), em que se mudam as regras conforme os interesses dos dominantes, como ocorrido em 2016, e pela própria democratização recente após anos de regime militar. A partir disso, há uma contextualização dos principais momentos políticos desde as Jornadas de Junho (SINGER, 2013), até a eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, em meio ao crescente uso das redes sociais por atores políticos, como aconteceu, também, nos Estados Unidos em 2016, que resultou na eleição de Donald Trump (Republicanos). Outro aspecto discutido será o populismo digital e a ascensão do bolsonarismo, que trará uma abordagem sobre a conceituação do termo e uma discussão acerca desse novo populismo, que tem como característica central o uso das redes como ferramenta de ascensão.

O segundo capítulo, intitulado “Midiatização e Redes Sociais”, apresenta uma discussão acerca da centralização da mídia para o campo político e a mudança do campo midiático, que passa a ter as redes sociais como principal meio de informação, mudando, também, o fluxo da comunicação política. Nesse cenário, resgatam-se autores, como Rodrigues (1990), para tratar das modificações que a mídia traz para os diversos campos sociais (BOURDIEU, 1986). A partir disso, discute-se sobre os novos circuitos informativos (BRAGA, 2012) e como estes podem fragilizar os campos, incluindo o da mídia tradicional, que hoje se vê em permanente disputa com as narrativas, que correm nas redes sociais. O capítulo trará uma discussão acerca da crise sanitária e do negacionismo científico em meio à pandemia de Covid-19 por meio de uma contextualização sobre a doença causada pelo coronavírus, que trouxe reflexos econômicos e sociais em todo o mundo. O capítulo traz autores como Recuero (2018) e Santaella (2019), para explicar a lógica das redes sociais e conceitos importantes, como algoritmos e bolhas digitais, que favorecem o crescimento da polarização política e da desinformação.

O terceiro capítulo traz como enfoque a disputa entre os campos simbólicos, com uma concepção sobre apropriação da narrativa científica por atores políticos, bem como o descrédito nas instituições científicas e a narrativa anticiência, que perpetua na sociedade pós-moderna e foi intensificada durante a pandemia da Covid-19. Nesse sentido, o capítulo traz autores como Bourdieu (1986) e Giddens (1990), para compreender as conceituações referentes a campo social, capital, *habitus* e sistemas peritos, que são essenciais para se compreender como se dá a lógica da ciência. Autores, como Recuero (2018) e Santaella (2019), são acionados novamente, a fim de se entender como a configuração das redes sociais funcionou como um facilitador na disseminação de notícias falsas durante a pandemia de Covid-19. Esse capítulo já apresenta algumas narrativas anticiência, que foram utilizadas durante a pandemia, inclusive pelo ex-presidente Jair Bolsonaro.

Por fim, o quarto e último capítulo traz a análise da rede bolsonarista no *Twitter* de março a junho de 2021. Como já foi mencionada, a escolha do período temporal se dá diante do crescente número de mortes por Covid-19: nos primeiros meses de 2021, o Brasil alcançou a marca de mais de 500 mil óbitos ocasionados pela doença. Além disso, nesse período, também, começaram a vacinação e a abertura da CPI no Senado, que investigou a omissão do Governo Federal frente à pandemia de Covid-19 bem como a disseminação de desinformação por parte do Governo e aliados. No primeiro momento, trabalha-se com a Análise de Rede (RECUERO, 2018); depois, há a Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011). Nesse capítulo, discute-se sobre quais os principais influenciadores da rede analisada e quem aparece

fortalecendo o discurso de negação da ciência e se contrapõe a ele. Também, há uma busca, através das categorias de análise, para detectar as principais narrativas acionadas nessa rede.

Nesse contexto, para a análise, recorreu-se à Análise de Conteúdo, já que se trata de um método com grande aderência aos estudos dos discursos *online* (LINDGREN; LUNDSTRÖM, 2011). Diante das diversas formas de análise, Bardin (2011) aponta que a Análise de Conteúdo permite o estudo do espaço digital a partir da abordagem quantitativa e qualitativa. Na fase de codificação e categorização, a escolha se dá pela Análise das Redes Sociais (ARS) (RECUERO *et al.*, 2018, que possibilita estudar as conexões, ações e interações entre os atores de uma determinada rede, associada à etnografia digital, que leva em consideração fatores culturais e do contexto em que tal movimento acontece.

A pesquisa propõe mapear toda a rede de publicações em torno das palavras-chave “coronavírus” e “covid-19” no *Twitter* durante os quatro primeiros meses da pandemia no Brasil. O recorte temporal contemplará os meses de março a junho de 2021. O recorte da pesquisa se justifica em função do aumento expressivo de mortes, levando o Brasil a ocupar o segundo lugar no *ranking* mundial do número de mortos pelo vírus, atrás apenas dos Estados Unidos. Nesse momento, o Brasil batia recordes no número de mortes diárias, momento considerado crítico e sendo definido por cientistas como a segunda onda da doença no País. As mensagens coletadas (*tweets*) passaram por um filtro, cuja seleção abarcou apenas as menções relacionadas ao objeto da pesquisa. Nessa etapa de inferência, o conteúdo foi novamente categorizado para posterior análise e interpretação das narrativas, tendo em vista as proposições produzidas sobre o anticientificismo.

É preciso ressaltar a escolha da rede social *Twitter*, que se estabelece diante da iniciativa, até o início de 2023, de atualizar sua plataforma de API, para que pesquisadores e desenvolvedores estudem as conversas públicas sobre a Covid-19.

Dessa forma, a pesquisa tem por objetivo oferecer contribuições para o campo da comunicação, trazendo o debate acerca da anticiência, do populismo digital e do crescimento da extrema direita, ambos impulsionados pelas redes sociais. Nesse contexto, buscar compreender como a rede bolsonarista se comportou no *Twitter*, importante rede social, durante os primeiros meses de 2021, em que se começava a vacinação no País e ao mesmo tempo em que se enfrentava a segunda onda da Covid-19, é fundamental para apresentar reflexões sobre a importância do combate à desinformação e ao extremismo a partir da análise proposta.

# 1 CRISE INSTITUCIONAL, POLÍTICA E SANITÁRIA: O CONTEXTO POLÍTICO BRASILEIRO

## 1.1 Crise de Representação Política e Institucional

Antes da eleição de 2018, o Brasil passou por uma série de escândalos de corrupção, que envolviam lideranças políticas de diversos partidos. A alta cobertura midiática para esses casos contribuiu para enaltecer um descrédito na política tradicional, o que propiciou, juntamente com outros fatores, uma crise de representação política. Ao tratar de governos representativos, é primordial tecer considerações sobre o conceito de representação e como a representação política chegou ao modelo atual. Pitkin (2006) afirma que o conceito de representação tem sido, desde muito cedo na história das palavras, altamente abstrato, sendo seu significado bastante complexo. A autora destaca que a representação é, em grande medida, um fenômeno cultural e político, um fenômeno humano.

Então, para quem fala em inglês o modo pelo qual uma pintura, um pintor ou um ator de palco representam, e o modo pelo qual um agente ou um legislador eleito representam, obviamente estão ligados ao mesmo conceito. O mesmo não acontece para quem fala em alemão (PITKIN, 2006, p. 16).

Daí a complexidade do conceito de representação. Para tratar dessa complexidade e da abstração do significado de representação, é imprescindível fazer um apanhado pela história para trazer as mudanças no conceito de definição de “representação”. O desenvolvimento da representação na teoria política continuou como pano de fundo das grandes revoluções democráticas no final do século XVIII e depois das prolongadas lutas políticas e institucionais do século XVIII, como lembrou Pitkin (2006). Diante da vasta literatura, que discute essas lutas políticas, a autora traz para a discussão, primeiramente, a “polêmica sobre o mandato e a independência”. Ela sintetiza essa discussão em uma escolha: um representante deve fazer o que seus eleitores querem ou o que ele acha melhor? Para Pitkin (2006), essa discussão nasce do paradoxo inerente ao próprio significado da representação: “tornar presente de alguma forma o que apesar disso não está literalmente presente”. Ou seja, a representação que significa tornar presente por intermédio de uma pessoa pode não atender às expectativas na medida em que a pessoa representada não está fisicamente presente. Por isso, tornam-se tão complicadas as questões em torno da relação entre os representantes, o papel dos partidos políticos nessa representação, a forma pela qual a deliberação se relaciona com o voto e como

ambas se relacionam com o exercício do governo. Enfim, questões que interrogam sobre a representatividade política. Percebe-se que esse debate se mantém atual até os dias de hoje quando se discute se o parlamentar deve votar de acordo com as suas crenças ou se deve ter um mandato imperativo obedecendo ao que o partido determina sob pena de ser punido e até ser cassado.

No Governo Bolsonaro, de 2019 a 2022, por exemplo, ele buscou construir o discurso antipolítica e antissistema, opondo-se, inicialmente, aos chamados partidos tradicionais, que incluíam desde as siglas de centro-esquerda (PT, PSOL, PDT, PSB), as de centro (PSDB, MDB), as de centro-direita e direita, que compõem o Centrão (PSD, DEM etc.), chegando a romper até com o PSL, partido que o elegeu. Nesse sentido, a representação política passou a ser acionada como algo negativo pelo presidente e seus seguidores, como sinônimo de atos contrários ao eleitorado, simbolizando conchavos, corrupção. Mas, com a dificuldade de aprovar projetos no Congresso e com a popularidade deteriorada, o presidente mudou a sua estratégia, buscou aliança com os partidos do Centrão e ajudou a eleger Arthur Lira (PP) para a Presidência da Câmara em 2021, cedendo, então, aos políticos tradicionais e à política do “é dando que se recebe”. Indicou, ainda, para ministros parlamentares ligados a tais partidos.

Ademais, Pitkin (2006) cita Edmund Burke (1949), que defende que a relação de cada parlamentar é com a Nação como um todo. Ele não se encontra numa relação especial com seu eleitorado. Assim, representa a Nação, e não aqueles que o elegeram. Ainda citando Burke (1949), a autora afirma que ele distingue a representação “virtual” da “efetiva”. A primeira diz respeito a uma representação, que atende a uma comunhão de interesses, mas que não é o povo que escolhe efetivamente; enquanto a representação efetiva significa ter voz, de fato, na escolha do representante.

Para Pitkin (2006, p. 33), o representante deve a seus eleitores “devoção aos seus interesses antes que à sua opinião”. De algum modo, as pessoas sabem quando algo vai mal em suas vidas. Desse modo, as informações sobre suas queixas e necessidades devem ser transmitidas por um representante, que seja “simpático a seus problemas”. Todavia, quando se trata das causas e soluções desse problema, as pessoas são “irremediavelmente ignorantes”. Ou seja, é importante que se tenha um representante, que seja um porta-voz do interesse de uma comunidade, mas isso não significa que ele deva consultar o povo e nem seus votos no Parlamento devem favorecer sua comunidade em detrimento de uma nação como um todo. Esse entendimento de Burke (1949) parece razoável ao tratar de reformas consideradas impopulares, como a Reforma da Previdência. Mesmo diante da retirada de direitos, eleitores bolsonaristas sempre defenderam tais mudanças com a justificativa de que isso seria

necessário para a recuperação da economia. Nesse aspecto, parece sentirem-se representados a tal ponto que não precisam ser consultados ou não precisam participar das discussões quanto “à causa real ou ao remédio adequado” para a crise econômica.

Pitkin (2006) destaca que, na América, a representação era claramente a representação de pessoas, e os interesses eram um mal inevitável. Isso é bem nítido até hoje, principalmente em democracias com sistema multipartidário, como no caso do Brasil, onde se têm bancadas dentro do Congresso, que representam interesses individuais de certos grupos, como a Bancada Evangélica (representantes das igrejas protestantes), a Bancada da Bala (representantes de militares), a Bancada Ruralista (representantes do agronegócio) etc. Prevaecem-se os interesses corporativos a grupos em que os parlamentares estão vinculados bem como um forte personalismo junto ao eleitorado.

Pitkin (2006) cita Hamilton, Jay e Madison, que, ao escreverem *Artigos Federalistas* (1948), defendem o governo representativo como sendo um dispositivo adotado no lugar da democracia direta, já que seria impossível reunir um número de pessoas em um único lugar; daí os representantes. A representação é, portanto, um “substituto para o encontro pessoal dos cidadãos” (HAMILTON ET AL. (1948) *APUD* PITKIN, p.35, 2006). Para os autores, a representação é superior à democracia direta precisamente, porque pode assegurar o bem público sem se distrair com interesses particulares conflitantes, ou “facções” – uma quantidade de cidadãos que podem constituir a maioria ou minoria do todo, que atuam por um impulso comum de interesse, contrariando interesses permanentes da comunidade ou os direitos de outros cidadãos.

Na perspectiva dos autores de *O Federalista*, “nem sempre os estadistas esclarecidos estarão no comando” (HAMILTON ET AL. (1948) *APUD* PITKIN, p.36, 2006), diferenciando-os das ideias burkianas. Em uma república grande, segundo Hamilton, Jay e Madison (1948), é mais promissor que a representação se torne possível, uma vez que os interesses serão múltiplos e diversos. Com isso, conforme os autores, será menos provável a combinação de interesses para uma efetiva ação facciosa.

Amplie esfera e terá uma maior variedade de partidos e interesses; tornará menos provável que a maioria tenha um motivo comum para invadir os direitos dos outros cidadãos; ou, se um tal motivo comum existir, será mais difícil para aqueles que o sentem descobrir sua própria força e agir em concordância (PITKIN, 2006, p. 36).

Diante disso, deve-se levar em consideração fatores individuais de cada república. Ao discutir as democracias contemporâneas, Robert Dahl (1997) afirma que existem pobres

aproximações do ideal democrático. O autor define dois eixos para analisar o bom funcionamento de um Estado: a participação dos cidadãos e o grau de institucionalização. Dahl (1997) argumenta que os países que consolidaram, primeiramente, as regras institucionais e foram gradativamente ampliando a participação popular têm democracias mais consolidadas. No caso do Brasil, houve um processo inverso – ampliou-se o eixo da participação, mas não se investiu no processo de institucionalização. Nessa mesma linha de análise, ao analisar a democracia brasileira, Santos (1993) aponta que o País se estruturou a partir de uma institucionalização precária, já que as regras mudam facilmente e de acordo com os interesses dos grupos dominantes. A partir disso, percebe-se que, mesmo o Brasil sendo uma república grande e tendo uma variedade de partidos, como exemplificado pelos autores de *O Federalista*, deve-se levar em consideração a forma como se deu a institucionalização no País, que permitiu a ação facciosa, de grupos dominantes, em muitos momentos da história do Brasil.

Isso é bastante evidente no jogo de forças entre o Executivo e o Legislativo. Para conseguir um bom êxito em suas ações, os detentores de cargos executivos – presidente, governadores e prefeitos – são obrigados a “negociarem” com os senadores, deputados federais, deputados estaduais e vereadores. Tal configuração do presidencialismo de coalizão faz com que, muitas vezes, as regras tenham que ser alteradas para atender aos pedidos do Legislativo. Da mesma forma, o Executivo, quando detém apoio da maioria, fica mais livre para alterar leis e até mesmo a Constituição. Isso mostra como é frágil o funcionamento institucional. Bolsonaro, quando assumiu, fez decretos, aprovou leis que mudaram marcos legais do País para atender à sua proposta neoliberal e de uma pauta conservadora de costumes. Conquistas históricas e sociais foram perdidas, revelando a efemeridade do aparato constitucional brasileiro. Ao assumir pela terceira vez, Lula (PT) busca readequar o seu governo aos princípios da frente democrática, tanto de centro-esquerda como de centro, tendo novamente que reeditar medidas provisórias e alterar leis.

Pitkin (2006) argumenta que a representação, além ser possível em uma grande república, também é um meio de trazer conflitos sociais perigosos para um “fórum central único”, no qual podem ser controlados e tornados inofensivos pelo equilíbrio. O equilíbrio, segundo Pitkin (2006), acontecerá apenas se cada representante buscar, de fato, os interesses dos seus eleitores. Talvez, seja a falta desse equilíbrio, pelo fato de os representantes brasileiros não buscarem atender aos interesses de seus eleitores, que a crise de representação no Brasil tenha refletido tanto nas eleições de 2018, que teve um número alto de abstenções e de votos nulos e brancos, ao mesmo tempo em que os representantes eleitos adotaram um



discurso diferente, do não político, para reafirmar que, ao contrário dos últimos, eles, sim, iriam representar a população.<sup>11</sup>

Na visão de Pitkin (2006), os utilitaristas argumentam que todo mundo sempre, ou pelo menos a maior parte das pessoas, é motivado pelo interesse próprio. Diante disso, parece tornar impossível a representação, mas, na verdade, os utilitaristas, também, reconhecem a existência de um interesse “comum”, “universal” ou “geral”, que seria o bem de toda a sociedade. John Stuart Mill (1947 *apud* PITKIN, 2006), acredita que a representação possa funcionar, se houver uma rotação frequente nos cargos, de forma que os legisladores saibam que terão que viver sob as leis que formulam. Bentham (1843 *apud* PITKIN, 2006), acrescenta o “princípio da deslocabilidade”, que é a noção de que os legisladores farão o que os eleitores querem pelo simples fato de que vão querer ser reeleitos.

Enquanto a política é igualada ao governo e o governo é visto como um meio para a realização de fins privados e para a conciliação de reivindicações de grupos conflitantes de uma forma geral aceitável, as instituições representativas corretamente elaboradas podem servir bem a esses propósitos. Porém, se a função real do governo é dirigir a vida pública compartilhada e seu valor real está na oportunidade de dividir poder e responsabilidade sobre aquilo que se está fazendo em conjunto como sociedade, então não se poderá ter alguém sendo representado, e a representação pode significar apenas a exclusão da maioria das pessoas dos benefícios da política (PITKIN, 2006).

É importante considerar a democracia como conceito diferente de representação, para que se possa compreender de que maneira se dá o processo político. Nem sempre os governos representativos vão estar ligados a democracias. Ao falar sobre a democracia, Santos (2007) associa o fato de que campo político está quase sempre entrelaçado ao campo econômico. Assim, para Santos (2007), não se pode afastar hipóteses de que, por caminhos inéditos, surtos autoritários venham a acometer os países ricos e de enraizadas tradições democráticas, porém os estudiosos são bem incisivos quando sustentam a existência de condições probabilísticas, que antecipam a emergência de ditaduras. Então, a miséria e a desigualdade são apontadas como principais responsáveis pelas recorrentes ondas de autoritarismo, nomeadamente na África, na Ásia e na América Latina.

---

<sup>11</sup> O percentual de votos nulos nas eleições de 2018 foi o maior desde 1989, havendo um aumento de 60% de votos nulos se comparado à eleição ocorrida em 2014. Somando os votos nulos e brancos com as abstenções, tem-se um contingente de mais de 42 milhões de eleitores, que optaram por não escolher nenhum candidato no segundo turno das eleições de 2018, o que equivale a um terço dos eleitores. Os dados foram retirados da matéria publicada pelo *Portal G1*. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/28/percentual-de-voto-nulo-e-o-maior-desde-1989-soma-de-abstencoes-nulos-e-brancos-passa-de-30.ghtml>>. Acesso em: 21 set. 2021.

Com o apoio na experiência dos últimos 50 anos, sobretudo na América Latina, Santos (2007) afirma que, numa análise preliminar, concluiria que uma longa ditadura, associada à miséria, tende a desembarcar em uma democracia, enquanto uma democracia já firmada há anos, escoltada por grandes desigualdades, estimula a inauguração de autocracias. Por isso, percebe-se que os governantes bem-intencionados procuram impedir que membros da elite já inclusa, utilizando os instrumentos legais disponíveis, inviabilizem o interrupto alargamento da *polis* democrática.

Ao falar sobre a competição democrática, Santos (2007) destaca que, nos países que praticam eleições regulares, quanto mais restrita for a competição, mais oligárquico será o sistema. Inversamente, quanto mais regular, legalmente organizada e respeitada a competição, mais poliárquico o regime. Conforme o autor, os sistemas representativos oligárquicos contemporâneos caracterizam-se menos por oporem obstáculos à participação política, tal como acontece nos regimes autoritários, do que por criarem dificuldades para a conversão de cidadãos-representados em cidadãos-representantes; ou seja, estreitam o leque de escolhas do eleitorado, reprimindo a oferta de candidatos. Para Santos (2007), a mais frequente barreira à entrada na competição democrática é a exigência que o candidato, ou candidata, seja filiado a um partido político. Isso fica mais nítido quando, por conta do requisito de filiação, transfere-se à máquina burocrático-partidária o poder de ordenar, sem sistema de listas fechadas, os candidatos preferenciais do partido. Nesse sentido, é mais fácil manter a elite política de sempre no comando do País.

Porém, Santos (2007) analisa que, a partir de 1994, todas as regiões brasileiras já haviam incorporado mais de 50% da população à disputa eleitoral.

Sem dúvida, foi o extraordinário processo de conversão que inundou o mercado de votos e tornou impossível a continuidade oligárquica, mantido o sistema proporcional, pela redução da oferta da competição: são muitos partidos, grande o potencial competitivo, elevadas as chances de vitória [...] (SANTOS, 2007, p. 57).

Fica, então, evidenciada a fundamental transformação do sistema eleitoral-partidário brasileiro, que passou de oligárquico a poliárquico na ótica do autor. Essa conclusão é fundamentada pela oferta de opções ao eleitorado atual. Isto é, apesar de ainda se ter o número de candidatos que pertencem às famílias tradicionais na política, o aumento do número de candidaturas permitiu modificar o sistema eleitoral-partidário. Esse movimento fica ainda mais perceptível com os resultados das eleições de 2018, em que o Congresso passou por uma renovação, até então nunca vista, com nomes da política tradicional ficado de

fora do Congresso, do Senado e até das Assembleias. Isso, no entanto, não significa que as formas tradicionais de se fazer política – o fisiologismo<sup>12</sup> – tendem a desaparecer. Ao contrário, o perfil do Congresso é conservador, com o crescimento de bancadas, que defendem pautas alinhadas com a clivagem de direita do ex-presidente Bolsonaro, como a Bancada Evangélica, a Bancada da Bala (fortalecida pelo crescimento de militares eleitos) e a Bancada Ruralista. Todas mantiveram seu poder, alternando apenas os congressistas, com nomes novos no cenário político, mas com posturas conservadoras.

Santos (2007) destaca que a preocupação com a estabilidade democrática, ou governabilidade, é recente: primeiro, porque a democracia, estritamente considerada, instalou-se há pouco tempo no mundo; segundo, porque se desconhece que a evolução dos países estáveis não foi caracterizada por uma ampliação da democracia, mas pela “ultrapassagem das oligarquias hegemônicas de reduzida participação por hegemônias inclusivas e estas, enfim, pelas poliarquias” (SANTOS, 2007, p. 67).

Desse modo, o desarranjo de um sistema político democrático é precisamente aquilo que o transcende e dificilmente o que o põe em funcionamento. Quanto mais natural à operação democrática, menos necessária se faz a sua governabilidade extrínseca. Diante dessa tese, fica fácil compreender como algumas reformas, como a política, por exemplo, nunca, de fato, foram concretizadas no Brasil (SANTOS, 2007).

Jairo Nicolau (2017) afirma que um dos fatores que levam os deputados a se oporem tanto à alteração do sistema eleitoral brasileiro é o fato de que representantes do mundo todo resistem em mudar as regras pelas quais foram eleitos. A reforma do sistema eleitoral mobiliza, na prática, apenas segmentos da elite parlamentar. Os milhares de vereadores, as centenas de deputados estaduais e os deputados federais em geral não demonstram interesse algum em discutir o tema. Manin (1995), também, concorda que, durante décadas, a representação estava fundamentada em uma forte e estável relação de confiança entre o eleitorado e os partidos políticos. Porém, nos dias de hoje, o eleitorado tende a votar de modo diferente de uma eleição para outra. As pesquisas de opinião têm mostrado um aumento no número de eleitores que não se identificam com partido algum (MANIN, 1995). Isso, também, se evidencia quando os eleitores ignoram o partido do seu candidato, o que reforça a perda de identidade.

---

<sup>12</sup> Fisiologismo é um tipo de relação de poder político em que ações políticas e decisões são tomadas em troca de favores, favorecimentos e outros benefícios a interesses privados em detrimento do bem comum. Usa-se dessa prática para se manter no poder, muito conhecida no Brasil, como a prática do “Toma lá, dá cá”.

Manin (1995) destaca duas mudanças importantes pelas quais o governo representativo passou nos dois últimos séculos. A primeira diz respeito ao direito do voto, em que o direito ao sufrágio foi ampliado. A segunda é a emergência dos partidos de massa. Na visão do autor, com o aparecimento dos partidos de massa, os programas políticos passaram a ser um dos principais instrumentos da competição eleitoral, transformando a própria relação de representação. Manin (1995) aponta que a existência dos partidos aproximou os representantes dos representados. Com a aproximação dos partidos e eleitores, os representantes pareciam dar ao próprio cidadão a possibilidade de determinar a política a ser seguida. O “governo de partido” indicava um avanço para a democracia, pois parecia ter criado uma identidade social e cultural maior entre governantes e governados. Além disso, esse modelo parecia, também, dar aos governados um papel mais significativo na definição da política pública.

Comparando a crise de representação gerada no parlamentarismo, no final do século XIX e início do século XX, com a crise de representação discutida hoje, Manin (1995, p. 2) compreende que há uma simetria entre esses momentos, levando a crer que se está vivenciando “uma crise que é muito menos da representação como tal do que de uma forma particular de governo representativo”. As mudanças que hoje atingem a representação podem estar sinalizando a emergência de uma terceira forma de governo. Desse modo, Manin (1995) estuda três tipos de ideias de governo representativo: o “parlamentar”, a “democracia de partido” e a “democracia de público”.

Ao tratar do governo representativo, Manin (1995) define quatro princípios, os quais foram reformulados nos primeiros tempos do governo representativo moderno: (1) os representantes são eleitos pelos governados, (2) os representantes conservam uma independência parcial diante das preferências dos eleitores, (3) a opinião pública sobre assuntos políticos pode se manifestar independentemente do controle do governo e (4) as decisões políticas são tomadas após o debate.

Quanto à eleição dos representantes, no modelo parlamentar, conforme explica Manin (1995), prevalece a escolha de pessoas confiáveis, a importância de relações locais e a influência dos notáveis. No modelo da democracia de partido, ao escolher o representante, predominam a fidelidade a um partido, o pertencimento a uma classe e a presença do “ativista”, enquanto na democracia de público, a eleição será dada pela escolha de pessoas confiáveis, resposta aos termos da escolha e à presença de um comunicador.

Quanto ao princípio da independência dos representantes, no modelo parlamentar, é recorrente o voto segundo a consciência do deputado. Já na democracia de partidos, os líderes

definem as prioridades. Por outro lado, na democracia de público, imagens determinam a escolha dos líderes. Com relação ao princípio da opinião pública, observa-se que, na democracia de público, essas opiniões vão ser dadas por meio de pesquisas. O debate parlamentar, em um primeiro momento, acontece apenas no parlamento, enquanto na democracia de partido, tais discussões e deliberação efetivam-se no interior dos partidos. Com a democracia de público, os debates ocorrem por meio das negociações entre governo e grupos de interesse e com a presença da mídia e do eleitor flutuante.

A ideia da existência de uma crise de representação se deve à percepção de que o governo representativo tem se afastado da “fórmula do governo do povo pelo povo”. Entretanto, para o autor, a representação nunca foi uma forma indireta ou mediada de autogoverno do povo. A partir do momento em que os partidos de massa e as plataformas políticas passaram a ter um papel central na representação, criou-se a crença de que o governo representativo caminhava em direção à democracia. A democracia de partido apenas foi colocada em prática em virtude de mudanças das circunstâncias externas.

Quando se reconhece a existência de uma diferença fundamental entre governo representativo e autogoverno do povo, o fenômeno atual deixa de ser visto como sinalizador de uma crise de representação e passa a ser interpretado como um deslocamento e um rearranjo da mesma combinação de elementos que sempre esteve presente desde o final do século XVIII (MANIN, 1995, p. 18).

O que vem ocorrendo é um processo de mudança, mediado pela comunicação de massa, em que a democracia de partido vem dando lugar à democracia de público e as interações de governantes com governados se dão de forma diferente. Deve-se complementar que hoje se vivenciam sistemas políticos que sofrem influência de novos processos comunicacionais, gerados pelas mídias digitais, as quais têm interferido, inclusive, nas disputas eleitorais, como ocorreu no Brasil, em 2016 e em 2018 (MANIN, 1995).

Manin (2013), no artigo “A democracia de público reconsiderada”, quase 20 anos após suas primeiras considerações sobre as metamorfoses dos governos representativos, afirma que os partidos ainda atuam em várias arenas. O autor pontua que eles mobilizam eleitores, recrutam membros e ativistas, apresentam candidatos a cargos de governo e organizam o trabalho de legislaturas e governos. Ou seja, segundo o autor, é inegável que as articulações partidárias ainda são preponderantes em diversos modelos de governo e, essencialmente no brasileiro, que se dá através do já citado presidencialismo de coalizão. O autor confirma que

os partidos, cada vez mais, não têm identidades bem definidas e duradouras, que dialogam com o eleitorado.

Manin (2013), apesar de concordar na ênfase nos líderes personalistas, assevera que a erosão das fidelidades partidárias duradouras não implica a obsolescência dos partidos políticos. Há argumentos no texto do autor que, de fato, podem ser evidenciados na política brasileira, como a coesão dos partidos brasileiros na atuação no Congresso Nacional, seja das siglas do Centrão ou mesmo dos partidos de centro-esquerda e de direita. Mas, a eleição de 2018 mostrou a emergência de uma polarização que fugiu bem de questões partidárias e se centrou em fenômenos que não estão bem discutidos no artigo de Manin, como a emergência do bolsonarismo e da agenda de extrema direita. Manin (2013) aponta, ainda, a força dos partidos, mesmo com a centralidade nas lideranças personalistas, como já tinha observado no seu trabalho anterior em 1995.

Como observação preliminar, devemos notar um fato bastante óbvio, mas importante. Os fiéis a um partido não estão à beira da extinção. Eles podem ser menores em número do que eram no passado, mas ainda formam uma massa significativa que deve ser levada em consideração. Além disso, um exame mais detido revela duas áreas em que os partidos não perderam força e continuam a ser atores centrais: política parlamentar e campanhas eleitorais. Primeiro, os partidos políticos ainda dominam a arena parlamentar. Na maioria das sociedades industriais avançadas, alinhamentos partidários estáveis, e não coalizões inconstantes de deputados individuais, controlam o funcionamento das legislaturas. Para começar, parece que só um número minúsculo de políticos é capaz de conquistar um cargo legislativo sem filiação partidária ou sem fazer parte da lista de candidatos de um partido nacional importante. Por certo, os partidos agora fazem campanhas ‘centradas nos candidatos’, em que a personalidade dos candidatos e a personalidade do líder do partido em particular ocupam o lugar principal. Portanto, a personalização das eleições mencionada em minha explicação original permanece. Mas os partidos se adaptaram a essa tendência e à maior importância dos meios de comunicação que a impulsiona. Em consequência, as eleições parlamentares se tornaram personalizadas, mas permaneceram partidárias. Outro desenvolvimento era concebível. As eleições poderiam ter se transformado em disputas principalmente entre figuras públicas ou celebridades concorrendo a cargos como independentes. Isso não ocorreu. Pode-se argumentar também que em vários países onde as campanhas eleitorais são sujeitas à regulação pública rigorosa o sucesso dos partidos em eleger seus candidatos provavelmente deve muito às leis eleitorais e a várias regulações que dão vantagens de campanha, em particular em financiamento e acesso a meios de comunicação públicos, a partidos estabelecidos (MANIN, 1995, p. 117).

Ao fazer uma leitura dos argumentos de Manin (2013), a força dos partidos, particularmente no caso do Brasil, parece estar mais centrada quando se trata de legislativo.

Mesmo assim, há uma migração relativamente grande entre os partidos, principalmente de centro e de direita. Deve-se mencionar que hoje o País conta com 35 partidos, sendo que no Congresso há 24 siglas com representatividade: 11 têm dez ou menos deputados federais, conforme o Quadro 1.

**Quadro 1 – Configuração Partidária na Câmara dos Deputados em 2021**

<b>Partido</b>	<b>Deputados</b>	<b>Percentual</b>
Partido Social Liberal (PSL) – 17	54	10,52%
Partido dos Trabalhadores (PT) - 13	53	10,33%
Partido Liberal (PL) – 22	43	8,38%
Partido Progressista (PP) – 11	43	8,38%
Partido Social Democrático (PSD) – 55	35	6,82%
Movimento Democrático Brasileiro (MDB) – 15	34	6,62%
Partido da Social Democracia Brasileira (PDSB) – 45	32	6,23%
Republicanos (PRB) – 11	31	6,04%
Partido Socialista Brasileiro (PSB) – 40	31	6,04%
Democratas (DEM) – 25	28	5,45%
Partido Democrata Trabalhista (PDT)	25	4,87%
Solidariedade (SD) – 77	13	2,53%
Partido da Renovação da Ordem Social (PROS) – 90	11	2,14%
Partido Social Cristão (PSC) – 20	10	1,94%
PODEMOS – 19	10	1,94%
Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) – 14	10	1,94%
Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) – 50	9	1,75%
Partido Novo – 30	8	1,55%
AVANTE – 70	8	1,55%
Partido Comunista do Brasil (PC do B) – 65	8	1,55%
Cidadania – 23	7	1,36%
Patriota – 51	6	1,16%
Partido Verde (PV) – 43	4	0,07%
Rede – 18	1	0,01%
<b>TOTAL</b>	<b>513</b>	<b>100%</b>

Fonte: *site* da Câmara dos Deputados.<sup>13</sup>

Como pode ser observado, no Brasil, conforme aponta Jairo Nicolau (2017), há uma forte fragmentação partidária. O que será visto mais adiante tem implicações para o

<sup>13</sup> Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/Internet/Deputado/bancada.asp>>. Acesso em: 28 set. 2021.

presidencialismo de coalizão. As eleições com um caráter fortemente personalista elegem presidentes sem uma base aliada, que enfrentam dificuldades para governar com um Parlamento diluído em tantos partidos e sem legendas fortes. No caso da democracia brasileira, os maiores partidos, como MDB, PSDB, DEM e PT, perderam força. O MDB caiu para apenas 34 parlamentares, assim como o PSDB para 32. O PSL, que tinha apenas um deputado até 2018, com a eleição de Bolsonaro, que se filiou ao partido, passou a ter 54.

No entanto, o quadro é mais complexo. Bolsonaro, assim que se elegeu, já rompeu com o PSL. O ex-presidente esteve sem partido durante grande parte do seu mandato, cerca de dois anos. Tentou fundar sem sucesso o Aliança para o Brasil com o número 38 – que, para os críticos, simbolizava a sua postura em defesa pelo porte e uso de armas. Sem êxito, cogitou filiar-se ao Patriotas ou mesmo a algum partido do Centrão. Por fim, Bolsonaro acabou se filiando ao PL em novembro de 2021.

O Centrão é o grupo que esteve sempre no comando do País, em 2021, com mais de 200 parlamentares, agregando parlamentares do PP, PL, Republicanos, PSD, PTB, DEM, MDB, PSC, PROS e SD. Bolsonaro chegou a eleger-se intitulado-se o antissistema e crítico dos políticos tradicionais, teve dificuldades de governar no primeiro ano de governo e, aos poucos, foi aderindo à política tradicional. Em 2020, já estava bem próximo do Centrão. Em 1º de fevereiro, foi um dos principais cabos eleitorais na eleição para Arthur Lira (PP) na disputa pela Presidência da Câmara dos Deputados, selando sua aliança com o Centrão.

Os deputados na maioria permanecem membros da mesma facção enquanto ocupam cadeiras nos parlamentos. A principal razão para isso parece ser que permanecer como membro do mesmo grupo parlamentar é o modo mais seguro de ser novamente escolhido como candidato, embora em alguns países mudar de facção durante um dado período seja também proibido por lei. Finalmente, em sistemas parlamentares, a formação e a deposição de gabinetes ainda são determinadas por partidos, não por coalizões variáveis de deputados individuais. Nesses sistemas, o ‘núcleo do executivo’ ainda está nas mãos dos partidos políticos. Isso também resulta primariamente de regulações legais, às vezes de provisões constitucionais. Mas tais regulações estão em vigência na maioria dos sistemas parlamentares. Elas não mostram nenhum sinal de estar sendo relaxadas. A consequência da coesão partidária no parlamento e no governo é que as decisões políticas permanecem nas mãos dos partidos políticos, pelo menos naquelas áreas de políticas que são organizadas segundo princípios representativos (MANIN, 2013, p. 118).

Um segundo ponto levantado por Manin (2013), que deve ser avaliado com uma certa ressalva no caso do Brasil e em especial em 2018, é em relação às campanhas eleitorais e ao papel dos partidos. Bolsonaro foi eleito pelo PSL, que se coligou ao PRTB, o qual tinha



apenas oito segundos no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) e ganhou grande visibilidade na mídia depois da facada que sofreu em Juiz de Fora, no dia 6 de setembro de 2018, num ato de campanha no centro da cidade<sup>14</sup>. Não contou com recursos de verbas de campanha de fundo eleitoral. Ao contrário, os candidatos, como Geraldo Alckmin, que contou com uma ampla coligação de partidos tradicionais, saíram derrotados.

Manin (2013, p. 199) afirma que há uma segunda área em que os partidos não perderam força, a das campanhas eleitorais:

Nesse domínio, se houve alguma mudança, os partidos se tornaram mais dinâmicos do que eram antes. O sinal mais visível, e mais bem documentado, dessa vitalidade é a quantidade de recursos que os partidos dedicaram a campanhas eleitorais. Vários estudos mostram que as despesas de campanha têm aumentado. As campanhas eleitorais também foram profissionalizadas, empregando cada vez mais especialistas pagos tanto em propaganda nos meios de comunicação quanto em pesquisa de mercado. Esses desenvolvimentos, porém, não são normalmente vistos como marcas de vitalidade contínua.

Ao analisar a campanha de 2018, os argumentos de Manin (2013) destoam do cenário eleitoral brasileiro. O ativismo que mobilizou a campanha de Bolsonaro está em parte vinculado ao que será tratado adiante relacionado ao populismo digital. Trata-se de uma nova forma de mobilização dos eleitores, não mais pelas maneiras tradicionais, como faziam, principalmente, os partidos de esquerda.

Nesse sentido, conforme aponta Manin (2013), a erosão das fidelidades partidárias só reforçou a necessidade de dinamismo na mobilização de eleitores. Por certo, cada partido retém uma base nuclear de eleitores fiéis. Mas, à medida que esse núcleo encolhe, cada partido precisa buscar o apoio de eleitores em outro lugar. Segundo o autor, os partidos não necessariamente visam a maximizar o apoio eleitoral. Eles podem valorizar mais outros objetivos (como pureza ideológica, por exemplo). Todavia, um partido que não buscasse se contrapor ao declínio do apoio eleitoral estaria a caminho do esquecimento. A mera sobrevivência, portanto, exige uma postura proativa. Ao mesmo tempo, dado que a base central de apoio fiel está se reduzindo para todos os partidos, cada um deles enfrenta, também, um eleitorado “disponível” em expansão.

---

<sup>14</sup> Jair Bolsonaro leva facada durante ato de campanha em Juiz de Fora. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2018/09/06/ato-de-campanha-de-bolsonaro-em-juiz-de-fora-e-interrompido-apos-tumulto.ghtml>>. Acesso em: 21 set. 2021.

A questão é quais segmentos desse grande eleitorado disponível determinado partido deve visar em sua busca de apoio. Num ambiente tão incerto e imprevisível, a resposta a essa questão não é de forma alguma evidente. É por isso que os partidos recorrem a instrumentos de precisão, como pesquisas de opinião, levantamentos e grupos focais, para melhor discernir os interesses dos muitos segmentos disponíveis no eleitorado. Em última instância, porém, a liderança de cada partido tem de escolher qual constelação de segmentos seria mais adequada, dadas as restrições do partido, sua tradição, sua reputação e seu histórico. Ao fazer essa escolha, cada partido constrói de fato seu público-alvo. Vale a pena enfatizar que ao fazer essa escolha os partidos raciocinam em termos de grupos de eleitores (como jovens, mães que trabalham, e assim por diante), e não em ter eleitores individuais. Poder-se-ia dizer que cada um desses públicos não existia como uma unidade antes da decisão do partido. Ao decidir a composição do público ao qual querem se dirigir os partidos são não apenas ativos, são também criativos (MANIN, 2013, p. 120).

Nesse cenário, a partir da eleição de 2018 e das estratégias de Bolsonaro e da extrema direita, com a inserção das mídias digitais, a política reconfigurou-se. A mobilização dos eleitores passou a ocorrer de outras formas. Têm-se novos debates sobre as representações políticas, as formas de mobilização dos eleitores e o populismo digital, conforme aponta Cesarino (2019 2020), que serão discutidos adiante.

No entanto, para tratar da chegada no poder de Bolsonaro e do populismo digital, é preciso retomar algumas questões que antecedem esse contexto. Baquero (2000), também, discute a crise nos sistemas representativos e a crise dos partidos políticos, mas especificamente a crise na América Latina. Trazer esse debate para a pesquisa torna-se essencial para compreender o contexto das manifestações de junho de 2013, que culminaram no *impeachment* da presidente Dilma, e uma crise política e institucional, trazendo a ascensão de uma extrema direita ao poder.

Jair Bolsonaro (PL) chegou à Presidência com um discurso apartidário e antissistema mesmo tendo estado como deputado federal por quase 30 anos. Bolsonaro, então, conseguiu capturar a insatisfação gerada pela crise econômica e política e a transformou em potência eleitoral (ABRANCHES *et al.*, 2019). Deve-se salientar, também, que a grande mídia – como o Grupo Globo, *Folha*, *Estadão* e *Abril* – atuou de maneira incisiva para reforçar o forte sentimento antipolítica e antipetista, o que fez com que *outsiders* ou políticos com discurso antissistema ganhassem força no contexto político brasileiro. Não é por acaso que, em 2016 e 2018, vários prefeitos e governadores foram eleitos na onda de negação da política tradicional, como Alexandre Kalil (PHS), em Belo Horizonte, em 2016, João Doria (PSDB) em São Paulo, em 2016, e Romeu Zema (Novo), em Minas Gerais, em 2018.

A descrença na política e nos partidos políticos não é um fator apenas nacional, mas que vem ocorrendo em todo o mundo, como observou Baquero (2000). Várias características significativas da política latino-americana têm sido negligenciadas. Entre elas, estão: a continuidade estrutural de relações sociais verticalizadas e clientelísticas; a prevalência de estruturas partidárias, que se têm caracterizado pela indiferença às maiorias; a manutenção histórica de relações de antagonismo entre partidos e sociedade civil; e o declínio ou a manutenção do papel histórico de pouca representatividade dos partidos. Essas características se dão em um contexto de avanço tecnológico, que tem alterado as estratégias para captar o apoio dos cidadãos por meio de estruturas arcaicas, as quais, segundo Baquero (2000), levam ao surgimento de “novas” modalidades de comportamento político, que, na verdade, não se difere muito de comportamentos tradicionais.

É percebido que a crise dos partidos políticos é global, havendo uma diminuição da ênfase ideológica e tornando-se mais pragmáticos na captação de apoio eleitoral. Todavia, na América Latina, esse processo se difere no sentido de que os resultados dessa crise partidária têm impacto adverso no processo de construção de identidades coletivas, na constituição de instituições fortes e, como consequência, na governabilidade (BAQUERO, 2000).

Para Baquero (2000), as perspectivas institucionalistas de engenharia política pecam, em primeiro lugar, pelo seu normativismo e determinismo, segundo os quais o modelo de democracia está baseado nas experiências ocidentais de livre mercado, não encontrando condições análogas na América Latina. A segunda limitação se dá em relação à suposta construção de uma opinião crítica e consciente da população. O impacto dos meios de comunicação, conforme o autor, em vez de gerar cidadãos conscientes, está, na verdade, consolidando um mercado de consumidores acríticos e altamente individualistas. O processo de midiaticização não parece ter mudado esse quadro. Pelo contrário, principalmente em países onde o índice de analfabetismo funcional ainda é alto, como é o caso do Brasil e de outros países da América Latina, a dificuldade em discernir as chamadas *fake news* têm propiciado um impacto na política e na sociedade como um todo. Um estudo realizado pelo IBOPE Inteligência em 2018, desenvolvido pela ONG Ação Educativa e pelo Instituto Paulo Montenegro, indica que três em cada dez jovens e adultos de 16 a 64 anos no Brasil (29% do total, cerca de 38 milhões de pessoas) são considerados analfabetos funcionais. Isso demonstra que parte dos brasileiros tem dificuldades de interpretar textos e se expressar por meio de letras e números em situações cotidianas, podendo resultar na dificuldade com o uso das mídias sociais e o discernimento das notícias falsas.

A crise da democracia, para o autor, está associada à falta de confiança, por parte da população, nas instituições políticas e, também, pelo fracasso da democracia sob o ponto de vista do resgate da dimensão social. Diante disso, questões impensadas há décadas passaram a ter relevância, como a importância dos partidos políticos na sociedade moderna. Em virtude desse processo, alguns estudos (Baquero, 2000; Manin, 2013), conduzidos nos últimos anos, atestam um crescente distanciamento dos eleitores em relação aos partidos. Esse fato foi bem perceptível nas eleições de 2018, no Brasil, em que não importava aos eleitores de Bolsonaro a qual partido ele iria se filiar para se candidatar.

Baquero (2000) argumenta que o interesse do cidadão pela vida política tem diminuído significativamente. Não existe entusiasmo ou motivação para participar da política. As eleições se caracterizam pela apatia e desencanto e a classe política não é confiável para a população. Em uma pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha, sete em cada dez brasileiros (68%) declararam não ter confiança nos partidos políticos, 67% declararam não ter confiança no Congresso Nacional (o índice mais alto da série histórica) e 64%, na Presidência da República.<sup>15</sup> No contexto brasileiro, principalmente, percebe-se que a mídia exerce um papel crucial nessa falta de confiança. Com o início da “Operação Lava Jato”, que investigava lideranças e partidos políticos, e com a mídia dando ampla cobertura a esses desdobramentos, contribuiu-se para a descrença na política nacional. Adriel Lopes (2022) analisa como a forte espetacularização da Operação Lava Jato, comandada pelo então juiz Sérgio Moro, ganhou grande visibilidade na mídia e foi um dos principais discursos adotados pelo então candidato Bolsonaro na eleição de 2018 para fazer frente ao petismo. O autor constata tais narrativas disseminadas nas redes bolsonaristas.

Baquero (2000) explica que, no caso da América Latina, a cultura política está orientada para o sistema presidencialista em detrimento do mecanismo legislativo. O cidadão latino-americano, em geral, não vê os partidos como sendo os institutos, que resolveriam problemas políticos. Ao contrário, orientam-se e esperam que os conflitos políticos sejam resolvidos pelo Executivo. Ao ir às ruas em 2015, a fim de pedir o *impeachment* da presidente Dilma, boa parte da população entendia que os problemas que o País enfrentava era responsabilidade apenas do Executivo, ignorando o papel do Congresso na corrupção e até mesmo na crise econômica, que o País e o mundo enfrentaram.

---

<sup>15</sup> Pesquisa divulgada em 15 de junho de 2018. Disponível em: <<https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2018/06/1971972-partidos-congresso-e-presidencia-sao-instituicoes-menos-confiaveis-do-pais.shtm>>. Acesso em: 21 set. 2021.

A crise de representação política pode ser verificada pelo alto índice de representantes eleitos trocando de partidos:

Nos últimos anos, a questão da volatilidade eleitoral tem emergido como um fator obstaculizador da institucionalização partidária e democrática. A argumentação vai no sentido de que a baixa volatilidade eleitoral favorece a consolidação democrática, enquanto que altos índices comprometem essa estabilidade (BAQUERO, 2000, p. 31).

Essa volatilidade, segundo Baquero (2000), potencializa o descrédito nos partidos políticos, já que esse fator não permite que as estruturas internas dos partidos se solidifiquem. Um bom exemplo desse fator é o partido fundado por Marina Silva: a REDE. Apesar de ser um partido recente, ele tem enfrentado uma divisão por parte dos filiados e, também, a desfiliação de outros, fazendo com que o partido tenha mais dificuldade em se consolidar. Além disso, Marina, que foi uma forte concorrente nas eleições de 2010 e 2014, chegando em terceiro lugar, teve uma candidatura que foi um fiasco em 2018, quando obteve apenas 1% dos votos válidos, ficando em sétimo lugar na disputa presidencial. Em 2022, a REDE elegeu apenas dois parlamentares para o Congresso, incluindo Marina Silva, que depois se tornou ministra do Meio Ambiente do Governo Lula.

Manz e Zuazo (1998 *apud* BAQUERO, 2020) enfatizam que o problema principal se refere ao fato de que os partidos, na atualidade, têm baixa representatividade. Os eleitores não se sentem mais identificados com os partidos tradicionais. No caso do Brasil, como foi mencionado no Quadro 1, isso ficou bem claro quando se teve, nas eleições de 2018, uma renovação do Congresso, em que partidos tradicionais, como MDB e PSDB, perderam bastante cadeiras, enquanto partidos, como o PSL, ganharam muitas cadeiras se comparados às eleições de 2014. Essa falta de identificação partidária, segundo Baquero (2000, p. 33), pode levar ao surgimento de opções políticas à margem desses partidos, “o que é mais preocupante, baseados no princípio da antipolítica, levando ao que tem se convencido chamar de dessocialização da sociedade”. Mais uma vez, pode-se usar o exemplo das eleições de 2018 para se compreender esse processo citado pelo autor, em que se tiveram candidatos eleitos, tanto no âmbito estadual como federal, adotando o discurso do antipolítico, pessoas sem capital político conseguindo se eleger, os chamados *outsiders*.

Dessa forma, a crise dos partidos políticos na América Latina em geral se dá pelo fato de que o princípio básico subjacente à ideia da democracia representativa é o liberalismo: “Essa ideologia, cujos pressupostos limitam a ingerência política dos cidadãos ao voto, sem estimular uma maior participação partidária, não tem contribuído para que essas organizações

sejam vistas como verdadeiras representantes da sociedade” (BAQUERO, 2000, p. 74). Alguns autores, de acordo com Baquero (2000), entendem a polarização partidária como sendo, também, um problema para a crise. Porém, o autor destaca que, em sociedades caracterizadas pela exclusão social e pela concentração de renda, como é o caso do Brasil e de muitos países da América Latina, a polarização ideológica é inevitável, mas isso não significa, necessariamente, ser um fator de ruptura institucional.

Mesmo em 2000, Baquero já sinalizava que o crescimento da população em condições de extrema pobreza na América Latina gerava condições para o surgimento de novas lideranças políticas à margem das políticas convencionais mesmo na chamada democracia representativa:

O caráter estrutural de disponibilidade das massas nesta região aumenta a predisposição dos cidadãos por soluções fortes e rápidas, em detrimento de mediação e negociação política via partidos políticos. Nesse cenário, a incerteza e a insegurança, aliadas a um desencanto com os estilos tradicionais de fazer política, bem como a ineficiência da política representativa tradicional, criam condições para o sucesso de candidatos que utilizam o discurso da antipolítica (BAQUERO, 2000, p. 75).

Outra especificidade da América Latina é que, nesta região, ao contrário do que ocorre nas democracias ocidentais, não dá para afirmar que o fato de ter uma parcela significativa de cidadãos que rejeitam ou são indiferentes aos valores democráticos, não seja um fator que compromete a estabilidade política. Mesmo que esse grupo exista em todos os países, na América Latina, essas parcelas podem ter papel decisivo na manutenção de um sistema intolerante e instável, contribuindo pouco para a consolidação da democracia (BAQUERO, 2000). No Brasil, durante as manifestações que pediam o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, algumas pessoas apareceram com cartazes pedindo a intervenção militar, tendo em vista que esse mesmo processo ocorreu antes do golpe civil-militar em 1964. Desse modo, percebe-se a importância desses grupos, que têm papel decisivo em momentos políticos, como o autor colocou.

Baquero (2000) aponta que a manutenção de culturas políticas orientadas pelo individualismo, passividade e indiferença assegura a democracia na América Latina num estado permanentemente de instabilidade, em que a existência formal de instituições democráticas se choca com uma cultura política desconfiada e desencantada. Assim, o declínio de partidos políticos e o crescimento do discurso apolítico e não democrático são inevitáveis. Em 2018, Bolsonaro usou como estratégia culpar o sistema político no seu

conjunto pela situação pela qual o País se encontrava – crise econômica e corrupção –, e os partidos políticos tradicionais estão no centro dessa crítica, pois eles formam o sistema, sendo o centro do fisiologismo político (ABRANCHES *et al.*, 2019).

Daí a importância de trazer o debate da crise de representação política e institucional bem como a crise do partidarismo, pois, conforme apontam Abranches *et al.* (2019), está-se diante de uma tendência política, que é construída a partir da negação: não sendo apenas antipetista, mas antipartidário; e não apenas antipartidário, mas também antissistêmico.

## 1.2 Das Jornadas de Junho às Eleições de 2018

Após compreender como tem se dado a crise de representação política e institucional vivenciada não só no Brasil, mas também em outras democracias na América Latina, pode-se conceber o contexto de crise, que ainda é vivenciada no País. Dessa maneira, para discutir o fenômeno do bolsonarismo e a ascensão da extrema direita no Brasil, é imprescindível contextualizar o que fora o Brasil dos últimos anos: um país com uma crescente tensão social devido a uma crise de representação política e institucional. Tal crise se intensificou após uma ruptura democrática em 2016, vista por muitos cientistas políticos como um golpe político, midiático, jurídico e econômico, em que diferentes grupos dessas elites se organizaram e, claro, aos poucos, foram agregando forte apoio popular (SANTOS, 2017; SOUZA, 2016).

Tal processo resultou na retirada da presidente Dilma Rousseff (PT) do poder, que, do ponto de vista jurídico, tinha uma fragilidade, em sua argumentação, já que o *impeachment* foi baseado nas pedaladas fiscais, que se refere à prática do Tesouro Nacional de atrasar o repasse de dinheiro para bancos e autarquias de forma proposital com o objetivo de melhorar artificialmente as contas públicas, situação que já havia ocorrido em governos anteriores sem ocasionar na perda de mandato. No caso da presidente Dilma, houve a perda de apoio da base aliada no Congresso, queda brusca da popularidade junto à opinião pública, posicionamentos claramente desfavoráveis à petista pela grande imprensa, resistência por parte da classe empresarial e protestos populares nas ruas, que culminaram no seu *impeachment* (COIMBRA, 2018; CAMPOS, 2019). Por isso, para se entender o processo acerca do *impeachment* de Dilma Rousseff, é importante compreender o contexto que o antecedeu. Por isso, cabe trazer ao debate as chamadas “Jornadas de Junho”, que foram manifestações ocorridas em 2013. As manifestações desse período trouxeram reflexos, que culminaram não só na queda do Governo petista, como na ascensão da extrema direita ao poder. Junho de 2013, conforme

aponta Silva (2018), foi o ponto inicial para a abertura da crise do modelo democrático-representativo.

Os protestos, que, inicialmente, começaram contra o aumento da tarifa do transporte público, começaram a revelar uma insatisfação da população brasileira com a classe política, a corrupção e a falta de investimento na educação e transporte. Singer (2013) ressalta que é possível falar em abalo sísmico ao mencionar as Jornadas de Junho, porque, em dado momento, as coisas tomaram tanta dimensão e energia que ficou claro que estava ocorrendo algo nas entranhas da sociedade, que, como o autor já apontava, podia sair do controle.

Singer (2013) explica que o movimento se disseminou por diversos municípios do País, mobilizando milhões de pessoas, o que obrigou algumas cidades a reduzirem o valor das passagens, além de ameaçar a realização da Copa das Confederações, que aconteceria naquele ano. Singer (2013) divide o acontecimento em três fases. Na primeira, havia objetivo específico, que era a redução da tarifa do transporte público. Movimentos convocavam os manifestantes pelas redes sociais e percorriam grandes vias públicas e, ao final dos atos, aconteciam alguns confrontos com a polícia. Nesse momento, segundo o autor, já se percebia o crescimento do movimento em número de pessoas. Foi nessa fase, na terceira convocação do Movimento Passe Livre (MPL), que houve um intenso conflito com a Polícia em São Paulo, na capital. Muitas cenas de violência policial e destruição de patrimônio por alguns grupos foram intensamente disseminadas pelos veículos de mídia do País. Essa intensificação do embate levou o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), a pedir um endurecimento das forças contra os próximos atos. A partir do dia 13 de junho, iniciou-se uma repressão ainda mais violenta contra os manifestantes e pessoas que transitavam próximas. A Polícia Militar de São Paulo chegou a atingir jornalistas e transeuntes, o que atraiu a indignação, já que a maior parte dos manifestantes agia pacificamente. Diante disso, o movimento acabou ganhando a simpatia do público, marcando a segunda fase, como pontua Singer (2013).

Essa segunda fase, que marcou as manifestações dos dias 17, 18, 19 e 20 de junho, passou a contar com outras frações da sociedade, conforme explica Singer (2013). As manifestações, então, alcançaram o auge, aumentando muito o número de manifestantes, que, então, chegou aos milhares. Porém, como destaca o autor, apesar do aumento da potência das manifestações, as demandas se tornaram vagas. A luta contrária ao aumento das passagens se tornou apenas uma reivindicação em meio a tantas outras. Podia-se ver diferentes cartazes nos atos, mas o repúdio à política era algo forte. Representando isso, estava a depredação de edifícios públicos, como a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro e o Congresso Nacional.



Na terceira e última etapa, conforme classificada por Singer (2013), no período que vai do dia 21 até o final do mês, o movimento fragmentou-se em mobilizações parciais com objetivos específicos, como a reivindicação pela redução dos pedágios, protesto contra o Programa Mais Médicos etc. Ainda fortes, as manifestações, nesse momento, começaram a ser separadas por diferentes inclinações e a se dividir.

Diante disso, Singer (2013) relata que a maior parte do público presente nesses movimentos refere-se à classe média tradicional, inconformada com os diferentes aspectos da política nacional. Em geral, eram jovens, que conseguiram trabalho na era Lula (2003-2013), mas que tinham que lidar com baixos salários, más condições de trabalho e alta rotatividade. Por meio de pesquisas realizadas com manifestantes na época, Singer (2013) indica outras características importantes desses manifestantes. Parte expressiva possuía alta escolaridade, metade dos manifestantes tinha renda familiar acima de cinco salários mínimos e cerca de 20% recebiam acima de dez salários mínimos familiares mensais, o que aponta, mais uma vez, que pelo menos metade dos manifestantes compunha a classe média tradicional.

Na visão de Singer (2013), o MPL tinha um objetivo claro: lutar contra o aumento das tarifas do transporte público e colocava o anseio coletivo acima do individual, de acordo com análise feita de uma entrevista com lideranças do movimento. Porém, como destaca o autor, o MPL acabou abrindo espaço para visões de mundo muito diferentes das suas ao não impor, desde o ato, o sentido das manifestações. Dessa forma, as tendências de centro e de direita acabaram se aproveitando da corrente deslanchada pela nova esquerda, resultando em uma mudança completa de direção. Para Singer (2013), os setores da classe média de centro e de direita intuíram que havia ali uma oportunidade, e assim se aproveitaram dela. A partir desse momento, as manifestações uniram pessoas de extrema esquerda e extrema direita, adquirindo um viés oposicionista, que não havia antes. A oposição era tanto ao Governo Federal quanto aos Governos estaduais e municipais.

Moreira (2020) traz uma relevante discussão acerca das manifestações de junho de 2013. A autora, também, concorda que as manifestações ocorridas nesse período produziram efeitos significativos nos campos da política e da mídia e no ambiente social como um todo. Os atos de 2013 assim como os atos *pró-impeachment* – de 2015 e 2016 – foram convocados e articulados por meio das redes sociais, como já foi apontado, tornando-se um marco do fortalecimento das novas direitas, que mais tarde seriam de fundamental importância para a ruptura democrática, que se deu com o golpe de 2016 (MOREIRA, 2020).

Ao comparar as manifestações de 2013 com os atos ocorridos em 2015 e 2016, Moreira (2020) acentua algumas diferenças. Apesar de o número de pessoas ser próximo e o

chamamento para ambos acontecer através das redes sociais, as demandas das quais os eventos foram articulados eram diferentes. A partir da polarização intensificada com a eleição de 2014, direita e esquerda passaram não só a disputar o poder, como a disputar as ruas, as redes e a mídia (MOREIRA, 2020). Cabe ressaltar que o espaço da grande mídia, como o Grupo Globo e o jornal *Folha de S. Paulo*, já era um espaço perdido para a esquerda, já que os enquadramentos referentes à falta de governabilidade da presidente Dilma Rousseff bem como a crise econômica ocupavam grande parte dos conteúdos midiáticos (CAMPOS, 2019).

Ao analisar as publicações no *Facebook*, do Movimento Brasil Livre (MBL), Moreira (2020) aponta que, no período de 2014 a 2019, se evidenciava o discurso antipetista, que fora adotado como estratégia de unificação e adesão dos seguidores com o objetivo de desestabilizar e retirar o PT do poder, além de reforçar que o PT representaria uma ameaça à retomada do poder. Dessa forma, pode-se observar que, a partir das manifestações de junho de 2013, o MBL se fortaleceu enquanto organização, alcançando seguidores em todo o País e contribuindo, assim, para o crescimento dessa nova direita, que chegaria ao poder em 2018. Nesse contexto, mesmo após o golpe de 2016, que veio a tirar Dilma Rousseff (PT) do poder, o MBL se articulou para reforçar que o PT era uma ameaça e não poderia voltar ao poder novamente.

Retomando as manifestações de 2013, observa-se que, a partir de dado momento, as bandeiras brasileiras passaram a ser presença constante nesses atos juntamente com cartazes pedindo menos impostos. Desse modo, como lembra Singer (2013), a direita passou a se aproveitar do discurso anticorrupção, tema que já era fortemente pautado na grande mídia e fácil de atingir as mais diversas camadas sociais. Moreira (2020), também, concorda que, aos poucos, os atos de 2013 foram cooptados por grupos das novas direitas, fazendo com que as pautas relativas ao transporte público fossem ignoradas e no lugar apresentassem-se as pautas relacionadas à aversão à política, ao petismo e à corrupção.

Segundo Souza (2016), o contexto das manifestações de junho de 2013 marcou o ponto de virada da hegemonia ideológica, até então dominante, e da popularidade dos governos petistas. Ele destaca que é essencial compreender como esses protestos localizados com foco em políticas municipais foram manipulados de tal modo a se “federalizarem” e atingirem a popularidade da presidente Dilma com, até aquele momento, os mais altos índices de aprovação. O autor analisa que, antes, a cobertura midiática era negativa com relação aos protestos. Porém, em um certo momento, essa cobertura passou a ser positiva: “O protesto passou a ser definido como pacífico, e a bandeira brasileira se tornou seu símbolo. Agora os

protestos eram tidos como ‘expressão democrática’ e já não se dizia que causavam tumulto ou prejuízo ao trânsito” (SOUZA, 2016, p. 90).

Num segundo momento, a cobertura jornalística sobre os protestos mudou, como lembra Souza (2016), assim como mudou, também, o público, que apoiava as manifestações:

Começava a criação estética e moral do movimento antigoverno federal capitaneado pela grande imprensa: os ritos passaram a ser cantar o hino nacional, vestir camisa da seleção, ter a cara pintada e usar a bandeira nacional. Mudaram não apenas as bandeiras iniciais do movimento, mas também o público que as apoiava (SOUZA, 2016, p. 91).

Souza (2016) explica que já se tinha, em junho de 2013, o delineamento geral de todas as forças, que, mais tarde, iriam se articular no golpe de abril de 2016. Algumas alianças, segundo o autor, consolidaram-se durante o processo e outras começaram a se desenvolver em 2013. Ficou nítida a aliança consolidada em 2013 entre a mídia e a classe média conservadora. Como aponta Souza (2016), o moralismo e o conservadorismo foram usados como estratégia para conquistar o eleitorado nas eleições de 2014, demonstrando que essas características do conservadorismo da direita foram reaparecendo já nas manifestações de 2013 e sendo articuladas para a tomada do poder em 2016 e até mesmo como estratégia para conquistar eleitores nas eleições de 2018.

Santos (2017, p. 179) concorda que as manifestações de 2013 “aumentaram a temperatura das multidões” e que nenhuma medida proposta pelo Governo diminuiria as tensões. A campanha presidencial de 2014 se deu em meio a uma crise do Governo Dilma e a uma polarização: “O vocabulário das redes sociais durante a campanha presidencial de 2014 atestava que o calor dos ânimos, como consagra o humor popular, fervia a noventa graus centígrados” (SANTOS, 2017, p. 179).

A vitória de Dilma em 2014 expôs a profunda divisão da população, herdada das manifestações de 2013 e da “radicalidade retórica e passional das campanhas”, na perspectiva de Santos (2017, p. 180). Para piorar o quadro, Dilma inaugurou o segundo mandato anunciando um programa de austeridade e de ajuste fiscal, como lembra o autor, e despertando a frustração dos apoiadores, que se somou à ira dos derrotados diante da apropriação de seu programa de governo. A rejeição por parte da esquerda reverteria o apoio que Dilma recebera nas urnas, propiciando uma queda de aprovação do Governo ainda maior e que não mais recuperaria até o golpe de 2016.

A partir daí, de acordo com Santos (2017), armou-se uma coalizão de assalto conservador ao poder envolvendo desde a sabotagem do Legislativo a ações do Executivo.

A ingovernabilidade parlamentar não foi razão suficiente para a abertura do processo de impedimento; o impedimento foi a razão teleológica da sabotagem parlamentar. Assim, como a gradativa indiferença dos empresários aos acenos do governo, paralisando planos de investimento e expansão de empresas, não expressava redução da confiança da disposição do Executivo em honrar seus contratos [...] (SANTOS, 2017, p. 180).

O empresariado, segundo o autor, preferia soluções radicais para enfrentar as consequências da crise mundial, considerando impossível continuar adiando. Diante de tal quadro, o PT se via em uma situação difícil, já que, por outro lado, deveria continuar honrando as promessas aos próprios trabalhadores, não podendo pautar propostas, que atingiriam de forma negativa a classe.

Nesse quadro, a expectativa de um impedimento, encabeçado, também, pelo PSDB, que não havia aceitado a derrota, “estava agora nas ruas, nas redes sociais e na imprensa partidarizada”, conforme destaca Santos (2017, p. 180). O autor, ainda, lembra que a ideia do *impeachment* ganhou mais força com a adesão de lideranças do PMDB. Tal adesão foi crucial, uma vez que o processo de impedimento foi aceito pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha, do PMDB.

A convergência entre juízes, imprensa e a maioria dos políticos resultou no extenso consenso *a priori* contra a continuidade do governo de Dilma Rousseff. O apoio recebido das classes médias e de parte da população de baixa renda testemunha a gravidade da extensão e intensidade da insatisfação poliárquica [...] (SANTOS, 2017, p. 182).

Para Santos (2017), o golpe foi resultado da convergência de vetos de agentes políticos relevantes em operações que não foram planejadas, mas que tinham coincidência de objetivos. Um golpe parlamentar, na visão do autor, precisa de concordância quanto aos procedimentos e quanto a “silêncios”. Os silêncios da imprensa e do Judiciário, ao negarem reconhecer as ocorrências de arbitrariedades no processo, foram fundamentais para moldar o golpe.

O golpe parlamentar em sociedades de democracia representativa de massa, conforme o autor, consiste em retirar o poder constituinte do povo. A Constituição passa a ser reinterpretada pelo governo golpista, que delibera, com o apoio da coalizão, o que é constitucional e o que é crime contra a Constituição. Nesse sentido, não precisa haver violência contra os adversários, bastam aplicações “inovadoras dos capítulos da Constituição necessários à consolidação do golpe” (SANTOS, 2017, p. 183). Diante disso, torna-se necessário manter os interesses do Judiciário e da imprensa, por terem contribuído com o

golpe, cada um cumprindo um papel diferente. Uma das últimas medidas de Temer no governo golpista foi justamente sancionar o aumento salarial para o Judiciário, mesmo diante de uma crise econômica, demonstrando que a instituição merecia uma recompensa por ter aprovado as arbitrariedades do processo de impedimento como legais.

Na perspectiva de Santos (2017), o “sequestro do poder constituinte do povo” (p. 185) se dá por meio do golpe parlamentar, sendo o Judiciário e o empresariado atores principais desse espetáculo, juntamente com a imprensa, que tem papel relevante, já que atua como filtro do noticiário, que chega às grandes massas. Os parlamentares que articularam o *impeachment* puderam contar ainda, como lembra o autor, com a operação dos procuradores e juizes da Lava Jato, que, na visão de Santos (2017, p. 186), têm “obsessão em atribuir malignidade por intenção a fatos insignificantes”.

Santos (2017) previa que o futuro pós-golpe seria tortuoso se comparado com a situação de outras democracias representativas, que, mesmo sendo poupadas da farsa de golpes parlamentares, têm, no poder, conservadores, como é o caso dos Estados Unidos, por exemplo, ou enfrentam a desistência de governos populares, como aconteceu na Espanha e na Grécia. Voltando ao Brasil, Santos (2017) conclui que, independentemente da competência, da flexibilidade política ou da honestidade dos governos destituídos, o golpe aconteceria da mesma forma, visto que foram infundadas as razões do impedimento.

Desse modo, Santos (2017) defende que os golpes parlamentares, como o que se deu no Brasil, constituem um fenômeno novo na história das tensões entre o capitalismo e a democracia de massas. Dessa forma, o Brasil, mais provavelmente, não será o único a enfrentar um golpe com a “bênção constitucional”. Para o autor, o País está apenas anunciando a crise das democracias em meio ao capitalismo no século XXI.

Miguel (2019), também, discute o *impeachment* de Dilma Rousseff e afirma que tudo o que foi construído após a ditadura militar, em termos de democracia e de promoção da justiça social, foi destruído com o golpe de 2016. Segundo o autor, a ofensiva de direita, o golpe de 2016 e a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 trouxeram enormes retrocessos. Dentre esses retrocessos apontados por Miguel (2019), pode-se destacar o fortalecimento dos discursos públicos em favor das hierarquias sociais, justificadas por serem definidas por Deus ou pelo mercado, não podendo, assim, serem desafiadas. Recentemente o ministro da Educação, Milton Ribeiro, em uma entrevista à Rede Brasil, defendeu que a Universidade deve ser “para poucos”. Ao defender a formação técnica, o ministro fez a afirmativa justificando que, dessa maneira, seria “útil à sociedade”, fazendo entender que a Universidade não seria para todos ou apenas para uma elite.

Para Miguel (2019), a ruptura democrática que se deu no Brasil não pode ser explicada apenas pelas manobras de um indivíduo ou agrupamento político. Parte da resposta, segundo o autor, está “nas relações de força entre grupos sociais no Brasil e na maneira pela qual nossas instituições as expressavam” (MIGUEL, 2019, p. 15). Diante disso, o autor destaca que não há democracias consolidadas e que, no caso do Brasil, a democracia se rompe no momento em que “grupos-chave concluíram que o jogo eleitoral não lhes servia mais” (MIGUEL, 2019, p. 19). Dessa forma, enquanto uma elite tiver tamanho poder de veto, a democracia será bem frágil, o que é o caso do Brasil.

Miguel (2019) entende que o golpe não acabou com a saída da presidente Dilma do poder. De acordo com ele, a vitória de Jair Bolsonaro em 2018 foi um desdobramento desse processo, que representa um retrocesso nos direitos, a redução da representação popular nas tomadas de decisões políticas e o “adormecimento do projeto de construção de uma sociedade mais justa” (MIGUEL, 2019, p. 21). Dessa maneira, esse retrocesso e a retirada de direitos ainda estão em aberto, sobretudo com as constates ameaças às, já fragilizadas, instituições democráticas.

Segundo Miguel (2019), o golpe de 2016 acabou unindo grupos distintos, que tinham objetivos diferentes: grupos políticos, que queriam frear as investigações sobre corrupção; grupos mais vinculados ao capital internacional, que estavam empenhados em abrir o patrimônio nacional para o capital estrangeiro; grupos ligados ao empresariado, interessados nas reformas relacionadas ao capital-trabalho; e, por fim, grupos, que eram vistos apenas como instrumentais e que serviam para garantir a manutenção da pressão política. Todavia, esse último grupo, como aponta o autor, acabou ganhando um protagonismo, que muitos não esperavam. Dessa forma, a candidatura de Jair Bolsonaro reuniu esse último grupo e marcou o golpe, como aponta o autor, com um extremismo direitista, que trabalha contra uma normalização esperada pelos demais grupos, os quais apoiaram o golpe.

Miguel (2019) lembra que a democracia liberal está em profunda crise em todo o mundo, fazendo com que líderes autoritários cheguem ao poder, como ocorreu nos Estados Unidos, com o republicano Donald Trump, e como ocorre no Brasil, com a eleição de Jair Bolsonaro. Bolsonaro representa um “governo que em parte se guia por teorias conspiratórias, em parte promove a agenda mais dura do capital financeiro” (MIGUEL, 2019, p. 181).

Diante disso, o autor destaca que, “embora o golpe de 2016 não projetasse o triunfo de Bolsonaro, esse triunfo seria impensável sem o golpe” (MIGUEL, 2019, p. 181). Por isso, a importância de trazer a discussão sobre o golpe de 2016 para este trabalho, uma vez que a ascensão da extrema direita começou nas manifestações pró-*impeachment*, quando lá já se

viam faixas pedindo intervenção militar, faixas em nome de Deus e da família, e faixas com teorias conspiratórias de que o comunismo iria tomar o Brasil. O fenômeno do bolsonarismo foi intensificado pelas redes sociais, puxado por um discurso conservador e violento, que já agradava a alguns, somado ao ambiente de incertezas após uma ruptura democrática e uma crise institucional, que crescera ainda mais depois de 2016.

Foi neste ambiente de crescimento da extrema direita e incertezas que se deu a eleição de 2018. Ao explicarem a eleição de 2018, Abranches *et al.* (2019) destacam que o processo rompeu o eixo político-partidário, que organizou governo e oposição nas últimas seis eleições, quebrando a polarização entre o PT e o PSDB pela Presidência da República. Jair Bolsonaro, que se candidatou pelo PSL, um partido nanico, conseguiu projeção através das redes sociais, que tiveram um papel muito importante na eleição de 2018. Abranches *et al.* (2019) apontam que os grupos políticos, que desenharam o fundo partidário com o objetivo de compensar a proibição do financiamento de empresas em campanhas, concentrando o recurso público e o tempo de TV nos partidos maiores, não calcularam que as redes seriam uma boa alternativa para os partidos pequenos. Dessa forma, partidos, que eram quase insignificantes no processo eleitoral, passaram a disputar espaço com os grandes graças à visibilidade propiciada pelas redes sociais. Foi assim que Jair Bolsonaro conseguiu ganhar espaço mesmo sendo filiado a um partido, que até então não tinha expressividade alguma na disputa presidencial.

Abranches *et al.* (p. 19) destacam que a principal característica desse tipo de campanha, que se deu em 2018, “é que não permite controle da trajetória, conteúdo e intensidade das mensagens disseminadas”. Os autores explicam que a disseminação de notícias nas redes é impulsionada por agências profissionais e por consequência da falta de controle nas redes sociais. Tais notícias avançam de forma descentralizada e independente, espalhando-se por contágio. Daí surgem as *fake news* – notícias falsas – e os *memes* – conteúdos de cunho humorístico –, que se tornam virais, potencializando a radicalização e a polarização nas campanhas eleitorais.

Essa nova forma de polarização é um fenômeno global, nascido do crescimento das redes sociais, cujo uso cívico, embora importante, não conseguiu ainda se impor como via principal do debate político digital. Ela ainda está dominada pelo discurso de ódio e de difamação, seja por indivíduos raivosos ou por milícias digitais (ABRANCHES *et al.*, 2019, p. 19).

Os autores destacam o termo dado, por sociólogos e psicólogos políticos, a esse fenômeno, que se dá em ambiência virtual: polarização afetiva. Os rótulos políticos usados,

segundo Abranches *et al.* (2019), são vazios de conteúdo programático, despolitizados e cheios de conteúdos emocionais do tipo “amo a nós, logo odeio a eles”. Esse conteúdo fora muito utilizado na campanha de 2014 dos Estados Unidos pelo republicano Donald Trump, e, mais tarde, o apelo emocional, também, fora muito utilizado na campanha de 2018 por Jair Bolsonaro, sobretudo após o episódio em que o então candidato foi atingido por um golpe de faca enquanto estava em campanha na cidade de Juiz de Fora – MG.

Com o episódio da facada – ataque realizado por Adélio Bispo em 6 de setembro –, alguns analistas políticos acreditaram que Bolsonaro pudesse crescer nas pesquisas devido à comoção que o caso poderia despertar nas pessoas. Há cientistas políticos que defendem a tese de que, ao aparecer muito na mídia tradicional devido ao episódio, Bolsonaro acabou ganhando grande visibilidade, o que contribuiu para seu crescimento na corrida presidencial. Porém, há os que acreditam que o episódio do atentado não contribuiu para a ascensão de Jair Bolsonaro à Presidência, pelo menos não do ponto de vista do emocional. Para Abranches *et al.* (2019), o atentado ajudou Bolsonaro ao lhe permitir se ausentar do debate público até o final do segundo turno, podendo se vender como um antissistema, mesmo tendo atuado por quase 30 anos como Deputado Federal e sendo uma figura até bem antiga na política brasileira. Dessa forma, mesmo tendo a alta médica, Bolsonaro manteve-se ausente dos debates, tornando-se o primeiro presidente eleito sem ir aos debates do segundo turno. Abranches *et al.* (2019) ressaltam que, antes da facada, a rejeição de Bolsonaro subia todas as vezes que ele se expunha. Após o episódio da facada, o então candidato pôde ganhar sem aparecer: “ganhar como uma tela em branco sobre a qual o eleitorado projetasse suas esperanças” (ABRANCHES *et al.*, 2019, p. 80).

Diante do que já foi apresentado, é possível compreender que a vitória de Bolsonaro contou com importantes elementos conjunturais, mas também houve fatores, que contribuíram, em médio prazo, para a escolha do eleitorado pelo capitão reformado, conforme apontam Abranches *et al.* (2019). Segundo os autores, Bolsonaro acabou seduzindo frações oscilantes de camadas intermediárias e populares por diferentes caminhos. Com o discurso da anticorrupção e do antipetismo, Bolsonaro acabou atraindo eleitores de maior renda e atraiu os eleitores de menor renda pelas promessas de segurança e pela atitude pessoal, que foi tomada como sincera. Acrescenta-se, aí, a estratégia de imagem, que trabalhou Bolsonaro como um homem simples e humilde, que pôde ser representada em uma foto de campanha, a qual teve grande visibilidade nas redes, em que o então candidato pelo PSL aparecia tomando café em uma mesa simples – mostrava um pão de sal, leite condensado e uma garrafa de café



apenas. Além disso, o presidente apresentava-se com roupas simples: de camisa, bermuda e chinelos.

O resultado mostra como Bolsonaro surpreendeu ao vencer com uma coligação de partidos nanicos (PSL e PRTB), com 49.276.990 votos (46,03% dos votos válidos) no primeiro turno, derrotando o PT numa forte polarização ideológica, que teve como candidato Fernando Haddad – 31.342.005 (29,28%), seguido em terceiro por Ciro Gomes (PDT), com 13.344.366 votos (12,47%). Candidatos com uma ampla frente de partidos tradicionais, como Geraldo Alckmin, do PSDB, que contou com o apoio das siglas do Centrão – PSD, PTB, PP, PP e SD, o que garantiu o maior tempo no HGPE e mais recursos, mas terminou em quarto lugar com apenas 4,76% dos votos válidos – 5.096.349 votos. Em quinto, ficou João Amoedo, do Partido Novo, com 2,50% (2.679.744 votos), um *outsider* da política, assim como o sexto colocado, o cabo Daciolo, candidato pelo Patriotas, outro partido nanico, que teve 1,26% dos votos (1.348.323 votos). Nomes conhecidos da política nacional, como o então ministro da Economia, Henrique Meireles, candidato pelo maior partido do País na época, o MDB, ficou em sétimo lugar, com 1,20% dos votos (1.288.948 votos). A ex-senadora Marina Silva, que chegou a ficar em terceiro lugar em 2014, teve apenas 1% dos votos válidos, recebendo apenas 1.069.577 votos. O senador Álvaro Dias (Podemos), também, teve apenas 859.601 votos, ficando em nono lugar. Guilherme Boulos (PSOL) ficou em 10º lugar, com 617.122 votos. Vera (PSTU) obteve 55.762 votos, ficando à frente de Eymael (DC) – 41.710 votos –; e de João Goulart Filho, que ocupou o último lugar, com 30.176 votos.

Esses dados do resultado de 2018, no primeiro turno, evidenciam bem a crise das instituições políticas e revelam como Bolsonaro, mesmo, estando há 27 anos atuando como deputado federal, entrou na disputa política colocando-se como um candidato antissistema, crítico da “velha política”, e utilizou, principalmente, estratégias do populismo digital. Tanto que, em 26 de outubro de 2018, a jornalista Patrícia Mello Campos, da *Folha de S. Paulo* divulgou uma reportagem<sup>16</sup> investigativa, que denunciava um esquema de disparo de mensagens financiadas por empresários, que apoiavam a candidatura de Bolsonaro. A reportagem denunciou que empresários estariam comprando pacotes de disparos em massa de mensagens contra o PT no aplicativo *WhatsApp*. Além disso, segundo a jornalista, um grande esquema estaria sendo preparado para o segundo turno das eleições. Depois, em 2019, foi, inclusive, criada a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) das “Fake News”. A

---

<sup>16</sup> Empresários bancam campanha contra o PT pelo *WhatsApp*. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contra-o-pt-pelo-whatsapp.shtml>>. Acesso em: 2 set. 2021.

CPMI (que integra tanto deputados quanto senadores) foi criada para investigar a existência de uma rede de produção e propagação de notícias falsas e o assédio virtual nas redes sociais. Ao mirar a eleição de 2018, a CPMI, acabou revelando o chamado “gabinete do ódio”<sup>17</sup>, ligado a pessoas, que integram o Governo de Jair Bolsonaro.

Dessa forma, como lembram Abranches *et al.* (2019), por meio de mensagens diferentes, Bolsonaro acabou convencendo amplas parcelas do eleitorado de que era preferível se arriscar com ele do que dar uma chance a Fernando Haddad (PT), o candidato de Lula, cuja impossibilidade de concorrer foi decisiva para a eleição de 2018.

### 1.3 O Populismo Digital e a Ascensão do Bolsonarismo

Ao longo dos últimos anos, assiste-se ao crescimento da extrema direita não só no Brasil, mas em todo o mundo. Miguel *et al.* (2018) definem esse momento no País como uma reorganização neoconservadora, que deriva de posturas autoritárias e antidemocráticas. Desde que assumiu o Governo, em 2019, Jair Bolsonaro teve como estratégia manter o seu discurso antissistema, atacando, principalmente, a grande mídia, sobretudo o Grupo Globo e o jornal *Folha de S. Paulo*. Diante disso, o ex-presidente manteve a comunicação governamental pelas redes sociais, em que estabeleceu o diálogo com o seu eleitorado, muitas vezes atacando as mesmas instituições e grupos políticos, que são vistos como “inimigos”. Com a pandemia de Covid-19, os ataques às instituições, sobretudo à grande mídia e a grupos políticos adversários, tornaram-se mais regulares nos discursos de Bolsonaro, dando o tom de como o Governo agiria diante da crise que o Brasil enfrentava. Essa estratégia juntamente com outras podem ser apontadas como elementos populistas (CESARINO, 2019b).

A dificuldade em conceituar o populismo já foi mencionada por autores, que descrevem o problema em estabelecer uma definição, a qual capte o fenômeno em diferentes contextos culturais e históricos (ROODUIJN, DE LANGE; VAN DER BRUG, 2019). Há diferentes perspectivas que dizem respeito ao gênero de populismo, tendo um consenso, porém, de que o populismo é um conjunto de ideias que descrevem a sociedade como um conflito moralmente carregado sobre a soberania na tomada de decisões políticas entre um povo supostamente virtuoso e uma elite supostamente corrupta (MUDDE; ROVIRA KALTWASSER, 2017; ROODUIJN, DE LANGE; VAN DER BRUG, 2019).

---

<sup>17</sup> O que é o “gabinete do ódio” que virou alvo da CPMI das *Fake News*. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/republica/gabinete-do-odio-alvo-cpmi-fake-news/>>. Acesso em: 2 out. 2021.

Conforme aponta Galito (2018), o populismo é um fenômeno político, que possui uma definição difusa e contestada, já que suas divisões históricas, geográficas ou ideológicas interferem na tentativa de conceituar. Nas décadas de 1970 e 1980, o populismo estava relacionado ao marxismo estrutural ou com a teoria da modernização. Já nas décadas seguintes, surgiu o conceito de neopopulismo como forma de se adaptarem as mudanças do mundo.

Ao tratar do conceito no Brasil, Weffort (*apud* GOMES, 1978) aponta que o populismo é o produto de um longo processo de transformação da sociedade brasileira, que fora instaurado a partir da Revolução de 1930, manifestando-se sob duas perspectivas: como estilo de governo e como política de massas. Dessa forma, a análise de Weffort (1978) compreende o tempo das “origens” do populismo no Brasil – a partir de 1930 – graças à capacidade das oligarquias em fazer alianças políticas e o tempo da república populista (1945-1964), com a experimentação da liberal-democracia.

Dessa forma, como aponta Neves (2018), o populismo, a partir da Revolução de 1930, surge como um compromisso firmado diante da impossibilidade de um grupo político impor-se sobre o outro. Esse acordo se dá graças à emergência das classes populares surgidas com o processo de urbanização e industrialização, classes essas que serviram de lastro de legitimidade, do qual o Estado moderno brasileiro, ainda em formação, precisava. Vargas, então, usou essa legitimidade: controlou a estrutura sindical, o que possibilitou a criação de “uma máquina de propaganda alimentada por uma ideologia paternalista” (NEVES, 2018, p. 2) e criou uma legislação do trabalho capaz de apaziguar um pouco as tensões entre trabalhadores e patrões. Assim, conseguiu apoio ao seu governo.

Outra versão do populismo surgiu com Jânio. Weffort (1978) *apud* NEVES (2018) distingue o populismo de Jânio e o de Vargas. No caso de Vargas, havia uma estratégia para o Estado, em que o populismo foi um instrumento, juntamente com o nacionalismo, que possibilitou a modernização do aparato Estatal e a ascensão de novos grupos ligados ao Estado. No caso de Jânio, o populismo era mais desligado do sistema partidário e mais como uma manifestação de alguém, que traduzia as aspirações populares.

Ferreira (2001) *apud* CERVI (2001) explica que, no século XX, o populismo no País era visto de forma positiva. Por meio de achados históricos, pode-se afirmar que o populista, naquela época, era visto como alguém que estava próximo ao povo e que entendia suas aflições, conseguindo compreendê-las. Em sociedades onde as elites políticas se encontram distante das massas, o eleitor busca soluções diante da falta de canais de interlocução, propiciando esse contexto positivo para o fenômeno do populismo. Porém, o populismo passa

a receber uma conotação negativa quando os líderes populistas começam a se eleger e tomar o lugar das elites políticas e conservadoras. Apesar de o populismo servir de alternativa a países da América Latina diante da ameaça do comunismo, quando essa ameaça é afastada, o contexto muda. Esses líderes, que passam a interferir nos interesses da elite política conservadora, são mal vistos por ela, iniciando uma fase em que os líderes populistas passam a ser vistos de forma mais pejorativa no País.

Cabe, aqui, ressaltar o nosso distanciamento do populismo pós-revolução de 1930, que primeiro se deu ao fato da ampla e efetiva participação popular desde a redemocratização. O segundo ponto se refere ao fato de que hoje conseguimos criar novas formas de organização política e social, capazes de mediar a relação entre Estado e sociedade, sem precisar do paternalismo de Vargas ou de uma liderança carismática, que se ligue às massas populares (NEVES, 2018). Todavia, diante do cenário de crise econômica e institucional, direitos até então garantidos pela Constituição de 1988 são colocados em risco, como a aprovação da Reforma Trabalhista em 2017, que retirou direitos do trabalhador em benefício do empregador<sup>18</sup>. Além disso, a crise vivenciada pelos partidos tradicionais, exacerbada pelos escândalos de corrupção, gerou uma crise de representação política. Nesse sentido, formaram-se grupos sociais descontentes com o atual sistema, tornando-se um campo ainda mais favorável ao populismo.

Diante disso, pode-se compreender que o populismo tende a crescer onde os partidos políticos tradicionais perderam a credibilidade juntos aos eleitores, sejam por estarem em crise, não conseguindo responder aos desafios da sociedade, ou por estarem atrelados a estruturas burocráticas (GALITO, 2018).

Há um fundamento relacionado ao populismo, que é mais consensual na academia e se refere à luta incansável pelos interesses do povo contra a elite privilegiada. Dessa forma, o partido populista tem como objetivo o enfraquecimento das instituições existentes para aplicar os seus próprios programas de redistribuição da riqueza. Nesse contexto, o populismo, como ideologia, separa dois grupos políticos homogêneos e o seu discurso é baseado no confronto entre pobres e ricos ou entre “nós” e os “outros” (GALITO, 2018). O populista, ressaltando Galito (2018), pode ter a capacidade de mobilizar, ter carisma e “até gerar o culto à sua personalidade” (p. 64).

---

<sup>18</sup> Reforma Trabalhista é aprovada no Senado; confira o que muda na lei. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/reforma-trabalhista-e-aprovada-no-senado-confira-o-que-muda-na-lei.ghtml>>. Acesso em: 23 set. 2021.

[...] Se for autoritário e aberto à experiência arrisca-se a ter um discurso agressivo, arrogante ou teimoso. Mas também pode ser orador amável, extremamente simpático, janota e bem-falante. Depende da postura que melhor funciona no contexto em análise (GALITO, 2018, p. 9).

Diante da discussão, pode-se compreender que o populismo se configura como uma ideologia, um tipo de discurso e/ou estratégia política. Nesse aspecto, é possível dizer que, se o populismo for uma força de esquerda a favor do povo de menor poder aquisitivo, a oposição será a elite rica de direita, que governa de forma corrupta e que deve ser combatida pelo sofrimento que imprime às minorias. Se o fenômeno for ligado à direita, a defesa se dá a favor da maioria silenciada, que não consegue afirmar a sua cultura ou que precisa ser protegida de uma ameaça exterior. Pode-se citar o exemplo do comunismo como uma suposta ameaça ao *status quo*, que sempre ressurgiu no Brasil:

O populismo geralmente é de esquerda em países em desenvolvimento ou com maioria de população pobre. Os de direita emergem talvez em contextos abastados, com classe média ou opinião pública interveniente, menor assimetria ou maior mobilidade social, obcecados pela necessidade de recuperar ou reafirmar valores culturais, religiosos ou sociais, relacionados com a pátria e/ou a nação, a identidade, o reconhecimento e o papel de determinado povo no mundo (GALITO, 2018, p. 10-11).

Nessa mesma perspectiva, Galito (2018) aponta as diferenças entre o populismo de direita e o de esquerda. Enquanto o de esquerda

[...] é progressista, virado para o futuro, celebra a liberdade e reforça o papel do Estado, por exemplo para acabar com monopólios privados, garantir um modelo social público ou aplicar políticas de pleno emprego, pois as suas grandes preocupações são socioeconômicas. Traduz dinâmicas de grupo. Reflete uma luta de classes e promove os interesses do todo, mas pode descambar numa ditadura do proletariado (GALITO, 2018, p. 12),

o de direita é

[...] é conservador. É um voto de revolta contra as elites progressistas que insistem em ‘modernizar’ rapidamente uma sociedade que não se revê nas mudanças recentemente introduzidas e até se assusta com elas. A tônica é necessidade de reconhecimento, interno e/ou externo. Nesse sentido, defende valores nacionalistas e/ou patrióticos, pelo que pode ser favorável ao regresso das fronteiras, para se proteger do exterior. Uma maioria da população que precise aprofundar a sua identidade cultural e/ou religiosa pode ser carente o suficiente para cair no engodo do falso profeta e afundar-se na tirania (GALITO, 2018, p. 12).

O populismo se dissemina mais facilmente entre as camadas sociais menos instruídas, entre os mais desiludidos ou entre os mais pobres. Nesse sentido, o populismo se aproveita de situações de crise (econômica, política, religiosa etc.) e se prolifera onde há incertezas, desemprego ou falta de segurança. Ataca, assim, as instituições existentes para dar lugar a todos ou para afastar os rivais. Nesse cenário, é importante distinguir o populista do popular. Segundo Galito (2018), a diferença está nos excessos. Num contexto de competição, o líder partidário tenta ser popular, mas realista, adotando um tom democrático. Já o populismo é antissistêmico: “é causa ou consequência do caos instalado e, regra geral, não contribui para melhorar a situação” (GALITO, 2018, p. 23).

Ao tratar de neopopulismo, Cervi (2001) ressalta que as elites políticas tradicionais perdem a capacidade de representação devido aos baixos índices de renovação interna na maioria das vezes. Sobretudo na América Latina, essas elites políticas tradicionais definem quem pode ou não ser candidato, fechando-se em oligarquias. Na eleição de 2018, o País passou por uma grande renovação política na Câmara dos Deputados. Segundo levantamento do Departamento de Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), foi o maior índice de renovação em 20 anos.<sup>19</sup> Diante da crise de representação política, como já fora apontado, bem como da crise institucional que atingia os partidos políticos tradicionais, 2018 pareceu ser um ano favorável para lideranças populistas. Porém, cabe destacar que, apesar de muitos congressistas não terem sido reeleitos, essa chamada “renovação” do Congresso brasileiro elegeu pela primeira vez: representantes evangélicos, policiais – que cresceram juntamente com o bolsonarismo – celebridades e, o mais significativo, parentes de políticos tradicionais. Nessa perspectiva, essa renovação de parte da elite política é o que vai garantir ao neopopulismo um caráter democratizante mesmo que essa renovação não seja, em alguns momentos, assim tão inovadora (CERVI, 2001).

Ferreira (2001) *apud* CERVI (2001) destaca que as teses sobre a possível superação do populismo no Brasil, surgidas principalmente na década de 1960, não se sustentam. A sociedade brasileira “ainda preserva resquícios da dependência de lideranças fortes e da ausência de instituições formais que possam representar os interesses sociais de maneira impessoal e não clientelista” (CERVI, 2001, p. 154). Nesse sentido, é primordial asseverar a mediatização das esferas públicas e o personalismo nas campanhas eleitorais como elementos favoráveis ao surgimento do neopopulismo. Com o advento da *internet* e o uso massivo das

---

<sup>19</sup> Taxa de renovação da Câmara dos Deputados foi a maior em 20 anos. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/taxa-de-renovacao-da-camara-dos-deputados-foi-maior-em-20-anos>>. Acesso em: 24 set. 2021.

redes no campo político, pode-se acrescentar, ainda, as redes sociais como mais um elemento, que contribui para as lideranças neopopulistas.

Ao tratar sobre o neopopulismo, Mazzoleni (2008) aponta que a mídia é o único fator responsável para esse fenômeno. A importância midiática está relacionada ao fato de que ela não pode ignorar um evento, que vai atrair a atenção dos telespectadores ou leitores do ponto de vista noticioso (MAZZOLENI, 2008). Lideranças políticas, como Bolsonaro, que desafiam a ordem e atacam as instituições, acabam por ter visibilidade midiática. Por outro lado, os líderes populistas se utilizam disso como estratégias de comunicação, objetivando ganhar valor notícia. Há uma relação de dependência: enquanto a mídia precisa das histórias, sobretudo as dramáticas, o movimento populista depende da visibilidade dada por esses veículos de comunicação.

Ao condenar a política e as instituições, enaltecendo suas falhas, a mídia contribui com os discursos populistas, que acabam por ganhar visibilidade da sociedade. Desse modo, Vasconcelos (2013) afirma que a mídia, ao sustentar uma cobertura negativa, espetacular ao dar um tom dramático da situação, incentiva, ainda que indiretamente, um sentimento psicológico de insegurança na sociedade, difundindo um senso geral de mal-estar e de tensão social, ou seja, um gatilho para o sentimento de *anti-establishment*, pró-reforma e defecção política.

Carneiro (2009) enfatiza algumas características com relação ao estilo de comunicação política dos neopopulistas. Segundo a autora, esses líderes: (1) buscam um forte apelo carismático na sua comunicação com os eleitores, (2) sustentam um discurso antipolítico, (3) apresentam um discurso polarizador, (4) buscam o apoio de clientelas específicas e (5) recorreram a uma estrutura vertical para chegar ao poder.

Mazzoleni (2008) caracteriza as fases para o neopopulismo. A primeira fase, segundo os autores, é caracterizada por um forte descontentamento social e político no País. A segunda fase constitui a afirmação do neopopulismo como canal de atendimento de demandas. Aqui, o papel da mídia se efetiva em função da visibilidade concedida aos novos movimentos políticos. Já a terceira fase tende a fazer com que o movimento se encolha, já que os líderes têm mais dificuldade em deter a atenção midiática, que pode adotar uma postura de hostil à amistosa. Assim, a última fase, que é caracterizada pelo declínio do espaço onde a mídia dedica a esses partidos e movimentos. Nessa fase, a atenção da mídia pode mudar pelo declínio da popularidade do líder ou até pelo surgimento de um novo líder neopopulista (MAZZOLENI, 2008).

Diante dessa perspectiva, cabe trazer ao debate o conceito do populismo digital. Em suas recentes pesquisas, Cesarino (2020) desenvolveu o termo populismo digital, amparado na base conceitual de povo *versus* elite proposta por Laclau (2005), que a utiliza para descrever um novo tipo de estratégia performativa ancorada nas mediações digitais, no qual a capacidade mobilizadora se expande para a rede de seguidores, que formam um contingente de apoio ao projeto político do líder. O conceito mantém alinhamento com os pressupostos do populismo 2.0 (GERBAUDO, 2018), no qual as redes sociais constituem ferramentas para uma emergente política de massa digital anti-*establishment*. Para Gerbaudo (2018), o populismo 2.0 é designado como uma orientação ideológica, no qual os políticos capitalizam o poder e a influência das mídias sociais na formação da opinião cidadã por meio da disseminação de ideias populistas, como o ataque às instituições.

Cesarino (2020) aponta para novos elementos, que são próprios a mediações do tipo digital. Nesse aspecto, o populismo digital não pode ser visto como um simples incremento digital ao fenômeno do populismo, como apontou Laclau (2005). Diante disso, Cesarino (2020) destaca um elemento relevante, que ela classifica como o “corpo digital do rei”, ao fazer uma referência à teologia política medieval, em que o corpo físico do rei se sobrepunha ao corpo glorioso. Após o atentado à faca, o corpo físico de Jair Bolsonaro foi substituído por um corpo digital formado pelos apoiadores do presidente – conhecidos como o “exército do Jair” ou “robôs do Bolsonaro”. Dessa forma, como aponta Mazzarela (2019 *apud* CESARINO, 2020, p. 52), o populismo “se alimenta da plenitude radical do corpo do líder no qual as pessoas podem encontrar uma imagem palpável da sua própria substância”.

Nesse sentido, o líder Bolsonaro era esse corpo digital e não existiria sem ele. Assim, o populismo digital reconstituiu a relação entre líder e povo enquanto sujeitos políticos preexistentes. O corpo do líder e o corpo político ganharam uma relação de equivalência, o atentado à faca atingiu não somente o corpo de Bolsonaro, mas o Brasil. Desse modo, era preciso união para derrotar o inimigo em comum (CESARINO, 2020). Nessa perspectiva, a autora aponta que as mídias sociais propiciaram a “fractalização do mecanismo populista”, o que permitiu a sua propagação por largas escalas. A eficácia do impulsionamento de conteúdos, que respondiam a polêmicas e fatos que iam surgindo, só foi possível pela replicação espontânea pelos usuários comuns via contágio.

O fluxo intensivo e constante de conteúdos alarmistas e conspiratórios, especialmente via *WhatsApp* e *YouTube*, garantiu que o corpo digital do rei mantivesse sua integridade durante toda a campanha, inabalável diante das ameaças que vinham do exterior, como a imprensa e os adversários políticos (CESARINO, 2020, p. 535).



Diante disso, tudo que era apontado contra Bolsonaro na mídia ou por adversários políticos conseguiu ser reduzido, colocando esses agentes como inimigos (esquerda, comunismo etc.). Isso foi propiciado pelas mídias sociais por meio de um aparato extremamente sofisticado e eficaz, que pode ser explicado enquanto potência pela universalização dos *smartphones* e pelo crescente uso do aplicativo de conversa *WhatsApp* no país, uma vez que ambos não estavam tão disseminados em eleições anteriores (CESARINO, 2020). Dessa forma, a mídia digital propiciou, de modo sem precedentes, o que autores consideraram como o cerne do populismo: um tipo de mediação que produz o efeito paradoxal de ausência de mediação, nesse caso entre o líder e o povo (CESARINO, 2020). Havia uma expectativa entre os eleitores de Bolsonaro de que é possível acessá-lo diretamente por meio das redes sociais, expectativa alimentada, também, pelo então presidente desde a eleição como atualmente. Bolsonaro manteve canais, como no aplicativo *Telegram*, que foi amplamente divulgado como um canal oficial do Governo com seus eleitores.

Diante da discussão realizada por Cesarino (2020), é possível concluir que a fase descrita como populismo digital se estrutura por meio da conformidade entre o aparato midiático (digital), o mecanismo discursivo (de mobilização) e uma tática (política) de construção de hegemonia. Portanto, o populismo digital não se define apenas pela inserção das tecnologias digitais à dinâmica populista, mas também pela inclusão de padrões discursivos específicos, que se estruturam na mobilização permanente. Conforme explica Cesarino (2020), isso ocorre por meio de conteúdos alarmistas e conspiratórios, no espelho invertido do inimigo, na devolução de acusações e na criação de um canal direto e exclusivo de comunicação entre a liderança e seu público, que encontra aparato na deslegitimação de instâncias de produção de conhecimento autorizado na esfera pública, especificamente a ciência e a imprensa.

Cabe ressaltar, ainda, que o contexto de crise e desordem contribuiu para a ascensão populista, já que a liderança carismática aparece como aquele, fora da elite política tradicional, que vai trazer a ordem em um sistema corrompido. Dessa forma, as Jornadas de Junho, juntamente com o *impeachment* de Dilma Rousseff e a ascensão da Operação Lava Jato, como já foi discutido, propiciaram um ambiente de caos político e econômico, que foi a todo o momento ganhando visibilidade da grande mídia e resultando em um ambiente favorável para uma liderança populista.

Kalil (2018), que também pesquisa a ascensão de Bolsonaro em 2018, traz apontamentos essenciais no contexto da eleição. Para a autora, o aspecto mais inesperado

durante a campanha eleitoral diz respeito à rejeição de Bolsonaro cair entre o eleitorado feminino. Essa migração do voto feminino, mesmo após o movimento de mulheres contra Bolsonaro (o #EleNão)<sup>20</sup>, pode não ter sido determinante, mas deve ser considerada na vitória do candidato no primeiro turno. Diante disso, Kalil (2018) aponta que essa dinâmica complexa e volátil do eleitorado feminino ressalta o quanto é importante compreender quem são os eleitores de Bolsonaro e quais eram as suas motivações em 2018. Essa resposta pode contribuir para a discussão de como se deu a fragmentação desse eleitorado agora, em 2021, após três anos de Governo Bolsonaro.

Nesse sentido, ao pesquisar no acampamento da FIESP – em 2016 – e o evento contra a filósofa Judith Butler – em 2017 –, Kalil (2018) chama a atenção para a atuação política tanto no campo mais conservador quanto no campo mais progressista. Ambos, segundo a autora, fizeram das manifestações de rua uma espécie de “laboratório de experimentação”, quando puderam testar uma nova forma de comunicação e, conseqüentemente, de se fazer política. Outro ponto importante na análise trazida por Kalil (2018) é que no protesto contra a filósofa, em 2017, já se percebia com mais clareza os contornos da eleição de 2018, tendo em vista os atores envolvidos bem como o discurso utilizado. Dessa maneira, pode-se observar, também, que a estratégia de comunicação de Jair Bolsonaro no primeiro turno da eleição de 2018 se baseou em segmentar as informações para os diferentes perfis de potenciais eleitores.

Sob a perspectiva de que os apoiadores, simpatizantes e eleitores de Bolsonaro compõem uma diversidade de pessoas e grupo, Kalil (2018) aponta que, ainda assim, foi possível apontar determinados valores difusos capturados pela figura do “cidadão de bem”. Em 2016, conforme Kalil (2018), o conceito de “cidadão de bem” encontrou um refinamento de sentido na combinação com o discurso anticorrupção.

O “cidadão de bem” passou a designar aquele que, além de ter uma conduta individual “correta” e saber se comportar nas manifestações, se distingue dos “bandidos” (corruptos) ou de quem apoia bandidos. Assim, o “cidadão de bem” se refere a um conjunto de condutas dos indivíduos na vida privada, a um conjunto de formas específicas de reivindicação política na vida pública e a um conjunto particular de temas e agendas, que passaram a ser consideradas como legítimos. É dessa forma que o “cidadão de bem” extrapola as formas de condutas individuais e passa a designar aqueles que não são “comunistas”, “petistas” ou “de esquerda” – vistos como apoiadores da corrupção e “não trabalhadores”. Trata-se de uma noção

---

<sup>20</sup> #EleNão: A manifestação histórica liderada por mulheres no Brasil vista por quatro ângulos. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>>. Acesso em: 27 set. 2021.

específica de pessoa e um sentimento de pertencimento a uma maneira correta de estar no mundo (KALIL, 2018).

Nesse cenário, para esses grupos, a corrupção pode ser solucionada por meio do Estado mínimo e pela substituição de políticos profissionais por figuras *outsiders* ou por políticos não profissionais. Dessa forma, a corrupção é vista como algo que ocorre na esfera pública, ignorando-se a corrupção que ocorre nas instituições privadas ou justificando-a como uma consequência da corrupção pública, e não o contrário (KALIL, 2018). Portanto, Kalil (2018) ressalta que a corrupção é um termo polissêmico ao eleitorado de Bolsonaro. Nessa perspectiva, pode ser compreendida como uma “desordem” de costumes e valores, que estariam colocando em risco a ordem familiar. Outra interpretação da corrupção, apontada pela autora, se refere às “pessoas que gozam de muitos direitos e não cumprem seus deveres” (KALIL, p. 10, 2018), como é o caso dos beneficiários do programa Bolsa Família, da Lei Rouanet e das cotas raciais. Desse modo, a figura do “cidadão de bem”, que luta contra todas essas formas de corrupção, com o passar do tempo, conseguiu captar tendências “antissistema”, para depois atrair dimensões da crítica anticorrupção – tanto no sentido financeiro quanto no sentido moral e religioso. Depois, tais “cidadãos de bem” passaram a se distinguir da “esquerda”.

Ao analisar a figura do “cidadão de bem”, Kalil (2018) aponta para o desdobramento de outros perfis de apoiadores(as) e eleitores(as) de Jair Bolsonaro devido ao fato de se adequarem com facilidade a contexto e dinâmica heterogêneos – o que a autora chama de caleidoscópio. Portanto, a partir da combinação da acusação de “comunismo” e da “ideologia de gênero”, dois elementos estruturantes, Kalil (2018) destaca a chave de leitura para traçar os distintos perfis dos eleitores/apoiadores de Jair Bolsonaro.

Miguel *et al.* (2018), seguindo a perspectiva de Kalil (2018), apontam para o fato de que a direita formada ao longo dos últimos anos no Brasil é a confluência de grupos diversos, cuja união é, sobretudo, pragmática e motivada pela percepção de um inimigo comum. Miguel *et al.* (2018, p. 19) definem três eixos da extrema direita brasileira: “o libertarianismo, o fundamentalismo religioso e a reciclagem do antigo comunismo”.

Ao falar da ideologia libertariana, descendente da chamada escola econômica austríaca, Miguel *et al.* (2018) explicam se tratar de uma abordagem, que prega o Estado mínimo e afirma que qualquer situação que nasça de mecanismos de mercado é justa por definição. Nesse contexto, o Estado caracterizado pela capacidade de conferir coercitivamente suas decisões é o oposto do mercado, terreno de trocas voluntárias e livre, onde se realiza a liberdade econômica. Dessa forma, como destaca o autor, fica nítida a separação entre política

e economia, uma das características principais para se definir a doutrina liberal: “Estado, esquerda, coerção e igualdade compõem um universo de sentido, enquanto liberdade, mercado e direita formam outro” (MIGUEL *et al.*, 2018, p. 19).

Porém, conforme ressaltam Miguel *et al.* (2018), é difícil pensar que a doutrina libertariana tem potencial para se tornar popular. Por mais que tentem disseminar que o Estado é ineficiente e que o mercado é superior, ainda há a ideia de que algumas obrigações são coletivas e que cabe ao Estado cumprir certas funções, como oferecer educação, pública, gratuita e de qualidade para todos. A exemplo disso, percebe-se que, durante a pandemia de Covid-19, houve uma valorização do Sistema Único de Saúde (SUS), que sempre fora enquadrado de forma muito negativa, sobretudo na grande mídia. De acordo com uma pesquisa recente, de 2021, publicada pelo Centro SOU\_CIÊNCIA, da Escola Paulista de Medicina, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), antes da pandemia, 40% dos brasileiros achavam que o SUS tinha altíssima importância; agora, esse número subiu para 62%.<sup>21</sup> Nesse sentido, Miguel *et al.* (2018) apontam que o foco da doutrina se dirige aos formadores de opinião, gestores públicos e empresários. Assim, os libertarianos pressionam o Estado a restringir sua ação reguladora.

Dessa maneira, os principais aliados do libertarianismo são os cristãos fundamentalistas, que têm o Estado como inimigo em comum, seja por regular as relações econômicas, seja pelo fato de a autoridade patriarcal determinar a proteção aos direitos de todos, incluindo as minorias recriminadas pelo conservadorismo patriarcal. No Brasil, ocorre o similar aos Estados Unidos, em que o ultraliberalismo anda de mãos dadas com o conservadorismo cristão (MIGUEL *et al.*, 2018).

A “bancada evangélica”, que desde 2010 tem oscilado de 73 parlamentares em 2010, 75 em 2014, 83 em 2018 e 75 em 2022, mostra um forte poder no Congresso, destacando-se pela sua influência na política nacional, principalmente na pauta de costumes. Mesmo em governos de centro-esquerda, como o de Lula e o de Dilma, chegou a dialogar com o PT enquanto estava no poder devido a algumas pontes criadas.<sup>22</sup> A Igreja Universal, por exemplo, passou a apoiar Lula e, em troca, foi recompensada com espaços no Governo. Porém, a “agenda moral” conservadora aparecia como caminho para que a direita reconquistasse pelo

<sup>21</sup> Pesquisa publicada pela Revista Veja. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/radar/ciencia-sus-e-universidades-tiveram-alta-na-valorizacao-durante-pandemia/>>. Acesso em: 27 set. 2021.

<sup>22</sup> A Bancada Evangélica, eleita em 2022, é formada por 75 parlamentares, sendo 53 de direita, 14 de centro e apenas oito de esquerda. Quanto à composição partidária, é formada por Centro-Esquerda: Avante (2), PROS (1), Solidariedade (1); Centro: MDB (4), Podemos (2), PSD (5); e Direita: Novo (1), PL (17), PP (5), Republicanos (20). Em 2018, foram eleitos 83 parlamentares da Bancada Evangélica, tendo, portanto, uma pequena redução, mas se mantendo como uma força política considerável no Congresso.

menos parte da base social, que perdera com as políticas sociais dos governos petistas. Assim, quando Dilma Rousseff (PT) começou a perder apoio e seu *impeachment* já era dado como certo, parte das lideranças que representam esse setor da igreja logo mudou de lado (MIGUEL *et al.*, 2018). Depois, a Bancada Evangélica encampou a agenda de costumes conservadora de Bolsonaro, conseguindo aumentar o número de parlamentares em 2018 (83 deputados ou deputadas), mantendo o número alto em 2022 (75).

Por fim, Miguel *et al.* (2018) apontam que a terceira vertente da direita radical retoma o anticomunismo, que parecia ultrapassado após a Guerra Fria, mas que no Brasil e na América Latina sempre é ressuscitado. Nesse sentido, a extrema direita revela o PT como a representação do comunismo no Brasil, colocando o antipetismo e o anticomunismo no mesmo eixo.

Ainda tratando dessa reorganização da direita no Brasil, Miguel *et al.* (2018) afirmam que as novas direitas começaram a se organizar bem antes da reeleição de Dilma, entre o final do primeiro Governo Lula e o início do segundo. Nessa época, já estavam em alta na *internet* os fóruns de discussão, as comunidades, *blogs* e *sites* –, que começaram no *Orkut* e migraram depois para o *Facebook*. Assim, já tinha espaços de debates relacionados ao livre mercado, à defesa de valores cristãos e às conjunturas políticas nacional e internacional. Um dos pioneiros nesse movimento foi Olavo de Carvalho, importante nome do Governo Bolsonaro, que, nessa época, migrou para a *internet* depois de causar muita polêmica por publicar livros, que criticavam intelectuais e acadêmicos de esquerda. Ainda hoje, Olavo de Carvalho continua com as críticas e polêmicas, mas agora com muitos seguidores que foram se somando com a ascensão das redes sociais. O jornalista e escritor faz parte da base ideológica do Governo, inclusive indicou nomes para compor cargos na Administração Federal.

Nesse sentido, observa-se que a ascensão da direita bolsonarista está ligada a um contexto de crise política e institucional. Não só Olavo de Carvalho, mas tantos outros nomes ligados à Bolsonaro sempre tiveram embate com a academia. Isso explica por que Olavo de Carvalho está ligado ao movimento de “terraplanistas”, que acreditam, por mais estranho que possa parecer, na Terra plana. É nesse contexto que chega ao poder a direita bolsonarista, que, além da crise política e institucional, que é enaltecida pelos ataques à grande mídia, às instituições jurídicas e a grupos políticos rivais, sobretudo o PT, tem de enfrentar uma crise sanitária histórica causada pela pandemia de Covid-19.

## 2 MEDIATIZAÇÃO E REDES SOCIAIS: COMO AS REDES BOLSONARISTAS DE ARTICULAM NO *TWITTER*

### 2.1 Da Centralidade da Mídia à Mdiatização

Em função de um novo modelo de consumo midiático, que se dá tanto por meio das mídias tradicionais como das mídias digitais, discutir este novo processo midiático torna-se fundamental, principalmente diante das eleições de 2018, que demonstraram uma crescente mudança no cenário da comunicação política e no papel das mídias massivas e digitais.

Há um debate atual e em aberto sobre o crescente processo de midiatização, já que a mídia hoje está disseminada no cotidiano dos indivíduos, alterando a lógica de funcionamento da sociedade. Hjarvard (2012), que trabalha nessa perspectiva, afirma que não se pode tratar a mídia como uma instituição separada das demais, como a cultura, a família e a religião. Para o autor, deve-se entender as maneiras pelas quais as instituições sociais e os processos culturais mudaram de caráter, função e estrutura, a fim de se adaptarem à lógica midiática, tendo em vista que a mídia se tornou parte integral do funcionamento de outras instituições. Com o crescimento das redes sociais, tal processo se tornou ainda mais perceptível. As pesquisas, hoje, apontam que poucos jovens não possuem perfil em rede social. Segundo dados do IBGE, de 2022, no Brasil, são 171,5 milhões de usuários ativos nas redes sociais, ou seja, 79,9% da população brasileira. Esse número representa um crescimento de 14,3% ou de 21 milhões de usuários de 2021 para 2022. Segundo Bruno Volpato (2023), as dez redes sociais mais usadas no Brasil em 2023 são: (1) *WhatsApp* (169 milhões), (2) *YouTube* (142 mi), (3) *Instagram* (113 mi), (4) *Facebook* (109 mi), (5) *TikTok* (82 mi), (6) *LinkedIn* (63 mi), (7) *Messenger* (62 mi), (8) *Kwai* (48 mi), (9) *Pinterest* (28 mi) e (10) *Twitter* (24 mi).

Da mesma forma, as instituições jurídicas, o Executivo e o Legislativo, também se utilizam dessas plataformas para se comunicar. E os atores políticos não se diferem, como é o caso do ex-presidente Jair Bolsonaro, que conseguiu romper a “bolha” midiática tradicional e passou a se comunicar com seus eleitores por meio das redes, seja por meio de *lives* semanais ou por meio dos aplicativos de mensagens, em especial o *Twitter*. Tais mídias foram centrais na comunicação do presidente com seu eleitorado.

Hjarvard (2012) defende que, ao mesmo tempo em que a mídia é parte do tecido da sociedade e da cultura, ela, também, é uma instituição independente, que se interpõe entre outras instituições culturais e sociais, e coordena sua interação mútua. O autor lembra que o termo midiatização foi aplicado pela primeira vez ao impacto dos meios de comunicação na

comunicação política e a outros efeitos na política pelo autor Kent Asp. Uma forma dessa adaptação da política à lógica da mídia, conforme Hjarvard (2012), é quando os políticos formulam suas declarações públicas em termos que personalizam e polarizam as questões, para que as mensagens tenham mais chances de serem veiculadas pela mídia.

No campo da política, a interação mediada permite que os políticos e os eleitores entrem em contato mesmo não havendo a interação face a face. Isso facilita a comunicação e pode ser positivo ao processo político, já que, sem a interação mediada, esse contato seria mais difícil devido à concentração demográfica e à extensão territorial alcançada pelas democracias contemporâneas. Tanto os debates políticos quanto os programas do HGPE são exemplos de ferramentas, que encurtam os espaços entre a classe política e os cidadãos/eleitores no cenário de interação mediada. Hoje, com as mídias digitais, isso é bem mais evidente.

De acordo com Hjarvard (2012), os conceitos de midiatização podem ser distinguidos em duas classificações: (a) direta (forte) – quando uma atividade não mediada se transforma em mediada; por exemplo, no momento em que o jogo de xadrez admite no ambiente virtual que os participantes não estejam reunidos fisicamente; e (b) indireta (fraca) – quando a interação é mais influenciada em sua organização e formato pelos mecanismos midiáticos; por exemplo, em uma visita a franquias de alimentação, como o Burger King ou o McDonald's, em que há exposição a formas e conteúdos midiáticos. Hjarvard (2012, p. 67-68) difere a midiatização direta da midiatização indireta mais especificamente:

A midiatização direta torna visível como uma determinada atividade social é substituída, isto é, transformada de uma atividade não mediada a uma forma mediada e, em tais casos, é bastante fácil estabelecer um antes e um depois e analisar as diferenças. Sempre que os meios de comunicação, a partir disso, passam a funcionar como uma interface necessária para o desempenho de tal atividade social, estamos lidando com uma forma forte de midiatização. A midiatização indireta não afeta necessariamente os modos pelos quais as pessoas executam uma determinada atividade. Consequentemente, a midiatização indireta de uma atividade ou esfera tem um caráter mais sutil e geral e está relacionada ao aumento geral da dependência por parte das instituições sociais dos recursos de comunicação. Isso não significa afirmar que a midiatização indireta é menos importante ou que, visto a partir de uma perspectiva da sociedade, tem menos impacto. A midiatização indireta é, no mínimo, tão importante quanto as formas diretas.

José Luiz Braga (2012, p. 31), também, discute a midiatização e, mais especificamente, busca uma reflexão sobre uma das consequências significativas que o processo crescente de midiatização apresenta na sociedade contemporânea, que, na visão do

autor, “é um atravessamento dos campos sociais estabelecidos, gerando situações indeterminadas e experimentações correlatas”. Para ele, em função do surgimento e disseminação das mídias digitais, há novos circuitos informativos e comunicacionais, que começam a fragilizar o poder dos campos sociais estabelecidos. A partir disso, é possível apontar o isolamento das bolhas bolsonaristas, que passaram a se informar somente através das redes sociais vinculadas ao presidente, apoiadores ou seus filhos, rompendo com o campo midiático tradicional, que, na visão de bolsonaristas, são mídias vinculadas à esquerda/comunista. Dessa forma, percebe-se um conflito dentro do próprio campo midiático, onde, de um lado, há a mídia tradicional, representada pelos grandes grupos midiáticos, e, por outro lado, há os novos veículos de informação, muitos vinculados às redes sociais.

No âmbito da comunicação, como explica Braga (2012), o surgimento de uma mídia de massa, submissa a setores sociais dominantes, criou a impressão de uma exposição direta da sociedade à mídia de forma passiva. Porém, Braga (2012) cita Barbero, que trata da inserção cultural do receptor. Ele desloca o foco da atenção, que antes era dada à passividade da sociedade diante da mediação, para o estudo “dos meios às mediações”. No campo das Teorias da Comunicação, conforme aponta Oliveira (2022), há uma mudança de paradigma a partir dos anos 1970. Perdem força as teorias que viam o processo comunicacional de forma unilateral, como as correntes teóricas da Escola Americana (Teoria Hipodérmica, Abordagem Empírico-Experimental ou da Persuasão, Abordagem Empírica de Campo ou dos Efeitos Limitados e Teoria Funcionalista) e a Teoria Crítica ou Escola de Frankfurt. Ganham ênfase os Estudos Culturais e, posteriormente, Estudos de Recepção, estudos em diálogo com o Interacionismo Simbólico, Estudos sobre a Cíbercultura e acerca de Mídia e Sociabilidade.<sup>23</sup>

Essa expressão, como explica Braga (2012), propõe duas perspectivas. A primeira é a superação de uma visão objetivista dos meios (da indústria cultural, suas tecnologias e seus

---

<sup>23</sup> Oliveira (2022) traça um panorama das teorias da Comunicação, focando o paradigma da unilateralidade dos anos 20 aos anos 70 do século XX, marcado pela dicotomia entre Escola Americana *versus* Escola Europeia. No caso da Escola Americana, são citadas quatro correntes teóricas: (1) Teoria Hipodérmica ou da Bala Mágica, inspirada na Psicologia Behaviorista e nos efeitos causados no público, em que o emissor tinha grande poder sobre o público, com a ideia de manipulação, baseada na lógica estímulo-resposta; (2) Abordagem Empírico-Experimental ou da Persuasão, voltada para estudos de campanha, entende que, na relação emissor e receptores, em vez de manipulação, há persuasão ou convencimento a partir de estratégias, como acionar informações do interesse do público, credibilidade do comunicador etc; (3) Abordagem Empírica de Campo ou dos Efeitos Limitados, que trabalha a ideia de influência da mídia relacionada ao contexto social, em que os indivíduos recebem informações tanto dos meios de comunicação como também de líderes de opinião; (4) Teoria Funcionalista – vê a mídia como um subsistema funcional, que busca manter os indivíduos atrelados ao *status quo*. A mídia tem a função de integração e manutenção da ordem social. Já a Escola Europeia é baseada, principalmente, nos estudos da Teoria Crítica ou Escola de Frankfurt baseados nas obras de filósofos alemães, como Theodor Adorno e Max Horkheimer, para apontarem a forte dominação a que os sujeitos estão submetidos em função do avanço do capitalismo tardio. A tecnologia e a lógica produtiva do sistema capitalista fazem com que os indivíduos fiquem presos ao domínio da racionalidade técnica, que funciona, em especial, a partir do poder da indústria cultural, quando as cadeias produtivas atingem a esfera da arte e da cultura.



produtos), redirecionando a discussão para uma “visão relacional na sociedade”. A segunda perspectiva se refere à introdução de uma nova preocupação da área da comunicação “com a composição daquelas mediações, com os elementos que aí se realizam – mas, sobretudo, com o modo, a intensidade, a eficácia de tais mediações (culturais) no enfrentamento de seu par relacional (a mídia com seus produtos)” (BRAGA, 2012, p. 33). Essa percepção é relevante, segundo o autor, não apenas por que passa a ver o receptor integrado em seus ambientes, e não somente como um receptor passivo, mas também por que começa a fazer perceber os processos mediados.

Com os meios, antes dessa virada, apareciam de modo preocupante como os produtos de feitos não controláveis pela sociedade, as mediações se põem, praxiologicamente, como espaço de ação de resistência. Não se trata apenas de conhecimento do mundo (nos aspectos e objetos em foco), do viés com que se o percebe e pelos quais nos relacionamos com os meios. Mas também – e talvez sobretudo – da possibilidade de enfrentamento, como uma interação de natureza político-social (BRAGA, 2012, p. 33).

Para Braga (2012), as mediações se inserem como espaço de resistência diante de duas novas perspectivas. Primeiramente, o processo tecnológico proporcionou a disponibilização de ações comunicativas mediados para largas parcelas da população, dosando e redirecionando a comunicação de massa. O segundo ponto diz respeito à entrada experimental de pessoas nas práticas e processos, que, antes, eram restritos à indústria cultural. Com os novos circuitos informativos, cidadãos comuns passam a exercer um papel, que, antes, cabia apenas aos jornalistas, publicitários, cineastas etc. Qualquer pessoa, com um celular ou uma câmera, consegue denunciar algo, mostrar seu ponto de vista, entrevistar alguém e até mesmo fazer o seu *marketing* pessoal por meio das redes sociais, o que antes cabia apenas à indústria cultural, hoje cabe a muitas pessoas. Se por um lado isso pode ser positivo, pois pode dar voz a grupos minoritários e historicamente reprimidos, por outro lado esses novos espaços foram, também, ocupados por discursos autoritários e extremistas.

Nesse sentido, de acordo com Fausto Neto (2010), com a percepção de que os receptores são ativos, a circulação passa a ser vista como espaço do reconhecimento e dos desvios produzidos pela apropriação. A circulação se torna um espaço de maiores possibilidades de ocorrências interacionais na prática social. O sujeito, que antes era tido como passivo, não só passa a ser percebido como ativo, mas também como um sujeito, que pode construir a mensagem interagindo com o emissor.

Braga (2012) aponta que o processo de midiaticização afeta a lógica de funcionamento dos campos sociais. Ele reconhece que, na era moderna, os campos sociais se autonomizaram e se tornaram consolidados enquanto estruturas hierarquicamente definidas (BOURDIEU, 1986). Rodrigues (1990) ressalta a centralidade da mídia, que avoca a tarefa de ser mediador da vida social. Todavia, Braga (2012, p. 43) refuta a ideia de centralidade da mídia: “Entretanto, na sociedade em midiaticização, já não se pode apreender os processos sociais segundo essa inclusão de um campo especialmente por meio da cessão de mediações pelos outros campos sociais ao campo midiático”. Dessa forma, Braga (2012) entende que os outros campos simbólicos, como o científico, por exemplo, não necessitam mais da mediação do campo midiático a partir do momento em que cientistas, também, se utilizam dos novos circuitos informativos para divulgar a sua pesquisa. Debate-se, justamente, a problemática dessa mudança no funcionamento dos campos sociais, que fazem por confundir a ciência da pseudociência. Se antes o campo midiático buscava uma fonte científica representativa para o campo científico, hoje, com as redes sociais, consegue-se acessar a mais de uma fonte científica, em diferentes processos de pesquisa, que falam linguagens de difícil acesso à comunidade leiga e, que, em alguns casos, intitulam-se cientistas, fazendo, na verdade, charlatanismo. Diante dessa visão, a perda de mediação do campo midiático se tornou um problema social, sobretudo no período de pandemia da Covid-19.

Assim, o autor, também, defende que já não se trata mais de apontar a centralidade da mídia na tarefa de organizar a vida social e os processos de interação entre os campos sociais, “mas de constatar que a constituição e o funcionamento da sociedade – de suas práticas, lógicas e esquemas de codificação – estão atravessadas e permeadas por pressupostos e lógicas do que se denominaria a ‘cultura da mídia’” (FAUSTO NETO, 2008, p. 92).

É importante considerar que o *impeachment* da presidente Dilma e a manutenção do Governo Temer mostram que o campo político e o midiático se mantiveram fortes enquanto campos simbólicos instituídos, demonstrando não serem tão frágeis. Paradoxalmente, a campanha inicial do ex-presidente Lula (PT), em 2017, antecipando às eleições de 2018, nas caravanas, foi feita via Mídia Ninja, furando o bloqueio da grande mídia, que preferiu não dar destaque ao possível candidato petista. A disputa ocorrida na eleição e a vitória de Bolsonaro mostram a força do processo de midiaticização. Na eleição de 2018, pode-se perceber o declínio do HGPE: Alckmin, candidato tucano, que teve o maior tempo na televisão, conquistou um percentual de votos bem abaixo do esperado, alcançando apenas o quarto lugar, ao mesmo tempo a força das redes sociais e, principalmente, do *WhatsApp*, para circular informações, deu visibilidade a candidatos pouco conhecidos, como Zema (NOVO) (eleito governador em

Minas Gerais), ao afirmar que os novos circuitos informativos e comunicacionais constituídos gerados, principalmente, no ciberespaço, pelas redes sociais geram a transição para uma sociedade midiaticizada em que o modelo linear de comunicação dá espaço para formas mais horizontais de interação. O conceito proposto por Braga (2012) funciona para explicar, de certa forma, a perda de capital político de alguns candidatos nas eleições de 2018, em que as mídias massivas não tiveram tanta influência quanto as mídias digitais. Porém, é preciso ressaltar que o campo político tradicional, ainda, se mantém bem estruturado. A exemplo disso, pode-se apontar para a eleição ou reeleição, em 2018, de figuras já conhecidas por se utilizarem da mídia regional como meio para reforçarem sua influência. Aécio Neves (PSDB) foi eleito deputado federal mesmo após envolvimento em escândalos de corrupção, mas conseguiu reverter isso através do capital político (BOURDIEU, 1986) e influência midiática que exerce no seu estado, Minas Gerais.

Ignacio Ramonet (2012) discute o crescente processo de midiaticização, considerando a passagem “das mídias de massa” para “à massa de mídias”. Segundo o autor, passa-se por uma mudança cultural, que fora colocada pelas tecnologias digitais, em que o jornalista tradicional perde o monopólio da novidade, da produção e da disseminação da informação. Diante disso, Ramonet (2012) afirma que a informação não circula mais em sentido único. A circulação, que se dava antes sob a lógica “vertical”, que caracteriza a relação mídia e leitor, agora se dá de forma “horizontal” ou “circular”, em que o leitor, também, informa e participa dessa divulgação, podendo até mesmo se tornar o jornalista. O conceito denominado de *web 2.0* permitiu potencializar as formas de publicação, compartilhamento e organização das informações, ampliando os espaços para a interação entre os usuários (PRIMO, 2007).

Ramonet (2012) aponta para a problemática dessa nova lógica comunicacional. Segundo ele, a boa notícia hoje tende a ser cada vez mais aquela que interessa ao maior número de pessoas, a que chama a atenção e não a que seria mais útil à sociedade, a coletividade. Dessa forma, a grande mídia perde o seu sentido, não tendo mais um objetivo claro. Isso é importante para compreender, também, os ataques que a mídia tradicional vem sofrendo. Há uma tentativa de tirar a legitimidade do campo jornalístico e de outros campos sociais em função de novos circuitos comunicacionais. Isso é bem visível no discurso de Bolsonaro de desqualificação do campo jornalístico e do próprio campo político.

Ao afirmar que os novos circuitos informativos e comunicacionais constituídos, principalmente, no ciberespaço, pelas redes sociais geram a transição para uma sociedade midiaticizada em que o modelo linear de comunicação dá espaço para formas mais horizontais

de interação, Braga (2012) explica, de certa forma, a perda de capital político nas eleições de 2018, em que as mídias massivas não tiveram tanta influência quanto as mídias digitais.

Esta passagem da “sociedade do espetáculo” para a “sociedade dos espectadores-atores” (RAMONET, 2012) reforçou um fenômeno da era da pós-verdade, que é a desinformação. Lévy (2009) alerta que uma das características relevantes da interatividade propiciada pela cibercultura está correlacionada à descentralização dos discursos e do conhecimento. Em certo sentido, o cenário coletivo de produção e propagação de conteúdo recrudescer a chamada crise informacional ligada à qualidade daquilo que é disseminado.

## 2.2 As Redes Sociais no Contexto Político

Conforme Goulart e Muñoz (2022), durante a maior parte do século XX, a exibição de bens culturais de massa dependia de um alto financiamento para se tornar viável. Assim, a indústria cultural era um oligopólio, fazendo com que esses grandes conglomerados de mídia se tornassem os principais mediadores da informação em longo prazo. A partir da década de 1990, com o advento da *internet*, propiciou um espaço favorável para a entrada de novos atores nesse processo de mediação da informação. Não há como negar que a *internet*, sobretudo as redes sociais, afetou de diversas formas o campo da comunicação política, seja devido à sua utilização pelos atores políticos ou pelas campanhas eleitorais, que hoje se dão nesses espaços. Além disso, as mídias sociais diminuíram a distância entre os atores políticos e a sociedade como um todo, o que favorece ainda mais para o aparecimento de líderes populistas diante dessa “proximidade” com as pessoas.

Antes de adentrar na discussão acerca das redes sociais e seu uso por atores políticos, é imprescindível compreender alguns conceitos-chave para a temática e, também, para a presente pesquisa. Recuero (2018) aponta que, em 2008, a campanha presidencial entre os candidatos Barack Obama e John McCain foi marcada pelo uso de vídeos, *blogs* e *sites* de redes sociais, já que os eleitores participaram pelo *Twitter* comentando a campanha. Porém, foi após a eleição de Donald Trump, nos Estados Unidos, em 2016, que passou a se falar muito em alguns conceitos referentes aos novos circuitos informativos impostos pela *internet*, como as notícias falsas ou *fake news*, bolhas e algoritmos. Em relação às *fake news*, muitos pesquisadores são críticos ao termo, já que a informação com o propósito de enganar não é algo novo e sempre existiu, inclusive dentro da própria mídia tradicional. Mas, conforme aponta Santaella (2019), com o crescimento das redes sociais e a emergência da *internet*, surgiram novos modos de fazer notícias, que não são, na maioria das vezes, submetidos a

regulações ou padrões editoriais. Além disso, “as mídias sociais favorecem a fofoca, a novidade pela novidade, a velocidade da ação impensada e a do compartilhamento leviano” (SANTAELLA, 2019, p. 31). Todos esses fatores fazem com que as notícias falsas tomem proporções gigantescas.

Nas eleições americanas, de 2016, uma onda de notícias falsas foi disseminada para atacar adversários políticos ou para reforçar teorias da conspiração. No Brasil, nas eleições de 2018, não foi diferente. Assim como Trump, o candidato extremista brasileiro, Jair Bolsonaro, também se utilizou das redes sociais para disseminar o medo através de informações falsas contra o seu adversário petista Fernando Haddad. Assim como Trump, Bolsonaro continuou a utilizar as redes sociais para atacar adversários e para se manifestar em relação a assuntos oficiais mesmo após a posse como presidente. Dessa forma, as redes sociais passaram a ser o espaço onde o Governo Bolsonaro utilizava para se comunicar com seus eleitores bem como para a comunicação governamental e procuraram afastar os seus eleitores das mídias tradicionais, tida como disseminadora de *fake news* pelos bolsonaristas.

As informações falsas se tornaram ainda mais problemáticas diante das chamadas bolhas filtradas (SANTAELLA, 2019). As bolhas fazem com que as pessoas tenham acesso a conteúdos direcionados pelos algoritmos. Ou seja, as pessoas têm acesso a um conteúdo selecionado a partir das suas curtidas (*likes*) e compartilhamentos. Se uma pessoa passa a curtir, em uma rede social, conteúdos falsos que beneficiam um ator político, por exemplo, ela ficará, em dado momento, restrita àquele tipo de conteúdo. Não é por acaso que outra expressão utilizada para o fenômeno das bolhas é “molduras ideológicas” (SANTAELLA, 2019), já que essa personalização dos filtros promovida por algoritmos gera um isolamento ideológico, fortalecendo a polarização, porque não há mais espaço para o debate de ideias divergentes.

Santaella (2019, p. 15) aponta que o prejuízo é coletivo, e não somente pessoal, pois é proporcionado um ambiente favorável ao fechamento contra novas ideias, assuntos e informações importantes: “No nível coletivo, os filtros são formas de manipulação que colocam o usuário mal informado sobretudo a serviço de interesses escusos”. Durante a pandemia de Covid-19, houve uma percepção clara do impacto das bolhas no âmbito coletivo, tendo em vista que um grande número de pessoas se viu enganado por informações falsas a respeito de medicações ineficazes no tratamento da doença ou até mesmo em relação à vacinação contra o coronavírus. No Brasil, as bolhas bolsonaristas se fecharam em teorias conspiratórias em relação ao vírus, relação à vacinação e ao isolamento social, como asseveram alguns pesquisadores (Borges, 2021; Botelho et al., 2022, Souza, 2021). Isso

impactou no crescimento de contaminação e óbitos pela doença no Brasil, além do baixo índice de vacinação, para um país com histórico positivo nesse quesito. Hoje, o País registra uma queda considerável de pessoas, que procuram se vacinar ou vacinar seus filhos, situação gerada pela campanha contra os imunizantes no Governo Bolsonaro. De acordo com o Ministério da Saúde, a média de cobertura vacinal no Brasil caiu de 97%, em 2015, para 75%, em 2020. Das nove vacinas analisadas pelo DataSUS, a que sofreu maior queda é a BCG, que apresenta queda de 38,8% entre 2015 e 2021.<sup>24</sup> No caso da Covid-19, os números, também, têm sido baixos mesmo com a comprovação da eficácia dos imunizantes para ter gerado o fim da pandemia. Em 2023, até final de abril, o Ministério da Saúde divulgou dados de que apenas 10 milhões de vacinas bivalentes tinham sido aplicadas apesar de ter imunizante disponível em todo o País.

Quando se tem a unilateralidade de uma visão, juntamente com a ininterruptura desta, gera uma crença fixa, que acaba por trazer pensamentos inflexíveis, gerando um extremismo cego e contrariando todas as ideias, que estão fora da bolha (SANTAELLA, 2019). Nas redes bolsonaristas analisadas na pesquisa, há uma forte narrativa, sobretudo nos dados analisados em 2020 de que a Hidroxicloroquina e a Ivermectina, por exemplo, são remédios eficazes no tratamento da Covid-19. Os atores dessas redes creem nisso mesmo após cientistas negarem a eficácia de tais medicamentos. As bolhas fazem com que os usuários estejam tão isolados que podem viver realidades paralelas dentro de uma mesma rede.

Ao tratar das redes sociais, Recuero (2018) aponta para o fato de que essas ferramentas têm, também, um poder positivo para a sociedade, pois podem mobilizar pessoas para causas sociais e ambientais, por exemplo, e agregam informações; enfim, não somente conectam dispositivos, mas também pessoas. Castells (2017) aponta para a importância das redes no processo de mobilização social ao dar luz à sua pesquisa sobre os movimentos sociais em rede, que se espalharam pelo mundo após a Primavera Árabe<sup>25</sup>, tendo as mídias sociais um papel central em meio à estrutura social estabelecida na era da informação. Para o

<sup>24</sup> Disponível em: <[http://www.cofen.gov.br/taxa-de-vacinacao-infantil-cai-e-brasil-volta-a-patamar-de-1987\\_98834.html#:~:text=De%20acordo%20com%20o%20Minist%C3%A9rio,8%25%20entre%202015%20e%202021](http://www.cofen.gov.br/taxa-de-vacinacao-infantil-cai-e-brasil-volta-a-patamar-de-1987_98834.html#:~:text=De%20acordo%20com%20o%20Minist%C3%A9rio,8%25%20entre%202015%20e%202021)>. Acesso em: 20 maio 2023.

<sup>25</sup> Trata-se de uma onda de protestos e revoluções ocorridas no Oriente Médio e no norte do continente africano em que a população foi às ruas para derrubar ditadores ou reivindicar melhores condições sociais de vida. Essa onda de protestos teve início em dezembro de 2010 na Tunísia, resultando na queda do ditador Zine El Abidini Ben Ali. Na sequência, esses protestos se arrastaram para outros países. No total, entre países que vivenciaram essa onda de protestos e revoluções, além da Tunísia, estão: Líbia, Egito, Argélia, Iêmen, Marrocos, Bahrein, Síria, Jordânia e Omã. O que faz da Primavera Árabe algo novo para pesquisadores é o fato de que essas mobilizações se deram através das redes sociais. É preciso destacar que muitos desses países hoje se encontram em situação social pior ou igual do que antes dos movimentos populares, como é o caso da Síria, que vive uma guerra. Essas mobilizações foram importantes e serviram de exemplo para que outros protestos acontecessem em outras partes do mundo, como ocorreu no Brasil em 2013 e 2014.

autor, as mobilizações em rede, que se deram após a quebra de confiança nas instituições, utilizaram as redes sociais da *internet* diante da possibilidade de um espaço de autonomia, longe do controle de governos e empresas como nas mídias tradicionais. Por meio das redes sociais, pessoas puderam compartilhar suas dores e esperanças no “espaço livre” propiciado pela *internet*. Castells (2017) lembra que a *internet* juntamente com as redes sociais permitiram que esses movimentos se espalhassem pelo mundo de forma rápida. Dessa maneira, é perceptível que as redes sociais possibilitaram uma mudança, também, na estrutura dos movimentos sociais. No Brasil, na eleição de 2018, houve uma grande mobilização de mulheres em um grupo da plataforma *Facebook*. O movimento cresceu e se tornou um dos maiores grupos da plataforma, atingindo a marca de mais de 1 milhão de membros. A mobilização, que começou neste grupo “Mulheres contra Bolsonaro”, saiu da *internet* e ganhou as ruas com diversos protestos contra a candidatura de Jair Bolsonaro na onda #EleNão.

Os seres humanos criam significado interagindo com seu ambiente natural e social, conectando suas redes neurais com as redes da natureza e com as redes sociais. A constituição das redes é operada pelo ato da comunicação. Comunicação é o processo de compartilhar significado pela troca de informações [...] (CASTELLS, 2017, p. 21).

Nesse sentido, como explica Castells (2017), a transformação da era digital amplia o alcance dos meios de comunicação para todos os domínios da vida social. O consumo de informação modificou e é ainda mais acelerado ao mesmo tempo em que se está em uma rede que é global e local, genérica e personalizada, com famosos e familiares; enfim, todo o ambiente comunicacional se transformou. Segundo Castells (2017), essa mudança afeta as normas de construção de significado e a produção de relações de poder. Se se analisar a rede bolsonarista em relação à Covid-19, percebe-se essa mudança. Passa-se a desacreditar o campo científico, que seria perito (GIDDENS, 1990) no que diz respeito à saúde, apegando-se às narrativas conspiratórias, que ganharam visibilidade por meio das redes sociais. Essa mudança comunicacional, que pode ser positiva no que diz respeito às mobilizações em rede, também potencializaram o discurso anticiência à medida que o alcance dos meios de comunicação se amplia juntamente com a rede. O principal efeito da mudança comunicacional propiciado pelas redes sociais é o potencial de alcançar uma multiplicidade de receptores. Desse modo, o discurso anticiência encontrado nas redes bolsonaristas, também, ganhou destaque em redes espalhadas por vários países.

Penteado e Cruz Júnior (2019) discutem a influência das redes sociais nas ações políticas, que passaram por mudanças diante da adaptação a esse novo processo comunicacional. Dessa forma, percebe-se que, desde a popularização e o uso das redes sociais em mobilizações políticas, houve um aumento de pesquisas referentes à temática. Como já foi visto, desde as Jornadas de Junho de 2013, o golpe de 2016 e a disputada eleitoral de 2018, que elegeu Jair Bolsonaro, despertou-se ainda mais curiosidade sobre o tema. Nesse sentido, é possível apontar que, ao participar de uma rede, o usuário tem acesso aos recursos disponíveis, que são a visibilidade e o capital social, porém, ao mesmo tempo, o indivíduo passa a ter o seu comportamento regulado pelos mecanismos de interação existentes nas redes. Assim, segundo Penteado e Cruz Júnior (2019), as redes sociais operam numa lógica do poder de redes. A participação em uma rede social está associada aos benefícios que os seus membros esperam ter.

Por exemplo, uma organização social pode criar perfis em redes sociais para interagir com uma grande parcela da população que acessa diariamente os conteúdos das redes sociais para se informar sobre diferentes assuntos. Contudo, apesar de ampliar a sua capacidade de relacionar com outros usuários da plataforma, a mediação é controlada por empresas privadas, que utilizam seus algoritmos de acordo com seu modelo de negócios, que, além de controlarem o fluxo das informações, limitam a circulação das informações de uma instituição pública e se apropriam dos conteúdos produzidos para capitalizar dentro de seus produtos (PENTEADO; CRUZ JÚNIOR, 2019, p. 112).

As redes sociais alteraram os processos comunicacionais, que se tornaram mais fragmentados, afetando as práticas políticas tradicionais, como apontam os autores. Assim, conforme Penteado e Cruz Júnior (2019), a rápida popularização da *internet* no Brasil e no mundo transformou as plataformas digitais em espaços privilegiados de sociabilidade, difusão e produção de informações, que passaram a ser utilizadas, também, por órgãos governamentais, atores políticos etc. Nesse cenário, os autores buscam identificar os diferentes tipos de atuação política por meios das redes sociais. São eles: a) informações políticas; b) governo eletrônico; c) esfera pública; d) (ciber)ativismo; e) comunicação política; e f) tecnopolítica.

Ao tratar das informações políticas, Penteado e Cruz Júnior (2019) afirmam que as redes sociais ampliaram tais informações, já que houve uma integração do jornalismo tradicional com novos atores informacionais. Tal situação, por um lado, é positiva, todavia, por outro, abre espaço para a polarização e a radicalização políticas. É nesse contexto que



surtem brechas para a disseminação das notícias falsas. No caso da pandemia de Covid-19, emergiu ainda, de forma intensa, o discurso anticência, como já foi mencionado.

O segundo tipo de atuação política citada pelos autores é denominado de governo eletrônico, que se refere ao fato de os governos e instituições se inserirem nas redes sociais com o objetivo de ampliar a comunicação com os cidadãos. Dessa maneira, os perfis de órgãos públicos permitem a divulgação de informações, prestação de serviços *online* e transparência dos dados governamentais. Ademais, as redes sociais possibilitam que os cidadãos possam participar por meio dos canais de interação, facilitando a formação de espaços para debate público e deliberação. Os autores, ainda, reforçam que os órgãos públicos juntamente com agentes reguladores e organizações relacionadas aos governos formam a chamada democracia digital. Nesse sentido, salienta-se o debate acerca da regulação dos algoritmos e das redes sociais, de forma geral, e a criação da Legislação de Proteção de Dados.

Ao tratar do terceiro tipo de atuação política, Penteado e Cruz Júnior (2019) reforçam que se trata de uma visão deliberacionista. Assim, com a crescente polarização política, as redes sociais se tornam arenas de debate público entre diferentes grupos, que utilizam os espaços de comunicação para defender suas ideias e posicionamentos, que são bem distintos. Esses embates, porém, não seguem os princípios da esfera pública de Habermas. Na visão habermasiana, há uma concepção da tríade participação: debate e deliberação de forma racional e argumentativa. No caso das mídias digitais, conforme aponta Gomes et al.(2011), há que se apontar o fator de exclusão de parte dos indivíduos, que não têm acesso à *internet* e a uma conexão, que permitam participar do ciberespaço. Ademais, na maior parte das redes sociais, o foco é voltado mais para o entretenimento e formas de interagir com amigos, familiares, e não necessariamente promover um debate público. Nesse aspecto, a deliberação fica restrita a um público reduzido.

Penteado e Cruz Júnior (2019) argumentam, ainda, que, em muitas vezes, esses debates são caracterizados por posicionamentos de ódio, fazendo com que o debate político se torne enfrentamento e atuação de *haters* políticos. Além disso, outro problema, que já fora apontado anteriormente, mas merece ser reforçado, é a formação de *clusters* e a ação de algoritmos por recomendação, que acabam por aumentar o ódio e a polarização, uma vez que gera um efeito, que ajuda a reforçar posições já existentes. Isso impede a ocorrência de debates mais amplos de diferentes posicionamentos políticos.

O fechamento em comunidades (*clusters*) com pensamentos e visões de mundo semelhantes leva a um processo de polarização do mundo, no qual os usuários, apesar de terem uma ampla pluralidade de fontes de informações, ficam restritos a fontes e perfis alinhados com perspectivas e vieses específicos, que tensionam o funcionamento da democracia e promovem a fragmentação social (Sunstein, 2018), ao invés de construir uma esfera pública plural (PENTEADO; CRUZ JÚNIOR, 2019, p. 115).

Nessa perspectiva, parte dos pesquisadores de Comunicação Política veem com pessimismo a ação política relacionada à esfera pública nas redes sociais, pois muitos entendem que não há espaço para debate de diferentes ideias nesses espaços. Se há os ciberotimistas como Lévy e Lemos (2010), que falam da tecnodemocracia; por outro lado, autores como Castells (2017), Gomes, Maia e Marques (2011) e Aggio (2020) levantam ressalvas sobre o tal poder da democracia digital. O argumento é de que se o País ainda tem uma democracia falha e institucionalmente frágil, com baixa participação. No ciberespaço, a tendência é de que esse quadro se repita e até se torne menos aberto ao diálogo, tendo em vista o bem público.

Outro tipo de ação política nas redes é o ciberativismo. Como visto anteriormente, as redes sociais propiciam um ambiente favorável, para que os grupos de ativistas produzam seus conteúdos e desenvolvam suas estratégias de comunicação. Além disso, esse espaço proporciona a divulgação de informações sem filtros institucionais. Partindo dessa perspectiva, as redes sociais atuam como um importante espaço para mobilização e atos de protestos ou para que os ativistas divulguem suas mensagens, interajam ou mobilizem simpatizantes de suas causas. As redes sociais, conforme apontam Penteado e Cruz Júnior (2019), possibilitam que cada usuário seja um potencial ativista, pois, mesmo que seja um usuário comum com poucos seguidores, pode ter seu conteúdo compartilhado com milhares de pessoas, alcançando alto grau de centralidade. Todavia, os autores reforçam que estudos sociotécnicos têm apontado que o ativismo em redes sociais enfrenta problemas relacionados à existência de hierarquias nas redes, que prejudicam suas práticas ativistas. Essas plataformas tendem a dar mais visibilidade a grandes empresas e corporações, que são direcionadas por algoritmos.

Outro tipo de ação política citado por Penteado e Cruz Júnior (2019) é a comunicação política, que, pelas redes sociais, oferece grande interação entre políticos, partidos e até usuários. Os autores reforçam que a característica de interatividade dessas plataformas permite que os partidos e políticos mantenham uma interação mesmo fora da campanha eleitoral. Além disso, essas plataformas propiciaram inovações nas campanhas políticas, que

tendem a ser cada vez mais personalizadas. A classe política ficou mais próxima da população, por meio das redes sociais, o que acaba, de alguma forma, potencializando o fanatismo político, já que os usuários comuns tendem a acreditar serem amigos de atores políticos por estarem presentes, mesmo que virtualmente, em suas vidas.

Deve-se, no entanto, fazer uma ressalva, tendo em vista que o cenário político e eleitoral brasileiro, ainda, aponta para uma hegemonia de grupos políticos oligárquicos, que se elegem desde o início da redemocratização. Basta mencionar aqui o poder do Centrão – grupo informal de parlamentares de diferentes partidos (PP, Republicanos, Democratas, MDB, PSD, PTB e PL) – que soma mais de 200 parlamentares, foi formado ainda na Constituinte de 1987 e se mantém no poder, interferindo nas ações políticas de diferentes presidentes – Fernando Collor de Mello (1990 a 1992), Itamar Franco (1992 a 1994), Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2001), Luiz Inácio Lula da Silva (2002 a 2010), Dilma Rousseff (2011 a 2016), Michel Temer (2016 a 2018), Jair Bolsonaro (2019 a 2022) e novamente com Lula (2023). O mesmo equivale ao poder das bancadas temáticas no Congresso – Bancada Ruralista, Bancada da Bala e Bancada Evangélica, entre outras, que se organizam não pelas redes, mas, principalmente, a partir de formas tradicionais de fazer política.

Por fim, Penteado e Cruz Júnior (2019) apontam a tecnopolítica como a última ação política nas redes sociais. Nessa tipologia, os autores citam o uso de robôs, os filtros bolhas e a autorregulação dessas mídias como debates centrais, que perpassam a temática de pesquisadores da comunicação.

Contudo, como adiantado, é na matriz sociotécnica que se encontra a maioria dos estudos sobre a ação tecnopolítica em redes sociais de internet. Silveira (2019) aponta para os riscos à democracia do funcionamento dos dispositivos de modulação algorítmica das redes sociais. A invisibilidade e opacidade dos códigos de operação dos algoritmos por grandes empresas de tecnologia abrem espaço para a manipulação da opinião pública, assim como a difusão de desinformação, constituindo um importante e emergente campo de estudos (PENTEADO. CRUZ JÚNIOR, 2019, p. 117).

Nesse sentido, os autores alertam para a manipulação da opinião pública e a necessidade de se regulamentarem as plataformas digitais, que têm propiciado um campo favorável para a desinformação e discurso de ódio, colocando em risco democracias pelo mundo. As redes sociais alteraram a lógica do campo comunicacional e, também, do campo político. Assim, torna-se fundamental pesquisas que vão além do sociotécnico, mas que analisam profundamente os impactos das redes nas sociedades contemporâneas, como o efeito dos discursos anticiência durante a pandemia de Covid-19 no Brasil.

A partir da discussão, é preciso apontar para a tentativa de se regulamentar as redes sociais no Brasil e em outros países. O debate tomou força em 2023, em decorrência dos atos de violência nas escolas, como o ocorrido em São Paulo, no dia 27 de março de 2023, que resultou na morte de uma professora e feriu mais três pessoas após um aluno entrar com uma faca e desferir os golpes. Esses atos são coordenados e estimulados em comunidades nas redes sociais. Além disso, em função das notícias falsas, que muito impactaram no controle da pandemia no Brasil e no mundo e que também afetam o processo eleitoral, debates sobre uma legislação que responsabilize as plataformas pelos conteúdos que circulam nas redes tornam-se fundamentais. A regulamentação, por meio de um Projeto de lei, chegou a ser debatida no Congresso brasileiro, entretanto foi interrompida após pressão das próprias *Big Techs*, que alegam que o debate deve envolvê-las. O STF, ainda, pode levantar o debate em relação a essa regulamentação, mas, enquanto isso não acontece, as plataformas permanecem sem regulamentação e conteúdos de ódio e *fake news*, também, continuam a circular livremente nas redes sociais.

Retomando aos estudos de redes sociais, é possível apontar que estes visam a analisar os padrões de conexões expressos no ciberespaço (RECUERO, 2018). Nesse sentido, no capítulo 4, serão analisadas as estruturas das redes bolsonaristas em diferentes momentos da pandemia de Covid-19, a fim de investigar as conexões dessas redes e as narrativas que ligam os nós. É importante ressaltar que essas redes estão modificando os processos sociais e informacionais da nossa sociedade, conforme aponta Recuero (2018), tornando fundamental que pesquisas relacionadas às redes ganhem cada vez mais espaço, com o objetivo de compreender os reais impactos dessas mudanças. A extrema direita voltou ao poder em outros países, além do Brasil, da mesma forma que o discurso anticiência tem feito retornar as teorias terraplanistas. Ficam alguns questionamentos: qual é o poder das redes sociais nesses processos de difusão de conteúdos anticiência? De que forma tais narrativas se conectam nas redes e criam bolhas ideológicas? E, sobretudo, como romper com as bolhas ou como fazer com que essas mudanças comunicacionais não afetem conquistas importantes da humanidade, como a vacinação e a democracia?

Muito tem se falado de uma regulamentação para as redes sociais, sobretudo após denúncias recentes de manipulação por parte do grupo *Meta Platforms*, liderado por Mark Zuckerberg, um conglomerado de tecnologia e mídia social, que cuida do *Facebook*, *Instagram* e *WhatsApp*, que são as principais plataformas de redes sociais. A denúncia mais recente é de uma ex-funcionária: Frances Haugen, que integrava a equipe de integridade cívica do *Facebook*, que reforçou as acusações de que o grupo não tem feito esforços

suficientes para evitar os efeitos negativos das suas publicações, como no caso da incitação à invasão do Capitólio, em Washington, em janeiro deste ano. A ex-funcionária apresentou documentos, que comprovam a tese de que o grupo visa mais ao lucro do que à segurança de usuários. A denúncia resultou na abertura de um processo do parlamento americano no intuito de discutir a regulamentação das redes sociais e trouxe o debate para o âmbito da política em outros países. Mas, para além da regulamentação, outro ponto relevante trazido por Santaella (2019) para que se consiga romper com as bolhas seria uma formação educacional voltada para as redes. Isso por que, por meio de uma formação crítica para o uso das redes, as pessoas desenvolverão habilidades para interrogar sobre a precisão de uma informação, podendo romper-se de redes extremistas:

[...] Sobretudo, merece ser considerado que a educação para e nas mídias deve estar inserida em ambientes de formação educacional no seu sentido mais amplo, aquela que é capaz de desenvolver a sutileza da sensibilidade, a arte do cuidado com a alteridade e a ética da curiosidade em relação às complexidades psíquicas e sociais que nos constituem como humanos (SANTAELLA, 2019, p. 28).

Dessa forma, algumas medidas são imprescindíveis de serem tomadas como políticas públicas, a fim de evitar que o extremismo de ideias assole as democracias e que o discurso anti-ciência, que foi visto durante a pandemia de Covid-19 nas redes sociais, de forma crescente, não perpetue.

Retomando a discussão acerca dos estudos referentes às redes, Recuero (2018) traz alguns conceitos importantes, que serão abordados ao longo dos próximos capítulos, sobretudo os de análise. Nesse contexto, os atores são o primeiro elemento da rede social, representados pelos nós ou nodos. Esses nós são pessoas, que estão envolvidas na rede analisada: “como partes do sistema, os atores atuam de forma a moldar as estruturas sociais através da interação e da constituição de laços” (RECUERO, 2018, p. 25). Dessa forma, no contexto político tradicional, os atores tendem a ser figuras públicas, veículos de mídia e aliados importantes, por exemplo. Porém, nos últimos anos, com a profissionalização da disseminação de conteúdos falsos e o crescimento da extrema direita no mundo, percebe-se um avanço de robôs, que acabam ocupando espaço entre esses nós de rede, como apontou a série documental *Extremistas.br*, com direção de Caio Cavechini, disponibilizada na plataforma *Globoplay*<sup>26</sup>.

---

<sup>26</sup> Série Documental, que traz especialistas, personagens e bastidores do mundo das *fake news* e da extrema direita brasileira. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/extremistasbr/t/tw5cxmthnm/>>. Acesso em: 5 maio de 2023.

Ao tratar desses atores, Recuero (2018) reforça que não são imediatamente discerníveis; ou seja, não necessariamente é um perfil, uma pessoa; pode ser um grupo de pessoas, um *site* ou até mesmo um robô como já foi citado. Nesse sentido, é preciso analisar esses atores e esses nós, a fim de determinar a influência destes dentro das redes anticiência. Além disso, como aponta a autora, é primordial analisar como esses atores constroem esses espaços de expressão, buscando a compreensão de como acontecem as conexões dentro dessas redes. O que de fato une esse grupo, dentro dos padrões de conexões que são gerados, é um fator importante a se descobrir. Já é possível apontar que, dentro da análise, encontram-se nós, com narrativas distintas: um nó que se une pela defesa da ciência e das instituições democrática e outro que se une pelo inverso: anticiência e antidemocracia.

Ao citar Donath (1999), Recuero (2018) aponta que, no ciberespaço, por não ocorrer a interação face a face, as palavras passam a ter grande relevância quando constituídas por expressões de alguém e legitimadas por grupos sociais. Desse modo, constroem-se as percepções, que os indivíduos têm dos atores sociais. Assim, conforme destaca a autora, é preciso colocar rostos, informações que gerem individualidade e empatia na informação, para que a comunicação possa ser estruturada. Já se pode adiantar que, dentro das redes analisadas, há informações, que geram empatia por meio de histórias marcadas por teorias da conspiração, algo bem típico no que diz respeito à desinformação.

Nos perfis das redes sociais, são expostos os gostos, as paixões e os ódios dos atores sociais. Dessa maneira, vão se construindo as conexões a partir de visões de mundo, que são próximas. Nesse aspecto, Recuero (2018) destaca que as conexões constituem o principal foco do estudo das redes sociais, pois a sua variação vai alterar as estruturas desse grupo. Quanto mais fortes as conexões, mais estável a rede. Ainda falando de conexões, a autora explica algumas formas de analisar as propriedades das redes. Uma delas é analisando o grau de conexão, que determina a quantidade de conexões, que um determinado nó possui. Dessa forma, quanto maior o grau de conexão, mais popular e central é o nó na rede. A partir disso, a presente pesquisa visa a se debruçar sobre as redes analisadas, a fim de identificar os atores e os graus de conexão delas, além de fazer uma análise da narrativa, que se perpetua nessas redes.

### **2.3 *Twitter* e a sua Centralidade para o Governo Bolsonaro**

Como já foi apontado anteriormente, as redes sociais ampliam o alcance da informação e do debate. Nesse sentido, as redes propiciam um espaço favorável para a

comunicação política, pois permitem que se ampliem as “relações de contato, partilha ou interação entre os usuários” (ROSSETTO; CARREIRO; ALMADA, 2013, p. 190). O *Twitter* aparece, então, como uma rede social muito interessante para análise de pesquisadores, já que essa plataforma permite sua repercussão em diferentes mídias, incluindo outras redes sociais. As postagens na rede ganham visibilidade e repercussão com diferentes desdobramentos. Isso explica por que muitos atores políticos têm se utilizado da rede social, seja para se promover ou para utilizá-la como uma plataforma de prestação de contas aos eleitores. Rosseto, Carreiro e Almada (2013) citam Parlamee e Bichard (2012) ao explicarem que a utilização dessa mídia social apresenta três objetivos, que se destacam na vida política dos usuários, os quais seguem líderes ou atores políticos:

[...] (1) trata-se de uma forma de obter informação política rápida e sem filtros; (2) preenche o anseio dos usuários que desejam ser parte do processo político e não só de receptores de informação; e (3) é uma ferramenta de negócio para quem trabalha com política ou faz a cobertura de notícias políticas (ROSSETTO, CARREIRO; ALMADA, 2013, p. 191).

Diante disso, é perceptível a centralidade da mídia para a política, o que torna a escolha dessa plataforma importante. Assim, cabe trazer um histórico a respeito do *Twitter*, uma vez que essa plataforma é o objeto da presente pesquisa. A plataforma é uma rede social, que permite ao usuário enviar e receber atualizações de outras pessoas, em textos de até 280 caracteres, conhecidos como *tweets*. O *Twitter* foi criado por Jack Dorsey, Evan Williams, Biz Stone e Noah Glass, em março de 2006 e lançado em julho do mesmo ano. A ideia dos fundadores é que a mídia social funcionasse como um “SMS” para *internet*, limitando os caracteres.

Desde a sua fundação, o *Twitter* ganhou notoriedade por todo o mundo. Em 2021, a rede social divulgou ter alcançado 217 milhões de usuários ativos diários monetizáveis. O Brasil ocupa o quarto lugar em número de usuários, perdendo apenas para os Estados Unidos, Japão e Índia. A mídia tem ganhado muita repercussão após a sua compra pelo bilionário Elon Musk, envolvido em muitas polêmicas. Assim que assumiu a plataforma, o empresário de tecnologia mandou embora diversos executivos e foi muito criticado por suspender contas de usuários, que o criticavam na rede. Após os episódios, a imprensa e especialistas têm colocado em dúvida os rumos da empresa, que sempre demonstrou uma preocupação com o crescimento de atores políticos extremistas, que usam a plataforma para atacar as instituições democráticas. O *Twitter* chegou a suspender a conta do ex-presidente americano Donald

Trump, acusado de incitar pessoas a invadirem o Congresso dos Estados Unidos após perder a eleição para Joe Biden, do partido Democrata.

O *Twitter*, conforme apontam Santos *et al.* (2020), é disponibilizado como um “microblog”, onde o usuário faz compartilhamentos de mensagens curtas, como um diário. Inicialmente, a ideia era que os usuários compartilhassem sobre sua vida pessoal. Porém, de uns anos para cá, há uma gama diversa de assuntos compartilhados na rede social, que vão desde informações sobre produtos a notícias sobre política.

É importante apontar que, no dia 9 de fevereiro de 2023, o *Twitter* anunciou que iria fechar o API; ou seja, o seu fornecimento não será mais gratuito. Essa medida, que afeta desenvolvedores e pesquisadores, faz parte de mais uma mudança em busca de aumentar a receita após Elon Musk assumir o controle da plataforma.

Como explica Figueiredo (2023), em um artigo publicado pelo portal Olhar Digital, o API, ou *Application Program Interface* (Interface de Programação de Aplicações, em tradução livre), é um conjunto de funções e procedimentos, que atuam em prol da integração de sistemas, o que permite a reutilização das suas funcionalidades por outras aplicações ou *software*. A partir dessa permissão, foi possível coletar e rodar os dados em outro *software* (*Gephi*) para a presente pesquisa. Nesse sentido, o API aberto permite a possibilidade de pesquisadores e programadores recuperarem e analisarem dados públicos do *Twitter*, que podem ser usados para criar *bots* programáveis e aplicativos separados, que se conectam a plataforma, além de possibilitar pesquisas na área social e política.

No início de maio, o *Twitter* chegou a anunciar que o API seria aberto de forma gratuita para serviços públicos somente. Com essa ação, a plataforma se iguala ao grupo *Meta e Google*, que mantém o API de suas redes sociais fechados, a fim de conseguirem aumentar a receita com a venda de *softwares* próprios.

Retomando o funcionamento da plataforma, Recuero (2018) explica que o *Twitter* é estruturado com seguidores e pessoas a seguir, em que cada perfil tem a opção de escolher quem deseja seguir e ser seguido. A plataforma permite, ainda, o envio de mensagens em modo privado para outros usuários da rede. A janela particular de cada usuário contém as mensagens públicas postadas por pessoas que aquele perfil segue. Também, há a possibilidade de direcionar mensagens para outros usuários marcando o “@” antes do nome do destinatário. Ao tratar do *site* de rede social, a autora destaca que uma das características mais importantes da plataforma é a permissão que sua API seja utilizada para a construção de ferramentas, que utilizem o *site*. Dessa forma, inúmeras iniciativas foram sendo criadas, como a *Summize*, ferramenta de busca no sistema, a qual, depois de um tempo, foi adquirida pelo *Twitter* e se



tornou sua busca “oficial”. Além disso, ferramentas de busca e análise, também, criaram mais possibilidade para que pesquisadores desenvolvessem pesquisas nesse ambiente. Isso fez com que se popularizasse a plataforma, inclusive no campo acadêmico.

Botelho *et al.* (2022) enfatizam uma característica significativa do *Twitter*: tende a dar maior visibilidade a conteúdos, que geram engajamento, operando em uma lógica de “bola de neve”, em que maior o engajamento, maior a chance de se terem novos engajamentos. As autoras afirmam que essa lógica dos algoritmos acaba interferindo no que chega ao usuário, gerando um “efeito manada” e propiciando um espaço para o uso estratégico de “robôs humanos”, contratados para engajar nas redes. Há denúncias na CPMI<sup>27</sup> sobre as *fake news* de que o chamado “Gabinete do Ódio”, ligado a Jair Bolsonaro e seus filhos, se utilizou de robôs para disseminar conteúdo falso nas eleições de 2018.

Além disso, a plataforma, assim como no *Instagram*, permite a busca de conteúdo por meio de *hashtags*, que facilitam a pesquisa pelos usuários como também as estratégias de marketing político. Diante disso, atores políticos têm se utilizado, cada vez mais, da plataforma nos últimos anos, com objetivos que vão além de conquistar votos e mobilizar eleitores (SANTOS *et al.*, 2020). Rossetto, Carreiro e Almada (2013, p. 202-203) apontam que o *Twitter* é:

[...] além de uma ferramenta de campanha eleitoral e mobilização, um local de exposição de opiniões, sondagens e do fazer político diário para a obtenção de visibilidade pública e, portanto, para a construção da imagem pública conveniente.

Nesse sentido, as redes sociais, também, atuam como um termômetro do debate social, contribuindo para os atores políticos. Bolsonaro soube, antes da eleição de 2018, encontrar os caminhos certos para falar com o eleitorado conservador, decepcionado com a política tradicional, envolvida em escândalos de corrupção.

Segundo Rossetto, Carreiro e Almada (2013), em um levantamento sobre os principais trabalhos referentes ao uso do *Twitter* por atores políticos brasileiros, foi possível verificar que seu uso se possui diferentes finalidades: (1) eleições e agenda; (2) opinião e o fazer político diário; (3) mobilização; e (4) outros e sondagens de opinião. A partir disso, é possível apontar que, no caso de Jair Bolsonaro, a finalidade se modifica, modificando, também, a

---

<sup>27</sup> Matéria intitulada: Joice Hasselmann denuncia “milícia” e “gabinete de ódio” na disseminação de *fake news*. Em depoimento à CPMI das *Fake News*, a deputada relatou o uso de robôs para alavancar *hashtags* a um custo de R\$ 20 mil por disparo no *Twitter*. Fonte: Agência Câmara de Notícias. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/622252-joyce-hasselmann-denuncia-milicia-e-gabinete-de-odio-nadisseminacao-de-fake-news/>>. Acesso em: 6 jan. 2023.

narrativa. Se em dado momento da pandemia Bolsonaro critica a vacinação e a nega à população, próximo ao período eleitoral, como será visto a seguir, ele se vangloria dos índices de vacinação no seu Governo.

Rossetto, Carreiro e Almada (2013) destacam que o uso da rede social possibilita uma interação entre os atores políticos e os cidadãos/eleitores, o que revela o político como um homem comum bem como seu posicionamento diante da política. Nesse aspecto, pode-se considerar que Bolsonaro se utilizou muito das redes sociais para se apresentar como um homem comum, recorrendo a situações tidas como cotidianas, como a sua imagem no hospital, tomando café, bem como suas opiniões são as postagens, que geram mais engajamento entre seus seguidores.

Diante disso, pesquisadores têm voltado mais atenção para a “twittersphere”, elencando-a como um tipo de “termômetro da opinião pública”. De todo modo, o aumento constante do uso do *Twitter* chamou atenção de pesquisadores dos mais diversos campos. Por conta disso, existem, atualmente, diferentes fluxos de pesquisa que investigam a função do *Twitter* enquanto rede social (SANTOS *et al.*, 2020).

Nos trabalhos relacionados à política, o enfoque dos pesquisadores se dá sob diferentes perspectivas. Dentre elas, aparecem análises a respeito dos efeitos que as mensagens do *Twitter* poderiam ter na vida real, estudos com enfoque na vigilância dos meios de comunicação e potencial ferramenta de mobilização política. Santos *et al.* (2020) citam um estudo realizado por Andranik Tumasjan, Timm Sprenger, Philipp Sandner e Isabell Welp (2010), que aponta o *Twitter* como uma plataforma de deliberação política, podendo refletir de algum modo a preferência dos eleitores. Dessa maneira, a plataforma se apresenta como um importante canal para o estudo da comunicação política, já que a mídia social funciona como um “fórum” de debates políticos.

Como já mencionado na campanha presidencial de 2012 para os Estados Unidos, o *Twitter* teve um papel de destaque, sobretudo na participação da população durante o processo eleitoral. No caso de Donald Trump, do Partido Republicano, não foi diferente. O então candidato se utilizou da plataforma amplamente durante o período eleitoral e após a sua eleição, uma vez que adotou a narrativa de ataque às mídias tradicionais e pouco aparecia nesses canais. Bolsonaro, também, se articulou por meio das redes sociais, sobretudo o *Twitter*, conforme apontam Santos *et al.* (2020). Segundo os autores, Jair Bolsonaro ingressou no *Twitter* em 2010 e foi considerado o candidato mais atuante na rede social na eleição de 2018, possuindo o maior número de seguidores e de engajamento nas redes (SIMÕES; SILVA, 2019). Ainda, segundo Simões e Silva (2019), o candidato Jair Bolsonaro foi o que

fez mais uso de palavras e expressões, que buscavam a empatia dos eleitores, sobretudo após o atentado que sofreu: “Seus tuítes focavam mais em ‘conversas’ do que em ‘conteúdos’, apesar de um certo equilíbrio das postagens [...]” (SIMÕES; SILVA, 2019, p. 133). Santos *et al.* (2020) destacam que Bolsonaro vinha se mobilizando no *Twitter* desde 2017, mas o crescimento de postagens de 2017 para 2018 é considerável, com média, por dia, de 3,78, que passou a ser 5,65.

Ao analisar as *hashtags* utilizadas por Bolsonaro em 2017, Santos *et al.* (2020) apontam a predominância de palavras-chave nas categorias de posicionamento ideológico ou de ataque aos adversários políticos. Menções a Olavo de Carvalho, filósofo ultradireitista, Coronel Ustra, símbolo da tortura no período da Ditadura Militar no Brasil, e *Taurus*, empresa de armas, representam, simbolicamente, o posicionamento político de Jair Bolsonaro já em 2017 (SANTOS *et al.*, 2020). Segundo a pesquisa realizada por Santos *et al.* (2020, p. 71), houve uma mudança de posicionamento de Jair Bolsonaro nas postagens no *Twitter*:

[...] em 2017, se suas principais *hashtags* publicadas tinham um direcionamento de críticas e posicionamento ideológico constantes, já em 2018 há um afastamento destas duas tendências e a prioridade passa pela divulgação do seu próprio nome para fortalecimento de campanha eleitoral.

Ou seja, em 2018, Jair Bolsonaro mudou seu posicionamento na rede social e passou a dar mais destaque para seu próprio nome, conforme aponta a pesquisa. Outro ponto importante trazido pelos autores e que merece destaque é o fato de que as publicações mais negativas e intolerantes foram as que mais tiveram engajamento e *retweet*, o que demonstra as características das redes bolsonaristas e o que poderá ser encontrado nos próximos capítulos. Jair Bolsonaro se utilizou do *Twitter* como uma crucial ferramenta política, como apontaram Santos *et al.* (2020), demonstrando que a plataforma permite estratégias mais eficazes do que se utilizasse a mídia tradicional.

Na verdade, Bolsonaro conseguiu o feito de isolar a grande mídia, utilizando-se das redes sociais, incluindo o *Twitter* como principal veículo de comunicação, mesmo após a eleição. As *lives* das quintas-feiras foram um exemplo de como Bolsonaro se utiliza de forma eficaz das redes, fazendo com que seus eleitores ficassem cada vez mais isolados em suas bolhas digitais. Durante a pandemia de Covid-19, não foi diferente. As narrativas encontradas nas redes bolsonaristas do *Twitter* se divergem completamente com as narrativas dos órgãos de saúde e imprensa.

Souza (p. 10, 2021) afirma que, por meio da comunicação, utilizando-se dos canais oficiais, o então presidente “deturpou a realidade ao criar sua própria”, fragilizando instituições, que deveriam estar compartilhando informações técnicas e relevantes, mas acabam por serem usadas para a defesa pessoal de Bolsonaro e sua família e os ataques a adversários. Dessa forma, o autor defende que é preciso analisar Bolsonaro nas redes, a fim de investigar suas estratégias de comunicação diante de tal comportamento.

Nessa perspectiva, ao analisar o perfil do presidente Jair Bolsonaro, no *Twitter*, de outubro de 2020 a outubro de 2021, Souza (2021) aponta que, dentro do que foi coletado, poucas postagens foram dedicadas ao assunto da Covid-19. Foi em média uma postagem, dedicada à temática, a cada 28 dias. A postura do presidente sempre foi na contramão das autoridades em saúde: várias publicações se destinaram a estimular o uso de medicamentos comprovadamente não eficazes para o tratamento da doença, além de postagens contrárias à vacinação:

Em uma postagem de 15 de janeiro de 2021, com vacinas eficazes já disponíveis, Bolsonaro insiste no tratamento precoce. A publicação violou as regras do *Twitter* e, apesar de ainda ser pública, não é possível curtir, comentar ou repostar. Ainda no mesmo mês, Bolsonaro insiste em outro medicamento ineficaz contra a Covid-19 (SOUZA, 2021, p. 79).

O autor aponta que grande parte das postagens de Bolsonaro no *Twitter*, entre 2020 e 2021, é anticientífica e contraria determinações da OMS, entidade que, também, foi atacada por Jair Bolsonaro em alguns momentos durante a pandemia de Covid-19. Souza (2021) critica a politização da ciência no discurso de Bolsonaro, o que, segundo especialistas, pode ter tido grande interferência na forma como seus seguidores lidaram com a Covid-19 no período pandêmico.

Desde o início da CPI da Covid-19 no Senado, Bolsonaro utilizou seu perfil no *Twitter* para atacar senadores de oposição, que investigavam o comportamento do seu Governo na condução da pandemia. Na pesquisa realizada por Souza (2021), aparece uma postagem do presidente atacando o senador Randolfé Rodrigues (REDE) com uma notícia falsa de que este estaria envolvido em corrupção relativa à compra de vacinas. Souza (2021), ainda, destacou as incoerências nas narrativas de Jair Bolsonaro, já que, ao final de 2021, o presidente passou a publicar os números da vacinação como um feito de seu Governo, discurso diferente do início do mesmo ano, quando Bolsonaro falava contra a vacinação.

Souza (2021) apontou, em suas conclusões, que Bolsonaro se utiliza do *Twitter* como estratégia para criar sua própria agenda e atrair os eleitores para outros canais, onde detém

mais controle, como no *YouTube*, em que realizava *lives* semanais, e para o grupo oficial no *Telegram*, um aplicativo de mensagens. Em muitos *tweets* analisados, há mensagens incentivando os seguidores a acompanharem essas plataformas. O autor destaca as postagens atacando a imprensa e as urnas eletrônicas, que aparecem em diversos momentos na análise. Assim como em outras pesquisas, Souza (2021) aponta que os *tweets* com mais engajamento e compartilhamento são os que expressam a opinião do presidente e que atacam adversários e instituições. Analisando a rede de Bolsonaro no período de 2020 e 2021, Souza (2021) afirma que apenas dois grupos são contrários ao presidente, o que demonstra, de alguma forma, o isolamento da rede bolsonarista. Além disso, esse fator demonstra que Jair Bolsonaro se comunicava apenas para seus eleitores, ignorando o fato de que um presidente governa para todos.

Um general não tem necessidade de comunicar para outras pessoas que não o seu próprio exército, talvez, no máximo, convencer grupos indecisos a tomar seu lado na batalha. Por outro lado, um líder democrático deve ouvir e falar para todos os grupos que constituem o Estado pelo qual ele é responsável (SOUZA, 2021, p. 103).

Ao analisar as *lives* de Bolsonaro no período pandêmico, Gomes (2021, p. 159) acena para o populismo bolsonarista, que, segundo ele, é baseado na “experiência pessoal, na visão conservadora e na oposição às elites acadêmicas”. Observa-se que o comportamento de Bolsonaro nas redes sociais é um retrato do populismo digital (CESARINO, 2019a), que traz a narrativa do bem contra o mal. Nesse caso, as redes bolsonaristas reproduzem o discurso acionado por Bolsonaro em suas mídias sociais. No caso da pandemia de Covid-19, isso se torna ainda mais problemático, pois impacta nos índices de contaminação e de vacinação, impacta na forma como a doença se dissemina no País diante do discurso contrário ao isolamento social e impacta em vidas. Ao analisar as redes bolsonaristas, busca-se compreender como os seguidores de Bolsonaro repercutem as narrativas anticiência ao mesmo tempo em que se busca compreender como opositores, cientistas e a mídia rompem as barreiras e acessam essa rede, a fim de combater esse discurso negacionista.

Botelho *et al.* (2022), também, analisam as redes bolsonaristas no *Twitter* a partir da *#BolsonaroIncorruptível*, termo que ganhou os *Trending Topics*, e concluíram que os principais discursos que circularam foram relativos a ataques à mídia e à CPI da Covid-19, sempre rememorando o discurso dessas instâncias como corruptas e, principalmente, retomando a figura do PT e de Lula como corruptos. Essa narrativa reforça a existência de Jair Bolsonaro como um herói do bem, que luta contra o mal e é o único capaz de manter o PT

fora do poder: “Seus apoiadores respaldam e criam os sentidos dessa narrativa, sempre se posicionando ao lado desta como a única verdade possível” (BOTELHO *et al.*, 2022, p. 18).

É possível observar que, em todas as pesquisas apresentadas, a rede bolsonarista manteve a mesma narrativa do bem contra o mal, sendo o bem representado pela figura de Jair Bolsonaro e o mal pela figura de Lula e do PT, reforçando o aspecto de oposição do populismo. As instituições democráticas, como o STF, ainda aparecem sob ataque em diversos momentos. No período pandêmico, a ciência foi enquadrada, também, como inimiga bem como a China, que apareceu em muitos momentos como a “disseminadora do vírus” ou foi atacada quando faziam referência à “vacina chinesa”, vista como não eficaz ou até prejudicial à saúde. Outro ponto importante a considerar é o fato de o *Twitter* se destacar como uma rede de grande influência dentro do bolsonarismo, pautando, inclusive, a grande mídia e outras redes sociais. Partindo dessa perspectiva, já é possível afirmar que os próximos capítulos vão apresentar uma rede composta por narrativas anticiência, de ataque ao campo acadêmico/científico, midiático e a todas as instituições e/ou atores, que, em dado momento, desautorizam o discurso negacionista. Porém, algumas questões levantadas, ainda, estão em aberto. Cabe, agora, trazer considerações a respeito da disputa simbólica, que atravessa o debate e contextualizar a pandemia de Covid-19 no Brasil.

### 3 A PANDEMIA DA COVID-19: A DISPUTA ENTRE OS CAMPOS SÍMBOLICOS E A NARRATIVA ANTICIÊNCIA

#### 3.1 A Crise Sanitária e o Negacionismo Científico em meio à Pandemia da Covid-19

Nesse sentido, cabe, agora, resgatar o contexto político e sanitário após a eleição de Jair Bolsonaro (PL) em 2018. Cabe lembrar que, no período de campanha e desde que assumiu o mandato presidencial em janeiro 2019, Bolsonaro e seus aliados se envolveram em inúmeras polêmicas. Ataques a jornalistas, à grande mídia, ao Congresso e à esquerda, sobretudo representada pelo PT, têm sido recorrentes. Mounk (2019, p. 10) retrata, brevemente, as investidas do novo presidente, que busca uma aproximação com governos de extrema direita:

Durante a campanha, Jair Bolsonaro demonstrou claramente suas semelhanças com Trump e Orbán. Como eles, Bolsonaro se pintou como o único representante verdadeiro do povo e chamou seus adversários de traidores ilegítimos; e, também como eles, atacou as regras e normas mais básicas das instituições do país – chegando a ponto de elogiar a ditadura militar que dominou o país por duas cruéis décadas.

Além disso, como já foram mencionados, alguns escândalos políticos, como a acusação do ex-ministro da Justiça Sérgio Moro de que Bolsonaro havia tentado interferir em investigações no âmbito da Polícia Federal e a investigação das chamadas “rachadinhas”, que envolvem um filho do presidente, Flávio Bolsonaro, contribuíram para acirrar a crise política no seu Governo. Apoiada em um discurso de ordem autoritária e anti-humanista, a governabilidade foi pautada por estratégias, que estimulavam a polarização e mantinham, junto ao eleitorado fiel, o sentimento de uma campanha eleitoral permanente. Para isso, recorreu à fabricação e disseminação deliberada das *fake news*, que, além de incentivarem e reavivarem o ódio contra adversários políticos, apoiavam práticas de discriminação e violência contra as minorias.

Ao tratar de notícias falsas ou *fake news*, é importante trazer a discussão acerca da conceituação desses termos. Nesse sentido, as notícias falsas são criadas para ludibriar ou fornecer informações enganadoras, visando a influenciar as crenças das pessoas e a manipulação das concepções políticas ou a causar confusão em prol de interesses, que são desconhecidos (SANTAELLA, 2019). Apesar de as notícias falsas não serem um fenômeno relativamente novo, como lembra Santaella (2019), é a partir da emergência da *internet*, com

o uso recorrente das redes sociais, que as *fake news* ganham uma velocidade de ação impensada, com compartilhamentos em massa, com novas proporções. As mídias sociais propiciam um ambiente com novos modos de publicar, compartilhar e consumir informações e notícias, que, muitas vezes, são pouco submetidos às regulações ou padrões editoriais (SANTAELLA, 2019). Em abril de 2020, o *Facebook*, importante plataforma de rede social<sup>28</sup>, informou que apareceria uma notificação nas postagens com conteúdo falso relacionado à doença da Covid-19 ou com suspeitas. Assim, os usuários saberiam que aquela informação era suspeita. Após pressões em torno do crescimento de notícias falsas na plataforma, a empresa que, também, tem o *Instagram* e o *WhatsApp* sob o seu comando, tomou essa medida, porém a rede mantém esse conteúdo *online* apesar da informação. Dessa forma, observa-se que há uma dificuldade em controlar a disseminação dos conteúdos falsos nas redes, até mesmo pelas próprias plataformas.

Retoma-se, agora, a discussão a respeito do Governo Bolsonaro, que, atravessado pela forte crise política e econômica, desde o início, enfrentou instabilidades políticas e conflitos. Em pouco mais de dois anos de governo, Bolsonaro fez 24 trocas nos ministérios, sendo o segundo presidente, desde a redemocratização, que mais trocou ministros.<sup>29</sup> Uma das principais baixas do Governo, que gerou maior desgaste, foi do então ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, Gustavo Bebbiano, que era presidente do PSL. Ele saiu em fevereiro de 2019, em menos de dois meses de Governo, depois do escândalo de “laranjas” na campanha de Bolsonaro (PENA, 2019). Em meio à pandemia, a saída do então ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, por divergências em relação à condução do Governo na grave crise sanitária, causou problemas à governabilidade. Ele foi demitido no dia 16 de abril de 2020 e substituído pelo, também, médico Nelson Teich, que ficou menos de um mês no cargo, igualmente por discordar da postura negacionista de Bolsonaro em relação à Covid-19.

Foi nesse ambiente de crise política e sanitária que se deu o pedido de demissão do então ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro. A saída de Moro, considerado um dos principais ministros de Bolsonaro, em 23 de abril de 2020, contribuiu para fortalecer a crise política do Governo. Ao sair do Ministério da Justiça, Moro denunciou a tentativa do

---

<sup>28</sup> *Facebook* anuncia novas medidas contra notícias falsas sobre o coronavírus. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/04/facebook-anuncia-novas-medidas-contr-noticias-falsas-sobre-o-coronavirus.shtml>>. Acesso em: 4 out. 2021.

<sup>29</sup> Bolsonaro é o 2º presidente que mais trocou ministros no período democrático. Disponível em: <<https://investnews.com.br/geral/bolsonaro-e-o-2o-presidente-que-mais-trocou-ministros-no-periodo-democratico/>>. Acesso em: 28 set. 2021.



presidente em interferir em operações e investigações no âmbito da Polícia Federal, gerando uma crise ainda maior para o Governo.

Bolsonaro ficou sem partido por um grande período pelo fato de não conseguir avançar com a criação do Aliança pelo Brasil em razão do número de assinaturas validadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). De acordo com os dados da Justiça Eleitoral, Jair Bolsonaro não alcançou o número mínimo de assinaturas necessárias à criação do partido, com mais apoios negados do que aprovados. Entre as razões para as negativas, estão as assinaturas de eleitores mortos e de eleitores já filiados em outros partidos, as fichas de apoio duplicadas e pessoas cadastradas em unidades federativas diferentes das informadas no cadastro eleitoral. Diante desses fatores e, ainda, de investigações sobre as chamadas *fake news*, tanto no período eleitoral quanto após a eleição de Bolsonaro, que têm atingido grupos ligados ao presidente, o Governo teve dificuldades em conseguir amplo apoio no Congresso.

Com a pandemia de Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus, que se iniciou na China e teve os primeiros casos detectados em dezembro de 2019, o Governo Bolsonaro teve que lidar com a crise política e econômica como também com a crise sanitária causada pela disseminação da doença. O Brasil teve seu primeiro caso de Covid-19 em 26 de fevereiro de 2020.

Durante a pandemia do novo coronavírus, Bolsonaro adotou uma postura contrária às recomendações dos médicos e da OMS, em especial antagonizando os governadores e prefeitos sobre as políticas de isolamento e investindo na recomendação de medicamentos, que são questionados pela ciência como eficazes no tratamento da doença. Diante da recusa em aceitar as recomendações de especialistas, como foi mencionado, dois ministros da Saúde do Governo foram trocados. Em algumas circunstâncias, Bolsonaro promoveu e compartilhou conteúdos falsos sobre o novo coronavírus nas redes sociais, sempre apoiado em uma narrativa, que caminha na contramão da ciência.

Diante do negacionismo adotado pelo Governo Bolsonaro desde o início da pandemia no Brasil, além do crescente número de mortes no País, que alcançou 595 mil mortes até setembro de 2021, uma CPI no Senado federal foi aberta, em 27 de abril de 2021, para investigar as omissões e irregularidades nas ações adotadas pelo Governo de Jair Bolsonaro durante a pandemia no País. Alguns dados importantes foram apontados pela CPI, onde a base governista forma minoria. O primeiro ponto se refere à demora na compra de vacinas. O laboratório da Pfizer, por exemplo, enviou várias mensagens, via *e-mail*, para o Governo brasileiro em 2020 e ficou sem respostas. Outro ponto se refere à suspeita de corrupção em uma tentativa de integrantes do Ministério da Saúde em superfaturar a compra da vacina

indiana Covaxin. Além disso, há suspeitas de o Governo ter incentivado o uso de medicamento para tratamento precoce, sem comprovação científica, através de pagamentos realizados a influenciadores e a *sites* de notícias.

A CPI da Covid-19, mais conhecida como CPI da Pandemia, teve uma alta cobertura midiática e tinha como objetivo investigar o Governo Bolsonaro, sobretudo

diante do agravamento da crise sanitária no Amazonas com a ausência de oxigênio para os pacientes internados; e as possíveis irregularidades em contratos, fraudes em licitações, superfaturamentos, desvio de recursos públicos, assinatura de contratos com empresas de fachada para prestação de serviços genéricos ou fictícios, entre outros ilícitos, se valendo para isso de recursos originados da União Federal (BRASIL, 2021).

O relatório final da Comissão foi aprovado e concluído no dia 27 de outubro de 2021 após muitos meses de depoimentos, debates e adiamentos. O relatório elaborado pelo senador Renan Calheiros (MDB), opositor do Governo, foi aprovado pela maioria dos senadores. O texto sugeriu o indiciamento de 78 pessoas e duas empresas. Dentre os nomes, destacam-se o ex-presidente Jair Bolsonaro e seus três filhos: Eduardo Bolsonaro, Carlos Bolsonaro e Flávio Bolsonaro. Além de aliados do Governo, como os deputados Osmar Terra, Bia Kicis e Carla Zambelli, as empresas: VTC Logística e Precisa Medicamentos, também, aparecem na lista por suspeita de tentativa de corrupção na venda de vacinas para o Governo Federal. A CPI identificou uma série de ilegalidades cometidas pelo Governo de Jair Bolsonaro, como a criação de um gabinete paralelo, composto por médicos, também, citados para indiciamento, como Nise Yamaguchi e Paolo Zanotto, que defendiam o uso de medicamentos para “imunização” contra a Covid-19 mesmo sem respaldo científico. Empresários, ainda, compunham esse gabinete, a fim de lucrar com a venda dos medicamentos indicados, conforme apontou a CPI.

A CPI do Senado Federal, ainda, apurou que notícias falsas impulsionaram orientações erradas no combate à pandemia e que muitas dessas mentiras vinham de representantes do próprio Governo Federal, como o ex-presidente da República. Além disso, senadores apontaram para uma falta de coordenação do Executivo Federal com governos estaduais e municipais, prejudicando a condução da pandemia. Foi apurado, ainda, que a omissão do Governo Federal levou ao atraso das vacinas, o que pode ter impactado na morte de milhares de brasileiros, tendo em vista que já se podia estar vacinando contra a doença meses antes. A tentativa de integrantes do Governo Federal em superfaturar a compra de vacinas, também, foi investigada na CPI, levando ao pedido de indiciamento de empresas e pessoas envolvidas

nesse episódio. Por fim, é preciso apontar sobre o caso da Prevent Sênior, empresa de planos de saúde, acusada de conduzir experimentos para validar uma suposta eficácia dos remédios que compõe, o chamado “kit Covid” ou “tratamento precoce” contra a Covid-19. A empresa foi acusada de realizar testes clínicos sem a autorização dos comitês de ética e de pesquisa, “transformando os segurados em verdadeiras cobaias humanas”, como foi apontado por senadores.

Diante dos fatos, é importante retomar Kakutani (2018), que aponta para um ataque à ciência, diante dos argumentos de que as teorias científicas são socialmente construídas, ou seja, influenciadas pelas pessoas, que estão por traz das teorias e pelos valores culturais, que a perseguem durante a vida. Dessa forma, a ciência não pode alegar neutralidade ou uma verdade universal, permitindo a contrariedade ou a oposição. Isso acaba enfraquecendo o campo científico, como se viu durante a pandemia da Covid-19, abrindo espaço para a pseudociência. O que ocorreu no caso da Prevent Sênior, uma tentativa de fazer ciência sem o rigor metodológico e ético – pseudociência –, traz um alerta relevante sobre o impacto da era da pós-verdade, que não interfere somente no campo político, mas nas instituições como um todo, incluindo a científica.

Outro ponto levantado durante a CPI da Covid-19 foi o questionamento a respeito da vacinação de Jair Bolsonaro, que sempre revelou não ter se vacinado, o que trouxe muitas críticas diante do descrédito do então presidente da República na vacina, que previne contra casos graves da doença. Porém, em meio a polêmicas, já que Jair Bolsonaro (PSL) havia realizado viagens ao exterior, em maio de 2023, o ex-presidente foi acusado de adulterar o cartão de vacinação da Covid-19. A investigação, realizada pela Polícia Federal, chegou a fazer buscas e apreensões na casa do ex-presidente e na casa de um grande aliado, “braço direito de Bolsonaro”, Mauro Cid, ajudante de ordens de Jair Bolsonaro. Mauro Cid foi preso juntamente com outros investigados. A suspeita é de Jair Bolsonaro ter adulterado seu cartão de vacinação e o de sua filha, menor de idade, para entrar nos Estados Unidos. Bolsonaro chegou a prestar depoimento e até o momento o processo está sob investigação. O caso reafirma a característica da extrema direita e do populismo, que se utilizam, a todo o momento, da narrativa antissistema, assumindo um compromisso de contrariar as instituições democráticas mesmo que para isso tenha que infringir a Lei para se manter a narrativa.

Algumas pesquisas embasaram o discurso de senadores durante a CPI e têm sido fundamentais para compreender o papel das redes bolsonaristas na disseminação de desinformação em relação à Covid-19. Uma delas se refere a um levantamento realizado por uma revista internacional, a *Social Science Research Network*, que revelou que, em cidades

onde Jair Bolsonaro ganhou por maioria nas eleições de 2018, o número de mortes por Covid-19 foi maior se comparado a outras. Diante desses fatos, cabe, aqui, debater sobre o negacionismo em meio ao crescimento das mídias sociais.

Com a perda de confiança nas instituições e nas narrativas oficiais, a *internet* propiciou um campo favorável a uma enxurrada de desinformação e relativismo, a “infodemia”, denominada pela OMS como sendo uma “pandemia de informações falsas”, que prejudicaram o controle da Covid-19 e evidenciou bem o que se está vivendo em relação à crescente disseminação de notícias falsas (KAKUTANI, 2018). Kakutani (2018) aponta que o colapso das narrativas oficiais na academia se dá no Pós-modernismo (ou Pós-modernidade), em que se abre espaço para várias teses sobre um único tema com interpretações distintas. Dessa forma, o Pós-modernismo consagrou o princípio da subjetividade, fazendo com que a linguagem se torne instável e, assim, não confiável.

Nesse sentido, ao apontar que o campo científico não pode alegar verdades universais ou neutralidade, o Pós-modernismo contribuiu para a quebra de confiança na instituição (KAKUTANI, 2018). Cabe, aqui, trazer algumas considerações para contextualizar o conceito de Pós-modernidade, que é um conceito da sociologia histórica para designar a condição sociocultural e estética, que domina o mundo após queda do muro de Berlin. Foucault, importante autor francês, contribuiu para a formação do pensamento pós-moderno.

Como pontua Kakutani (2018), o cenário pós-moderno chegou às universidades americanas na segunda metade do século XX, impactando a literatura, o cinema, a arquitetura, a música e a pintura, desconstruindo tradições e rompendo fronteiras, o que trouxe inovação. Porém, as teorias pós-modernas, também, trouxeram “implicações filosóficas, tanto intencionais quanto não intencionais, que, mais tarde, teriam repercussões em nossa cultura” (KAKUTANI, 2018, p. 55), já que, ao rejeitar a possibilidade de uma realidade objetiva e substituir as noções de perspectiva e posicionamento pela ideia de verdade, a era da pós-modernidade consagra a subjetividade (KAKUTANI, 2018). Ou seja, os principais pensadores pós-modernistas, ao questionarem a própria noção de realidade objetiva, desgastaram a noção de verdade (D’ANCONA, 2018). Nesse aspecto, tudo é visto com desconfiança, incluindo o campo científico e midiático: “O que impedirá o fornecedor da notícia falsa de afirmar ser um obstinado digital combatendo a hegemonia perversa da grande mídia?” (D’ANCONA, 2018, p. 85)

Kakutani (2018) aponta para um desconstrucionismo na era Trump, que pode ser relevante para compreender a forma como Bolsonaro se comunicava com os seus apoiadores,

já que, recentemente, tem se mantido um pouco distante das redes.<sup>30</sup> O desconstrucionismo sugere que a razão é um valor ultrapassado, invalidando, pois, jornalistas, historiadores e cientistas. Além disso, assim como Trump, Bolsonaro se utilizou de um discurso, que colocava muitos como “inimigos” (mídias tradicionais, políticos tradicionais e comunidade científica), conforme foi ressaltado na discussão sobre populismo. O problema é que, no caso da pandemia no Brasil, o inimigo era a ciência, imprescindível para conter o avanço da doença no País.

D’Ancona (2018, p. 46) afirma que a crise das instituições contribuiu para a “indústria multimilionária da desinformação, da propaganda enganosa e da falsa ciência que surgiu nos últimos anos”. Ao tratar da desinformação no campo científico, D’Ancona (2018) retoma 1954, quando foi criada a Comissão de Investigação da Indústria do Tabaco (*Tobacco Industry Research Committee*), um órgão financiado pela própria indústria, que tinha a finalidade de dar uma resposta à sociedade sobre a relação do ato de fumar com as doenças pulmonares. A ideia da Comissão foi questionar se havia um consenso científico, tendo como propósito atrapalhar a confiança do público ao estabelecer uma falsa equivalência entre as teorias científicas que falavam que o cigarro causa doenças pulmonares e as que desafiavam essas teorias.

Diante disso, percebe-se que a ideia não é apontar uma vitória acadêmica, mas provocar uma dúvida na população. Ao analisar a defesa do bolsonarismo a tratamentos precoces, como o uso da Hidroxicloroquina e da Ivermectina, a narrativa usada não apontava, necessariamente, sobre uma eficácia, mas para a autonomia médica em prescrever os medicamentos mesmo sem eficácia comprovada. Tais medicações poderiam, na visão deles, curar a Covid-19. Observa-se que, ao defender a medicação precoce ou ao falar sobre uma não eficácia das medidas de isolamento e do uso de máscaras, muitas vezes, Bolsonaro e aliados recorreram a narrativas, que buscavam gerar dúvida na população.

D’Ancona (2018) destaca que a mídia, muitas vezes, sedenta por confrontação, acaba por dar visibilidade aos debates, que não obrigatoriamente negam a ciência, mas provocam confusão na sociedade e criam um campo favorável para os negacionistas. Com o crescimento das mídias sociais e como consequência as “bolhas digitais”, os críticos da ciência ganharam amigos e parceiros nas redes, intensificando o debate negacionista: “O objetivo principal dos

---

<sup>30</sup> Desde que perdeu as eleições em 2022 e foi para os Estados Unidos, em 2023, Jair Bolsonaro, tem se mantido mais distante das redes sociais em função das acusações que pesam contra ele tanto pelos atos golpistas de 8 de janeiro deste ano bem como as denúncias de fraude no cartão de vacinação do próprio ex-presidente em três ocasiões. Diante da imagem desgastada e sem o propósito das eleições, percebe-se uma diminuição de postagens nas redes sociais e menos exposição midiática.

negadores – manter o *status quo* – nunca encarou melhores chances” (D’ANCONA, 2018, p. 18). Nesse perspectiva, o foco principal da desinformação é manter o debate recorrente, com o intuito de que a polêmica garanta a visibilidade e desperte dúvidas do que é verdadeiro ou não.

Pinheiro e Brito (2014) desenvolveram uma tipologia para descrever o conceito de desinformação a partir de três variáveis: ausência de informação, informação manipulada e engano proposital. A ausência de informação está associada ao estágio de carência de cultura, de total ignorância e precariedade informacional devido ao total desconhecimento de determinado tema. Já a manipulação da informação, segundo os autores, tem relação com o fornecimento de produtos informacionais de baixo nível cultural, cuja consequência direta seria a imbecilização de setores sociais. Nesse caso, a desinformação teria como propósito a alienação da população com o intuito de manter projetos de dominação política, ideológica ou cultural. O engano proposital, por sua vez, assume o formato de informações, que circulam com o propósito de enganar alguém; ou seja, trata-se de um ato deliberado para induzir ao erro.

Santaella (2019) ressalta que a criação de informação falsa movida pelo propósito de enganar está longe de ser algo novo. O que é novo a partir da emergência da *internet*, segundo a autora, é o surgimento de novos modos de publicar e consumir informação e notícias, que são pouco submetidas às regulações ou padrões editoriais. O sensacionalismo sempre atraiu a atenção por explorar sentimentos, mas a *internet* levou isso ao extremo, pois se tornou difícil diferenciar o trágico factual do trágico fantasiado (SANTAELLA, 2019).

A autora, também, discute as chamadas “bolhas digitais”, que podem ser pensadas como “molduras ideológicas”. Santaella (2019, p. 15-16) explica que, no âmbito coletivo, essas “bolhas” manipulam o usuário na medida em que o deixam mal informado, sobretudo a serviço de interesses políticos escusos:

Quando muito arraigada devido à repetição interrupta do mesmo, a unilateralidade de uma visão acaba por gerar crenças fixas, amortecidas por hábitos inflexíveis de pensamento, que dão abrigo à formação de seitas cegas a tudo aquilo que está fora da bolha circundante. Isso acaba por minar qualquer discurso cívico, tornando as pessoas mais vulneráveis a propagandas e manipulações, devido à confirmação preconceituosa de suas crenças.

A autora alerta que esses filtros criam um campo favorável para a polarização e opiniões mal informadas. Tais posições podem se tornar cada vez mais radicais. Outro

importante autor, que trata da desinformação na era da pós-verdade, Ralph Keyes (2018), alerta que o verdadeiro perigo da desinformação é que se passa a descartar informações legítimas. Dessa forma, o autor ressalta que a desconfiança pode gerar ainda mais desconfiança, e não uma crítica aprimorada de enganação.

Assim, a negação da ciência tem se mostrado como o caráter mais nefasto da era da desinformação (SANTAELLA, 2019). Entendido como um fenômeno mundial, os negacionistas, atualmente, dividem-se em distintas vertentes: aqueles que negam o Holocausto e os crimes cometidos durante ditaduras militares, os que contestam os efeitos do aquecimento global, os terraplanistas e os que aderem ao movimento antivacinação entre outros, que alcançaram visibilidade com a consolidação da *internet* e das redes sociais. Ademais, as narrativas em torno da pandemia do coronavírus, também, constituíram objeto de interesse dos negacionistas.

Nessa perspectiva, retomando a discussão para o contexto de pandemia no Brasil, Silva (2020) aponta que há uma variedade de narrativas referentes à pandemia no Brasil. Em 2020, segundo o autor, parte dessas narrativas estava voltada para consolidar um discurso de negação do vírus e de sua baixa letalidade. Dessa forma, Bolsonaro e seus seguidores apresentam diferentes narrativas e colocam em oposição vida e emprego – saúde e economia apontam para um inimigo externo causador da pandemia, a narrativa referente a “curas milagrosas” – como no caso do uso de medicação precoce contra o vírus –, e, por fim, a narrativa contrária ao isolamento. Diante disso, é possível perceber a retórica negacionista adotada pelo Governo Bolsonaro desde o início da pandemia.

Em uma das primeiras vezes em que Bolsonaro se pronunciou sobre a pandemia em cadeia de rádio e TV, ainda em abril de 2020, ele minimizou os efeitos do vírus ao dizer que os sintomas eram como os de uma “gripezinha” e que, no caso dele, que possuía um “histórico de atleta”, a Covid-19 não viria tão forte. Durante a pandemia, Bolsonaro se opôs ao isolamento social – este prejudicaria a economia do País – e ao uso de máscaras. Em dezembro de 2020, quando o Governo enfrentava críticas pela condução da pandemia e pelo atraso na compra de vacinas, Bolsonaro dizia para as pessoas não se vacinarem, pois poderiam virar “jacaré”. Porém, o pessimismo do presidente Jair Bolsonaro em relação às vacinas não foi igual ao uso do chamado “kit Covid”, medicações que, conforme defende os grupos bolsonaristas, servem para prevenção do agravamento da doença.

Nesse sentido, em pesquisa realizada por Fernandes *et al.* (2020), é possível observar que, entre março a abril de 2020, uma parte considerável das postagens do presidente no seu perfil do *Instagram* estimulava o uso da medicação Hidroxicloroquina para tratamento de

Covid-19 (11,35% das postagens analisadas) mesmo diante da falta de pesquisas, que comprovavam esses dados.

Outro ponto importante da pesquisa levantada por Fernandes *et al.* (2020) se refere às postagens de Bolsonaro conversando com eleitores no chamado “cercadinho”, que fica localizado na entrada do Palácio do Planalto, onde ficam a imprensa e os apoiadores do presidente. Nessas postagens, o presidente não somente atacava a imprensa como também disseminava a ideia contrária ao isolamento social e favorável ao uso de medicamentos precoces para a prevenção da Covid-19. Além disso, cerca de 20% das postagens analisadas eram de manifestações em apoio ao presidente, em que apareciam imagens de aglomerações de pessoas, mesmo diante do crescente número de contágios.

Como ressaltam Fernandes *et al.* (2020), Bolsonaro manteve publicações com informações desconstruídas ou até mesmo falsas mesmo diante de críticas da comunidade científica. Nesse contexto, em outra pesquisa levantada pela Universidade de São Paulo (USP) e a Conectas Direitos Humanos revela “a existência de uma estratégia institucional de propagação do vírus, promovida pelo Governo brasileiro sob a liderança da Presidência da República”<sup>31</sup>. A pesquisa traz análises da produção de portarias, medidas provisórias, resoluções, instruções normativas, leis, decisões e decretos do Governo Federal assim como o levantamento das falas públicas do presidente. Em outro estudo realizado pelo Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper), pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec) e pela Universidade de Toronto aponta que nas cidades onde Bolsonaro venceu em 2018 têm mais mortes por Covid-19. Apesar de a pesquisa ainda não ter sido revisada pelos pares, foi muito divulgada após ter sido citada na CPI do Senado Federal.

Diante desse cenário, Fernandes *et al.* (2020) apontavam, por meio da análise das postagens de Bolsonaro no *Instagram*, que, no primeiro mês de crescimento de contágios no Brasil, mostrou que o presidente estava preocupado com a comunicação governamental e em apresentar ao seu eleitorado as medidas que tinham sido realizadas no seu Governo no que diz respeito à pandemia. Mostrou, também, a forte antipatia do presidente pelas instituições tradicionais, sobretudo a imprensa e a ciência, que, naquele momento, buscavam ampliar as informações sobre prevenções e riscos de contágio. Dessa forma, os autores ressaltavam que, no primeiro mês de pandemia no Brasil, o presidente dava mais prioridade a angariar apoio de

---

<sup>31</sup> A pesquisa aparece em matéria publicada pelo jornal El País. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-01-21/pesquisa-revela-que-bolsonaro-executou-uma-estrategia-institucional-de-propagacao-do-virus.html>>. Acesso em: 28 set. 2021.



seus eleitores do que, de fato, combater a pandemia, que, após esse período, passou a atingir números alarmantes de mortes e contágios.

Nesse aspecto, Matos (2021) aponta que, mesmo em 2021, após o País atingir números altíssimos de mortes e infectados, o presidente da República manteve suas “falas inconsequentes”, como fazia no início da pandemia. Dessa forma, a presente pesquisa busca compreender como se deram as narrativas negacionistas nas redes bolsonaristas no momento em que o Brasil vivia a segunda onda da doença em 2021. Retomando a discussão, como efeito da negação do Governo Bolsonaro, a ausência de uma política de enfrentamento acabou resultando em números devastadores. Até setembro de 2021, o Brasil ocupava a segunda posição em países com o maior número de mortes<sup>32</sup>, perdendo apenas para os Estados Unidos, que, coincidentemente, lida ainda com o fenômeno do “Trumpismo” bem como seu negacionismo. Nos Estados americanos em que a vacinação é baixa e por consequência tem um maior número de mortes, são justamente os Estados onde Trump (Republicanos) obteve mais votos<sup>33</sup>.

Diante do contexto, Matos (2021) lembra que, mesmo com o negacionismo e a política de desmonte do serviço público do Governo Bolsonaro, são os servidores públicos, por meio do SUS, que enfrentaram de frente o combate ao vírus. Além disso, por intermédio de um exemplar Programa Nacional de Vacinação, tem-se conseguido atingir índices satisfatórios mesmo diante das tantas negativas e atrasos na compra de vacina por parte do Governo Federal. Mas, os efeitos dos discursos antivacinação, ainda, impactam nos índices de vacinação em 2023, quando muitos não têm buscado o imunizante.

Perante a desigualdade social que atinge o Brasil, dados revelam que os estratos sociais com menor poder aquisitivo foram os mais atingidos pela Covid-19 (MATOS, 2021). Esse fator se dá não só pelo número de mortes, mas pelo fato de a pandemia ter resultado em uma crise econômica, que gera desemprego, alta dos preços e inflação. Consequentemente, esse contexto atinge justamente os mais pobres. Diante disso, é preciso tecer algumas breves considerações a respeito da conceituação de “necropolítica”.

O conceito de necropolítica é definido por Mbembe (2018) como uma política de morte, que articula as categorias de biopoder e soberania em Foucault e de Estado de exceção de Agamben e se constitui sobre a prerrogativa de que os Estados possuem a soberania para definir quem deve morrer e quem deve viver. Mbembe (2018, p. 69) traz um retrato dos

---

<sup>32</sup> Acesso aos dados. Disponível em: <<https://especiais.gazetadopovo.com.br/coronavirus/numeros/>>. Acesso em: 28 set. 2021.

<sup>33</sup> Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/com-baixa-taxa-de-vacinacao-alta-de-casos-sul-dos-eua-vira-cinturao-da-covid-25168622>>. Acesso em: 28 set; 2021.

regimes coloniais contemporâneos no estudo sobre a ocupação da Palestina, que se aproxima da realidade vivenciada em tantas áreas periféricas do Brasil:

[...] construções que trazem à tona memórias dolorosas da humilhação; interrogatórios e espancamentos; toques de recolher que aprisionam centenas de milhares de pessoas em casas apertadas todas as noites do anoitecer ao amanhecer; soldados patrulhando as ruas escuras, assustados pelas próprias sombras; crianças cegadas por balas de borracha; pais humilhados e espancados na frente de suas famílias.

Ancorada na matriz colonial, a mesma política, que durante a colonização foi usada pelas metrópoles nas colônias, é empregada nas áreas marginalizadas do Brasil, das periferias às favelas. No âmbito da necropolítica, é preciso levar em consideração o território onde residem tais sujeitos, tendo em vista que as áreas marginalizadas são, também, as que menos recebem investimentos públicos.

Marques (2005, p. 42) reforça a proximidade entre os conceitos de território e desigualdade social ao indicar que “o território pode cumprir um papel importante em sua produção e reprodução, reforçando circuitos e cristalizando situações de pobreza e destituição, mesmo contra esforços em contrário desenvolvidos pelo Estado”. O cenário recente da pandemia do coronavírus expõe, de maneira intensa, tais contradições. Pode-se apontar diferentes perspectivas de como a desigualdade social torna a população menos favorecida mais vulnerável ao vírus de Covid-19. Primeiro, deve-se entender que parte da população mais pobre nunca pôde, de fato, cumprir o isolamento social, pois tinha que sair para trabalhar. Um exemplo disso é o caso do primeiro contágio no Brasil, em que uma empregada doméstica contraiu o vírus na casa dos patrões. Outro ponto importante é em relação ao saneamento básico, que não chega às periferias do Brasil e torna difícil o acesso à água potável e à higienização, tão fundamentais em meio a um contágio viral.

Parte da população, também, é afetada pela carência de hospitais e de moradias adequadas, pela falta de renda, pelo desemprego e pela insegurança alimentar, problemas intensificados com a pandemia. O quadro da pandemia, ainda, é agravado pela desinformação e/ou ausência de informações relacionadas à doença. Segundo pesquisa realizada pela Rede Solidária, há certa descrença sobre a gravidade da doença bem como um desencontro do discurso entre autoridades municipais, estaduais e federais, o que propicia a aceleração do número de contaminados. A pesquisa, também, revelou que os residentes de comunidades e bairros mais pobres integram os que mais se contaminaram e morreram em decorrência da

doença. As regiões periféricas das zonas norte e sul de São Paulo e das favelas e comunidades no Rio de Janeiro lideraram a lista com o maior número de mortes nos respectivos Estados.<sup>34</sup>

Diante disso, é preciso apontar que, desde o início da pandemia, o ex-presidente Jair Bolsonaro e seus aliados promoveram uma série de barbaridades, que expressam a naturalidade da morte ou mesmo uma “limpeza” necessária que a pandemia pode fazer (MATOS, 2021), o que pode constituir uma característica do neofascismo – apontada por Matos – ou da política de morte. Todas as vezes que Bolsonaro foi indagado sobre o crescente número de mortes pela mídia, ele ironizou ou simplesmente ignorou. A presente pesquisa, porém, não pretende analisar o discurso de Bolsonaro, mas compreender como a narrativa negacionista reverberou no *Twitter*, não para ter respostas precisas, mas para lançar luzes sobre como se estrutura o grupo bolsonarista de apoio ao ex-presidente nas redes, tendo em vista que o Brasil alcançou a marca de mais de 700 mil mortos pela pandemia da Covid-19 em 2023.

### 3.2 A Disputa entre os Campos Simbólicos durante a Pandemia de Covid-19

Como já foram percebidas, as tecnologias digitais e os novos circuitos midiáticos têm modificado a lógica de diferentes áreas da sociedade. O campo científico foi um deles. Gonçalves *et al.* (2022) refletem sobre os impactos das novas tecnologias no fazer científico, como a utilização da Inteligência Artificial (IA) na medicina diagnóstica. Esse contexto de transformações tecnológicas no campo da saúde vem sendo nomeado como “saúde digital” (GONÇALVES *et al.*, 2022). A saúde digital vem se desenvolvendo nos últimos anos, trazendo grandes avanços, apesar das críticas em relação à desigualdade reforçada pelo acesso ou não a esta “nova saúde”. Nesse sentido, as tecnologias propiciaram progressos positivos mesmo que ainda inacessíveis à maior parte da população. Porém, no que diz respeito à comunicação referente ao campo científico, percebe-se que isso não aconteceu.

É importante, aqui, retomar a conceituação de ciência: o termo deriva do substantivo latino *scientia*, que encontra sua raiz no verbo “conhecimento”. Segundo Silva (2011), pode-se definir ciência como o conhecimento “rigoroso” sobre a natureza. O termo rigoroso está ligado aos instrumentos de validação e avaliação disponíveis em dado momento histórico. Partindo dessa perspectiva, percebe-se que o campo científico não pode ser consolidado enquanto construtor da verdade, pois, a partir dos avanços teóricos e tecnológicos, em

---

<sup>34</sup> Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/06/02/Os-efeitos-mais-graves-da-pandemia-nas-periferias-em-4-pontos>>. Acesso em: 28 set. 2021.

momentos distintos, teses podem ser refutadas. Nesse aspecto, há uma dificuldade para que a comunidade científica avoque o lugar de detentora da verdade, sendo que esta pode ser derrubada com o passar dos anos. Percebe-se, aí, a fragilidade do campo científico, que acaba por gerar desconfiança na população mais leiga, dando espaço para a construção da pseudociência ou para as teorias da conspiração, como se viu acontecer durante a pandemia de Covid-19.

Na perspectiva de Silva (2011), a ciência consiste: a) numa perspectiva; b) numa atividade; c) num produto; d) num método; e, finalmente, e) num discurso. Nesse contexto, a partir dos apontamentos de Silva (2011), é possível observar algumas características importantes do fazer científico, como a perspectiva, que faz com que o campo detenha um modo específico de desenvolver o trabalho, inclusive no quesito refutação. Isso faz da atividade científica algo frágil a partir da perspectiva leiga que não compreende essa característica bem como o método. O método, também, não é algo reconhecido por leigos, pois não compreende o rigor científico, confundindo, em muitas vezes, a ciência com a pseudociência. Por fim, o discurso científico ou a linguagem torna-se algo difícil de ser interpretado(a), necessitando da mídia para interpretar e decodificar a mensagem para as massas. Nessa visão, percebe-se mais uma fragilidade da ciência, que se mostra um campo suscetível a diferentes interpretações e ao charlatanismo diante de uma sociedade leiga no que diz respeito ao fazer científico e bombardeada de informações em meio às redes sociais.

Dessa forma, a partir dessas definições, a ciência pode ser apontada como prática social, podendo ser analisada a partir dos seus mecanismos de reprodução (BOURDIEU, 1986). Diante disso, há uma busca por compreender como a ciência se legitima enquanto agente autorizado pelo senso comum para afirmar o que é verdade. Além disso, é possível apontar, também, a disputa que ocorre entre os campos científico, político e midiático na busca por posição como agente da verdade. Não há propósito, aqui, em debater a verdade filosófica, mas em levantar questionamento sobre os fatores, que podem ter impactado no crescimento do descrédito à ciência, que o tema central da pesquisa.

Nesse cenário, é imprescindível retomar Bourdieu (1986) e a conceituação de campo social, que é, conforme o autor, um espaço de disputa e domínio de experiência. O “campo” é um sistema de relações sociais, que estabelecem certos objetivos como legítimos. Esses objetivos são impostos aos agentes, que participam desse campo. Esses agentes interiorizam o próprio campo, incorporando suas regras em suas práticas, o que Bourdieu (1986) chama de *habitus*. Assim, o campo científico possui *habitus*, que o legitima enquanto campo, como a ética e o rigor metodológico. Pela lógica de Bourdieu (1986), os campos são distintos, no

entanto alguns se sobrepõem, como é o caso do campo da mídia e da política bem como o da mídia e da ciência, já que o último depende da mediação midiática para se comunicar com a população comum.

O campo, para Bourdieu (1986), é um espaço de disputa entre dominantes e dominados. E os agentes que possuem um acúmulo maior de capital (poder) podem intervir e deformar o campo (definir quais são os troféus legítimos, as regras de entrada, os limites de subversão etc.) e empregam estratégias para conservarem suas posições, e aqueles desejosos de abandonar sua posição de dominados, empregando, geralmente, estratégias de subversão. Nesse sentido, no campo científico, o acúmulo de capital se dá sob diferentes formas, seja através de publicações em revistas conceituadas na área, por meio de um currículo em que se aparece universidades renomadas, seja na composição do corpo docente ou na formação, por meio da visibilidade na mídia, entre outros fatores. Isso determina o capital ou poder que aquele ator exerce no campo científico.

Durante a CPI da Covid-19, a médica Nise Yamaguchi, que era acusada de auxiliar o gabinete paralelo que guiava as ações do ex-presidente Jair Bolsonaro, foi chamada a depor. A médica, que até aquele momento vinha defendendo o uso de medicamentos para o tratamento precoce da Covid-19, como a Hidroxicloroquina, foi confrontada por parlamentares e não conseguiu apresentar estudos, que comprovassem essa tese. Nessa perspectiva, a ciência, que por muitas vezes se distancia da sociedade comum, acaba abrindo espaço para a chamada pseudociência – que, no dicionário, se define como um conjunto de crenças ou afirmações sobre o mundo ou a realidade, que se considera equivocadamente como tendo base ou estatuto científico. Dessa forma, figuras, como Nise Yamaguchi, que possui uma carreira acadêmica e um currículo renomado por ter ocupado espaço em uma das maiores universidades do País, a USP, ganham certo capital mesmo rompendo com *habitus*, que legitimam o campo científico. Cria-se, então, uma disputa no próprio campo científico, uma disputa entre narrativas e atores, que possuem certo capital dentro do campo.

A disputa no próprio campo científico ficou perceptível durante a pandemia de Covid-19 no Brasil. Em 2020, a Associação Médica Brasileira (AMB) defendeu a autonomia médica na prescrição de medicamentos do chamado “kit Covid” mesmo diante do posicionamento da OMS e de vários estudos científicos comprovarem a ineficácia dessas medicações para o tratamento da doença. Em março de 2021, a mesma AMB voltou atrás e pediu o banimento dessas medicações para o tratamento da Covid-19. Diante disso, alguns questionamentos devem ser levantados: o que fez a AMB se posicionar a favor da prescrição de medicamentos, já comprovadamente ineficazes contra a doença da Covid-19, contrariando cientistas de todo

o mundo? O que se entende por autonomia médica? O que fez a AMB voltar atrás em seu posicionamento?

Não cabem, aqui, respostas a todos os questionamentos, mas levar à reflexão sobre as divergências do campo científico. Um médico deveria se basear na ciência para efetuar prescrições, e a autonomia médica não poderia infringir pesquisas, que se sustentam através do rigor científico, de técnicas e de metodologias. Todavia, perante o que foi exposto e retomando Bourdieu (1986), o *habitus* do campo científico acaba não ficando claro para a população leiga, abrindo espaço para a confusão e a depreciação do campo.

É importante retomar Giddens (1990), que define o conceito de “sistemas peritos”, que são sistemas de excelência técnica ou competência profissional, os quais organizam grandes áreas dos ambientes material e social onde se vive hoje. Dessa forma, pode-se entender a mídia como um sistema perito da informação e da notícia. Por isso, na sociedade moderna, a mídia exerce um papel central. Ao mesmo tempo, a mídia tem de recorrer a sistemas peritos para tratar de certos assuntos. Ela recorre ao cientista político, ao engenheiro e à ciência, que atua como sistema perito no que se refere à saúde, para ganhar a confiança e a legitimidade. Durante a pandemia de Covid-19, a mídia recorreu a cientistas para tratar da doença e dos avanços científicos em relação à produção das vacinas e das medicações para o tratamento da doença. Nesse sentido, a própria ciência se torna sistema perito no que diz respeito à sua legitimidade para falar de pesquisas relacionadas a doenças, como é o caso da Covid-19. Entretanto, com o crescimento das redes sociais, percebe-se que a mídia tradicional, que possui critérios jornalísticos, entre eles buscando fontes (sistemas peritos) confiáveis, perde a centralidade para a sociedade, abrindo espaços para vozes, que antes não eram ouvidas. Dessa maneira, gera um desgaste aos campos científico e midiático, que passam a concorrer com pessoas comuns e pseudocientistas.

Retomando a discussão sobre a era da pós-verdade e a desinformação, de acordo com Cruz Junior (2019), ao discutir esse assunto, é possível questionar a relação entre a busca pela verdade na ciência moderna, considerada a única forma de conhecimento verdadeiro, e a nova dinâmica pós-moderna, na qual a própria noção de uma verdade, que reflete o mundo de forma transcendente, é construída por meio da crença crescente na existência de diversas comunidades interpretativas, cada uma com suas próprias linguagens e verdades particulares. A era da pós-verdade surge quando a confiança entra em colapso, sendo vista como um mecanismo crucial para a sobrevivência humana e a base para o sucesso de qualquer relacionamento entre indivíduos. Esse colapso de confiança nas instituições cria um ambiente incentivado para o desenvolvimento de teorias conspiratórias e influenciado por

desinformação (D'ANCONA, 2018). Teorias da conspiração a respeito de fraude nas urnas ganharam proporções gigantescas nos últimos anos, e não só no Brasil, assim como teorias a respeito da vacinação, que estão fazendo com que a taxa de vacinação no País caia cada vez mais, o que pode acarretar a volta de doenças, que já foram erradicadas.

Partindo dessa perspectiva acerca da discussão sobre desinformação, percebe-se que há um deslocamento possível de autoridade epistêmica, que se vale da capacidade de alguns campos sociais transferirem a legitimidade de certos autores para outros campos (BOURDIEU, 1986). Um ator político, por exemplo, acaba usufruindo do seu capital, conquistando legitimidade, para falar sobre ciência, mesmo que ele não tenha o capital científico para legitimá-lo dentro do campo da ciência. Dessa forma, o campo científico acaba por se enfraquecer e ter sua legitimidade questionada.

Nesse sentido, Jair Bolsonaro se utilizou do seu capital para convencer seus seguidores de que a vacina contra a Covid-19 seria ineficaz, de que remédios, como a Hidroxicloroquina, seriam eficientes no tratamento contra a doença, além de utilizar tantas outras narrativas que contrariavam o campo científico e autoridades, que detinham o capital científico. Porém, para tanto, o ex-presidente recorreu a especialistas, como Nise Yamaguchi, que detinha certo capital no que diz respeito ao fazer científico, para dar crédito às narrativas anticiência. Isso acabou confundindo parte da população, que é leiga no que diz respeito à ciência. Nesse contexto, o campo científico, que por muitos anos foi elitizado e voltado para camadas da sociedade mais privilegiadas, acabou se afastando da população em geral, que pouco sabe sobre o funcionamento desse campo.

A infodemia, nome dado pela OMS ao processo de desinformação ocorrido durante a pandemia de Covid-19, ganhou proporções gigantescas em todo o mundo, em função do poder viral das redes, como já foi apontado, mas a disputa entre os campos políticos, científicos e midiáticos, também, contribuiu para o processo de descrédito nas instituições científicas. Além disso, dentro do próprio campo científico, há disputas de narrativas, já que não há um consenso epistemológico diante do processo científico, em que teses podem ser refutadas, sobretudo em relação ao desconhecido, como era o caso da doença da Covid-19. A elitização do campo científico bem como o seu fechamento, também, têm certo impacto no processo de desinformação. Dessa forma, é possível apontar que esses elementos contribuíram para as narrativas anticiência, que circularam e continuam circulando nas redes sociais.

A crise de credibilidade da ciência e da interferência do capital político no questionamento da autoridade científica não é algo novo. O movimento antivacina, por exemplo, vem crescendo e ganhando adeptos em todo o mundo e políticos da extrema direita

têm se utilizado das teorias conspiratórias para fortalecer a narrativa antissistema. Nessa ótica, a ciência é colocada ao lado da “esquerda”, enquanto teorias conspiratórias sustentam a tese de que “inimigos” querem prejudicar o crescimento econômico e um governo que representa o povo na luta contra esses mesmos “inimigos”. Essa característica faz parte dos governos populistas, que inflam o povo, por meio de discursos baseados em teorias conspiratórias, contra seus adversários (CESARINO, 2019b). Nesse contexto, alguns conceitos, como a desinformação e o populismo digital, buscam dar conta da influência dos algoritmos e das redes sociais na intensificação do extremismo e do discurso anticiência, que, cada vez mais, crescem não só no Brasil, mas em todo o mundo. Para tanto, é importante compreender como essas narrativas se dão nas redes sociais.

### **3.3 A Construção da Narrativa Anticiência nas Redes Sociais**

Como já fora apontado anteriormente, durante a pandemia de Covid-19, as redes sociais se tornaram um espaço propício para a disseminação de narrativas anticiência, que questionavam e desacreditavam as informações científicas e as medidas de saúde públicas adotadas para combater a doença. Essas narrativas tinham o potencial de causar confusão e desinformação, impactando a capacidade de resposta da sociedade à pandemia. Dias e Silva (2022) destacam que a sociedade contemporânea é marcada por transformações sociais, econômicas e políticas. Dentre essas transformações, os autores destacam o aperfeiçoamento dos algoritmos, o excesso de informações, a inteligência artificial e a “despreocupação com a verdade”. Eles citam Castells (2013) e Metzner-Szigeth (2009) ao explicarem que essas mudanças são resultado da convergência digital, em que a vida física e a virtual não se separam mais. Nesse sentido, as tomadas de decisão online afetam a sociedade como um todo. Viu-se esse processo acontecer com a chamada “infodemia”, em que a desinformação em relação à pandemia de Covid-19 atrapalhou o controle da doença na medida em que notícias falsas sobre o tratamento da doença, sobre a vacinação e teorias conspiratórias passaram a circular de forma viral pelas redes sociais. Esse espaço das redes sociais, também, favoreceu o acontecimento histórico denominado por especialistas como a pós-verdade (D’ANCONA, 2018), que favorece o descrédito nas instituições e a desinformação, como já fora apontado anteriormente.

Uma das narrativas anticiência que ganhou destaque nas redes sociais foi a ideia de que a Covid-19 era uma conspiração elaborada por governos ou organizações secretas para controlar a população. A narrativa se baseava em teorias da conspiração infundadas,



espalhando desconfiança em relação às autoridades de saúde e às instituições científicas. A disseminação dessas teorias gerava um ambiente de desinformação e alimentava o ceticismo em relação às medidas de saúde pública, prejudicando a adesão às diretrizes de distanciamento social e uso de máscaras. Outra narrativa anticiência que se propagou nas redes sociais foi a minimização dos riscos da Covid-19. Algumas mensagens afirmavam que a doença não passou de uma queixa comum, exagerada pela mídia e pelos cientistas. Essa narrativa distorcia os fatos e ignorava as evidências científicas, que demonstravam a gravidade e o impacto do vírus, colocando-se em risco a saúde pública. Ao disseminar informações falsas sobre a gravidade da doença, as narrativas anticiência minavam os esforços de combate à pandemia e comprometiam a proteção da população. A narrativa referente a tratamentos milagrosos e curas alternativas para a Covid-19, também, circulou nas redes. Essas narrativas pseudocientíficas propagavam a ideia de que remédios não controlados, sem eficácia cientificamente comprovada ou terapias alternativas poderiam curar a doença. Essa desinformação levou as pessoas a adotarem tratamentos sem embasamento científico, colocando em risco sua própria saúde e agravando a intoxicação pelo vírus. Os algoritmos facilitaram a disseminação desse tipo de notícia, já que as notícias falsas tendem a ganhar mais visibilidade e, assim, acabam por aparecer mais vezes, fazendo com que ganhem grande repercussão nas redes (EMPOLI, 2020; DIAS; SILVA, 2022).

Nesse sentido, é possível perceber que, durante a pandemia de Covid-19, as redes sociais foram palco de diversas narrativas anticiência, que questionavam, distorciam ou negavam a gravidade da doença, as medidas de saúde pública e as informações científicas. Essas narrativas minavam a confiança na ciência e nas autoridades de saúde, alimentando a desinformação e prejudicando os esforços de combate à pandemia. O enfrentamento eficaz dessas narrativas anticiência se tornou um desafio crucial para garantir a disseminação de informações, que trouxessem uma resposta adequada à pandemia.

Ao analisar os discursos anticiência nas redes sociais, é essencial compreender as características dessas plataformas, que, conforme apontado anteriormente, têm facilitado a disseminação da desinformação e contribuído para a influência da chamada “infodemia”. Primeiramente, as redes sociais fornecem um ambiente de compartilhamento rápido e massivo de informações, em que qualquer usuário pode se tornar um produtor de conteúdo. Isso cria um cenário propício para a disseminação de discursos anticiência, uma vez que qualquer afirmação, por mais infundada que seja, pode se estabelecer rapidamente e atingir um grande número de pessoas (DIAS; SILVA, 2022). Outra característica das redes sociais, como já visto antes, é a formação de “bolhas” ou câmaras de eco, em que os usuários são expostos,

predominantemente, a conteúdos, que reforçam suas próprias crenças e visões de mundo. Esse fenômeno é potencializado pelos algoritmos das plataformas, que selecionam e exibem conteúdos com base nos interesses e comportamentos anteriores do usuário (EMPOLI, 2020; SANTAELLA, 2019). Dessa forma, os discursos anticiência encontram terreno fértil para se disseminarem, já que as pessoas tendem a seguir e interagir com perfis e grupos, que adotam suas opiniões, reforçando, pois, suas crenças e ignorando informações conflitantes.

Além disso, a velocidade da informação nas redes sociais contribui para a cobertura de notícias falsas e teorias da conspiração. O caráter imediatista das plataformas incentiva a compartilhar informações sem uma seleção adequada, muitas vezes movido por emoções e reações instantâneas. Isso favorece a disseminação de conteúdos anticiência, já que discursos sensacionalistas e conspiratórios costumam despertar mais engajamentos e compartilhamentos do que informações científicas embasadas. Outro ponto importante é a falta de filtros e controle editorial nas redes sociais. Diferentemente dos meios de comunicação tradicionais, que têm sistemas de verificação e responsabilização, as redes sociais permitem que qualquer pessoa compartilhe informações sem uma checagem prévia. Isso significa que qualquer afirmação anticiência pode circular livremente, muitas vezes alcançando um público amplo e sem um contraponto qualificado.

Dessa forma, percebe-se que as características das redes sociais, como o compartilhamento rápido e massivo, a formação de bolhas, a velocidade da informação e a falta de filtros, têm desempenhado um papel significativo na disseminação dos discursos anticiência. Compreender essas características é fundamental para desenvolver estratégias de combate à desinformação e um ambiente *online* mais saudável baseado em informações acompanhadas e cientificamente embasadas.

Ao analisar a narrativa anticiência nas redes sociais, é primordial destacar o papel do ex-presidente Jair Bolsonaro na disseminação de discursos, que questionam e desacreditam informações científicas. Durante seu mandato, Bolsonaro utilizou suas redes sociais como uma plataforma para compartilhar diversas narrativas anticiência, especialmente relacionadas à pandemia de Covid-19. Uma das principais narrativas disseminadas por Bolsonaro foi a minimização dos riscos da Covid-19. Ele, frequentemente, questionava a gravidade da doença, comparando-a a uma “gripezinha”<sup>35</sup> e sugerindo que as medidas de distanciamento

---

<sup>35</sup> Jair Bolsonaro, então presidente da República, fez um pronunciamento em Cadeia de Radio e Televisão comparando a doença da Covid-19 com uma simples gripe (“gripezinha”), conforme é apontado no artigo publicado pelo jornal *Estado de Minas*. Disponível em: <[https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/03/24/interna\\_politica,1250005/ha-um-ano-bolsonaro-chamava-covid-de-gripezinha-em-rede-nacional-relembre.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/03/24/interna_politica,1250005/ha-um-ano-bolsonaro-chamava-covid-de-gripezinha-em-rede-nacional-relembre.shtml)>. Acesso em: 24 maio 2023.

social e uso de máscaras eram complicadas. Essas falas contribuíram para a desinformação e o enfraquecimento das políticas de saúde pública, levando em consideração o fato de que o ex-presidente detinha um capital político (BOURDIEU, 1986) e muitos seguidores, que consideravam essas falas. Indo na contramão da ciência, Jair Bolsonaro defendeu, por muitas vezes, o uso da Cloroquina e outros medicamentos sem eficácia comprovada como tratamento para a Covid-19. Ele promoveu a ideia de que esses medicamentos poderiam ser uma solução eficaz contra a doença, ignorando a falta de embasamento científico e recomendações das autoridades de saúde. Essa narrativa anticiência levou muitas pessoas a adotarem tratamentos sem comprovação científica, colocando em risco sua saúde e perpetuando a disseminação da desinformação.

Outra narrativa muito divulgada nas redes sociais foi a ideia de que a pandemia de Covid-19 seria uma estratégia da China para enfraquecer a economia mundial. Essa teoria conspiratória ganhou popularidade entre os apoiadores do presidente Bolsonaro e se orientaram rapidamente nas redes bolsonaristas. Além de não possuir qualquer base científica, essa narrativa anticiência contribuiu para o aumento da xenofobia e do discurso de ódio, prejudicando as relações internacionais e dificultando a cooperação global no combate à pandemia. Isso reforça, mais uma vez, a tese do populismo digital (CESARINO, 2019b), dinâmica que caracteriza o neoliberalismo atual, em que o ator reforça a narrativa do bem contra o mal adotada por atores políticos. Nesse caso, o mal era a China, que era vista como inimiga do bolsonarismo e da extrema direita não só no Brasil, mas no mundo.

Outro exemplo de notícia falsa disseminada nas redes bolsonaristas foi a ideia de que as medidas de distanciamento social e o uso de máscaras não eram necessários. Essa narrativa anticiência foi desenvolvida como uma forma de minimizar a gravidade da doença e questionar as recomendações das autoridades de saúde. Essas informações falsas geram confusão e desconfiança nas medidas de saúde pública, dificultando a contenção da força do vírus e colocando em risco a saúde da população.

Pesquisas já apontam o fato de que Jair Bolsonaro utilizou suas redes sociais como uma plataforma para disseminar narrativas anticiência relacionadas à pandemia de Covid-19 (GOMES, 2021). Suas postagens questionavam a gravidade da doença, promoviam tratamentos sem eficácia comprovada e compartilhavam teorias conspiratórias infundadas. Essas narrativas anticiência toleraram a disseminação da desinformação, prejudicando a resposta à pandemia e comprometendo a saúde pública (GOMES, 2021).

Durante a pandemia de Covid-19, a disseminação de narrativas anticiência nas redes sociais despertou um debate importante em torno da regulamentação dessas plataformas tanto

no Brasil quanto em nível global. O aumento significativo da desinformação e da capacidade de controle de teorias conspiratórias trouxe à tona a necessidade de ações efetivas para combater esse problema. Dias e Silva (2022) defendem que os algoritmos estão sendo aperfeiçoados para manipular e moldar as tomadas de decisões dos cidadãos, algo que já está sendo utilizado pelas chamadas *Big Techs*, gigantes da tecnologia, como forma de ganhar dinheiro ao vender os dados referentes aos hábitos de consumo dos usuários para empresas e pessoas, que queiram impulsionar conteúdo. Dessa forma, uma discussão acerca da responsabilização das empresas de tecnologias, como o Grupo Meta, *Twitter* e outras tem ocorrido em todo mundo e se intensificou com a infodemia e com os ataques às instituições democráticas, como ocorreu no Brasil no dia 8 de janeiro de 2023<sup>36</sup>. As redes sociais estão sendo utilizadas por grupos extremistas e para a desinformação com a contribuição dos algoritmos, e as *Big Techs* não cumprem o seu papel de fiscalizar e tirar do ar esse tipo de conteúdo.

No Brasil, o debate sobre a regulamentação das redes sociais ganhou força com a Proposta de Lei (PL) nº 2.630/2020, que propõe medidas para responsabilizar as plataformas pela disseminação da desinformação<sup>37</sup>. Os defensores da regulamentação argumentam que as redes sociais devem assumir um papel mais ativo na moderação de conteúdo, combatendo a disseminação de informações falsas e prejudiciais. Isso envolveria a implementação de políticas claras, diretrizes transparentes e controle eficaz para a remoção de conteúdo enganoso ou perigoso. A PL, ainda, está em debate na Câmara dos Deputados, que vem sofrendo pressão da *Big Techs* adiando a votação e o debate. O *Google*, importante plataforma de busca e pertencente ao grupo, que também administra o *YouTube*, outra importante rede social, chegou a fazer uma campanha contrária à PL das “Fake News”<sup>38</sup>, como é conhecida. Por alguns dias, a plataforma disponibilizou um *link*, que informava a população,

---

<sup>36</sup> No dia 8 de janeiro de 2023, grupos organizados de extremistas de direita promoveram ataques em Brasília (DF), invadindo e depredando o Congresso Nacional, o Palácio do Planalto e a sede do Supremo Tribunal Federal (STF). “Marcando o momento mais violento da política brasileira pós-redemocratização e um ápice do movimento golpista que tenta reverter ilegalmente o resultado da última eleição presidencial”. Todo o ataque foi organizado pelas redes sociais e foi a “cartada final” da extrema direita, após acampamentos em frente aos Quartéis das Forças Armadas, reivindicando um Golpe de Estado e após ataques a carros e ônibus no dia da Diplomação do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, eleito democraticamente. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2023/01/08/ataque-a-democraciabrasileira.htm#:~:text=Grupos%20organizados%20de%20extremistas%20de,e%20um%20%C3%A1pice%20d%20movimento>>. Acesso em: 24 maio 2023.

<sup>37</sup> Matéria intitulada “Entenda regulação das redes sociais no Brasil, EUA, Reino Unido e União Europeia” explica os principais pontos referentes às propostas de leis que tramitam e/ou são debatidas por diferentes países. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/03/entenda-debate-sobre-a-regulacao-das-redessociais-no-brasil.shtml>>, Acesso em: 24 maio 2023.

<sup>38</sup> Disponível em: <<https://agenciabrasil.abc.com.br/politica/noticia/2023-05/mpf-questiona-google-sobrecampanha-contra-pl-das-fake-news>>. Acesso em: 24 maio 2023.

interpretando a PL como autoritária. Após questionamento do Ministério Público Federal, a plataforma retirou o conteúdo do ar.

A regulamentação das redes sociais, também, é objeto de discussão em nível global. Países, como Estados Unidos e União Europeia, têm debatido a necessidade de impor regras mais rígidas às plataformas, buscando proteger a integridade da informação e combater a desinformação em diversas áreas, incluindo a saúde pública. Essas medidas podem incluir a exigência de transparência nas políticas de moderação de conteúdo, reduzidas por disseminação de desinformação deliberada e promoção da cooperação entre plataformas, governamentais e especialistas em combate à desinformação.

A regulamentação das redes sociais pode desempenhar um papel fundamental no combate à desinformação, especialmente no contexto da pandemia. Ao estabelecer diretrizes e responsabilidades para as plataformas, é possível promover uma moderação mais eficaz do conteúdo, com a remoção de informações falsas e a promoção de conteúdo confiável e cientificamente embasado. Além disso, as medidas regulatórias podem incentivar a transparência nas práticas das plataformas e a participação de especialistas na avaliação e moderação de conteúdo confiante para uma abordagem mais adotada e baseada em evidência.

Em conclusão, o debate em torno da regulamentação das redes sociais no contexto da pandemia de Covid-19 é crucial para combater a disseminação de narrativas anticiência e desinformação. A implementação de medidas regulatórias eficazes pode promover a moderação do conteúdo, garantindo a remoção de informações falsas e a promoção de conteúdo confiável. Responsabilizar as *Big Techs* é relevante, mas a educação voltada para as novas mídias devem ser prioridade em busca da luta pelo fortalecimento da democracia e das instituições incluindo a ciência.

#### **4 ANÁLISE DAS NARRATIVAS ANTICIÊNCIA NAS REDES BOLSONARISTAS NO *TWITTER***

Conforme já foi discutido anteriormente, em relação à pandemia de Covid-19, o governo do ex-presidente Bolsonaro teve que lidar com uma crise sanitária, sem precedentes, decorrente da disseminação da doença provocada pelo coronavírus. Durante essa crise, Jair Bolsonaro adotou uma postura contrária às orientações dos cientistas e da OMS, confrontando governadores e prefeitos em relação às medidas de isolamento social, ao mesmo tempo em que apoiava o uso de medicamentos, cujo efeito no tratamento da doença sempre foi questionado pela ciência. O ex-presidente sempre apoiava sua narrativa em autoridades médicas, como a médica Nise Yamaguchi e em entidades, como o Conselho Federal de Medicina, que defendiam a autonomia médica na prescrição de medicamentos para o tratamento da doença, entre eles a Cloroquina. Esse embate, dentro do próprio campo científico, proporcionou certo capital ao ex-presidente, fazendo com que a narrativa de negação à determinação das principais autoridades sanitárias – como a OMS – fosse perpetuada nas redes bolsonaristas.

Considerando que a internet trouxe uma nova dinâmica para a política, como já mencionado anteriormente, Cesarino (2019b) ressalta que o populismo digital não se limita apenas à incorporação de tecnologias digitais, mas também envolve a adoção de padrões discursivos específicos, que se baseiam em uma mobilização constante e na criação de teorias conspiratórias, a fim de atacar um "inimigo" comum. Durante a pandemia, esse fenômeno foi reforçado nas redes bolsonaristas. O STF foi retratado como inimigo quando decidiu conceder autonomia aos governadores e prefeitos. A mídia tradicional foi vista como inimiga quando divulgou o crescente número de mortes por Covid-19 no país. Os governadores se tornaram inimigos por contrariarem o presidente e adotarem protocolos científicos que recomendam o isolamento social e o uso de máscaras. Portanto, os inimigos são acionados a todo o momento na rede, o que demonstra uma estratégia do ex-presidente Jair Bolsonaro, aproveitando-se da crise sanitária, para perpetuar a narrativa populista, com ênfase no antagonismo.

Nesta perspectiva, retomando ao objetivo da pesquisa que é compreender como as redes bolsonaristas acionaram o discurso anticiência no segundo ano de pandemia no Brasil e quais os perfis mais influentes das redes no *Twitter*; bem como as narrativas que são estruturadas nessas redes, recorre-se como metodologia de pesquisa à Análise de Conteúdo. Diante das diversas formas de análise, Bardin (2011) aponta que a Análise de Conteúdo permite o estudo do espaço digital a partir da abordagem quantitativa e qualitativa. A Análise

de Conteúdo se baseia em três etapas: codificação de dados, categorização e inferências. Para Bardin (2011, p. 97):

A codificação implica na construção de categorias a partir de enumeração e agregação, criando-se elementos que representem o conteúdo observado. A categorização compreende a construção de critérios e a classificação dos dados em conjuntos a partir deles. A inferência é a interpretação dos dados e das categorias a partir dos contextos da análise.

Na fase de codificação e categorização, a escolha será pela ARS (RECUERO *et al.*, 2018), que possibilita estudar as conexões, ações e interações entre os atores de uma determinada rede associada à etnografia digital, que leva em consideração fatores culturais e do contexto em que tal movimento acontece.

A pesquisa propõe mapear toda a rede de publicações em torno das palavras-chave “coronavírus” e “covid-19” no *Twitter* durante os quatro primeiros meses da pandemia no Brasil. O recorte temporal contemplará os primeiros meses de 2021 – março a junho. O recorte da pesquisa se justifica em função do aumento expressivo de contaminados nos quatro meses de 2021, levando o Brasil a ocupar o segundo lugar no *ranking* mundial do número de mortos pelo vírus, atrás apenas dos Estados Unidos. Além disso, em 2021, começou a vacinação contra a Covid-19, em meio ao descrédito depositado na ciência e à desinformação, que circulava nas redes. Outro fato importante, que justifica o recorte, é a instauração da CPI no Senado Federal, para investigar a omissão do Governo e de lideranças na condução da pandemia de Covid-19, o que poderia ter acarretado no crescente número de mortos no País.

É preciso ressaltar a escolha da rede social *Twitter*, que se estabelecia, diante da iniciativa que era adotada pela rede social no período da coleta, em atualizar sua plataforma de API, para que pesquisadores e desenvolvedores estudem as conversas públicas sobre a Covid-19. No início de 2023, conforme já foi mencionado, a plataforma fechou o API de forma gratuita.

Além disso, como já foi mencionado, o *Twitter* se transformou em uma das redes sociais mais importantes do mundo em razão da alta capacidade de compartilhamento de informação em tempo real e da ampla mobilização política e social, que proporcionou ao longo das últimas décadas. Santaella e Lemos (2010, p. 66) reiteram a importância do *Twitter* na medida em que o caracterizam como “‘termômetro’ social e político, instrumento de resistência civil, palco cultural e arena de conversações contínuas”.

No plano quantitativo, o recorte abarca um total de 100 mil *tweets* sobre o tema. Para a coleta e a mineração dos dados, foi utilizado um *software*, a partir da linguagem *Phyton*,

associado ao *Twitter Academic Research*, que efetuará a compilação dos dados, utilizando *scripts* de coleta R. Após a coleta, a pesquisa seguiu para a análise empírica dos dados. Os dados coletados foram exportados para o *software Gephi*, que disponibiliza cálculos amostrais, mapas e representações visuais das interligações a partir de grafos, desvelando como se estruturam grupos de conversação (*clusters*) em torno do tema, assim com os nós centrais e os principais conceitos associados (coocorrências) nas discussões. A primeira seleção buscou desvelar que são os perfis que se apresentam mais influentes na seleção das narrativas, considerando as redes (grafos) com maior número de conexões recebidas (maior grau de entrada), maior alcance de citações ou compartilhamento (*retweets*).

A proposta foi codificar os termos mais usados por frequência dos dez perfis mais influentes dos *clusters* bolsonaristas, para agrupá-los em categorias semânticas.

Os *tweets* dos dez perfis mais influentes foram recuperados para a etapa de interpretação das mensagens construídas em torno da negação da ciência. As mensagens coletadas (*tweets*) passaram por um filtro, cuja seleção abarcará apenas as menções relacionadas ao objeto da pesquisa. Nessa etapa de inferência, o conteúdo foi novamente categorizado para posterior análise e interpretação das narrativas, tendo em vista as proposições produzidas sobre o anticientificismo.

#### 4.1 Análise de Redes

A pesquisa vai recorrer à Análise das Redes Sociais (ARS). Uma rede social pode ser definida como um conjunto de dois elementos: atores (pessoas, instituições ou grupos; os nós da rede) e suas conexões (interações ou laços sociais) (WASSERMAN; FAUST, 1994; DEGENNE; FORSÉ, 1999). Recuero (2018) afirma que o ator é o primeiro elemento da rede social representado pelos nós. Dessa forma, o ator pode ser representado por um *weblog*, por um *fotolog*, por uma conta no *Twitter* ou mesmo por um perfil no *Facebook*.

Recuero *et al.* (2018) apontam que a ARS é uma metodologia, que permite estudar as conexões, ações e interações entre os atores de uma determinada rede e suas conexões (laços) associadas à etnografia digital. Os grafos, como definem Recuero *et al.* (2018), são as representações visuais das matrizes e métricas de uma rede; ou seja, o conjunto de inter-relações entre seus elementos. Neles, são observadas as relações entre os nós (atores sociais, representados por seus *nicknames* ou @) e as arestas (conexões).

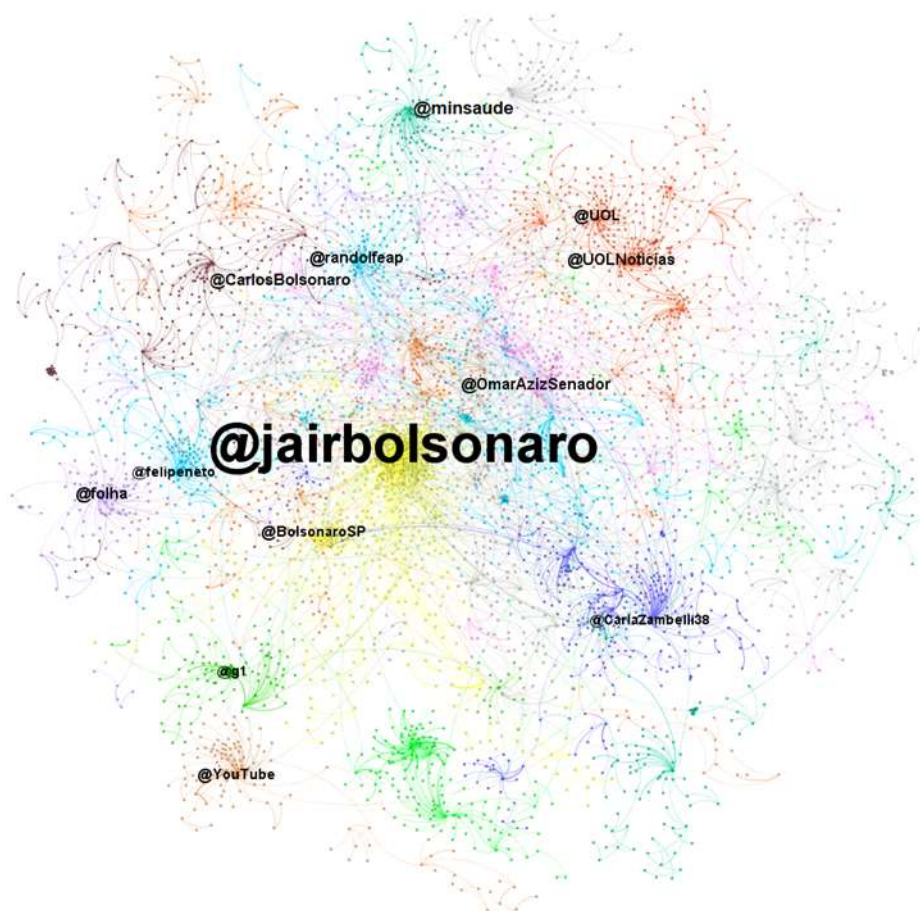


É possível estabelecer relações de peso e força para os nós e os *clusters* (definidos como um agregado denso de nós) formados em suas conexões, sendo que, quanto maior o número de interação entre duas ou mais contas, maior o peso dessas conexões. Cada grafo pode ter um ou mais *clusters*, que podem ser mais ou menos densos (RECUERO *et al.*, 2018). Em relação à métrica de nós, os grafos podem ser mais ou menos centralizados de acordo com o grau do nó e outros fatores. Quanto mais conexões um nó possuir, mais central ele será para a rede. Esse grau pode ser medido pela quantidade de conexões que um nó recebe (grau de entrada ou *indegree*) ou pela quantidade de conexões feitas por um nó (grau de saída ou *outdegree*) (RECUERO *et al.*, 2018).

Nesse sentido, a rede dos respectivos meses se constituiu de 45.780 nós e 28.570 arestas. A rede é dirigida e possui 1 de diâmetro. Ao aplicar o algoritmo de modularidade do *Gephi*, a fim de identificar as relações entre nós e arestas (aproximando ou afastando os atores de acordo com as relações), chegou-se às 13 comunidades principais, que abrangem 6,19% de todos os vértices e 22,56% das arestas da rede total usando a resolução 1.0 do algoritmo Louvain20.

A modularidade da rede é 0,97. Na figura da rede (Figura 1), é possível identificar os *clusters* com os perfis, que receberam o maior número de menção (maior grau de entrada) nas discussões sobre a Covid-19 durante o período.

Figura 1 – Rede Covid-19 – Brasil, março a junho 2021



Fonte: autoria própria; imagem reproduzida pelo *Gephi*.

O Quadro 2 identifica os dez principais atores encontrados nas nove comunidades (*clusters*), criando um enquadramento pela quantidade de menções. O Quadro, também, traz a cor usada como referência do *cluster* no grafo apresentado na Figura 2.

**Quadro 2 – Ranqueamento dos *clusters* a partir do grau de entrada na rede**

<i>Ranking</i>	<i>Cluster</i>	Ator (vértice)	Grau de entrada (menções)
1		@jairbolsonaro	567
2		@randolfeap	112
3		@OmarAzizSenador	106
4		@folha	105
5		@UOLNoticias	104
6		@CarlaZambelli38	79
7		@CarlosBolsonaro	75
8		@minsaude	64
9		@BolsonaroSP	93
10		@felipeneto	84

Fonte: autoria própria.

Para analisar como se estabeleceu na rede a partir das postagens que mencionavam o termo Covid-19 e Coronavírus durante o período de março a junho de 2021, faz-se necessário entender a posição de cada influenciador na rede social *Twitter* assim como a aproximação que se estabelece entre os agentes. Importante destacar que a comunidade que abrigou o maior grau de entrada é formada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro e seu filho, o deputado federal Eduardo Bolsonaro, cor amarela. Unidos na mesma comunidade, encontram-se o senador Randolfe Rodrigues e o influenciador Felipe Neto, cor azul. Da mesma forma, pertencendo à mesma comunidade, também se destacam os portais *UolNoticias*, *Uol* e o *YouTube*, cor vermelha.

A observar a posição estrutural da rede, percebe-se que os nós vinculados a figuras políticas são os que receberam o maior número de menções na rede, seguidos dos portais de notícias. Realizou-se uma nova classificação, que abarca os principais atores da rede por categoria, com o objetivo de facilitar a análise a partir da lógica de narrativas e atuações, conforme a Figura 2.



Por fim, a categoria verde é formada pelo perfil do Ministério da Saúde, que, desde 23 de março de 2021, foi ocupado pelo médico cardiologista Marcelo Queiroga após uma série de polêmicas envolvendo o antecessor, Eduardo Pazzuello.

#### 4.1.1 Figuras Políticas

A partir da rede analisada, foram identificadas algumas figuras públicas, que aparecem no debate referente à pandemia de Covid-19. A figura política que mais se destaca na rede é Jair Bolsonaro (@jairbolsonaro), que foi o perfil com mais menções, totalizando 567. O senador Omar Aziz (@OmarAzizSenador) aparece com 106 menções. O deputado federal Eduardo Bolsonaro (@BolsonaroSP), filho do ex-presidente Jair Bolsonaro, possui 93 menções, enquanto o irmão, vereador Carlos Bolsonaro (@CarlosBolsonaro), possui 76 menções na rede analisada. A deputada federal Carla Zambelli (@CarlaZambelli38), importante apoiadora de Jair Bolsonaro, possui 79 menções. O senador Randolfê Rodrigues (@randolfeap), opositor ao Governo Bolsonaro e personagem de destaque na CPI da Covid-19, juntamente com Omar Aziz, somou 112 menções na rede analisada.

No grupo de apoiadores, têm destaque os filhos do ex-presidente Jair Bolsonaro, o vereador Carlos Bolsonaro e o deputado federal Eduardo Bolsonaro, além da deputada federal Carla Zambelli. Os perfis dos senadores Randolfê Rodrigues e Omar Aziz aparecem sempre em oposição ao bolsonarismo.

Carlos Bolsonaro, atualmente, é vereador da cidade do Rio de Janeiro – RJ – pelo Partido Republicanos. Ele é o segundo filho do ex-presidente e, assim como o pai e os irmãos, passou por vários partidos e possui uma carreira política cercada por polêmicas. Carlos Bolsonaro sempre desempenhou um papel importante na carreira política do pai, sendo considerado o “braço direito” das campanhas eleitorais e da comunicação do ex-presidente nas redes sociais. Em entrevista à rádio Jovem Pan, Jair Bolsonaro chegou a dizer que o filho foi o responsável por sua eleição à Presidência da República, já que comanda, desde 2010, o *marketing* do pai. Após derrota na eleição presidencial, em 2022, Carlos Bolsonaro chegou a declarar que deixaria de comandar as redes sociais do pai. O segundo filho do ex-presidente, conhecido como 02, enfrenta alguns processos no Ministério Público, dentre eles destaca-se a investigação sobre suposta “rachadinha”, em que Carlos Bolsonaro recebeu cerca de 91.000 reais em propina. O esquema das “rachadinhas” se refere ao repasse ilegal de verbas de assessores para políticos; ou seja, parte do salário desses assessores era depositado na conta

dos políticos. Há várias denúncias desse tipo envolvendo a família Bolsonaro. Carlos Bolsonaro possui, até maio de 2023, mais de 3 milhões de seguidores no *Twitter*. Na rede analisada, ao selecionar a conta de Carlos Bolsonaro, aparecem vários *tweets* com a narrativa anticiência e de ataque às instituições. Um *tweet* compartilhado pelo vereador, diz: “Atenção: investigações indicam que Corona ‘vazou’ de Laboratório Chinês”. Outros *tweets*, que marcavam Carlos Bolsonaro, culpavam a China pela doença, como este: “O coronavírus foi criado pelo mal, a China fez para ganhar dinheiro vendendo as vacinas pelo mundo. Agora ajoelhem quem está do lado do mal e se arrependam, apoiando a vergonha do STF e os comunistas do PT...”

Outra narrativa, que muito circulou na comunidade de Carlos Bolsonaro, foi à de que a economia seria prejudicada pelo isolamento social – *lockdown*: “É lamentável ver tanta hipocrisia quando diz que tem que fechar o comércio para diminuir o corona, acredito que fechar as portas das empresas que tem os seus fornecedores para honrar compromissos, fechar para desestabilizar a economia...” Outro *tweet* se refere ao ataque a ministros do STF: “Se o FDP do Dias Tofolli não fizesse o que ele fez: tirar a autoridade do Presidente sobre o tratamento do Coronavírus, Bolsonaro teria vencido o vírus junto com as forças armadas”. Ataques a governadores e prefeitos, também, circularam na comunidade de Carlos Bolsonaro, como neste *tweet*: “No bolso dos políticos, em SP o Dorianista acha que o Coronavírus é um vampiro, lockdown das 23h00min até às 05 horas”. Esse comentário reforça a narrativa, que muito circulou nas redes bolsonaristas, de que governadores e prefeitos estariam envolvidos em esquemas de corrupção, não repassando a verba total que estava vindo do Governo Federal. “Dorianista”, que aparece no *tweet*, se refere ao ex-governador de São Paulo, João Doria (PSDB), um dos mais atacados por Jair Bolsonaro.

A narrativa referente ao uso de medicamentos para tratar a Covid-19, mesmo sem comprovação científica, também aparece na comunidade de Carlos Bolsonaro, em 2021, quando já se tinham vacinas em circulação. É o caso do *tweet* a seguir, que é uma resposta ao vereador Carlos Bolsonaro: “Gente eu fui infectado com o corona (com o vírus), eu, minha filha, minha sogra e minha mulher e tomamos a Ivermectina e Azitromicina e outro medicamento. Graças a Deus estamos bem, tive uma tosse, nada mais, ficamos de quarentena e estamos bem...” Essa narrativa circulava no momento em que começava a vacinação no País, quando muitos ainda estavam questionando a confiabilidade das vacinas, sobretudo a Coronavac, vacina chinesa, muito criticada por boa parte da rede bolsonarista. Outro *tweet*, que aparece na comunidade de Carlos Bolsonaro, se destaca: “Cloroquina não mata Covid, mas mata outros vírus, bactérias, fungos respiratórios. Ivermectina não mata Covid, mas mata

vermes e parasitas fazendo com que o nosso sistema imunológico se preocupe apenas com o Corona. Simples assim”. A narrativa do usuário contraria todos os argumentos científicos, que sempre afirmaram que essas medicações, comprovadamente ineficazes, podem prejudicar ainda mais o sistema imunológico, dificultando o combate à doença pelo organismo.

Críticas à CPI da Covid-19, também, apareceram na comunidade de Carlos Bolsonaro, como neste *tweet* de um usuário, que respondeu ao vereador: “Essa CPI é uma forma de acobertar os crimes de governadores e prefeitos, que receberam bilhões de reais enviados pelo Governo Federal para o combate ao coronavírus, inclusive o filho do Renan Calheiros #Bolsonarotemração”. A narrativa ataca a CPI que começava no Senado Federal, investigando, sobretudo, a omissão do Governo Federal e ataca, ainda, governadores e prefeitos, enfatizando o ataque ao filho de Renan Calheiros (MDB), senador que foi o escolhido como relator da Comissão e que fazia clara oposição ao Governo de Jair Bolsonaro.

As narrativas de crítica às vacinas, também, circularam na comunidade de Carlos Bolsonaro, como neste *tweet*: “Quem tomou a Coronavac, não pode viajar para a Europa, Coronavac proibida na União Europeia!” Esse comentário é uma desinformação, que muito circulou em 2021. Na verdade, a União Europeia só aceitava a entrada de pessoas que se vacinaram com vacinas autorizadas nos países pertencentes ao bloco. Ainda em 2021, mais precisamente em novembro, a União Europeia já autorizava a entrada de pessoas, que haviam se vacinado com a vacina chinesa. Essas narrativas, como a que aparece no *tweet* anterior, tem como finalidade desacreditar as vacinas, sobretudo as que foram produzidas na China, reforçando a narrativa populista bolsonarista (CESARINO, 2019b). Teorias da conspiração, também, circularam na comunidade de Carlos Bolsonaro no *Twitter*, conforme este *tweet*: “Esse Lula aí criou o corona para atacar o Presidente...” A narrativa de que o vírus foi criado propositalmente para prejudicar o Governo de Jair Bolsonaro circulou muito na rede analisada, inclusive na comunidade de Carlos Bolsonaro.

Por fim, é preciso apontar que, na comunidade de Carlos Bolsonaro, também, houve ataque ao Governo Federal e confrontos de narrativas, como neste *tweet* em resposta ao discurso anticiência: “FAKE NEWS! Todos os estudos refutaram a Ivermectina, chega a ser maldade incentivar o uso desse medicamento sem nenhuma eficácia. Quase 300 mil mortos por coronavírus e o Sr., seu pai e seus asseclas disseminando desinformação. Negacionista...”

Outra figura pública de destaque na rede bolsonarista é o deputado federal Eduardo Bolsonaro, terceiro filho do ex-presidente Jair Bolsonaro. Conhecido como 03, Eduardo Bolsonaro (PL) possui mais de dois milhões de seguidores no *Twitter*. Ele atua como deputado pelo estado de São Paulo desde 2015 e chegou a ser o deputado mais votado, desde

a redemocratização, na eleição de 2018, alcançando quase dois milhões de votos. O deputado acumula vários processos no Comitê de Ética da Câmara dos Deputados; alguns por quebra de decoro parlamentar por difamar e atacar outros deputados. Assim como os irmãos e o pai, Eduardo Bolsonaro, também, é defensor do porte de armas e durante a pandemia de Covid-19 atacou as instituições e amenizou a doença causadora da pandemia. Em 2022, Eduardo Bolsonaro chegou a ter sua conta no *Twitter* limitada por publicar informações falsas contrárias à vacinação contra a Covid-19. Ele disse em sua conta que a vacina estava sendo aplicada em “caráter experimental”, o que é falso, já que as vacinas já haviam passado por testes antes da aplicação na população. Na comunidade de Eduardo Bolsonaro no *Twitter*, no momento da coleta, também havia narrativas a respeito de medicações para a prevenção da doença da Covid-19, mesmo sem comprovação científica, como neste *tweet*: “Eu tive febre, dor de cabeça e tontura, fiz o exame e testei positivo para Coronavírus, fui a um médico que me receitou Cloroquina, Ivermectina, Pernodsina, Azitromicina e Vitamina D. Os sintomas pararam no mesmo dia!” Outra narrativa, que nega a gravidade da doença, como fez por várias vezes o ex-presidente Bolsonaro, também pode ser identificada na comunidade analisada: “[...] esta pandemia é um portal político de corrupção, porque se a imunidade estiver alta, não pega nada, imunize-se com vitaminas D3, C, Z, E, AAS, e se pegar Corona China use IVERMECTINA, que é melhor eu a vacina, com 97% de eficácia”. Nota-se, ainda, a conotação dada ao vírus, colocado como algo provocado pela China.

Assim como na comunidade de Carlos Bolsonaro, na de Eduardo, também, apareceram ataques a governadores, prefeitos e ao STF: “Vamos perguntar ao STF se eles sabem para onde foi os bilhões de reais enviados pelo Governo Federal para governadores e prefeitos para serem usados no combate ao coronavírus”. Muitos embates de narrativas podem ser percebidos na comunidade do deputado Eduardo Bolsonaro. Vários atacam o Governo Federal, Jair Bolsonaro e sua forma de conduzir a pandemia de Covid-19. Os filhos do ex-presidente Jair Bolsonaro assim como o pai sempre endossaram a narrativa anticência nas redes, criticando o isolamento social e as medidas de proteção contra a disseminação do vírus. Também, mantiveram o ataque a governadores, prefeitos e a ministros do STF, que iam contra a narrativa anticência.

A deputada federal Carla Zambelli, hoje também filiada ao PL, mesmo partido de Jair Bolsonaro, é seguidora fiel do bolsonarismo. Figura de destaque da extrema direita brasileira, a deputada está envolta em episódios polêmicos, como o ocorrido durante o período eleitoral, em que ele sacou e apontou uma arma na rua para um cidadão, que, segundo ela, a atacou verbalmente. O episódio, que ocorreu em 29 de outubro de 2022, no processo da corrida



eleitoral, acabou desgastando ainda mais a imagem da extrema direita, que defende o porte de armas. A deputada federal assim como outras figuras da extrema direita ficaram conhecidas após participação dos movimentos pró-*impeachment* de Dilma Rousseff (PT). No *Twitter*, Zambelli possui mais de dois milhões de seguidores.

Na comunidade da deputada analisada, percebe-se que há muitas críticas ao Governo Bolsonaro e à deputada. Há, também, muita repercussão da CPI da Covid-19 no Senado. Em alguns *tweets*, percebem-se mais ataques à esquerda e à oposição, como neste caso: “Esse corona está sendo politizado pela esquerda, enquanto a esquerda estiver envolvida com essa vacina nada vai ter sucesso para o governo Bolsonaro, eles sempre vão inventar algum problema!” Em outro *tweet*, é possível ver o medo das pessoas em relação à vacinação: “Eu tomei primeira dose da Coronavac, estou com medo de tomar a segunda dose”. Há, também, muita negação e comentários baseados em teorias da conspiração, como neste *tweet*: “Gente, morre muita gente todos os anos e agora só morre gente de corona, só um cego não vê”. “Nessa pandemia, todos que morrem é colocado Coronavírus, eu já vi isso acontecer com parentes de amigo e alguns até estão processando...” Outro *tweet*, na comunidade de Zambelli, ataca a mídia: “Na minha cidade tem 12 leitos para pessoas com Covid-19, aí vem a mídia e diz que o hospital está lotado com pessoas com corona, mas nós sabemos a verdade, a culpa não é do governo federal e sim da mídia que gerou pânico...” Também na comunidade da deputada Carla Zambelli, circulou a desinformação referente ao chamado “tratamento precoce”, como pode ser observado neste *tweet*: “[...] sou seguidor da direita, Bolsonaro roxo, fala pro Presidente usar o direito que ele tem de usar a TV aberta, leva um médico famoso e faça a Globo divulgar a Cloroquina e Invermectina...”

Outra figura pública, que aparece na rede analisada, é Randolfê Rodrigues. Ele é senador pelo segundo mandato e foi deputado estadual por dois mandatos, pelo estado do Amapá. Ele era senador pela REDE Sustentabilidade durante o último mandato. Atualmente, é o líder do Governo Lula no Senado e está sem partido após rompimento com a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva (REDE). Randolfê Rodrigues ganhou grande visibilidade através da CPI da Covid-19 por atuar fortemente em oposição ao Governo Bolsonaro. O senador possui pouco menos de um milhão de seguidores no *Twitter*. A partir da análise, percebe-se que, na comunidade do senador, há muitas narrativas referentes à CPI, como neste *tweet*: “Por favor, Senador! Qdo a CPI começará a ouvir prefeitos e governadores, estes sim são os maiores responsáveis pelo combate ao coronavírus”. Outro *tweet*, que aparece na comum comunidade de Randolfê Rodrigues, faz referência ao tratamento precoce de forma

crítica: “não existe tratamento precoce para coronavírus! Repita: Não existe tratamento precoce para coronavírus!”

O senador Omar Aziz (PSD) presidiu a CPI da Covid-19, sempre em oposição à narrativa anticiência, e acabou ganhando enorme notoriedade durante a condução dos trabalhos na Comissão. No *Twitter*, o senador possui pouco mais de 260 mil seguidores. Omar Aziz já foi deputado estadual e governador pelo estado do Amazonas. Durante a CPI, o senador fez duras críticas em relação à condução da pandemia de Covid-19 pelo Governo Bolsonaro, sobretudo diante da falta de oxigênio no seu Estado, o Amazonas, que resultou na morte de muitas pessoas, as quais sofriam com a síndrome respiratória aguda causada pelo Coronavírus. Na comunidade de Aziz, aparecem muitos *tweets* relativos à CPI assim como nas menções a Randolfe Rodrigues. Neste *tweet*, por exemplo, há cobrança em relação às investigações na CPI: “Precisamos saber por que os leitos dos hospitais militares – a grande maioria ociosos – não foram ofertados para o brasileiro infectado com coronavírus”. Apareceram *tweets* de apoio e críticas ao trabalho do senador enquanto presidia a Comissão: “Muito obrigado pelo trabalho até aqui”, dizia um usuário. Já em outro *tweet*: “Esta CPI da Pandemia é uma vergonha. Querem encontrar pelo em ovo e criar uma cortina de fumaça sobre os bilhões de reais que foram desviados da saúde no combate ao coronavírus”.

Na comunidade do senador Omar Aziz, houve pressão de bolsonaristas para a convocação de Carlos Eduardo Gabas, secretário-executivo do Consórcio Nordeste. Segundo a narrativa de Jair Bolsonaro e apoiadores, a CPI pretendia condenar o Governo Federal e proteger a corrupção de governadores em relação ao superfaturamento em compras realizadas para o combate à pandemia em seus Estados. O Consórcio Nordeste foi criado em 2019 com o intuito de fortalecer os Estados da região a partir de ações conjuntas, como a criação de projetos e a atração de investimentos para a região nordestina. Durante a pandemia, o Consórcio se uniu para a compra de materiais de saúde e vacinas, porém há investigações ainda em curso, que apontam para o superfaturamento na compra de respiradores por parte desse Consórcio. Nesse sentido, bolsonaristas tentaram pressionar para que a CPI investigasse, também, Estados e municípios, retirando o foco do Governo Bolsonaro. Apesar da pressão, a maioria dos senadores que compunham a CPI negou a convocação de Gabas, gerando ainda mais revolta nos apoiadores do Governo Federal. Omar Aziz, apesar de estar em um partido que se colocava como independente, acabou sendo visto por bolsonaristas como um opositor durante a condução da CPI da Covid-19.

Percebe-se, diante da análise, que aparecem duas figuras à esquerda e em oposição ao Governo Bolsonaro, Randolfe Rodrigues (na época, filiado ao Partido REDE

Sustentabilidade) e Omar Aziz (PSD), o que contraria a hipótese de uma rede polarizada, já que a oposição é chamada para o debate nessa rede referente às narrativas anticidência, sobretudo com a instauração da CPI, que investigava e apontava para a omissão do Governo Federal e a narrativa negacionista adotada pelo Planalto e aliados. Ao analisar a rede, são perceptíveis os embates entre usuários e os próprios influenciadores diante da temática da crise pandêmica e das ações adotadas pelo Governo Bolsonaro. Mesmo diante da polarização de narrativas, que são confrontadas a todo o momento, a rede bolsonarista não se manteve isolada como um todo. Há personagens de oposição, que conseguem se “infiltrar” nessa rede. Nesse aspecto, é possível apontar que a bolha digital (SANTAELLA, 2019) foi furada diante do amplo debate proporcionado pela CPI, que, também, obteve uma cobertura massiva das mídias tradicionais, que, de alguma forma, conseguem, ainda, permanecer enquanto sistemas peritos da informação (GIDDENS, 1990).

Por fim, a figura política que mais se destaca na rede analisada de Jair Bolsonaro, presidente da República até 2022, também foi o ator político, que teve mais menções na rede, como já foi apontado. Na comunidade de Jair Bolsonaro, há menções de ataque e de apoio, como pode ser visto a seguir. Isso indica a polarização da rede analisada. A pandemia da Covid-19 foi muito utilizada por Jair Bolsonaro para reforçar o discurso antagônico populista do bem contra o mal. Nesse sentido, o mal, para o bolsonarismo, é representado pela esquerda e pelo PT. Dessa forma, tudo o que for apoiado por esse grupo é olhado com desconfiança pelos opositores. Diante dessa perspectiva, os ataques e a conceituação de mal foram se estendendo ao STF, à imprensa, à ciência, ao meio ambiente etc.

No início da pandemia de Covid-19, Jair Bolsonaro chegou a minimizar a doença. Em Cadeia Nacional de Rádio e Televisão, o então presidente, dirigindo-se a milhões de brasileiros, se referiu à doença como uma “gripezinha”. Bolsonaro ainda disse, nesse mesmo pronunciamento, realizado em 24 de março de 2020, que seu “histórico de atleta” o ajudaria em relação à doença. No início de 2020, cientistas trabalhavam para compreender como a doença da Covid-19 se espalhou pelo mundo e buscavam medicamentos eficazes para tratar a doença, enquanto vacinas ainda sendo desenvolvidas. Ao afirmar, sem conhecimento, que a doença era tratável e que acometia mais as pessoas sedentárias, idosas ou com doenças crônicas, o então presidente prestou uma desinformação à população, que, naquele momento, já estava alarmada diante do aumento de mortes na Europa, sobretudo na Itália. A realidade era diferente da apresentada por Bolsonaro no pronunciamento assim como em outras falas, como a de que quem tomasse a vacina contra a Covid-19 “viraria jacaré”. Isso demonstra o

tom da narrativa bolsonarista durante os anos de pandemia no Brasil, uma narrativa anti-ciência, que contraria especialistas e cientistas de todo o mundo.

Como já mencionado, Jair Bolsonaro possui um capital importante (BOURDIEU, 1986) diante do cargo que exercia como presidente da República. Nessa ótica, ele acaba por ter certa autoridade e sua narrativa tende a ser seguida, sobretudo por apoiadores fiéis. Ao falar sobre o campo científico, mesmo sem capital científico, Bolsonaro acaba por impactar a condução da crise pandêmica vivenciada naquele momento. Dessa forma, a rede bolsonarista analisada repercutiu e, por muitas vezes, reproduziu a narrativa de Jair Bolsonaro, como pode ser visto neste *tweet*, que aparece na comunidade do ex-presidente: “Depoimentos de parentes e conhecidos falecidos por corona mesmo com duas doses, me poupem, FAKE é esconder isso dos brasileiros”. *Tweets* de ataque a Jair Bolsonaro, também, aparecem em sua comunidade, como este: “BOLSONARO ASSASSINO!”, referindo-se à narrativa referente à omissão do ex-presidente, que acabou resultando na morte de brasileiros pela Covid-19. Percebe-se, mais uma vez, a bolha digital sendo furada nessa rede diante de ataques diretos à figura do então presidente Bolsonaro, reafirmando, mais uma vez, que essa rede não se manteve isolada ou polarizada.

A CPI, que estava em andamento no Senado Federal, também repercutiu na comunidade de Jair Bolsonaro. Algumas narrativas de defesa à CPI aparecem em alguns *tweets*, como este, que marca, também, o presidente da CPI Omar Aziz: “Acho que tem que ter impeachment de @jairbolsonaro por tanta ignorância e incompetência na pandemia de coronavírus”. Narrativas contrárias à CPI, também, aparecem: “Acompanhando o depoimento do ex-secom @fabiowoficial (Fabio Wajngarten) na CPI da Pandemia, observo o desespero de @renancalheiros (Senador Renan Calheiros, relator da CPI) em tentar acuar e induzir Fábio a responsabilizar o Presidente @jairbolsonaro pelas mortes de milhares de brasileiros, vítimas do coronavírus”. A narrativa em defesa do chamado “kit Covid”, também, aparece: “[...] Tomei remédio sem comprovação científica, sou do grupo de risco e até agora não peguei o corona vírus (graças a Deus)”, dizia a usuária da rede ao debater sobre as medicações ineficazes contra a Covid-19.

#### 4.1.2 Veículo de Comunicação

Esta categoria é formada pelo *UOL Notícias* (@UOLNoticias) e *Folha* (@folha). Cabe, aqui, trazer um breve histórico desses veículos, que se destacaram na rede analisada. O *Uol Notícias*, com 104 menções na rede pertence, ao Grupo Folha. O *portal Uol* foi criado em

28 de abril de 1996 a partir da versão eletrônica da *Folha de S. Paulo*, a *Folha Web*, a primeira iniciativa do Grupo Folha na *internet*, no ar desde 9 de julho de 1995. Segundo dados divulgados pelo IBOPE, o *Uol* representa 70% da audiência da *internet*, sendo considerado o maior portal do Brasil. O *Uol* ingressou no *Twitter* em abril de 2008, com cobertura, que abarca as últimas notícias sobre política, economia, cotidiano, internacional, saúde, ciência, ambiente e educação entre outras. O perfil @UOLNotícias possui 5,2 milhões de seguidores. A *Folha de S. Paulo* (@folha), que possui 105 menções na rede, também pertencente ao mesmo Grupo Folha, possui 8,8 milhões de seguidores no *Twitter*. O Grupo, que é considerado um dos maiores conglomerados de mídia do País, controla cinco companhias.

É importante destacar a relação conflituosa de Jair Bolsonaro e seus seguidores com a imprensa tradicional. Esses ataques ganharam destaque no período eleitoral e foram se intensificando ao longo do mandato de Bolsonaro. Com a pandemia de Covid-19, a relação piorou. Bolsonaro manteve a narrativa negacionista em oposição à narrativa da mídia tradicional, que dava voz a cientistas e entidades de saúde, como a OMS. Bolsonaro e apoiadores sempre atacaram a grande mídia, justificando que esta “buscava desestabilizar o governo”. Nesse sentido, ataques à mídia tradicional aparecem na rede analisada, como neste *tweet*: “Admiro a imprensa esquerdopata! Não tem o menor poder de ser ridícula!” Em outro *tweet*, é possível ver que os ataques reforçam a narrativa de bolsonaristas de que a imprensa participava de uma conspiração contra o Governo Bolsonaro: “A imprensa junto com a esquerda manda trancar tudo e vc ficar em casa, ai vem agora querer culpar o governo pela inflação [...]. Uol vocês não são lixos porque este é reciclável, vocês são a merda do Coronavírus”.

Dentre os ataques que Jair Bolsonaro fez a imprensa, pode-se destacar o que ocorreu no dia 26 de abril de 2021, quando o Brasil batia cerca de 4.000 mortes diárias por Covid-19, o ex-presidente Jair Bolsonaro disse em entrevista ao ser cobrado sobre verbas voltadas ao combate da doença: “É só pagar o que os governos pagavam para Globo, Folha, Estado de S. Paulo... Esse dinheiro não é para imprensa, esse dinheiro é para outras coisas...” Bolsonaro, ainda, afirmou: “Eu cancelei todas assinaturas de revistas e jornais do governo federal. Acabou. Já entramos no segundo ano sem nada. A gente não pode começar o dia envenenado”. É preciso mencionar, aqui, a criação do Consórcio de Imprensa, formado pelos principais veículos de comunicação do País: *Gg1*, *Estadão*, *Folha de S. Paulo*, *UoL*, *O Globo* e *Extra*. A união começou em junho de 2020 diante dos atrasos do Ministério da Saúde no repasse de dados referentes ao número de mortos e contaminados pela doença no País. O

Consórcio foi muito atacado por bolsonaristas nas redes, que reafirmavam a narrativa do ex-presidente de que a mídia estava manipulando os dados para prejudicar o Governo.

Nesse contexto, os ataques às mídias tradicionais eram rotineiros e se intensificaram no período da pandemia e em 2022, ano de disputa eleitoral. Segundo a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI), em 2022, os ataques a jornalistas subiram 23% e tiveram a família Bolsonaro como centro desses ataques em 42% dos casos<sup>39</sup>. A FENAJ, também, apontou, em um relatório publicado em 2022, que os ataques diretos a jornalistas aumentaram naquele ano. A FENAJ argumentou que a descredibilização da imprensa, que foi uma estratégia adotada por Jair Bolsonaro, voltou a ser frequente em 2022 apesar de ter diminuído se comparado com 2021. Em 2021, segundo a Federação, foram 131 episódios<sup>40</sup>. O embate com a imprensa foi constante durante todo o Governo Bolsonaro, característica comum da extrema direita populista, o que, também, é reproduzido pela rede analisada.

Tendo em vista que a *Folha* e o *Uol Notícias* pertencem ao mesmo grupo de mídia, um conglomerado representando as mídias tradicionais, é possível apontar que a imprensa tradicional, ainda, exerce influência no campo social, mesmo diante do crescimento das redes sociais, justificando a importância do campo midiático para a sociedade (BOURDIEU, 1986; RODRIGUES, 1990; GIDDENS, 1990). Porém, é perceptível a mudança advinda da pós-modernidade, resultando em um colapso de confiança nas instituições (D'ANCONA, 2018) e trazendo consequências, também, para o campo midiático, que, mesmo se mantendo enquanto sistema perito da informação (GIDDENS, 1990), tem de enfrentar a instabilidade gerada pelos ataques do populismo de direita não só no Brasil, mas em todo o mundo.

#### 4.1.3 Influenciadores

O conjunto de tweets da rede analisada, nomeada de Influenciadores, é composto por Felipe Neto (@felipeneto) com 84 menções. Muito presente no meio digital, o youtuber Felipe Neto se destaca com um dos grandes influenciadores digitais do Brasil. Possui 16,3

<sup>39</sup> Dados retirados da matéria, realizada pelo *Portal Uol*, intitulada “Ataques a jornalistas sobem 23% e têm família Bolsonaro em 42% dos casos, aponta levantamento”. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/03/ataques-a-jornalistas-sobem-23-e-tem-familia-bolsonaro-em-42-dos-casos-apontalevantamento.shtml#:~:text=O%20Brasil%20ocupa%20a%20110%C2%AA,Sem%20Fronteiras%20divulgado20em%202022>>. Acesso em: 6 jun. de 2023.

<sup>40</sup> Em matéria intitulada “Ataques diretos a jornalistas aumentaram em 2022, aponta Relatório da FENAJ”, há apontamentos referentes à pesquisa realizada pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ). Disponível em: <<https://fenaj.org.br/ataques-diretos-a-jornalistas-aumentaram-em-2022-aponta-relatorio-da-fenaj/>>. Acesso em: 7 de jun. de 2023.

milhões de seguidores e sempre se posicionou contra o Governo Bolsonaro, com críticas que se intensificaram durante a pandemia da Covid-19. Felipe Neto ingressou no Twitter em março de 2008. O influenciador, que faz muito sucesso entre os jovens, chegou a apoiar a campanha de Lula (PT) e outras lideranças da , como Guilherme Boulos (PSOL). Felipe Neto fez vídeos e lives para combater a desinformação durante o período eleitoral. Ele fez o mesmo durante a pandemia de Covid-19. O influenciador chegou a ser convidado para debater as fake news no Senado pelo presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM). Na comunidade de Felipe Neto, há críticas a ele e ao seu posicionamento contrário ao Governo Bolsonaro, mas há, também, apoio à narrativa de omissão do Governo na condução da crise sanitária vivenciada em 2021: “Você apoia o Lula que comemorou a natureza por criar o monstro do coronavírus”, disse um usuário em resposta a Felipe Neto. Muitos ataques ao influenciador na rede citam seu apoio a Lula, como no tweet anterior. Em outro tweet, na comunidade do influenciador, o usuário critica o posicionamento do ex-presidente Bolsonaro: “Enquanto isso esse presidente babaca gargalha da nossa cara e comemora o caos, sem empatia nenhuma”.

#### 4.1.4 Institucional

Por fim, o perfil oficial do Ministério da Saúde (@minsaúde), que recebeu 77 menções, passou por forte instabilidade, com a substituição dos ministros Luiz Henrique Mandetta e Nelson Teich, em especial por divergirem da conduta de Bolsonaro nas ações do isolamento e do tratamento precoce da doença, com a indicação de medicamentos, que formavam o “kit Covid”.

Como já foi mencionado, esse episódio da divergência de narrativa levou à demissão de Mandetta em 16 de abril de 2020. Para substituí-lo na Pasta, Jair Bolsonaro nomeou Nelson Teich, que assumiu o comando da Pasta. Mas, após 29 dias, deixou o Ministério da Saúde diante da pressão do Planalto para indicação do chamado “kit Covid” para tratar pacientes com a doença da Covid-19.

Após a saída de Teich, quem assumiu a Pasta do Ministério da Saúde foi Eduardo Pazuello, general do Exército. Pazuello foi o que ficou mais tempo ocupando o cargo diante do seu alinhamento com a narrativa do Planalto. Em um vídeo, publicado nas redes sociais do ex-presidente Jair Bolsonaro, Pazuello chegou a dizer que “Bolsonaro manda e ele obedece”. O ministro disse isso após repercussões negativas diante do seu trabalho frente à Pasta, minimizando a doença, dificultando a compra de vacinas e defendendo o uso de medicações comprovadamente sem eficácia para o tratamento da Covid-19.

A pressão sobre Pazuello aumentou após a falta de oxigênio em Manaus – capital do Amazonas –, que levou pessoas a óbito. Além disso, sob administração de Pazuello, integrantes do Ministério passaram a ser investigados tanto pelo STF quanto pela CPI diante de suspeitas de corrupção na compra de materiais e de vacinas. Com isso, Eduardo Pazuello acabou sendo exonerado no dia 23 de março de 2023, sendo muito elogiado por Jair Bolsonaro, que sempre afirmou que o ministro havia conduzido de forma positiva as ações referentes à crise pandêmica. Marcelo Queiroga, médico, foi quem assumiu a Pasta no mesmo dia da exoneração de Pazuello.

Em maio de 2021, Pazuello depôs na CPI da Covid-19 após inúmeras tentativas de barrar seu depoimento. No depoimento, Pazuello evitou responsabilizar Bolsonaro pela crise de falta de oxigênio em Manaus e pelo atraso na compra de vacinas. O ex-ministro foi eleito deputado federal pelo Partido Liberal, mesmo partido de Bolsonaro, em 2022.

Queiroga assumiu uma narrativa mais apaziguadora, porém pouco fez em relação à condução da pandemia, sempre minimizando o discurso anticiência vindo do Governo Federal.

Diante desse cenário, a comunidade em torno do Ministério da Saúde trouxe narrativas favoráveis à ciência bem como narrativas negacionistas. A CPI, também, teve grande repercussão na comunidade, conforme foram avançando as investigações e apontando para a omissão e a narrativa negacionista de integrantes do Ministério da Saúde.

Ao analisar as menções ao Ministério da Saúde na rede, observam-se incoerências dentro da Instituição, que teve de recomendar ações baseadas na ciência, contrapondo-se à narrativa do ex-presidente da República, a quem a Instituição era subordinada. Nesse sentido, narrativas se confrontavam. Enquanto críticos apoiavam algumas iniciativas da Pasta, como a compra de vacinas, o incentivo ao isolamento social e ao uso de máscaras, bolsonaristas criticavam essa atitude. Em outros momentos, críticos ao Governo apontavam para a omissão do Ministério. Perante os atrasos na compra de vacinas e diante dos desdobramentos das investigações da CPI, que culpabilizam a Instituição pela falta de oxigênio no Amazonas, bolsonaristas intervinham no debate para defender ministros. Enfim, a instituição perpassou pela pandemia, enfrentando dificuldades em manter sua narrativa consolidada diante da confrontação de ideias com o Planalto ou com a ciência.

Retomando a discussão teórica dos capítulos anteriores, é possível apontar, a partir da análise, que a rede possui uma grande polarização de narrativas. São debates divergentes sobre a Gestão de Jair Bolsonaro durante a pandemia de Covid-19 no Brasil. Enquanto alguns defendem a gestão a partir das narrativas do próprio ex-presidente, outros o criticam e o



culpabilizam pelo crescente número de mortes durante a pandemia. Nesse cenário, Bolsonaro conseguiu se fortalecer por meio desse ambiente polarizado, que acaba reforçando o argumento populista do “nós contra eles”, baseado no inimigo em comum (CESARINO, 2019b). Diante desse contexto, como defende Gomes (2021), o populismo bolsonarista se baseia na experiência pessoal, na visão conservadora e na oposição às elites acadêmicas, fatores recorrentes nos *tweets* analisados. As narrativas bolsonaristas sempre se apegam às experiências pessoais para apontar a suposta eficácia no uso de medicamentos para o tratamento da Covid-19 e à visão conservadora para sustentar as narrativas conspiratórias contra a esquerda, chamada de comunista, e contra a China, e atacam, veementemente, a ciência, as universidades e tudo o que representa a academia, colocando em dúvida medidas adotadas pela OMS e sustentadas por pesquisadores e professores de todo o mundo.

#### 4.2 Análise de Conteúdo

Para esta etapa da pesquisa, será usada como metodologia a Análise de Conteúdo (AC). Parte-se do entendimento de Bardin (2011), que compreende a AC como um método, que aplica tanto técnicas quantitativas como qualitativas e visa a obter procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores, que permitam ao pesquisador fazer inferências sobre o objeto investigado. Ela se desenvolve em três etapas: (a) pré-análise do material coletado, (b) fase de categorização e (c) fase de inferências. Neste momento da pesquisa, em que serão analisados os *tweets* da rede bolsonarista, coletados de março a junho de 2021, pretende-se trabalhar com as seguintes categorias de análise: (1) Antagonismo com a imprensa; (2) Narrativas sobre a vacina; (3) Narrativas sobre a China; (4) Narrativas sobre o uso de fármacos; (5) Contrariedade aos dados referentes à doença da Covid-19; (6) Antagonismo com políticos e partidos; (7) Narrativas contrárias ao isolamento social; e (8) Outras narrativas anticiência.

Deve-se destacar que a amostra que será submetida à análise, que concentrou os dez perfis mais influentes da rede. Assim, os perfis de @jairbolsonaro; @randolfeap; @OmarAzizSenador; @folha; @UOLNoticias; @CarlaZambelli38; @CarlosBolsonaro; @minsaúde; @BolsonaroSP; e @felipeneto compuseram o *corpus* da pesquisa por serem os atores, que receberam mais menções na rede durante o período da coleta, compreendido entre 1º de março e 30 de junho de 2021.

Para a análise, foi preciso estabelecer uma seleção do material de modo a extrair unidades analíticas, que sistematizassem o material e organizassem o extenso volume de

dados. Os tópicos categorizados foram realizados a partir da análise das planilhas dos dez perfis mais influentes. Estas podem ser classificadas da seguinte forma:

**Quadro 3 – Categorias de Análise**

<b>Categorias</b>	<b>Breve explicação</b>
Antagonismo com a Imprensa	A categoria traz tweets de ataques à mídia, por parte da comunidade bolsonarista, baseados em teorias conspiratórias de que a imprensa estava articulada para derrubar o Governo Federal.
Narrativas sobre a Vacina	Essa categoria é composta por tweets que criticam as vacinas, sobretudo a Coronavac, tratada, em muitas vezes, como “vachina” ou vacina do Doria, governador do Estado de São Paulo, na época. Há também narrativas que questionam a eficácia das vacinas.
Narrativas sobre a China	A categoria comporta uma recorrência de ataques feitos à China, responsabilizada pelo contágio da doença. Em alguns tweets a China aparece retratada em teorias conspiratórias.
Narrativas sobre o uso de fármacos	Essa categoria faz referência a narrativas que contradizem as autoridades sanitárias sobre o uso de medicamentos comprovadamente ineficazes para o tratamento da doença.
Contrariedade aos dados (número de mortes e contaminados)	A categoria é composta por tweets que questionam os dados relativos ao número de mortes e contágio pela doença, normalmente baseando-se em teorias conspiratórias. Muitas destas narrativas negam o impacto da doença, alegando que outras matam mais pessoas do que a própria Covid-19.
Antagonismo com políticos e partidos	A categoria abriga narrativas que culpabilizam prefeitos, governadores e partidos políticos pela crise pandêmica, se destacam o presidente Lula, Doria e o PT entre os mais citados. Se destacam também os ataques a integrantes da CPI da Covid-19, que foi instaurada no recorte temporal analisado.
Narrativas contrárias ao Isolamento Social	A categoria aborda as narrativas contrárias ao lockdown adotado não só no Brasil, mas em diversos países pelo mundo. O tweets se apegam às narrativas de que o isolamento é ineficiente e prejudicial à economia. Além disso, muitos alegam a perda do direito fundamental, de ir e vir.
Outros	Essa categoria traz tweets que criticam outras medidas adotadas e recomendadas por autoridades sanitárias, como o uso de álcool em gel, máscaras (comparadas, em algumas narrativas, como focinheira) e outras teorias conspiratórias que não se encaixam as outras categorias. Essa categoria se justifica, pelo fato de aparecer menos quantitativamente.

Fonte: autora.

Na fase de exploração do material, o conteúdo foi submetido a um estudo aprofundado da dinâmica, que compõe as narrativas anti-ciência. Os *tweets* de todas as contas previamente selecionadas na etapa anterior foram submetidos à checagem. A abordagem permitiu

classificar apenas os *tweets*, que tinham como prevalência a narrativa anticiência, segundo o conceito adotado pelo relatório “A Desinformação–Contexto Europeu e Nacional”, produzido pela Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ECR). Esta buscou uma classificação para o termo, que inclui não somente informação falsa, mas também informação fabricada, que misturam fatos e práticas, que vão muito além das notícias, de contas automáticas usadas para astroturfing (mascarar a proveniência de mensagens de movimentos políticos alegadamente legítimos), redes de falsos seguidores, vídeos manipulados ou fabricados, comunicações políticas ou comerciais dirigidas, memes visuais e outros (ERC, 2019).

A partir das checagens, foi realizada uma análise quantitativa das categorias com maior número de narrativas, que contrariam a ciência alinhada ao número de menção por atores.

**Quadro 4 – Quantificação dos dados por categoria de análise**

Categorias	Atores (Nós)										
	Jair Bolsonaro	Carlos Bolsonaro	Carla Zambelli	Omar Aziz	Randolfe Rodrigues	Felipe Neto	Eduardo Bolsonaro	Uol Notícias	Folha	Ministério da Saúde	Total
Antagonismo com a imprensa	6	0	5	0	0	0	3	3	8	1	26
Narrativas sobre a vacina	30	3	20	6	7	2	6	3	8	19	104
Narrativas sobre a China	7	5	2	4	2	1	6	2	8	3	40
Narrativas sobre o uso de fármacos	22	3	8	4	2	3	9	2	7	6	66
Contrariedade aos dados	9	4	12	0	2	2	5	3	8	6	51
Antagonismo com políticos e partidos	2	1	8	1	4	2	1	1	7	1	28
Narrativas contrárias ao isolamento social	9	4	4	0	0	2	1	7	4	3	34
Outros	7	1	1	0	0	0	1	0	1	6	17
Total	98	21	60	15	17	12	32	21	51	45	372

Fonte: autoria própria.

Conforme o Quadro 4, a categoria referente às narrativas sobre a vacina foi a que recebeu mais menções: 104 no total. Dessa forma, as narrativas anticiência, que criticavam as vacinas, sobretudo a Coronavac, foram as que mais apareceram na rede analisada no período de março a junho de 2021. É importante destacar que, nesses meses, estava iniciando a vacinação no País, priorizando idosos, pessoas com comorbidades e profissionais da saúde.

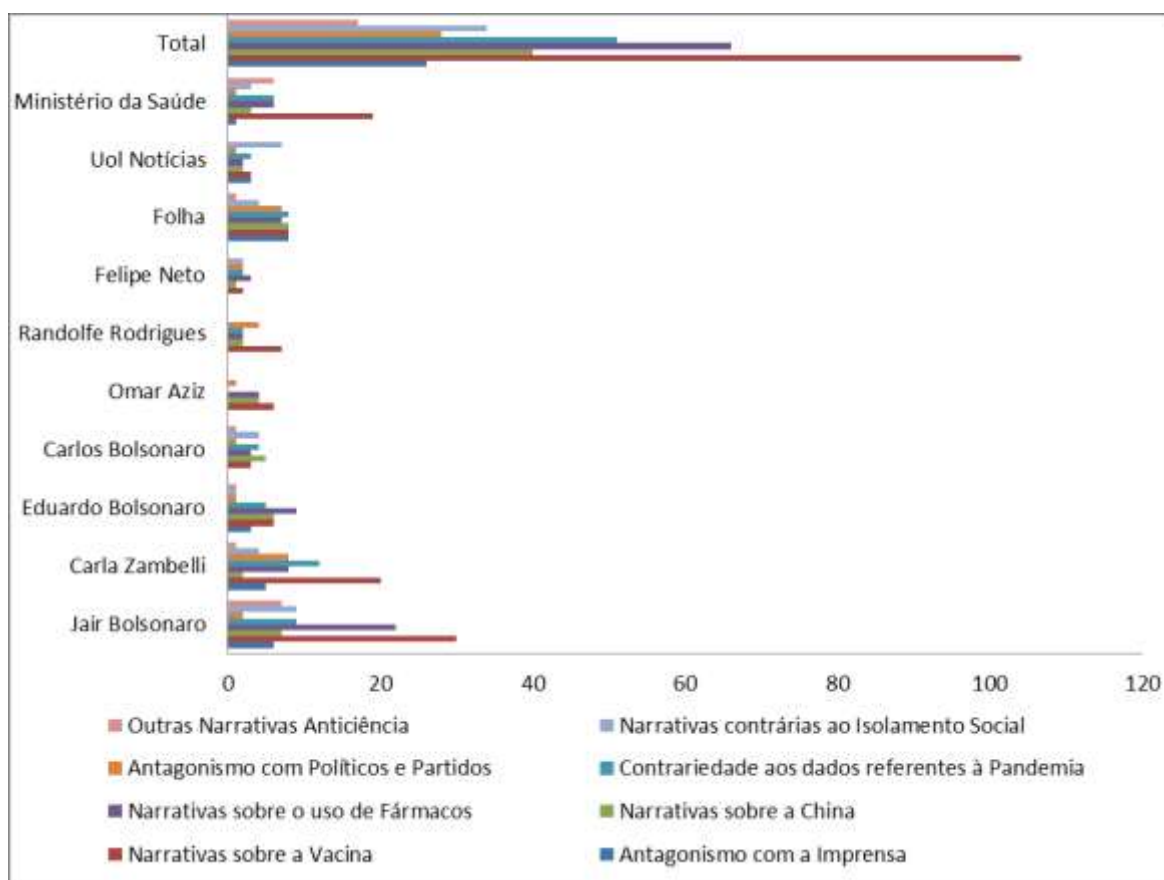
Percebe-se que, no momento em que o País vivia sua segunda onda da pandemia de Covid-19, batendo uma média de 2 a 3 mil mortes diárias, ainda se colocava em dúvida a narrativa científica adotada por autoridades sanitárias. Mesmo com o início da vacinação, muitos *tweets* tratavam as vacinas com descrédito e enfatizavam, após um ano de pandemia, o uso de medicamentos para o chamado “tratamento precoce” para a Covid-19, mesmo depois de pesquisas apontarem para a ineficiência destes. A narrativa anticiência, ainda, se manteve presente após um ano de pandemia e muitos discursos circulavam nas redes, tendo como estratégia o uso de teorias conspiratórias, que reforçassem essas narrativas, como o discurso de que a grande mídia e políticos junto com a China estariam tentando prejudicar a imagem do Governo Bolsonaro, manipulando dados referentes ao número de mortos pela Covid-19 no País.

Como pode ser visto no Quadro 4, a conta do ex-presidente Jair Bolsonaro é a que possui mais menções com conteúdo relativo às narrativas anticiência: 98 menções no total. Em segundo lugar, com mais menções, aparece a aliada do ex-presidente, a deputada Carla Zambelli, com 60 menções, seguida da *Folha*, representante da imprensa, que recebeu 51 menções de cunho anticiência.

O grupo com mais menções de narrativas anticiências é o grupo nomeado por figuras políticas, somando 243 menções. Em segundo lugar, aparecem os veículos de comunicação, *Uol Notícia e Folha*, com 72 menções. Atrás, vem o Ministério da Saúde, com 45 menções, que compõe a categoria institucional. Por fim, Felipe Neto representa a categoria influenciador, recebendo 12 menções com narrativas anticiência.

O Gráfico 1 contempla as narrativas anticiência mais mencionadas na rede analisada de março a junho de 2021, além de trazer a relação dos atores da rede com as menções.

Gráfico 1 – Quantificação dos dados por categoria



Fonte: autoria própria.

Como pode ser visualizado no Gráfico 1, ao totalizar as menções de cunho anti-ciência, as narrativas referentes à vacina foram as mais acionadas (104 menções). Os *tweets* que aparecem nessas menções afirmam que as vacinas, sobretudo a Coronavac chinesa, são ineficazes contra o vírus, pois não foram testadas da forma correta. Em segundo lugar, com 66 menções, aparecem as narrativas favoráveis ao uso de fármacos para o tratamento da doença da Covid-19 mesmo que estes não tenham sido indicados ou comprovados pela ciência. Nessa categoria, aparecem remédios do chamado “kit covid”: Cloroquina e Ivermectina, mas, também, são apontados outros fármacos. Em terceiro, aparecem as narrativas, que contrariam os dados referentes à pandemia no Brasil, seja o número de mortos ou de contaminados. Esses *tweets* evocam teorias conspiratórias de que os dados estavam sendo manipulados para atingir o Governo Federal. Essa categoria representa 51 menções na rede. A categoria referente aos ataques à China aparece em destaque, ocupando o quarto lugar, com 40 menções. Nessa categoria, há muitos *tweets* mencionando a China como culpada pela pandemia. Há, ainda, teorias conspiratórias de que o vírus seria uma “arma biológica”

utilizada pela China. Há uma forte narrativa de que a China junto com Lula, a imprensa e outros atores políticos estariam se juntando para derrubar o Governo Bolsonaro.

Já em quinto lugar, aparece a categoria referente ao isolamento social. A narrativa presente nessa categoria ataca governos que aderiram ao *lockdown*, afirmando que a medida era ineficaz e que ela afetaria a economia, prejudicando, mais uma vez, o Governo de Jair Bolsonaro. Essa categoria aparece na rede com 34 menções. Atrás, aparecem as categorias de antagonismo com políticos e partidos (28 menções) e antagonismo com a imprensa (26 menções). Ambas são narrativas de ataque a políticos, destacando o ex-governador de São Paulo, João Doria (PSDB), e Lula (PT), e de ataque à imprensa. Ambos são apontados nos *tweets* como inimigos do Governo Federal e culpados pela crise sanitária e econômica enfrentada pelo País. Por fim, aparece a categoria com outros discursos anticiência, que circularam na rede analisada, com 17 menções. Essa categoria possui narrativas diferentes das outras, mas, por não serem tão recorrentes na rede, recebeu essa nomeação. Aqui, entram as narrativas contrárias ao uso de máscaras, a minimização da doença e dos seus efeitos e até mesmo a narrativa de que a doença não seria causada por um vírus, e sim por um fungo.

É importante retomar alguns autores, como Santos *et al.* (2020) e Recuero (2018), que debatem as redes sociais e apontam a sua importância social. Nessa perspectiva, a análise do *Twitter* torna-se essencial, já que a plataforma se apresenta como um “fórum” de debates políticos e sociais (SANTOS *et al.*, 2020). Nesse sentido, é possível apontar que a narrativa anticiência se perpetuou na rede bolsonarista mesmo após um ano de pandemia e após o desenvolvimento e o início da aplicação das vacinas contra a Covid-19. Já é possível apontar, também, a perpetuação da narrativa do ex-presidente Jair Bolsonaro e aliados nessas redes. Há, ainda, uma desconstrução da narrativa científica, interpretada pela mídia tradicional, que, a todo o momento, é desqualificada nos *tweets* analisados. Nesse cenário, para a próxima etapa, será realizada a análise interpretativa dos resultados, com as narrativas que circularam entre os diferentes perfis.

#### 4.2.1 Narrativa anticiência: antagonismo com a Imprensa

A narrativa referente ao antagonismo com a imprensa, que recebeu 26 menções na rede analisada, acompanha a própria narrativa do ex-presidente Jair Bolsonaro. Esta categoria retrata a cobertura da mídia tradicional durante a pandemia de Covid-19. Para a categoria, foram pensada duas subcategorias como forma de melhor interpretar os dados. Nesse sentido,

a primeira subcategoria se refere à mídia como sendo conspiratória para derrubar o Governo Bolsonaro e a segunda subcategoria se refere à mídia como mentirosa e manipuladora.

A partir dessa perspectiva, a primeira subcategoria, nomeada mídia conspiratória, traz muitas menções no perfil do ex-presidente Jair Bolsonaro, como nestes *tweets*:

- @jairbolsonaro @jairbolsonaro n ligue para as criticas presida, eu sei que o corona virus é invenção da Globo para te derrubar.
- @jairbolsonaro @tarcisiogdf @jairbolsonaro Muito bom ministro, vamos divulgar o trabalho, já que a imprensa só tem tempo pra CPI e coronavírus e agora ainda estão patrocinando o Lula.

Percebe-se que há uma tentativa de desqualificar a mídia tradicional, com a narrativa conspiratória de que ela tem a intenção de derrubar Jair Bolsonaro do cargo de presidente. Há a citação, também, da CPI da Covid-19, que fora instaurada no Senado. A mídia tradicional, através de seus principais portais de notícia, fez uma cobertura massiva da CPI. A *GloboNews*, pertencente ao Grupo Globo, chegou a dedicar grande parte da programação à cobertura da Comissão. Durante a análise, foram perceptíveis os embates de narrativas referentes à CPI: enquanto parte parabenizava senadores pelos trabalhos e atacavam o Governo e apoiadores pela má condução da pandemia, outros atacavam senadores e a CPI, pedindo que investigassem governadores e prefeitos por supostos esquemas de corrupção envolvendo compras para a saúde no combate à Covid-19.

Em menção à Folha (@folha), também, há *tweets*, que se referem à mídia tradicional como uma conspiradora contra o Governo Bolsonaro, como neste a seguir:

- @folha @folha Kkkkkk Entenderam?! Com estagnação e inflação... Ou seja: mídia nazista comunista c/c governadores e partidos esquerdalhas, estão confessamente em conluio golpista contra Bolsonaro usando o coronavírus chinês.

Mencionando o *Uol Notícias*, há mais um *tweet*, que exemplifica a narrativa de conspiração midiática:

- @UOLNoticias @UOLNoticias A imprensa junto com a esquerda manda trancar tudo e vc ficar em casa. Ai vem agora querer culpar o governo pela inflação. Vão pra puta que pariu seus arrombados. Uol vcs não são lixos, pois este é reciclável, vcs são a merda do Coronavírus.

Citando a segunda subcategoria, que se refere à mídia como mentirosa, nomeada como mídia manipuladora, há muitas narrativas de que a mídia manipula os números e protocolos

referentes à pandemia de Covid-19 no País e até mesmo manipulam os dados referentes aos Estados Unidos, como se pode ver nos exemplos:

- @CarlosBolsonaro @CarlosBolsonaro @f382022 O sr. Tem alcance. Só passando pra lembrar q a taxa de mortalidade do CORONAVIRUS é 0,2 %. De acordo com a OMS, 99.8% dos infectados sobreviverão. A imprensa faz o q quer com pessoas de pouca instrução.

- @BolsonaroSP @BolsonaroSP Não estamos mais suportando esta grande mídia. A maioria das pessoas que conheço, já não ligam mais a TV. Virou mantra esta massificação de notícias mortíferas de corona, uma tortura!!

- @BolsonaroSP @AllanGarcs1 @BobjeffHD @BolsonaroSP @filipebarrost @FlavioBolsonaro @Biakicis @CarlaZambelli38 @jairbolsonaro E olha só, não tinha visto, até agora, o UOL dar uma nacionalidade para o Coronavírus chinês não, mas variante brasileira, ok.

- @folha @sikerajr porque o Corona não infecta ninguém na Cracolândia? "Porque @GloboNews @CNNBrasil @folha e outros do famoso Consórcio endeusado pela mídia não fazem um estudo sobre isto??"

- @CarlaZambelli38 @CarlaZambelli38 @jairbolsonaro Na minha cidade tem 12 leitos para pessoas com covid 19 aí vem a mídia e diz que o hospital está lotado com pessoas com corona mas nós sabemos a verdade, a culpa não é do governo federal e sim da mídia que gerou pânico.

- @CarlaZambelli38 @AllanGarcs1 @BobjeffHD @BolsonaroSP @filipebarrost @FlavioBolsonaro @Biakicis @CarlaZambelli38 @jairbolsonaro A globolixo e seus seguidores 'mamateiros' faz propaganda contra qualquer tentativa de cura do Coronavírus, se as mesmas vão de encontro ao que pensam.

Percebe-se que há menções à deputada Carla Zambelli, ao vereador Carlos Bolsonaro e ao deputado Eduardo Bolsonaro em parte desses *tweets*. A maior parte da categoria de antagonismo com a imprensa traz menções às figuras políticas, mais precisamente ao ex-presidente Jair Bolsonaro e aos seus aliados. Não há menções dessa categoria para outras figuras políticas, que aparecem na rede: Omar Aziz e Randolfe Rodrigues. A narrativa predominante nos *tweets* é de que a mídia estaria manipulando os dados para gerar pânico na população. Há críticas, ainda, sobre a mídia tradicional noticiar a variante brasileira, que surgiu em 2021, assim como críticas ao Consórcio de Imprensa, formado pelos principais veículos do País, que contabilizavam os dados relativos à pandemia de Covid-19 diante dos atrasos de repasses de dados por meio do Governo Federal. Dentro da categoria de antagonismo com a imprensa, as menções às figuras políticas bolsonaristas somam 14, um percentual considerável se comparado às menções, referentes a essa categoria, e aos outros atores (nós) da rede.



*Folha e Uol Notícias*, também, foram mencionados na rede, somando 11 menções para a categoria imprensa. A mídia é nomeada, conforme o *tweet* anterior, de “mamateira”, termo que remete à narrativa de que a mídia sempre obteve recursos do Governo Federal, porém Bolsonaro rompeu com isso, retirando verba da grande mídia. Isso justifica o enquadramento midiático negativo à Gestão de Jair Bolsonaro. O termo “Globalixo”, também, aparece e se refere ao Grupo Globo, muito atacado por bolsonaristas desde a eleição de 2018.

Os ataques à imprensa é uma narrativa reproduzida por bolsonaristas a partir de falas do próprio ex-presidente Jair Bolsonaro, que sempre entrou em conflito com jornalistas desde a campanha eleitoral de 2018. Todavia, esses embates se intensificaram com a pandemia, diante da cobertura midiática, que revelava dados que negavam a eficiência do Governo Federal frente à condução da pandemia de Covid-19.

As menções ligadas a essa categoria acusam a imprensa de propagar conteúdo falsos no período pandêmico, em que os veículos de mídia tradicional se uniram para divulgar e dar visibilidade ao discurso da ciência, em contraponto ao negacionismo assumido pelo Governo Federal. Para tanto, teorias conspiratórias, como a de que a grande mídia estaria envolvida em uma armação para derrubar o então presidente Bolsonaro do cargo de presidente, acabaram surgindo no decorrer na pandemia.

Ao analisar o *Instagram* do ex-presidente Jair Bolsonaro, ainda em 2020, Fernandes *et al.* (2020) apontam para a prevalência da narrativa de desconstrução do que estava sendo revelado pela mídia. Ao desqualificar a narrativa midiática, que se alinhava naquele momento com o discurso científico, Bolsonaro acabou pautando o discurso de seguidores de que estaria sofrendo uma perseguição. Isso perdurou durante todo o momento de pandemia.

Kakutani (2018) define o desconstrucionismo da era Trump, para retratar uma fase da era pós-moderna, em que a razão é um valor ultrapassado, o que faz invalidar cientistas, jornalistas e historiadores. Nesse sentido, é uma característica da era pós-moderna desconstruir narrativas, o que justifica o resultado da análise. Bolsonaro assim como Trump descontroem a mídia e o jornalismo, colocando-os como vilões em suas narrativas (CESARINO, 2019b) e descentralizando a narrativa de omissão do Governo Federal perante a condução da pandemia de Covid-19.

No campo simbólico, Bolsonaro se utiliza da narrativa conspiratória de que ele tentava governar gerando empregos e renda, enquanto a mídia exagerava na contabilidade dos dados referentes ao crescimento da doença e estimulava o isolamento social, a fim de prejudicar seu mandato e sua imagem perante os brasileiros.

Nesse contexto, Fernandes *et al.* (2020) apontam para a relação conflituosa entre Bolsonaro e a imprensa desde a eleição de 2018. Os autores lembram que o então candidato à Presidência da República utilizou massivamente as redes sociais (*Facebook*, *Twitter* e *WhatsApp*) durante toda a campanha, isolando a grande mídia da cobertura e ao mesmo tempo desferindo ataques contra esta. Em pesquisa realizada por Santos *et al.* (2020), revela-se que Bolsonaro utilizou o *Twitter* como uma importante ferramenta de campanha em 2018, já que a plataforma permite estratégias eficazes de marketing político, o que permitiu esse afastamento da grande mídia, possibilitando, assim, o embate com a imprensa tradicional em busca da narrativa populista (CESARINO, 2019b), que a coloca no papel de inimiga do povo. Essa narrativa se consolidou em 2018 e foi reforçada nos anos posteriores. Com a pandemia de Covid-19, essa narrativa ganhou ainda mais força diante da cobertura massiva e negativa da mídia sobre as ações do Governo Bolsonaro.

Fernandes *et al.* (2020) lembram que, em março de 2019, Bolsonaro começou a transmitir as *lives* (transmissões ao vivo) semanais no *Facebook*, sempre no mesmo horário, às quintas-feiras. Como apontam os autores, isso foi uma alternativa para driblar a mídia tradicional, mantendo sua base mobilizada. Dessa forma, Bolsonaro conseguiu isolar seus apoiadores das informações negativas enquadradas pela mídia em relação ao seu Governo ao mesmo tempo em que conseguia fortalecer seu discurso de ataque à imprensa. Assim, as redes sociais de Bolsonaro passaram a se tornar a principal fonte de informação do Governo. Foi de lá que a grande mídia passou a buscar informações, uma vez que o ex-presidente se recusava a falar com jornalistas (FERNANDES *et al.*, 2020). Os autores, ainda, resgatam os episódios de insultos e ameaças de apoiadores bolsonaristas a jornalistas, o que levou os veículos de comunicação a suspenderem a cobertura jornalística na entrada do Palácio do Alvorada, no chamado “cercadinho”, em maio de 2020. Dessa maneira, é possível afirmar que a base bolsonarista sempre foi estimulada pelo próprio ex-presidente a atacar a imprensa tradicional e os jornalistas. Durante a cobertura da pandemia, jornalistas tiveram equipamentos destruídos após ataques de apoiadores de Jair Bolsonaro. A narrativa de ataque à imprensa não é nova, em se tratando de governos populistas de direita. Porém Bolsonaro, também, conseguiu isolar seus aliados de informações baseadas na ciência, impactando negativamente no controle da pandemia no País.

#### 4.2.2 Narrativas anticiência sobre a Vacina

A categoria mais acionada nas menções aos principais influenciadores da rede analisada foi as narrativas anticiência sobre as vacinas. Esta recebeu 104 menções no total.

Nesse sentido, é importante resgatar a contextualização sobre a narrativa de Jair Bolsonaro no que se refere aos imunizantes. Desde que começaram a divulgar a conquista de imunizantes para a prevenção da doença da Covid-19, Bolsonaro se mostrou contrário a eles. O ex-presidente sempre alegou, contrariando a ciência, de que o povo serviria de cobaia, pois as vacinas foram elaboradas em curto período de tempo. Em suas *lives* semanais, Jair Bolsonaro, sempre desestimulou a vacinação (GOMES, 2021). Em contrapartida, o governador do estado de São Paulo, João Doria (PSDB), deu o primeiro passo, já em 2020, para a compra de vacinas após o fechamento de contrato com o fabricante da Coronavac, laboratório chinês Sinovac, que seria fabricada no Brasil em parceria com o Instituto Butantã. Dessa forma, Bolsonaro passou a atacar Doria por ser um desafeto político, mas também a vacina, chamada por ele, em alguns momentos, de “vachina”, alegando que ela não era segura por ser fabricada em um país comunista. A partir disso, muitas narrativas mencionadas seguem a mesma do ex-presidente, sempre desconfiando da eficácia das vacinas, sobretudo a Coronavac, atacando Doria, a mídia e quem mais seguisse a ciência em prol da vacinação.

Dentro da categoria de influenciadores compostos por figuras políticas, há o maior número de menções contrárias às vacinas: 72. Somente Jair Bolsonaro foi mencionado 30 vezes. Desse modo, é imprescindível trazer apontamentos sobre as diferentes narrativas em torno da vacina em um momento que se iniciava a vacinação no País. Para tanto, as menções foram divididas em duas subcategorias: Ineficácia da vacina e Conspirações em torno da vacina.

Nas menções aos influenciadores bolsonaristas, destacam-se as narrativas referentes à ineficácia da vacina:

- @CarlosBolsonaro @CarlosBolsonaro @MariaCallas2021 Precisamos saber o que está acontecendo com essa vacina Coronavac? Pessoas estão morrendo mesmo tomando a segunda dose. Estou preocupada pq meus pais tomaram essa vacina e fiquei sabendo que nem na China usam está vacina.

- @jairbolsonaro @laristear @SudreViviane @akkeyzito @regina\_cypriano @victoriautop @CNNBrasil @jairbolsonaro Podemos considerar também aqueles que se imunizaram ao pegar o vírus . Segundo informações a vacina corona está imunizando menos que a imunização natural.

- @BolsonaroSP @BolsonaroSP S Paulo aprovando obrigatoriedade da vacina experimental, que até quem já tomou 2 doses pega corona e vai pro tubo, como explica de Kalil?

- @CarlaZambelli38 @RafaelLoss2 @DanielCostaBWG @CarlaZambelli38 Sinceramente, essas vacinas podem ajuda, mas não curar

eu tive Corona nem senti, e não viu tomar nenhuma delas e também não tenho certeza de que esse vírus é tão perigoso assim, para mim é mais politicagem.

No primeiro *tweet* que menciona Carlos Bolsonaro, o usuário afirma que a vacina está matando, mesmo sem nenhuma comprovação, e, ainda, acrescenta que nem mesmo na China aplicam a vacina. No segundo, o usuário afirma que a vacina está imunizando menos que a “imunização natural”. Ou seja, partindo da ideia de a informação é verdadeira, é melhor que não se vacine. No *tweet* que menciona Eduardo Bolsonaro (@BolsonaroSP), o usuário fala que a vacina é experimental e, ainda, diz que as pessoas estão sendo entubadas após a sua aplicação, desaprovando, assim, a medida de obrigatoriedade da vacinação contra a doença. Por fim, no *tweet* da comunidade de Zambelli, há um descrédito em relação à doença, que, segundo o usuário. “não é tão perigosa”. Por isso, não se precisa vacinar.

A partir dos apontamentos, é possível ver um padrão na narrativa, que sempre é sustentada em tom alarmista que cita informações sem nenhum embasamento científico, seguindo a mesma narrativa adotada pelo então presidente Jair Bolsonaro. Os ataques à vacina Coronavac se destacam por alguns fatores: foi a primeira a entrar no Brasil, contrariando a narrativa de Bolsonaro contra as vacinas “experimentais”; as primeiras remessas foram adquiridas pelo estado de São Paulo, sob a gestão de João Doria, desafeto de Bolsonaro; por fim, a vacina é de origem chinesa, país demonizado por bolsonaristas por representar a política ideológica da esquerda. A partir disso, é possível apontar que a Coronavac foi recorrente nos *tweets* analisados, incluindo as menções a Randolfe Rodrigues e Omar Aziz:

- @OmarAzizSenadorMais e mais pessoas comentam q conhecidos, após tomarem a 2a dose de corona vac pegaram covid e faleceram (inclusive Agnaldo Timóteo, entre outros). Quem explica? Como pode isso acontecer? Qual a segurança q temos? @OmarAzizSenador @randolfeap @SenadorHeinze @MarcosRogerio

- @randolfeap@randolfeap @rodaviva Vocês da CPI fazendo caso do Bolsonaro não querer a vacina corona vac, senador esta vacina não vale nada, não tem eficácia nenhuma, forçaram a barra para a Anvisa aprovar. Aqui em Natal quem tomou a corona vac já se contaminou e morreu.

- @randolfeap@randolfeap CORONA VAC não tem EFICÁCIA NENHUMA ta matando na primeira e na segunda dose, além de não imunizar nada. ZERO SEGURANÇA..!! Acima de 80 anos só 28% .pode jogar no lixo!

Como já se sabe, as vacinas não possuem eficácia de 100%. Além disso, elas não impedem a contaminação pelo vírus, mas sim a forma grave da doença. Desse modo, as

autoridades brasileiras acabaram não conseguindo controlar a aglomeração da população, sobretudo nos transportes públicos, o que fez com que a doença continuasse se espalhando e criando novas variantes. Algumas vacinas tinham pouca eficácia contra essas novas variantes que surgiram não só no Brasil, mas em outros países. Portanto, pessoas com comorbidades e idosos continuam no grupo de risco não só em relação à Covid-19, mas também a outras doenças, como a Influenza, por isso são grupos prioritários na vacinação.

Diante disso, a ciência já havia alertado que, além da vacinação, era preciso conter o crescimento da doença por meio do isolamento social, fatores ignorados na narrativa exposta nos *tweets* anteriores. Frases como “zero segurança”, “eficácia nenhuma” e “quem tomou a Coronavac já se contaminou e morreu” alarmam quem as lê mesmo que sejam ditas sem nenhum embasamento científico. Mais uma vez, a narrativa da rede anda em conjunto com a narrativa adotada por Jair Bolsonaro.

Na categoria representada pela imprensa – *Folha e Uol Notícias* – também circularam narrativas que desacreditam na eficiência das vacinas:

- @UOLNoticias @UOLNoticias Essa vacina ai deve transmitir corona.

- @folha @folha Não censuremos tanto a frase da Xuxa. É fato que as vacinas emergenciais contra o corona ainda estão na fase de testes e sendo aplicadas na população em geral. Queiram ou não, todos nós estamos servindo de cobaias.

Os *tweets* apontam para a narrativa de que a vacina não é eficaz e que as pessoas estavam servindo de “cobaias”, indo contra a narrativa científica, que aponta para o fato de que todas as vacinas passaram pelas fases de testes, incluindo em humanos, antes de serem aplicadas de forma massiva na população. O influenciador Felipe Neto, também, foi mencionado quanto à narrativa de ineficácia das vacinas, como neste *tweet*:

- @felipeneto,@Febeni1 @KatyJor49766316 @felipeneto @marceloindaniel Uma enfermeira da UPA da Lapa morreu tbm devido ao corona, mesmo depois das duas doses.

A afirmação, mesmo sem apuração, é uma das muitas que circularam na rede, no período analisado, sempre enfatizando uma provável ineficácia das vacinas, sobretudo a Coronavac. A segunda subcategoria referente às teorias conspiratórias em torno das vacinas é acionada na comunidade de Jair Bolsonaro, como nos *tweets* a seguir:

- @jairbolsonaro @jairbolsonaro @secomvc O POVO BRASILEIRO ESTA PEDINDO A PROPRIA MORTE ISSO NAO E VACINA ISSO E UM SISTEMA O PERACIONAL DE COMPUTADOR. MUITA GENTE TA TOMANDO ESSE VENENO DO INFERNO E ESTAO MORRENDO NAO TOME ESSE VENENO CHAMADO VACINA DO CORONAVÍRUS.

- @jairbolsonaro @PedroKaykyTeod2 @Jr01\_BRL @felipeRabeloNut @Verum\_HonoremPF @MarcosRogerio @jairbolsonaro República Theca usa Hidroxicloroquina, teve, neste mês, quase 700 novos contaminados, apenas 4 mortos de Covid. Médico Nobel de Medicina diz que vacina em massa cria novas variantes do Corona.

- @jairbolsonaro @jairbolsonaro URGENTE! Médica alerta que a variante que está matando (muito) na Índia OCORRE EM VACINADOS!!! As vacinas não podem proteger contra novas cepas, porque essas vacinas contra o corona, são as causas dessas cepas.

Há muitos *tweets*, que afirmam que as vacinas são as responsáveis por causar as novas variantes (ou cepas) do coronavírus, mais uma vez sem nenhum embasamento científico, trazendo uma narrativa negativa para a vacinação. Percebe-se que, para dar propriedade à mensagem, um possível médico, ganhador do Nobel da , é citado como referência.

A narrativa negacionista sobre as vacinas adotadas pelo ex-presidente Jair Bolsonaro consistiu em uma série de declarações controversas, muitas vezes alimentadas em informações falsas ou teorias da conspiração. Narrativas como a suposta existência de microchips implantados nas doses, a ligação entre a imunização e doenças graves e até mesmo a ideia de que as vacinas poderiam alterar o DNA humano circularam nas redes sociais e acabaram ganhando força, o que acabou contribuindo para a construção de um ambiente desfavorável à vacinação em massa, dificultando os esforços de imunização.

Jair Bolsonaro expressou publicamente dúvidas sobre a eficácia das vacinas e desencorajou sua adoção, contrariando as recomendações das autoridades de saúde (GOMES, 2021). A disseminação de informações falsas sobre a eficácia e segurança das vacinas por parte do ex-presidente desempenhou um papel significativo na formação de opiniões e atitudes negativas em relação à imunização, impactando diretamente as políticas de saúde pública e a confiança da população. Essas declarações, muitas vezes divulgadas nas redes sociais, alimentaram a desinformação e a polarização no debate sobre as vacinas. Essa polarização de narrativas foi identificada na presente análise.

Ao debater o desconstrucionismo científico, Kakutani (2018) cita que a ciência, sob o argumento de que as teorias científicas são socialmente construídas, ou seja, influenciada pelas pessoas que estão por trás das teorias e pelos valores culturais que a perseguem durante

a vida, não pode argumentar uma neutralidade ou uma verdade universal, o que acaba permitindo a narrativa de contrariedade ou oposição. Jair Bolsonaro se utiliza dessa brecha para se opor ao campo científico, já que não há uma verdade absoluta, sobretudo diante da pandemia de Covid-19, de que a ciência lidava com uma doença pouco conhecida, podendo haver refutação de teses a qualquer momento. Além disso, o ataque às instituições não é algo novo para as lideranças populistas de direita (CESARINO, 2019b). Porém, como aponta Santaella (2019), a proporção da desinformação traz consequências nefastas quando se fala da negação da ciência. Nessa perspectiva, as narrativas contrárias à vacinação não só impactaram no atraso na compra das vacinas, mas também na recusa por vacinação, o que pode ter impactado, também, na demora do controle da pandemia no País.

Dessa forma, Souza (2021) afirma que Jair Bolsonaro se utilizou dos canais oficiais para uso pessoal, defendendo seus interesses e de sua família, atacando adversários, dentre eles a própria ciência, que se tornou inimiga do bolsonarismo diante da narrativa populista (CESARINO, 2019b). Assim, a narrativa do ex-presidente no *Twitter*, e em outras redes sociais, sempre foi na contramão das autoridades sanitárias (SOUZA, 2021), apostando contra as vacinas e baseando-se em narrativas conspiratórias e negacionistas.

#### 4.2.3 Narrativas anticiência sobre a China

As narrativas anticiência que culpabilizavam a China pela pandemia de Covid-19 foram uma das mais acionadas na rede, com 40 menções no total. A categoria se divide em duas subcategorias: uma que diz que China lucra com o vírus e outra que se refere à narrativa de que o vírus foi criado e manipulado em um laboratório em Wuhan, nomeada de Ataque Biológico, termo muito utilizado nos *tweets* analisados.

Alguns *tweets* exemplificam a subcategoria, que indica que a China lucra com a pandemia de Covid-19:

- @jairbolsonaro @jairbolsonaro China, a MÃE DO CORONA VÍRUS quebrou as pernas de vários países e agora com apoio da mídia e de governantes COMUNISTAS, ganham BILHÕES DE DÓLARES, vendendo muletas.

- @jairbolsonaro @ffasanojr @jairbolsonaro @tarcisiogdf A China está 10% mais rica c/ o Novo Coronavírus que eles criaram p/ infectar o mundo e matar pessoas. Bem que passou da hora de aumentar os preços dos alimentos que vendemos pra eles em 300%, em homenagem ...

- @CarlosBolsonaro @GeorgMarques @CarlosBolsonaro O CORONAVIRUS foi criado pelo mal, a CHINA fez para ganhar dinheiro dos

países, vendendo as vacinas para o mundo, agora ajoelhem os que estão do lado do mal e se arrependam apoiando a vergonha e o STF os comunistas e o PT.

- @folha @folha Só a China não tem problemas com o Corona. Porque eles escondem do mundo a fórmula de conter o vírus? Será que estão ganhando muito com a desgraça?

Esses *tweets* apresentam a narrativa de que a China estaria lucrando com a pandemia e isso a teria motivado criar o vírus. Essas narrativas contrárias à China circulam desde o início da pandemia e foram insufladas por Jair Bolsonaro e seus apoiadores. A relação do Governo Bolsonaro com a China nunca foi boa. Sempre, houve insinuações e acusações, que acabaram prejudicando as relações diplomáticas entre os dois países. Com a pandemia provocada pelo coronavírus, que surgiu na China no final de 2019, a situação entre os países piorou. Por diversas vezes, Bolsonaro insinuou que a China teria criado o vírus de forma proposital. Em 5 de maio de 2021, Bolsonaro voltou a fazer insinuações, que acabaram repercutindo negativamente na CPI da Covid-19. Na ocasião, o presidente da Comissão, Omar Aziz, lamentou as falas do então presidente.

Retomando a análise, a subcategoria que retrata que o vírus foi criado de forma proposital pela China é representada nos seguintes *tweets*:

- @jairbolsonaro @Aisha\_com\_vida @WesleyNovais10 @jairbolsonaro @renancalheiros @tvglobO O coronavírus, é um ataque biológico, criado pela China, financiado por psicopatas globalistas (Soros, Gates e Zuckerberg), apoiado pela ONU (quartel general vermelho), OMS...

- @CarlosBolsonaro @CarlosBolsonaro CPI DA COVID 1. Reforçar que o vírus pode sim ter surgido da China de um laboratório chinês que pesquisava vírus como armas biológicas dentre eles o coronavírus.

- @CarlaZambelli38 @henriquejunior @CarlaZambelli38 Lula é Hipócrita, um Comunista Covarde !!! É Fácil Culpar o Bolsonaro por isso, por aquilo. Quero ver o Lula acusar o Ditador Comunista da China o Xi Jinping por ter escondido informações do Coronavírus do Mundo... Porque Ele não vai na Mídia Internacional.

- @randolfeap @randolfeap Pq não pedi explicação pq a China escondeu o vírus? Pq a China disse que não se transmitia entre humanos? Pq não restringiram os voos da China? Pq tem um laboratório para manipular coronavírus em Wuhan? Qual o objetivo dessa manipulação?

- @OmarAzizSenador @OmarAzizSenador Devia incluir na sua agenda da CPI convocar os cientistas que afirmam que o coronavírus foi desenvolvido no laboratório de Wuhan.



- @folha @folha ...China marxista genocida do Xi Jinping, déspota ditador chinês que usou o coronavírus como arma biológica?

O ambiente de hostilidade entre Brasil e China, criado por Bolsonaro e aliados, gerou uma imagem negativa do país asiático, visto por muitos como um inimigo do Brasil e ampliando o espaço para narrativas de ódio contra o país. Porém, a China é o maior parceiro comercial do Brasil e esse conflito de narrativas acabou gerando tensões comerciais. Nesse sentido, conforme o material analisado aponta, a China foi utilizada para perpetuar a narrativa do mal causado pelo comunismo, típica do populismo da extrema direita, a fim de propagar o medo.

Fernandes *et al.* (2020) assim como Gomes (2021) apontaram para a narrativa contra a China nas redes sociais do ex-presidente Jair Bolsonaro. Esse discurso, mais uma vez, aparece como forma de descentralizar a discussão em torno da omissão do Governo Federal frente à pandemia, com atrasos na compra de vacinas, crescente número de mortos, falta de oxigênio na Amazônia e tantas outras ausências da União. Dessa forma, perpetua, ainda, a tônica antagônica populista (CESARINO, 2019b), com inimigos em comum, nesse caso a China, que representa o comunismo.

#### 4.2.4 Narrativas anticiência sobre o uso de fármacos

A narrativa anticiência sobre o uso de fármacos para o tratamento da Covid-19 foi a segunda mais acionada na rede analisada: 66 menções. A narrativa foi muito difundida nas redes bolsonaristas desde o primeiro ano de pandemia e se perpetuaram em 2021.

Esta narrativa ganhou força com informações falsas e mal fundamentadas, sendo compartilhadas amplamente nas redes sociais. Nesse contexto, é primordial examinar o papel desempenhado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro na disseminação desta narrativa.

Jair Bolsonaro, durante seu mandato como presidente do Brasil, desempenhou um papel significativo na promoção da narrativa anticiência sobre o uso de medicamentos para o tratamento precoce da Covid-19. Ele defendeu, publicamente, o uso desses medicamentos mesmo sem o respaldo da comunidade científica e de órgãos reguladores da saúde, como a OMS e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Bolsonaro utilizou suas plataformas nas redes sociais para disseminar informações sem embasamento científico. Sua influência, diante do cargo que ocupa, acaba gerando capital político e influenciando seus apoiadores (BOURDIEU, 1986), contribuindo para um ambiente propício para a

disseminação da narrativa de desinformação e uma polarização no debate público sobre o tema.

A informação em torno do uso de medicamentos para o tratamento precoce da Covid-19 envolve a manifestação de alegações não comprovadas cientificamente sobre a eficácia dessas substâncias no combate ao vírus. Essa narrativa anticência tem sido impulsionada por indivíduos e grupos nas redes sociais, que promovem medicamentos como a Cloroquina, a Hidroxicloroquina e a Ivermectina como soluções milagrosas para a doença apesar da falta de evidências científicas sólidas, que comprovem sua eficácia e segurança.

A categoria foi dividida em três subcategorias. A primeira conta com narrativas, que relatavam as experiências pessoais e de terceiros no uso dos medicamentos, alertando para a completa eficácia na cura da doença. Nomeada de relatos de experiências, as menções aparecem para os dez influenciadores da rede, conforme demonstram alguns *tweets* a seguir:

- @jairbolsonaro @GusComm @Luciane43533166 @mqueiroga2 @jairbolsonaro @DrEneasBrasil Uma perguntinha básica: Se a pessoa q vc mais ama na vida estiver confirmada com corona vc vai sustentar essa palavra? O Dr. David Uip dava constantes entrevistas contra esse tratamento quando pegou covid prescreveu pra ele mesmo a Hidroxicloroquina.

- @jairbolsonaro @jairbolsonaro Não concordo. Tomei remeédio sem comprovação científica, sou do grupo de risco e até agora não peguei o coronavirus (graças a Deus).

- @CarlosBolsonaro @CarlosBolsonaro Gente eu fui infectado com o corona, eu, minha filha, minha sogra e mulher, tomamos Ivermectina, Azitromicina e outro medicamento. Graças a Deus estamos bem, tive uma tosse, nada mais. Ficamos em quarentena e estamos bem...

- @BolsonaroSP @BolsonaroSP Eu tive febre, dor de cabeça e tontura, fiz o exame e testei positivo para o Coronavírus, fui a um médico que me receitou Cloroquina, Ivermectina, Pernodsina, Azitromicina e Vitamina D. Os sintomas pararam no MESMO dia!

- @CarlaZambelli38 @ElJohnnySo @CarlaZambelli38 @lhmandetta É burro ou apenas fala o que escuta na Globo? Mais vamos lá minha esposa pegou corona e no dia seguinte após sentir os sintomas começou a tomar cloroquina e em menos de 12 horas já havia melhorado...

A outra subcategoria se baseou na narrativa do ex-presidente Jair Bolsonaro, que insistia em disseminar falsos resultados de pesquisas e/ou apontar países onde o uso da Cloroquina/Ivermectina foi considerado uma droga milagrosa no combate ao coronavírus. Bolsonaro sempre insistiu nesses conteúdos falsos, comprovadamente atestados pela agência de checagem. Como aponta Gomes (2021), Bolsonaro se baseava em opiniões de

pseudocientistas, que concordavam com o uso da Cloroquina no tratamento de pacientes com Covid-19, contrariando autoridades sanitárias e cientistas de todo o mundo, como a médica Nise Yamaguchi, uma das principais especialistas citadas pelo presidente, incluindo declarações públicas, compartilhamento de vídeos e a participação dela no aconselhamento ao Governo, no chamado “Gabinete Paralelo” (GOMES, 2021). Nise Yamaguchi foi uma das médicas, que compunham esse grupo, chamada para prestar depoimento na CPI no Senado Federal. Nise foi confrontada por senadores, que já haviam ouvido cientistas sobre o perigo do uso desses medicamentos, que acabam por prejudicar o sistema imunológico, deixando o organismo mais fraco no combate à doença, além de trazer consequências para órgãos, como os rins e fígado, quando superdosados. Os *tweets* a seguir exemplificam essas narrativas baseadas em casos de países, que adotaram a medicação e pseudociência:

- @jairbolsonar @PedroKaykyTeod2 @Jr01\_BRL @felipeRabeloNut @Verum\_HonoremPF @MarcosRogerio @jairbolsonaro Existem 2 mil estudos que comprovam a eficácia. E o remédio existe há mais de 70 anos, é antiviral. Eficiente contra Chikungunya e Malária, que são transmitidas por vírus.

- @jairbolsonaro @PedroKaykyTeod2 @Jr01\_BRL @felipeRabeloNut @Verum\_HonoremPF @MarcosRogerio @jairbolsonaro República Theca usa Hidroxicloroquina. Teve, neste mês, quase 700 novos contaminados, apenas 4 mortos de Covid.

- @BolsonaroSP@moo2n @come\_to\_dust @BolsonaroSP @jairbolsonaro @u Como a mídia coloca o que quer na cabeça das pessoas. Só para esclarecer, especialistas sabem que Cloroquina combate o Covid desde o primeiro coronavírus descoberto. Pessoalmente conheço vários que se...

"3008,@felipeneto,""@eumemostu\_ @forabolsonaro02 @awake\_giants\_br @felipeneto Sim, Ivermectina é pra verme, mas de alguma forma tá auxiliando na diminuição de mortes com casos de corona, até mesmo o Japão tá aderindo isso""

- @jairbolsonaro "@reinaldoazevedo VC DEVERIA TER VERGONHA assisti o @BoletimCoppolla e sabemos bem quem VC É... ué se tiver corona NÃO TOME os remédios que O NOSSO PRESIDENTE AMADO @jairbolsonaro defende POR TER RESPALDO DE MÉDICOS e não ""SIENTISTAS"" como os que VC quer".

A terceira subcategoria criada se refere às narrativas, que criticam a não aprovação das medicações, baseando-se, muitas vezes, na liberdade médica. *Tweets* como este mencionam Jair Bolsonaro:

- @jairbolsonaro @jairbolsonaro Agora qualquer doença NOVA que surgir, como no caso do Corona, A PESSOA VAI FICAR SEM TRATAMENTO até serem feitos todos os estudos que comprovem a eficácia dos medicamentos? Quem tem que decidir isso é o médico, não algum parasita...

Há, ainda, narrativas de outras medicações e argumentos, que condicionam o uso dos fármacos para o tratamento da doença, porém não foram subcategorizados diante da ausência de repetição nas outras comunidades, que não seja a de Jair Bolsonaro, como nestes *tweets*:

- @jairbolsonaro @DamaresAlves @jairbolsonaro Cloroquina não mata Covid, mas mata outros vírus, bactérias, fungos respiratórios. Ivermectina não mata Covid, mas mata vermes e parasitas, fazendo q o nosso sistema imunológico se preocupe apenas com o corona. Simples assim.

- @jairbolsonaro @jairbolsonaro @fiocruz @govbr @minsaude não entendo muito de doenças, mas por que não tentam tratar o corona com Ribavirina e associações. Não sei se é eficaz, mas a função desses medicamentos é justamente fortalecer o organismo contra o vírus, por exemplo.

Na CPI da Covid-19, a temática de tratamento precoce foi amplamente debatida, gerando disputa de narrativas e debates acalorados. A microbiologista Natalia Pasternak e o médico sanitário Claudio Maierovitch disseram, em depoimento para a Comissão, no dia 11 de junho de 2021, que medicamentos do chamado *kit* de tratamento precoce não funcionam contra a Covid-19. Em paralelo, os médicos Francisco Cardoso e Ricardo Zimmerman defenderam na CPI o “tratamento precoce” para Covid-19, com o uso de Cloroquina e outros medicamentos, no dia 18 de junho do mesmo ano. Essa disputa dentro do próprio campo científico (BOURDIEU, 1986), por atores que possuem capital ou estão em busca de adquiri-lo, contribui para narrativas conflitantes, sobretudo diante de uma pandemia. Além disso, as redes sociais alteraram não só o campo midiático, mas também o campo científico, como apontam Gonçalves *et al.* (2022). Nessa perspectiva, há uma disputa por espaço dentro das redes, já que cientistas, também, devem promover seu trabalho nas redes, tornando o espaço como algo consolidado para a divulgação científica. Todavia, diferente da mídia tradicional, as redes sociais não possuem uma regulamentação vigente, uma vez que não há legislação e não fiscalização, tornando o espaço propício para a desinformação.

Ao analisar o *Twitter* de Jair Bolsonaro, de 2020 a 2021, Souza (2021) aponta que poucas postagens foram dedicadas à Covid-19, demonstrando pouca preocupação do ex-presidente com uma temática, que era central em todo o mundo e debatida por várias lideranças políticas. Nesse sentido, as postagens relativas à Covid-19 se dedicavam à defesa

de fármacos, que já eram descartados pela ciência, e postagens críticas às vacinas (SOUZA, 2021). Fernandes (2022), também, analisou o perfil de Jair Bolsonaro no *Twitter*, destacando que a categoria com a maior concentração é justamente a que faz referência ao uso de medicamentos para o tratamento da Covid-19. Nessa categoria, aparecem dois opostos, divulgações referentes a investimento para produção de vacinas e a defesa da hidroxicloroquina, com indicação de iniciativas e parcerias nacionais e internacionais para aquisição do medicamento.

Assim, a pesquisa contabilizou dez *tweets* que defendiam o uso do medicamento e faziam referências constantes à palavra eficácia ao se referirem ao fármaco, conforme segue: ‘Chegaram hoje ao Brasil dois milhões de doses de hidroxicloroquina, cada vez mais o uso da cloroquina se apresenta como algo eficaz’ (BOLSONARO, 2020); ‘A hidroxicloroquina demonstra cada vez mais sua eficácia em portadores do Covid-19’ (BOLSONARO, 2020); ‘Tenho recebido relatos de todo o Brasil nesse sentido’ (BOLSONARO, 2020); ‘O tratamento da Covid-19 a base de hidroxicloroquina e azitromicina tem se mostrado eficaz nos pacientes’ (BOLSONARO, 2020) (FERNANDES, 2022, p. 83).

Diante do que foi exposto, é possível apontar que Jair Bolsonaro, contrariando a ciência e autoridades sanitárias (incluindo o seu ministro da Saúde), continuava a estimular a narrativa de defesa ao uso de medicações sem comprovação científica para tratar a doença mesmo no momento em que já se tinham vacinas disponíveis. As mensagens analisadas só acompanham a narrativa do ex-presidente, que, de forma eficiente, isolou sua base, que não mais consumia informações da mídia tradicional, baseadas na ciência, mas sim as redes vinculadas ao ex-presidente e aliados. Dito isso, a narrativa de defesa aos fármacos, comprovadamente ineficazes, também, se sustenta na pseudociência e no colapso de confiança nas instituições, incluindo a científica (D’ANCONA, 2018).

#### 4.2.5 Narrativas anticiência: contrariedade aos dados referentes à evolução da pandemia no Brasil

A categoria que faz referência às narrativas anticiência que contrariam os dados referentes à evolução da pandemia no Brasil, também, foi muito acionada na rede analisada, recebendo 51 menções. Apenas Omar Aziz não recebeu menção referente a esta categoria. Ela foi dividida em três subcategorias: uma que coloca em dúvida o número de mortos e contaminados pela doença da Covid-19, por uma suposta manipulação midiática e política (chamada de fraudemia) para ganhar dinheiro e outra categoria que questiona o número a

partir da comparação com outras doenças, como dengue e câncer; por fim, a terceira subcategoria é acionada na narrativa de que outras doenças eram contabilizadas nas mortes por Covid-19.

Antes de trazer as narrativas acionadas na rede, é preciso retomar o Consórcio criado por um grupo de mídias: *g1*, *Estadão*, *Folha de S. Paulo*, *Uol*, *O Globo* e *Extra*, em junho de 2020. Esse grupo tinha como objetivo divulgar o número de contágios e mortes pela doença diariamente, acompanhando a evolução da pandemia no País, diante da narrativa negacionista por parte do Governo Federal, que acabava por atrasar a divulgação dos dados. Apesar disso, o Consórcio, ainda, dependia dos dados vindos das Secretárias de Saúde dos Estados e do Ministério da Saúde. Dessa forma, toda a evolução da doença foi acompanhada de perto pela imprensa tradicional, recebendo muitas críticas por parte de bolsonaristas e aliados, que defendiam a ideia de que os números estavam sendo manipulados pela grande mídia.

Além disso, diante da cobertura massiva dada pela mídia à pandemia de Covid-19, outras doenças, como a dengue, acabaram sendo menos citadas, o que serviu de apoio para a narrativa de que a pandemia não matava tanto quanto outras doenças ou de que o número de mortos por outras doenças era contabilizado como sendo mortes por Covid-19.

Nesse contexto, *tweets* que acionam a narrativa de que os dados relativos ao número de mortos foram manipulados pela mídia e políticos, intitulada de “fraudemia”, podem ser representados pelas seguintes mensagens:

- @jairbolsonaro @jairbolsonaro @PRFBrasil @pcmgoficial Parabéns PR e policiais envolvidos! O tráfico mata muito mais que narrativas de médicos, jornalistas, políticos e gente chata progressistas/esquerdistas, que inflamam os números de mortes pelo corona só pra lucrar!!

- @jairbolsonaro @jairbolsonaro #BolsonaroTemRazao Minha sogra tem 79 anos e antes da pandemia tinha uma vida ativa, mas está dentro de casa desde o início desse corona e com depressão. Estamos com vc Presidente. Sabemos que há uma fraudemia.

- @jairbolsonaro "@jairbolsonaro Trabalhar não espalha o vírus. Há muitas fraudes de laudos colocados como ""suspeita"" de Corona. Protocolo."

- @CarlaZambelli38 @CarlaZambelli38 Tudo isso pra querer achar um culpado, ou colocar na conta de alguém as mortes infladas, há de se dizer, do Coronavírus!!!

- @BolsonaroSP @BolsonaroSP Normal. Toda morte é computada como suspeita de Corona e quando chega o exame, o enterro já houve e ninguém pode mais contestar.

- @randolfeap@randolfeap Nem todo mundo morreu de coronavírus, nem vem com essa, isso não cola mais, o que existe sim é uma alteração de informação pessoas que simplesmente são colocadas como morte de Covid e isso pra simplesmente ganhar dinheiro em cima da desgraça alheia.

- @randolfeap@CarlaZambelli38 @rpsenador @randolfeap @EduGiraoOficial Pede exumação dos corpos, aqueles que morreram de corona fake!

A segunda subcategoria menciona alguns influenciadores da rede, sobretudo bolsonaristas, a fim de questionar o superdimensionamento de mortes, por meio da comparação com outras doenças:

- @jairbolsonaro @jairbolsonaro @tarcisiogdf Morre todos os dias, todo tipo de doença nunca deram a mínima, agora do corona por que a Globo passa todo mundo se tornou solidário e bonzinho agora tá na moda se hipócrita.

- @jairbolsonaro @jairbolsonaro Bom dia. Ué?! Existem outras doenças no mundo? Achava que elas tinham sido extintas com o surgimento do COVID. Desde então, todos os óbitos do planeta só tem uma origem. O Coronavírus vai ser canonizado, acabou com todas as mortes por fome.

- @UOLNoticias @UOLNoticias Tem razão PR... NINGUÉM MORRE MAIS DE ACIDENTE..AFOGADO..QUEIMADO..CÂNCER..SUICÍDIO..INFARTO..DENGUE EMORRÁGICA..AIDS..ASSASSINADO..AVC...ERROS MÉDICOS..CHOQUE ANAFILÁTICO..PNEUMONIA..E MUITO MAIS.. SÓ DE CORONA..GENTE BURRA!!!

- @CarlaZambelli38 Parece que o Coronavírus é vc tão poderoso que matou o mosquito da dengue, e outros porque sumiram dia notícias. # Bolsonaro tem razão# Jair Bolsonaro. #Carla @CarlaZambelli38

A terceira subcategoria traz a narrativa de que todas as doenças eram contabilizadas como Covid-19 no atestado de óbito:

- @CarlaZambelli38 @CarlaZambelli38 @jairbolsonaro Gente morre muita gente todos os anos e agora só morre gente de corona, só um cego não vê. Nessa pandemia todos os que morre e colocado Coronavírus eu já vi isso acontecer com parentes de amigo e alguns até estão processando.

- @CarlosBolsonaro @CrisBernart @CarlosBolsonaro @MPF\_PGR @govbr Morrendo 4 mil por dia de COVID? Vamos para com essa palhaçada, até bala perdida, diabetes, dengue, ACV, tudo vai pra conta do coronavírus. Tá na hora dessa mentira acabar. "Esquerda e mídia de merda."""

As narrativas que colocavam em dúvida os dados sobre o número de mortes e contaminados pela Covid-19 circularam amplamente nas redes sociais. Afirmções infundadas sugeriam que as estatísticas oficiais estavam inflacionadas deliberadamente, com o intuito de amplificar o impacto da pandemia e promover uma agenda política. Essas teorias ganharam força ao explorar a confusão e complicações inerentes à contagem de óbitos em um contexto de sobrecarga dos sistemas de saúde e de variações na notificação de casos por parte dos Estados e municípios.

Nesse cenário de desinformação, o Consórcio de Imprensa assumiu um papel importante na organização e divulgação dos dados. No entanto, diante da narrativa antagônica do populismo de extrema direita brasileira com a mídia, a descrença nos dados ganhou espaço nas redes. Durante a pandemia, lideranças políticas bolsonaristas chegaram a invadir hospitais em 2020, a fim de verificar a lotação de UTI diante do aumento no número de internações para a Covid-19. Narrativas que desacreditam os dados relativos ao número de mortes, não só buscavam minimizar os riscos da doença, mas também inflavam o discurso de ódio contra a imprensa e autoridades políticas e sanitárias. Na análise, há um *tweet*, que menciona Jair Bolsonaro e Carlos Bolsonaro, incentivando brasileiros a buscar o número de leitos ocupados nos hospitais, a fim de verificar a veracidade dos dados apresentados pelo próprio Ministério da Saúde:

- @jairbolsonaro @CarlosBolsonaro @Andrey46604403 @jairbolsonaro É hora de pente fino. Brasileiros enviem o número de leitos de UTIs dos hospitais de suas cidades e Estado.

Nesse cenário, a narrativa de que o número de mortos por Covid-19 era falso, impulsionada pelo discurso do ex-presidente Jair Bolsonaro, desempenhou um papel significativo na descredibilidade das autoridades de saúde e no enfraquecimento das medidas de contenção da pandemia no Brasil. A desinformação alimentou o ceticismo e a desconfiança da população, dificultando a adoção de comportamentos preventivos e colocando-se em risco a saúde pública.

Ao analisar a rede bolsonarista no *Twitter*, Fernandes *et al.* (2022) definem a categoria “imprensa manipulada”, que se refere aos *tweets*, os quais acusam a imprensa de ocultar e distorcer informações com o objetivo de prejudicar a imagem de Bolsonaro. Nesse sentido, a presente pesquisa traz aspectos convergentes, já que, novamente, a rede bolsonarista se utiliza da narrativa de manipulação para refutar os dados referentes ao avanço da pandemia de Covid-19 no País. A narrativa conspiratória em torno do número de mortes e contaminados



pela doença busca minimizar o desgaste da imagem do Governo Bolsonaro frente à pandemia, em um momento em que o País batia recordes de mortes diárias, alcançando 500 mil vidas ceifadas pela Covid-19. A negação dos dados é mais uma estratégia de narrativa, que tem como objetivo responsabilizar adversários pela crise sanitária e econômica, que vivia o Brasil, retirando toda e qualquer responsabilidade da principal liderança política daquele momento.

#### 4.2.6 Narrativas anticiência: antagonismo com políticos e partidos

Como já foi apontado durante a pandemia, as redes bolsonaristas se tornaram um espaço fértil para teorias conspiratórias e desinformação sobre a Covid-19. Essa narrativa anticiência encontrou eco em parte significativa da base de apoiadores do ex-presidente, que questionavam as medidas de saúde pública, minimizaram a gravidade da doença e promoveram tratamentos não comprovados pela ciência.

No cenário político, o embate entre Bolsonaro e figuras políticas foi marcado por discursos polarizados e trocas de influência. O presidente, frequentemente, criticava adversários políticos, entre eles o PT e Lula, utilizando a pandemia como um terreno favorável para tais ataques. Essa estratégia se baseou na criação de um inimigo político a ser combatido, desviando o foco de possíveis críticas à sua própria Gestão na condução da crise sanitária.

O PT e Lula, como símbolos da esquerda política brasileira, foram, frequentemente, alvos de Bolsonaro durante a pandemia. O presidente utilizou sua plataforma nas redes sociais e entrevistas para responsabilizar o PT por supostas falhas no combate à corrupção e na condução de governos anteriores, alimentando a narrativa de que seu Governo seria uma ruptura com um passado corrupto e ineficiente, e, ao mesmo tempo, retirando o enfoque na crise vivenciado na atual Gestão.

A pandemia foi instrumentalizada por Jair Bolsonaro como uma oportunidade para enfraquecer seus opositores políticos, incluindo o PT e Lula. O presidente, ao enfatizar a narrativa anticiência e minimizar a gravidade da Covid-19, buscou descredibilizar as críticas vindas de seus adversários, acusando-os de oportunismo político e de não se preocuparem com a saúde da população.

Além de Lula e do PT, o ex-governador de São Paulo João Doria (PSDB), também, fora muito mencionado na rede analisada. Doria havia apoiado Bolsonaro na eleição de 2018. Ambos se uniram na narrativa de combate à esquerda e ao PT. Porém, ainda em 2019, a relação passou a estremecer não só com João Doria, mas também a relação com o ex-

governador do Rio de Janeiro, apoiador ferrenho de Bolsonaro, Wilson Witzel. Jair Bolsonaro se recusava a passar repasse de verbas aos governadores para o desenvolvimento de obras em seus respectivos Estados. Especula-se que Jair Bolsonaro não queria fortalecer eventuais futuros adversários, para a eleição que ocorreria em 2022, que poderiam se beneficiar com obras realizadas através de repasse do Governo Federal. Com a pandemia de Covid-19, a relação com governadores piorou, sobretudo com João Doria, que assumiu a frente na compra de vacinas contra a Covid-19 para o estado de São Paulo. Além disso, a maioria dos governadores sempre seguiu a ciência, adotando os protocolos de segurança para seus Estados, como o uso de máscaras e o *lockdown*, como medida de isolamento, indo na contramão da narrativa de Bolsonaro.

Com os desdobramentos da CPI no Senado Federal, que tinha como objetivo investigar a omissão do Governo Federal e integrantes diante da pandemia de Covid-19, a narrativa da corrupção envolvendo governadores e prefeitos ganhou mais entonação por parte do ex-presidente e também foi perpetuada nas redes. Dessa forma, Bolsonaro tentava se esquivar do centro do debate, colocando, no lugar, governadores e prefeitos.

Nesse sentido, as narrativas anticiência, que reforçam o antagonismo com políticos e com partidos políticos, são consideradas desdobramentos das narrativas construídas por Jair Bolsonaro ao longo da pandemia. Dessa forma, a categoria foi dividida em três subcategorias: (1) Culpabilização do PT, de Lula e do comunismo; (2) João Doria e a Coronavac; e (3) Prefeitos e governadores de modo geral e a CPI.

Menções aos influenciadores da rede traziam as seguintes mensagens na subcategoria de culpabilização do PT, Lula e comunismo:

- @CarlaZambelli38 @CarlaZambelli38 @jairbolsonaro Essa corona está sendo politizada pela esquerda, enquanto a esquerda tiver envolvida com essa vacina nada vai ter sucesso para o governo Bolsonaro, eles sempre vão inventar um problema!

- @BolsonaroSP @guilamour @BolsonaroSP Calma aí-, foi o Presidente que criou o vírus??? Lula disse que graças a Deus existe o coronavírus e ninguém fala nada. Acho que existe culpados com o cofre cheio de dinheiro enviados pelo Gov. Federal que merecem essa culpa.

- @folha @EvertonRochaRa1 @folha Cara, é foda. Essa imprensa é canalha. O Lula vacinou quantas pessoas contra o Corona? E a Dilma? Ninguém fala isso!

A seguir, há mensagens, que traduzem a subcategoria João Doria e a Coronavac:

- @jairbolsonaro @CarlaZambelli38 @jdoriajr @jairbolsonaro Eu ouvi dizer que João

Doria e o filho de Lula são sócios do laboratório, fábrica da coronavac na China e por isso a insistência em comprar está vacina a qualquer custo. Seria bom investigar isto, pois toda...

- @UOLNoticias @UOLNoticias Tem que parar tudo mesmo, esse louco ditador Paulista quer que todos morram, de fome, suicídio, corona, QQ coisa pra entregar nosso Estado pra China! #DoriaGenocida

- @felipeneto,@jota\_ge67 @felipeneto @EstadaoPolitica Mas é em São Paulo que mais morre de corona e o governador desviou todo o dinheiro e desmontou os hospitais de campanha .

- @CarlaZambelli38 @CarlaZambelli38 @govbr O Coronavírus praticamente erradicou e dengue em São Paulo. Parabéns ao Partido Comunista Chinês e ao Agripino Dória.

Por fim, a subcategoria, que representa a narrativa de corrupção voltada a prefeitos e senadores e os ataques a CPI:

- @CarlosBolsonaro @CarlosBolsonaro @Lus51808918 Fique tranquilo. Quando acabar a pandemia do corona, aí vem as outras doenças. Por enquanto o Corona está sustentando os governos e prefeitos corruptos.

- @folha Minha coluna de amanhã na @folha tá no online. Ciente de que a CPI vem produzindo ficção em larga escala a gráfica do Senado anunciou o lançamento da coleção FÁBULAS DA CPI.

Nas menções ao senador Randolfe Rodrigues, que fez forte oposição ao Governo Federal na CPI, há alguns ataques de que ele seria comunista e queria, por isso, derrubar Jair Bolsonaro:

- @randolfeap@MarceloFreixo @randolfeap Tem certeza seu hipócrita, eu pensei quem fez o coronavírus foi a China, uma país comunista igual o seu, pois vocês são aliados da China. Agora que descobri quem criou o vírus foi Bolsonaro. Então na minha infância "Bolsonaro arrancou a perna do saci também".

É importante destacar que o ataque a governadores e prefeitos bem como o ataque a Lula e ao PT, principais opositores de Jair Bolsonaro, se intensificaram em um momento complexo para o Governo Federal, que estava tendo que lidar com a CPI, que tinha ampla cobertura da mídia com a baixa vacinação diante da omissão e negacionismo do Governo na aquisição de vacinas e, sobretudo, diante do aumento no número de mortos, que batia recordes durante a segunda onda de Covid-19 no País. Todos esses fatores fizeram com que Jair

Bolsonaro e aliados passassem a atacar os adversários políticos e partidários, a fim de minimizar o desgaste à imagem do Governo, fortalecendo sua base de apoio e desviando o foco de críticos à sua gestão.

Nesse cenário, é importante resgatar Botelho *et al.* (2022), que apontam, ao analisarem o *Twitter* a partir da *#Bolsonaroincorruptível*, que encontraram como recorrência a narrativa de ataque à mídia e à CPI, sempre rememorando o discurso dessas instâncias como corruptas assim como as figuras de Lula e do PT. As autoras, ainda, destacam que essa narrativa de ataque à adversários políticos reforça a imagem de Jair Bolsonaro como herói, que “luta contra o mal” – nesse caso a esquerda e a oposição (governadores e prefeitos) –, e, por ser “ungido por Deus”, é o único capaz de manter esses inimigos longe do poder. Essa narrativa, também, é percebida na presente análise. A oposição a governadores, prefeitos e CPI, que defendem a narrativa científica, é uma forma de se sustentar no poder por meio do discurso populista, sempre acionado, sobretudo em momentos de crise, como a vivenciada pela pandemia da Covid-19.

Ao atacar as figuras de Lula (PT) e Doria (PSDB), Bolsonaro descentraliza o debate, gerado com a CPI, que o responsabiliza pelos impactos gerados a partir da sua má gestão da crise sanitária, ao mesmo tempo em que ataca adversários de peso para a disputa eleitoral de 2022. Nesse aspecto, ao perpetuar a narrativa de ataque a adversários políticos na rede, Bolsonaro minimiza os danos à sua imagem diante do contexto.

#### 4.2.7 Narrativas anticiência contrárias ao Isolamento Social

Durante a pandemia de Covid-19, o ex-presidente Jair Bolsonaro e seus apoiadores desempenharam um papel significativo na disseminação de discursos contrários às medidas de isolamento social e *lockdown* através das redes bolsonaristas. Essa postura contraria a determinação da OMS e as orientações médicas, antagonizando com a decisão de governadores e prefeitos, que se respaldavam na ciência e cumpriam as medidas de isolamento social por meio de decretos. Jair Bolsonaro sempre se opôs às medidas de isolamento social. Desde 2020, defendia a ideia de um isolamento vertical, que manteria idosos e pessoas com comorbidades em isolamento e os mais jovens poderiam continuar com seus afazeres. Isso contraria a ciência, já que os mais jovens podem infectar o grupo de risco, não fazendo sentido o isolamento nesse caso. Nesse contexto, cabe examinar as estratégias e argumentos utilizados por Bolsonaro e seus aliados para desqualificar o isolamento social, evidenciando os efeitos dessa narrativa anticiência no combate à pandemia.

A primeira narrativa busca descredibilizar a gravidade da pandemia. Nesse sentido, Bolsonaro e seus aliados, frequentemente, minimizaram a série da doença, comparando-a a uma “gripezinha” ou “resfriadinho”. Essa abordagem buscou criar uma percepção de que as medidas de isolamento social eram desnecessárias, pois a doença não representava um risco significativo para a população.

A segunda narrativa tinha como foco a economia em detrimento da saúde pública. Dessa forma, houve um estabelecimento de uma dicotomia entre a economia e a saúde pública. Bolsonaro e seus aliados enfatizaram, repetidamente, os sentimentos negativos das medidas de isolamento, argumentando que o bloqueio causaria mais danos do que a própria doença. Essa linha de pensamento tentou polarizar o debate, retratando aqueles que defendiam o isolamento social como insensíveis aos problemas enfrentados pela população. Essa narrativa foi muito recorrente nas menções analisadas na rede. Por fim, há a narrativa anticência, que, também, buscou minar a confiança nas instituições científicas e nas agências de saúde. Bolsonaro e seus aliados questionaram a confiança de especialistas e órgãos de saúde reconhecidos, como a OMS e o Instituto Butantã, sugerindo que suas recomendações eram feitas em interesses obscuros ou ideológicos. Essa estratégia visava a corroer a confiança pública na ciência, tornando mais difícil a aceitação das medidas de saúde pública, como o isolamento social.

Diante disso, a categoria se divide em três subcategorias a partir das narrativas apontadas. A primeira subcategoria, mais mencionada na rede, faz referência à economia em detrimento da saúde pública:

- @jairbolsonaro @jaziel\_dr @jairbolsonaro Falando em coronavírus, estio sucateando o nosso CE, 08 dias de lockdown em seguida 90 dias em estado de calamidade, dinheiro público voando para os quatro cantos, o mercado pagando uma fatura que não é nossa!!!

- @jairbolsonaro @viniciusvleb @Juliana86823354 @GRTorresmo @jairbolsonaro E queda de 12% do PIB. "Vai morrer gente de corona e agora de fome lá. O país tá com 54% da sua população na miséria.""

- @jairbolsonaro @Diogoramalhoo @jairbolsonaro @minsaude Você se interessa em saber dos Brasileiros que morrem de todas as causas, ou é solidariedade seletiva? Quem morre de fome, pq estão sendo proibidos de trabalhar, os que estão se matando, os que estão morrendo de depressão...

- @UOLNoticias @UOLNoticias Eu sou totalmente contra isolamentos, temos que alavancar o país, nosso povo está doente sem ter o corona, a imprensa fazendo terror e politicagem barata com essa peste de vírus .

- @jairbolsonaro @RomeuZema @jairbolsonaro Vai morrer muito mais pessoas de fome, suicídio, depressão e etc. que de corona. Trancar todos em casa não diminui contágio. Campanha de higiene e tratamento precoce ajudaria e muito até a chegada das vacinas. O INTUITO É QUEBRAR.

- @jairbolsonaro @jairbolsonaro Porque vc não manda sua equipe fazer um levantamento sobre os números d mortes relacionadas a economia. Oq o trancamento está causando ao povo. O Corona eu já sei qto mata, 0,12%. E a fome, suicídio, depressão, falta d perspectiva e cuidado .

A segunda subcategoria desqualifica as autoridades sanitárias e o isolamento social, defendido como ineficaz, contrariando, mais uma vez, a ciência e os pesquisadores:

- @jairbolsonaro @Willian\_ET @jairbolsonaro As novas cepas sempre se distribuirão, asno adestrado! Cerca de 70% dos novaiorquinos pegaram corona em casa."Vá se informar e pare de defender medidas sem comprovação científica como isolamento."""

- @jairbolsonaro @suruagymotta @augustosnunes @GFiuzza\_Oficial @CarlaZambelli38 @jairbolsonaro O coronavírus é oportunista. Ataca com mais força pessoas com baixa imunidade. O Lockdown é o laboratório para baixar imunidade: falta de Sol, fome, estresse e falta de exercício.

- @UOLNoticias @RuteAlv88320702 @LoboBranc0 @UOLNoticias Se isolamento social fosse eficiente na Argentina não tinha morrido ninguém pois lá foi executado o maior LOCKDOWN do planeta e é o país que mais morre de Coronavírus covid-19. Saiba disso.

- @jairbolsonaro @jasonptodd @jairbolsonaro Que ciência vcs querem? Nem o isolamento se provou uma arma de combate ao coronavírus eficiente. E nem será.

- @folha @folha @vtorresfreire O STF determinou que a gestão do coronavírus covid-19 são dos governadores e prefeitos, as 250 mil mortes aconteceu pela desastradas medidas que eles adoraram, se Lockdown fosse efetivo não precisava executar pela segunda vez.

A terceira subcategoria traz argumentos de que o isolamento fere o direito de ir e vir, que seria uma espécie de ditadura implantada por governadores e prefeitos:

- @CarlosBolsonaro @CharlesParreir4 @FetoJoca @allexangry @CarlosBolsonaro Ditadura nós estamos vendo nos Estados e no STF, os corona lovers estão adorando. Querem mais e mais, que ciência tem no travamento de pessoas? Sempre a mesma ladainha, não tenho mais paciência.

- @UOLNoticias @UOLNoticias Tem que parar tudo mesmo, esse louco ditador Paulista quer que todos morram, de fome, suicídio, corona, QQ coisa pra entregar nosso Estado pra China! #DoriaGenocida

- @folha @folha O que aconteceu com a Argentina que tinha um presidente sério e fez lockdown?? Não era pra ter acabado o corona la?? Quando vão admitir que lockdown só funciona pra controle social e botar a população pra viver como ratos medrosos escondidos?

Bolsonaro sempre contrariou a narrativa de isolamento social adotada pela ciência. O ex-presidente, por várias vezes, provocou aglomerações mesmo em cidades onde o *lockdown* estava funcionando por meio de decretos. Nas aglomerações, sempre se viam Bolsonaro e aliados sem máscara, próximo às pessoas e as cumprimentando, contrariando todas as medidas de proteção indicadas por autoridades sanitárias, incluindo o próprio Ministério da Saúde. Nesse contexto, o discurso anticiência, contrário ao isolamento social, acentuou a divisão sobre o assunto e estava relacionado, em certa medida, às narrativas promovidas pelo próprio ex-presidente Jair Bolsonaro.

De acordo com Gomes (2021), aqueles que propuseram medidas de isolamento e buscaram coordenar esforços para combater a disseminação do vírus passaram a ser considerados inimigos do Brasil e de seu povo. A pesquisa sobre as transmissões ao vivo – *lives* – de Bolsonaro, realizada por Gomes (2021), identificou práticas frequentes no discurso do ex-presidente em relação à sua crítica às medidas de distanciamento social. Nas narrativas, Bolsonaro procurava se retratar como um líder heroico, que assume as dificuldades de seu povo contra um inimigo maior, sendo defensor dos desempregados, desamparados e afetados pelos impactos econômicos causados pela pandemia. Dessa forma, ele promoveu a oposição a qualquer ação, que restrinjam o funcionamento das atividades comerciais.

Nesse sentido, cabe resgatar o debate relativo ao populismo digital. Cesarino (2019b) afirma que esse populismo não se define apenas pela inserção das tecnologias digitais à dinâmica populista, mas também pela inclusão de padrões discursivos específicos, que se estruturam em uma mobilização permanente, criando teorias conspiratórias, a fim de atacar um “inimigo” comum. Em todas as narrativas anticiência analisadas, é perceptível a lógica populista apontada por Cesarino (2019b), Bolsonaro mobiliza sua narrativa em torno do inimigo: a China, governadores, o PT, Lula, Doria, STF, imprensa etc. Eles querem derrubá-lo. Para isso, manipulam dados, não permitem o uso de fármacos para o tratamento da doença; enfim, conspiram contra ele, o homem do povo, que luta incansavelmente para a retomada da economia e a geração de empregos. Essa mesma narrativa ecoa nas menções à rede analisada.

Dessa forma, cabe, aqui, resgatar a pesquisa de Fernandes (2022), que aponta para *tweets* de Bolsonaro contrários ao isolamento social, reforçando a ideia de as narrativas construídas na rede se basearem no próprio discurso do ex-presidente. Nesse contexto, na

arrativa construída por Jair Bolsonaro em seu perfil critica as restrições do comércio e a circulação de pessoas, atribuindo todas as responsabilidades pelo desemprego e crise econômica aos governadores e prefeitos, que tiram a liberdade do povo (FERNANDES, 2022). Assim, é possível observar que Bolsonaro assim como outras lideranças populistas andaram na contramão da ciência e das orientações da OMS em relação ao isolamento social, agindo para “endossar a narrativa de suspeição das elites tidas como corruptas, culpando a imprensa e demais instituições que buscam medidas para deter a disseminação do coronavírus” (FERNANDES, 2022, p. 84).

Os *tweets* de Bolsonaro reforçam a proposição de Ajzenman, Cavalcanti e Da Mata (2020), à medida que buscam o antagonismo do povo *versus* a elite política tradicional, conforme se observa nas postagens: “povo quer trabalhar e passa fome: decretos de governadores e prefeitos governador decidindo sobre sua liberdade” (BOLSONARO, 2020); “O desemprego, a fome e a miséria será o futuro daqueles que apoiam a tirania do isolamento” (BOLSONARO, 2020); “As ações de combate à pandemia, fechamento do comércio e quarentena, por exemplo, ficaram sob total responsabilidade dos governadores e dos prefeitos” (BOLSONARO, 2020) (FERNANDES, 2022, p. 84).

Há uma grande convergência de narrativas a partir do que foi analisado nas redes e do que foi publicado pelo ex-presidente em seu perfil pessoal. Nessa perspectiva, a narrativa contra o isolamento social, desautorizando governadores e prefeitos, que seguem as principais autoridades sanitárias, descredibiliza uma medida comprovadamente eficaz para o controle da disseminação da doença baseada na ciência. Durante a pandemia, foram várias as denúncias relativas à quebra do isolamento social e à promoção de aglomerações por várias regiões do País. A narrativa negacionista adotada pelo ex-presidente e repercutida na rede analisada contribuiu para a desautorização de autoridades sanitárias, como a Vigilância Sanitária, que sofreram ataques por parte da população e, também, contribuiu para o aumento da circulação do vírus e da crise sanitária no País.

#### 4.2.8 Outras narrativas anticiência

Por fim, a última categoria retrata as narrativas anticiência, que perpassaram as mensagens analisadas, mas não se enquadravam em outras categorias. Como se tratam de narrativas que abarcam diversas temáticas, ao nomear, optou-se por generalizar. Assim, a partir das subcategorias, será possível refletir sobre as temáticas, que perpassam essa



narrativa. Nesse cenário, foram definidas algumas subcategorias: negação ao uso de máscaras, teorias conspiratórias e minimização da doença.

Jair Bolsonaro e aliados sempre refutaram medidas sanitárias, que tinham respaldo científico, seja por meio de narrativas ou por meio de ações. O uso de máscaras, por exemplo, considerado por cientistas e pesquisadores como uma ação eficaz contra a contaminação do vírus, quando utilizadas duas máscaras ou a máscara PPF2, que são fabricadas com material filtrante especial, que permite a contenção de grande parte das gotículas e, também, de microgotículas (aerossóis), em momentos que se precisava estar aglomerado, como em transportes público, sempre foi uma narrativa contrariada por Bolsonaro, que, poucas vezes, as utilizava. A própria minimização da doença, tratada apenas como uma “gripezinha”, conforme a narrativa do ex-presidente, aparece nas mensagens analisadas.

A primeira subcategoria, que trata da negação da eficácia das máscaras para a diminuição do contágio da doença, pode ser representada nos seguintes *tweets*:

- @folha @roxmo @carnielli\_lucio @folha coronavírus tem tamanho de 60 microns e os buracos da máscara têm 60.000 microns!!! Entendeu? Por um pequeno buraquinho do tecido passam 1.000 vírus. Máscara não adianta. Flórida, Texas e mais 13 estados dos EUA aboliram a máscara.

- @BolsonaroSP @JooCarl62594194 @BolsonaroSP Mascara não serve de porra nenhuma larga de ser burro...só serve pra centro cirúrgico... e nao preciso perguntar de novo sobre crianças com corona, não há relatos se leu em algum lugar é mentira, quer da opinião sem saber?

A segunda subcategoria, que abarca outras teorias conspiratórias que não apareceram nas categorias anteriores, é representada nas seguintes mensagens:

- @jairbolsonaro @RenzoGracieBJJ @jairbolsonaro Pra mim esse coronavírus sempre foi uma farsa.. um lobby farmacêutico.. picaretagem e especulação a nível global

- @jairbolsonaro @jairbolsonaro presidente se esse corona não for um vírus. E sim um fungo. Se a OMS diagnosticou errado. Pois existem aqui no Brasil pesquisas referentes ao assunto. Podemos estar sendo atacados por fungos onde os sintomas são os mesmos.

A terceira categoria traz a minimização da doença a partir de contextos diferentes das categorias anteriores:

- @jairbolsonaro @joicehasselmann @jairbolsonaro @minsaude @CNNBrasil Pelo que entendi o corona não mata, o que mata é a intubação e o tratamento incorreto???

- @jairbolsonaro @Chicomos @jairbolsonaro Idaí-? Ele já pegou o corona e não aconteceu nada. Doença para os fracos.

Uma das características fundamentais da narrativa anticiência de Bolsonaro foi a sistemática descredibilização das ciências científicas. Ele questionou a eficácia das vacinas, desconsiderou estudos epidemiológicos e ignorou as recomendações da OMS. Ao enfraquecer a confiança na ciência, o ex-presidente minou a confiança dos especialistas e promoveu a desinformação, abrindo espaço para teorias conspiratórias e soluções não comprovadas em evidência.

Outro aspecto central da narrativa adotada por Bolsonaro foi a minimização da gravidade da pandemia. Contrariando uma abordagem científica, Jair Bolsonaro chegou a comparar o vírus, que matou 700 mil pessoas até março de 2023, a uma “gripezinha” e afirmou que o combate ao vírus era pior do que o próprio vírus. Essa minimização criou um ambiente motivado para a não adesão a medidas de distanciamento social, uso de máscaras e outras recomendações de autoridades em saúde de todo o mundo, colocando em risco a saúde pública e sobrecarregando o sistema de saúde.

Outro aspecto importante de apontar em relação à narrativa adotada por Bolsonaro foi a promoção de tratamentos não controlados cientificamente. O presidente brasileiro endossou o uso da Hidroxicloroquina como uma solução milagrosa para a Covid-19 mesmo diante da falta de evidências científicas sobre sua eficácia e segurança. Essa postura não apenas propagou informações falsas, mas também gerou um ambiente de embates de narrativas e descredibilização da ciência.

A adoção da narrativa anticiência, por parte de Jair Bolsonaro, teve consequências no enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Brasil. A descredibilização da ciência gerou um cenário de polarização, no qual as evidências científicas foram contestadas e substituídas por crenças pessoais e políticas. Isso dificultou a adoção de medidas adotadas em consensos científicos, atrasou a implementação de estratégias eficazes e contribuiu para um número elevado de casos e óbitos no País.

Nesse sentido, é importante retomar o embate de narrativas, que se deu dentro do próprio campo científico, já que o ex-presidente Jair Bolsonaro tinha respaldo de médicos, como Nise Yamaguchi, e de entidades, como o Conselho Federal de Medicina (CFM), que defendia a autonomia médica em relação à prescrição de medicamentos para o tratamento da Covid-19. O CFM chegou a lançar nota e artigos afirmando: “existem na literatura médica dezenas de trabalhos científicos mostrando benefício com o tratamento precoce com as drogas

do chamado ‘kit Covid’”. Assim, como outros tantos trabalhos “apontam que elas não possuem qualquer efeito benéfico contra a covid-19”<sup>41</sup>. Nessa ótica, o Conselho afirma que a autonomia médica é crucial diante de quadros diversos da doença. Por outro lado, entidades, como a AMB<sup>42</sup> e a OMS, que publicaram um estudo em março de 2021, mencionando a não eficácia da Hidroxicloroquina, defendem a não utilização desses medicamentos para o tratamento da doença diante da ausência de pesquisas, que demonstrem a eficácia destes.

Dessa forma, é possível identificar o embate de narrativas dentro do próprio campo científico, o que acaba gerando certa sustentabilidade para a narrativa anticiência, já que o próprio campo trava disputas simbólicas (BOURDIEU, 1986). Assim, o bolsonarismo se apropria dessa narrativa como forma de sustentar seu discurso populista contrário as instituições, fortalecendo ainda mais o ódio contra os “inimigos” do povo (CESARINO, 2019b), que, nesse caso, são representados pela imprensa, esquerda, OMS etc.

Nesse contexto, é possível apontar que as menções reforçam a existência de Jair Bolsonaro como um herói do bem, que luta contra o mal e é o único capaz de manter a esquerda fora do poder: “Seus apoiadores respaldam e criam os sentidos dessa narrativa, sempre se posicionando ao lado dessa, como a única verdade possível” (BOTELHO *et al.*, p. 18, 2022). Nesse sentido, perpetua-se a polarização de narrativas na rede, o que enaltece mais a proposição populista bolsonarista de que é uma “guerra do bem contra o mal”.

Ao polarizar o debate científico, o ex-presidente Jair Bolsonaro compactuou para o aumento da crise sanitária no País, que resultou na morte de 700 mil pessoas até março de 2023. Como alerta Santaella (2019), a negação da ciência possui um caráter nefasto, impactando diretamente na vida das pessoas. Bolsonaro, enquanto liderança política, não minou esforços em criar narrativas anticiência e conspiratória, a fim de fortalecer uma narrativa populista (CESARINO, 2019b) da luta do bem contra o mal. Nesse aspecto, a análise aponta para uma rede com narrativas polarizadas, porém com bolhas furadas

---

<sup>41</sup> Em artigo intitulado “O Conselho Federal de Medicina e a Covid-19”, de autoria de Mauro Luiz de Britto Ribeiro, publicado em 27 de janeiro de 2021, o Conselho refuta o argumento de que defendia o tratamento precoce, após diversas críticas contra a entidade. Porém, no artigo, o CFM, também, cita pesquisas médicas, que concluem sobre a positividade de medicamentos, como a Hidroxicloroquina e a Ivermectina, para o tratamento da doença. Nesse sentido, o Conselho acaba respaldando a prescrição desses medicamentos e contribuindo para a narrativa anticiência adotada por Bolsonaristas. Disponível em: <<https://portal.cfm.org.br/artigos/o-conselho-federal-de-medicina-e-a-covid-19/>>. Acesso em: 05 de jun. 2023

<sup>42</sup> Em março de 2021, a entidade recomenda o banimento de medicações comprovadamente sem eficácia para o tratamento da Covid-19. A Associação se retrata após defesa dos medicamentos no ano anterior. A “Associação Médica Brasileira diz que uso de Cloroquina e outros remédios sem eficácia contra Covid-19 deve ser banido”. Disponível em: <<https://amb.org.br/noticias/associacao-medica-brasileira-diz-que-uso-de-cloroquina-e-outros-remedios-sem-eficacia-contr-covid-19-deve-ser-banido/>>. Acesso em: 10 de mar. 2023.

(SANTAELLA, 2019), diante de ataques à figura de Bolsonaro e aliados na rede, com postagens, que mencionam a #BolsonaroGenocida.

Porém, apesar disso, um número expressivo de usuários acompanhou o desconstrucionismo científico, desacreditando nas medidas de isolamento, na eficácia das vacinas, nos dados relativos à pandemia e em autoridades sanitárias e pesquisadores. Diante da disputa simbólica entre os campos (BOURDIEU, 1986), é preciso compreender que o campo científico está traçando uma disputa, agora com as novas mídias que aí estão, potencializando a desinformação, diante da falta de uma regulamentação que responsabilize as plataformas pelos conteúdos falsos. Para tanto, é necessário que o campo se desfaça da comunicação elitizada e passe a se comunicar nas redes, com as comunidades. É importante que se trace um caminho diferente diante de uma luta que está apenas começando.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa se baseia em uma análise da rede bolsonarista no *Twitter*, no período de março a junho de 2021, quando se vivenciou a segunda onda da pandemia de Covid-19 no País, em meio a uma média diária de duas mil mortes. Para isso, recorreu-se a ARS (RECUERO, 2018) e à AC (BARDIN, 2011), a fim de identificar as principais narrativas anti-ciência acionadas na rede. Nesse sentido, os resultados apontam para uma estruturação narrativa que acompanha o discurso populista do ex-presidente Jair Bolsonaro.

A análise foi realizada a partir dos dez perfis mais influentes da rede, ou seja, com mais menções: o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL); o vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos); o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL); a deputada federal Carla Zambelli (PL); os senadores Radolfe Rodrigues (sem Partido) e Omar Azziz (PSD); o influenciador e *youtuber* Felipe Neto; o Ministério da Saúde; a *Folha*; e o *Uol Notícias*. Foi identificada uma polarização de narrativas nas menções à rede. Muitos embates ideológicos e divergentes discursos a respeito da pandemia. Diferente do que se pressupunha, a bolha (SANTAELLA, 2019) dessa rede foi furada, não se isolando por completo da narrativa de oposição. Esse rompimento pode ser explicado diante dos perfis de influenciadores analisados, já que se tratam de instituições, pessoas ou veículos já conhecidos, inclusive pelos *haters*.

Nesse sentido, apesar de os algoritmos propiciarem um “isolamento ideológico”, resultando nas chamadas “bolhas digitais” (SANTAELLA, 2019), perfis populares acabam rompendo com esse sistema, já que as pessoas os procuram, a fim de atacar ou romper com a narrativa opositora. Mas, se por um lado as bolhas foram furadas em algum aspecto, por outro elas permanecem intactas, favorecendo a disseminação de desinformação nas redes. Jair Bolsonaro ganhou a eleição de 2018, rompendo com a mídia tradicional, diante de uma comunicação massiva pelas redes sociais (*Instagram*, *Facebook* e *WhatsApp*), isolando, assim, a grande imprensa. Desde então, o representante de extrema direita passou a criar canais de comunicação com seu eleitorado por meio das redes, como as *lives* – transmissões ao vivo – semanais. Dessa forma, sua base se mantém isolada, consumindo apenas uma corrente narrativa, o que favorece a construção do discurso populista, que se fortaleceu com a pandemia de Covid-19.

A crise sanitária e econômica vivenciada pelo Governo Bolsonaro acarretou o aumento dos ataques a opositores, instituições, mídia e, também, à ciência. Desde o início da pandemia de Covid-19, Bolsonaro optou por adotar uma narrativa negacionista, minimizando a

gravidade da doença, que se referia como uma “gripezinha”, criticando, fortemente, o isolamento social, medida adotada pela OMS para conter a transmissão da doença causada pelo coronavírus, e desacreditando nos dados referentes às mortes e contaminação. A negação da ciência permaneceu mesmo após um ano de pandemia, em que o ex-presidente insistia no uso de fármacos para o tratamento da doença, sem nenhuma comprovação científica, e se recusava a vacinar ou falar a favor da vacinação.

Nesse contexto, Bolsonaro aumentou os ataques à mídia devido ao enquadramento negativo e à cobertura massiva da pandemia e da CPI, instaurada em abril de 2021, pelo Senado Federal, que iria investigar a omissão do Executivo frente à condução da pandemia no País. Assim, as narrativas adotadas pelo ex-presidente se caracterizam por trazerem elementos populistas e aspectos específicos ligados ao fazer científico (GOMES, 2021). Dessa forma, por meio da comunicação, utilizando-se dos canais oficiais, o então presidente “deturpou a realidade ao criar sua própria”, fragilizando instituições, que deveriam estar compartilhando informações técnicas e relevantes, mas acabaram por serem usadas para defesa pessoal de Bolsonaro e sua família, além de trazerem ataques a adversários (SOUZA, 2021).

Jair Bolsonaro politizou a pandemia e a rede analisada reproduziu esse discurso. Assim, a narrativa da rede se baseou em experiências pessoais, pseudociência, teorias conspiratórias e ataques a adversários e à imprensa como sustentação do discurso populista da luta do “bem contra o mal”. Nesse caso, o bem era representado por Bolsonaro e apoiadores, e o mal era a China, o PT, Lula, a imprensa e a própria Covid-19, que, segundo a narrativa bolsonarista, foi criada para derrubar Bolsonaro do poder.

A rede analisada traz como personalidades, em sua grande maioria, figuras políticas, que centralizam o debate na rede. Destaca-se Jair Bolsonaro, que recebeu 557 menções na rede e Randolfe Rodrigues, senador, forte opositor do Governo na CPI da Covid-19, que aparece em segundo lugar com 112 menções. Isso demonstra uma polarização de narrativas, sobretudo no momento em que a CPI ganhava destaque na grande mídia, como já foi mencionado. Na categoria destinada ao influenciador aparece Felipe Neto, que sempre se opôs à política de Governo de Jair Bolsonaro, ele aparece com 84 menções na rede. Na categoria imprensa, aparece *Folha* e o *Uol Notícias*, com 105 e 104 menções, respectivamente, o que demonstra, ainda, uma influência da grande mídia, que se manteve como importante fonte de informação em meio à pandemia.

Na categoria institucional, aparece o perfil do Ministério da Saúde, com 64 menções na rede. A Pasta ganha destaque em meio a muitas trocas de ministros e polêmicas diante da contradição de narrativas com o Palácio do Planalto. Nas comunidades mencionadas, aparece

um grande debate acerca das ações do Governo Federal frente à pandemia de Covid-19, parte defendia o Governo, sob o argumento de perseguição sofrida por Bolsonaro; outros atacavam, responsabilizando o ex-presidente pelas mortes e pela crise vivenciada no País.

A partir da coleta e classificação foi realizada uma checagem e selecionados apenas os *tweets* com narrativas anticiência, que aparecem nas menções a cada influenciador da rede. Dessa forma, é importante destacar que Jair Bolsonaro aparece como o influenciador, que recebe o maior número de menções com conteúdos anticientíficos: foram 98 mensagens. Atrás de Bolsonaro, aparece o perfil de Carla Zambelli, com 60 menções, e a *Folha*, com 51 menções. Em sequência, aparece o Ministério da Saúde, com 45 menções. Após, aparece Eduardo Bolsonaro, com 32 menções. O perfil *Uol Notícias* e Carlos Bolsonaro aparecem empatados com 21 menções. Por fim, Felipe Neto aparece com 17 menções, enquanto Omar Aziz aparece com 15. Nesse sentido, é possível determinar que o populismo bolsonarista centraliza o debate anticiência, já que os perfis com menções à narrativa anticiência se concentram em figuras da ala representada pela extrema direita.

Dentre as categorias mais acionadas, destacam-se as narrativas sobre a vacina e sobre o uso de fármacos para o chamado “tratamento precoce”. Nas narrativas sobre as vacinas, prevaleceu o discurso de descrença em relação à eficácia. Muitas mensagens retratavam experiências pessoais em relação à comprovação de que a vacina não protegia contra a doença. A Coronavac, vacina de origem chinesa, adquirida inicialmente pelo estado de São Paulo, representado pelo governador João Doria (PSDB), foi muito desacreditada, já que havia a necessidade de desconstruir a imagem de Doria como o precursor da vacinação no País, além de descredibilizar o país de origem da vacina, a China. Os remédios do “kit covid”, Cloroquina e Ivermectina, foram os mais citados nos *tweets* analisados. A sua defesa foi baseada em relatos pessoais e na citação de pseudocientistas, como Nise Yamaguchi, que defendia os medicamentos sem embasamento científico ou pesquisa mesmo pertencendo à academia. Havia, ainda, narrativas críticas em relação à não aprovação dos medicamentos.

O antagonismo à imprensa, partidos políticos e figuras políticas se justificam, já que é característica do populismo se articular a partir do conflito. Dessa forma, as narrativas encontradas na rede buscam culpar os opositores de Jair Bolsonaro pela crise sanitária e econômica, que estava se vivenciando. Para isso, elegem-se figuras políticas e instituições, como o STF, como inimigos do povo. Os ataques recorrentes à China, inserida na narrativa como culpada pela disseminação do vírus e como responsável por um suposto “ataque biológico”, demonstram uma clara tentativa de responsabilização do país asiático pelas crescentes mortes. Nesse caso, a culpa é da China, e não da Administração Federal. Além

disso, as narrativas buscam, a todo o momento, associar a China ao PT e ao Lula, mais uma vez enfatizando a retórica populista.

Foi possível identificar nas narrativas a forte oposição às medidas de distanciamento social, a dúvida em relação à eficácia das vacinas e à insistência pelo uso de fármacos para o tratamento da doença da Covid-19. Não há uma tentativa direta de desqualificar a ciência nas narrativas, mas sim de colocar em dúvida medidas adotadas por autoridades sanitárias e pesquisadores. Ao colocar em dúvida a eficácia de vacinas e do isolamento social, acaba-se abrindo espaço para a retórica do uso de medicamentos para o tratamento da doença, além de confrontar opositores, que apoiam, veementemente, essas pautas, contrariando outros discursos. A confrontação de dados, também, é categorizada na análise e aparece em muitas menções da rede, o que desqualifica a narrativa de opositores mais uma vez, já que muitas vezes os dados eram retratados pela mídia por meio do Consórcio de Imprensa. É possível apontar que a narrativa bolsonarista anticiência recorreu à experiência própria, ao ataque, à desconfiança e à conspiração para se sustentar.

É possível apontar que Bolsonaro se utiliza das redes sociais como estratégia para criar sua própria agenda, construindo narrativas populistas antissistema, e a pandemia reforçou a necessidade de aumentar a recorrência dessa retórica não só para minimizar a responsabilização pela má condução da pandemia, mas também para reforçar a ideia de que era preciso se preparar para derrotar o antagonico na eleição de 2022. Ao atacar a imprensa, adversários políticos, como Lula, o ex-presidente, também, visava à disputa eleitoral e ao impacto de suas ações nos resultados. Dessa forma, as narrativas, também, buscavam pautar a mídia e descentralizar o debate a respeito da responsabilidade do Governo Federal sobre as vidas perdidas pela falta de oxigênio no Amazonas, pela falta de vacinas, pela falta de leitos e tantas outras ações, que poderia minimizar os danos da pandemia no País.

Nesse sentido, retomando a hipótese da pesquisa, que diz sobre a sustentação da a narrativa anticiência do bolsonarismo, é possível afirmar que o discurso que nega a ciência aparece associado a uma disputa interna dentro do próprio campo científico. Nesse sentido, entidades médicas e atores travavam uma batalha de narrativas durante todo o momento da pandemia de Covid-19 no País, enquanto o Conselho Federal de Medicina (CFM) defendia a autonomia médica, em 2021, afirmando haver pesquisas, que apontavam para a eficiência do uso de Cloroquina para o tratamento da doença ao mesmo tempo em que estudos apontavam o contrário, a AMB defendia, também no mesmo ano, o banimento dessas medicações. Ao mesmo tempo em que o médico Francisco Cardoso disse à CPI da Covid-19 que sua posição favorável ao tratamento precoce, com o uso de medicamentos como a Cloroquina, baseia-se



em pesquisas e experiência pessoal<sup>43</sup>, a bióloga e pesquisadora Natalia Pasternak defendia, na mesma Comissão, que há estudos suficientes comprovando a funcionalidade desses medicamentos para o tratamento precoce<sup>44</sup>. Dessa forma, é possível apontar que a hipótese se sustenta a partir da configuração das narrativas encontradas na análise de defesa às ideias anticiência e de ataque as instituições desacreditadas pela narrativa do ex-presidente. Assim, é possível afirmar que a narrativa anticiência foi sustentada pelo próprio embate dentro do campo científico por atores econômicos acuados em meio ao fechamento propiciado pelo *lockdown* e pelo suporte dado à narrativa populista bolsonarista (GOMES, 2021).

A pesquisa é apenas um recorte em meio à amplitude de possibilidades, que podem ser analisadas diante de diferentes abordagens. Mas, acredita-se que os objetos de estudo e a análise proposta podem ser considerados ricos na medida em que são capazes de trazer contribuições para o debate referente ao discurso anticiência e ao populismo bolsonarista. Dessa forma, a pesquisa estabelece um diálogo a partir de eixos temáticos, que foram propostos, e busca refletir sobre as redes sociais e sua centralidade para os processos político e social diante de um cenário crescente de desinformação e ataques às instituições democráticas. Ainda, há poucos estudos referentes às redes sociais no Brasil por se tratar de uma metodologia recente. Nesse aspecto, a pesquisa visa a trazer contribuições para o meio acadêmico.

Dessa maneira, ficam alguns questionamentos, que merecem reflexões: qual a responsabilização das plataformas digitais perante a desinformação nas redes? Qual o impacto da narrativa anticiência na condução da pandemia de Covid-19 no Brasil e em outros países? Por fim, é importante determinar que Jair Bolsonaro exerceu um papel central nas narrativas anticiência, que circulavam nas redes, o que impactou a vida de milhares de famílias, que perderam seus entes queridos em meio à negação, que partiu de um líder político, que deveria cumprir seu papel e dever em proteger os cidadãos em meio a uma pandemia.

---

<sup>43</sup> “Médicos defendem ‘tratamento precoce’ e cloroquina na CPI da Pandemia”. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/06/18/medicos-defendem-tratamento-precoce-e-cloroquina-na-cpi-da-pandemia>>. Acesso em: 10 de jun. 2023.

<sup>44</sup> “Sobram estudos mostrando que kit-covid não funciona”, diz Natalia Pasternak à CPI. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/06/11/sobram-estudos-mostrando-que-kit-covid-nao-funciona-diz-natalia-pasternak-a-cpi>>. Acesso em: 10 de jun. 2023.

## REFERÊNCIAS

ABRANCHES, S. H. H. *et al.* **Democracia em risco?:** 22 ensaios sobre o Brasil hoje. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AÇÃO EDUCATIVA; INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. **Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf):** resultados preliminares. São Paulo: Ação Educativa; IPM, 2018. Disponível em: <[https://acaoeducativa.org.br/wpcontent/uploads/2018/08/Inaf2018\\_Relat%C3%B3rio-Resultados-Preliminares\\_v08Ago2018.pdf](https://acaoeducativa.org.br/wpcontent/uploads/2018/08/Inaf2018_Relat%C3%B3rio-Resultados-Preliminares_v08Ago2018.pdf)>, acesso em jun. 2021.

AGGIO, Camilo. **A eficácia da Hidroxicloroquina.** Compolítica – Especial Coronavírus #2. 2020. Disponível em: <<http://compolitica.org/novo/especial-coronavirus-2/>>. Acesso em: 4 out. 2021.

AJZENMAN, N.; CAVALCANTI, T.; DA MATA, D. More Than Words: Leaders' Speech and Risky Behavior during a Pandemic. **SSRN Electronic Journal**, p. 01-45, 2020.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 2011.

BAQUERO, M. **A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina.** Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000.

BOTELHO, M. A. *et al.* Discursos e rede anticorrupção no *Twitter*: “Bolsonaro Incorruptível”. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, e6003, nov. 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.18617/liinc.v18i2.6003>>. Acesso em: 20 de jan. 2023.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1986.

BRAGA, J. L. Circuitos *versus* campos sociais. In: MATTOS, M. A.; JANOTTI JÚNIOR, J.; JACKS, N. (Org.). **Mediação & Mdiatização.** Salvador: EDUFBA, 2012. p. 29-52.

BRASIL. Senado Federal. **CPI da Pandemia.** Relatório Final. 2021. Disponível em: <[2954052702\\_relatorio\\_final\\_cpi\\_covid.pdf](https://2954052702_relatorio_final_cpi_covid.pdf)>. Acesso em: 21 out. 2021.

BURKE, Edmund. **Burke's Politics.** Edited by Ross J. S. Hoffman and Paul Levack. New York: Alfred A. Knopf, 1949.

CAMPOS, M. M. de. **Mídia e crise política:** uma análise das estratégias de comunicação dos governos Dilma Rousseff (PT) e Michel Temer (MDB) e o enquadramento noticioso da Folha de S. Paulo. 2019. Dissertação (Mestrado Acadêmico) – Programa de Pós-graduação em Comunicação, Faculdade de Comunicação Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/9584>>. Acesso em: 2 set. 2021.

CARNEIRO, G. de O. **A Nova Maioria:** Determinantes do Apoio Político ao Neopopulismo na América Latina. 2009. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Tradução Carlos Alberto Medeiros. 2. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

CASTELLS, Manuel, 2013. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2013. v. 23.

CASTELLS, M. **Ruptura**: a crise da democracia liberal. Tradução Joana Angélica D'Avila Melo. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

CERVI, E. U. As sete vidas do populismo. **Revista de Sociologia e Política**, n. 17, p. 151-156, 2001.

CESARINO, L. Identidade e representação no bolsonarismo: corpo digital do rei, bivalência conservadorismo-neoliberalismo e pessoa fractal. **Revista de Antropologia**, v. 62, n. 3, p. 530-557. 2019a.

CESARINO, L. On digital populism in Brazil. **Political and Legal Anthropology Review – Ethnographic Explainers**, 15 abr. 2019b. Disponível em: <<https://polarjournal.org/2019/04/15/on-jair-bolsonaros-digital-populism/>>. Acesso em: 2 set. 2021.

CESARINO, L. Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil. **Internet & Sociedade**, v. 1, n. 1, p. 91-120, 2020.

COIMBRA, M. R. **A disputa de sentidos sobre a imagem de Dilma Rousseff**: as estratégias de construção de imagem da ex-presidente *versus* o enquadramento noticioso da Folha de S. Paulo no período do *impeachment*. 2018. Dissertação (Mestrado Acadêmico) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Faculdade de Comunicação Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2018. Disponível em: <<http://repositorio.ufjf.br:8080/jspui/handle/ufjf/6950>>. Acesso em: 2 de set. 2021.

CRUZ, JUNIOR. G. Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de *fake news*. **ETD Educ Temat Digit.**, v. 21, n. 1, p. 278–284, 2019.

DEGENNE, A.; FORSÉ, M. **Introducing Social Networks**. London: Sage, 1999.

DAHL, R. A. **Poliarquia**. São Paulo: Edusp, 1997.

D'ANCONA, M. **Pós-Verdade**: A nova guerra contra os fatos em tempos de *Fake News*. São Paulo: Faro Editorial, 2018.

DIAS, T. M. R.; SILVA, J. E. Enfrentamento à desinformação por meio dos algoritmos: um panorama internacional na literatura científica das possíveis respostas para o problema. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, e6057, nov. 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.18617/liinc.v18i2.6057>>. Acesso em: 15 de jan. 2023.

EMPOLI, G. da. **Os engenheiros do caos**. Tradução Arnaldo Bloch. 1. ed., 1. reimp. São Paulo: Vestígio, 2020.

FAUSTO NETO, A. Fragmentos de uma analítica da midiatização. **Matrizes**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 89-105, abr. 2008.

FAUSTO NETO, A. A circulação além das bordas. *In*: FAUSTO NETO, A.; VALDETTARO, S. (Org.). **Mediatización, Sociedad y Sentido**: diálogos entre Brasil y Argentina. Rosario, Argentina: Departamento de Ciencias da Comunicación, Universidad Nacional de Rosario, 2010. p. 2-15. Disponível em: <<http://www.fcpolit.unr.edu.ar/wp-content/uploads/Mediatizaci%C3%B3n-sociedad-y-sentido.pdf>>. Acesso em: 4 out. 2020.

FERNANDES, C. M. A pandemia do Coronavírus: narrativas presidenciais e negacionismo científico. **Lumina, Revista de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)**, v. 16, n. 3, p. 71-91, set./dez. 2022. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/33512/25495>>. Acesso em: 20 de jan. 2023.

FERNANDES, C. M.; OLIVEIRA, L. A. de.; CAMPOS, M. M.; COIMBRA, M. R. A Pós-verdade em tempos de Covid 19: o negacionismo no discurso de Jair Bolsonaro no *Instagram*. **Liinc em Revista**, v. 16, n. 2, e5317, 2020.

FERREIRA, J. (Org.). **O Populismo e sua História**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FIGUEIREIDO, A. L. WordPress remove integração com Twitter devido a preços da API. **Portal Olhar Digital**. 2023. Atualização em 1 de maio de 2023. Disponível em: <<https://olhardigital.com.br/2023/05/01/internet-e-redes-sociais/wordpress-remove-integracao-com-twitter-devido-a-precos-da-api/>>, acesso em 14 de jun. 2023.

FLORES, A. M. M. Ataques à imprensa no canal de Jair Bolsonaro no *YouTube*, um estudo no contexto da pandemia de COVID-19. *In*: **18º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo**, 2020.

GALITO, M. S. Populismo: conceptualização do fenómeno. **Working Paper CEsa CSG**, Instituto Superior de Economia e Gestão, n. 158, p. 1-32, 2017.

GALITO, M. S. Populismo enquanto fenómeno político. **JANUS.NET e-journal of International Relations**, Vol. 9, Nº. 1, Maio-Outubro 2018. Disponível em: <[https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/3759/6/pt\\_vol9\\_n1\\_art04.pdf](https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/3759/6/pt_vol9_n1_art04.pdf)>, acesso em 18 de maio de 2023.

GERBAUDO, P. Social media and populism: an elective affinity? **Media, Culture & Society**, v. 40, n. 5, p. 745-753, 2018.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Ed. da Unesp, 1990.

GOMES, A. M. C. O Populismo e as Ciências Sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. **Tempo**, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996.

GOMES, V. B. **Analogias populistas na narrativa presidencial**: contrapontos à ciência na Pandemia da Covid-19. 2021. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade Paulista, São Paulo, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.unip.br/dissertacoes-teses-programa-de-pos-graduacao-stricto-sensu-em>>

comunicacao/analogias-populistas-na-narrativa-presidencial-contrapontos-a-ciencia-na-pandemia-da-covid-19/>. Acesso em: 5 jan. 2023.

GOMES, W.; MAIA, R.; MARQUES, F. P. **Internet e participação política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

GONÇALVES, L. H. N. *et al.* Dimensões subjetivas na saúde digital. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, e6053, nov. 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.18617/liinc.v18i2.6053>>. Acesso em: 10 de dez. 2022.

GOULART, A. H.; MUÑOZ, I. K. O sujeito informacional e as redes sociais *online*: reflexos da polarização política nas práticas informacionais relacionadas à pandemia de Covid-19. **Liinc em revista**, v. 18, p. 1-18, 2022. DOI: 10.18617/liinc.v18i2.6081 Acesso em: 13 jun. 2023.

HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, John. **The Federalist**. Edited by Max Beloff. Oxford: Blackwell, 1948.

HJARVARD, S. Mídiação: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. **Matrizes**, São Paulo, v. 5, n. 3, p. 53-91, jan./jun. 2012.

KAKUTANI, M. **A morte da verdade**. Tradução André Czarnobai e Marcela Duarte. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.

KALIL, I. O. **Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro**. [Relatório]. Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, out. de 2018. Disponível em: <<https://www.fespsp.org.br/upload/usersfiles/2018/Relat%C3%B3rio%20para%20Site%20FE SPSP.pdf>>. Acesso em: 14 de set. 2021.

KEYES, R. **A era da pós-verdade**: desonestidade e enganação na vida contemporânea. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

LACLAU, E. O Retorno do “Povo”: Razão Populista, Antagonismo e Identidades. **Revista de Ciências Sociais**, n. 23, p. 9-34, out. 2005.

LASCO, G.; CURATO, N. Medical populism. **Social Science & Medicine**, v. 221, p. 1-8, 2019.

LEAL, P. R. F. Os riscos do personalismo na política. **Revista de Jornalismo Científico e Cultural da Universidade Federal de Juiz de Fora** – A3:02, Juiz de Fora: Ed. da UFJF, p. 12, abr./set. 2012.

LEMONS, A.; LÉVY, P. **O futuro da internet**: em direção a uma ciberdemocracia planetária. São Paulo: Paulus, 2010.

LÉVY, P. **Cibercultura**. Tradução Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 2009.

LINDGREN S.; LUNDSTRÖM, R. Pirate culture and hacktivist mobilization: The cultural and social protocols of #WikiLeaks on Twitter. **New Media & Society**, v. 13, n. 6, p. 1000-1018, 2011.

LOPES, A. G. D. **A espetacularização no *Twitter***: a representação da operação Lava Jato no perfil do presidencial. 2022. 83 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Paulista, São Paulo, 2022.

MANIN, B. As metamorfoses do governo representativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)**, São Paulo, ano 10, n. 29, p. 1-24, out. 1995.

MANIN, B. A democracia do público reconsiderada. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 97, p. 115-127, nov. 2013.

MARTINO, L. M. S. A ilusão teórica no campo da comunicação. **Revista FAMECOS**, 15(36), p. 111-117, 2008.

MARQUES, E. Elementos conceituais da segregação, da pobreza urbana e da ação do Estado. *In*: MARQUES, E.; TORRES, H. (Org.). São Paulo: **Segregação, Pobreza e Desigualdades Sociais**. São Paulo: Ed. do Senac São Paulo, 2005. p. 10-38.

MATOS, M. C. O neofascismo da política de saúde de Bolsonaro em tempos perigosos da pandemia da Covid-19. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 8, n. 35, p. 25-35, fev. 2021.

MAZZARELLA, W. **The anthropology of populism**: beyond the liberal settlement? *Annual Review of Anthropology*. v. 48, pp. 45-60, 2019.

MAZZOLENI, G. Populism and the Media. *In*: ALBERTAZZI, D.; McDONNELL, D. (Ed.). **Twenty-First Century Populism: The Spectre of Western European Democracy**. Basingstoke and New York, NY: Palgrave Macmillan, 2008. p. 49-64.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MEDE, N. G.; SCHÄFER, M. S. Science-related populism: Conceptualizing populist demands toward science. **Public Understanding of Science**, v. 29, n. 5, p. 473-491, 2020.

METZNER-SZIGETH, Andreas. Convergência Digital, virtualidade real e desenvolvimento humano. **OntologyStudies**, [s. l], p. 245-261, 2009. Disponível em: <<https://raco.cat/index.php/Ontology/article/view/173295/225650>>, acesso em 05 de jan. de 2023.

MIGUEL, L. F. **O colapso da democracia no Brasil**: da constituição ao golpe de 2016. 1. ed. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Expressão Popular, 2019.

MIGUEL, L. F. *et al.* **O ódio como política**: a reinvenção da direita no Brasil. Organização Esther Solano Galego. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

MOREIRA, T. L. **Tchau querida**: as novas direitas brasileiras mobilizadas pelo Movimento Brasil Livre nas ruas e nas redes no período de 2014 a 2019. 2020. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade Paulista, São Paulo, 2020. Disponível em: <[https://repositorio.unip.br/wp-content/uploads/tainacan/items/191/33939/com\\_talita\\_lucarelli\\_moreira.pdf](https://repositorio.unip.br/wp-content/uploads/tainacan/items/191/33939/com_talita_lucarelli_moreira.pdf)>. Acesso em: 2 set. 2021.

MOUNK, Y. **O povo contra a democracia**: porque nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MUDDE, C.; ROVIRA KALTWASSER, C. **Populism**: A very short introduction. Oxford, UK: Oxford University Press, 2017.

NEVES, R. “Joga pedra na Judith”: discursos de ódio e populismo. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 53, e185307, 2018.

NICOLAU, J. **Representantes de quem?** Os (des)caminhos do seu voto na urna à Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

OLIVEIRA, B. S.; MAIA, R. C. M. Redes bolsonaristas: ataque ao politicamente correto e conexões com o populismo autoritário. **Confluências**, Niterói/RJ, v. 22, n. 3, p. 83-114, dez. 2020/mar. 2021. ISSN: 1678-7145. E-ISSN: 2318-4558.

OLIVEIRA, V. L.; FERNANDEZ, M. Política de saúde no governo Bolsonaro: desmonte e negacionismo. *In*: AVRITZER, L.; KERSCHE, F.; MARONA, M. (Org.). **Governo Bolsonaro**: retrocesso democrático e degradação política. 1. ed., 1. imp. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

PENA, F. Agendamento reativo: a estratégia do confronto no *Twitter* de Bolsonaro. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2019, Belém. **Resumos...** Belém, PA: INTERCOM; UFPA. 2019. Disponível em: <<https://portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-0093-1.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2021.

PENTEADO, C. L. C.; CRUZ JÚNIOR, B. G. Ação política na internet na era das redes sociais. **Ponto-e-Vírgula**, São Paulo: PUC-SP, n. 26, p. 109-122, 2º sem. 2019. ISSN 1982-4807 Disponível em: <[file:///C:/Users/Maraine/Downloads/51518-Texto%20do%20Artigo-154461-1-10-20201219%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Maraine/Downloads/51518-Texto%20do%20Artigo-154461-1-10-20201219%20(1).pdf)>. Acesso em: 13 de jun. 2023.

PINHEIRO, M. M. K.; BRITO, V. de P. Em busca do significado da desinformação. **DataGramZero**, v. 15, n. 6, p. 37-58, 2014.

PITKIN, H. F. Representação: Palavras, Instituições e Ideias. **Lua Nova**, São Paulo, v. 67, p. 15-47, 2006.

PRIMO, A. O aspecto relacional das interações na Web 2.0. **E- Compós**, Brasília, v. 9, p. 1-21, 2007.

RAMONET, I. **A explosão do jornalismo**: das mídias de massa à massa de mídias. São Paulo: Publisher Brasil, 2012.

RECUERO, R. **Redes Sociais na internet**. 2ª ed – Porto Alegre: Sulina, 2018.

RECUERO, R. *et al.* **Análise de redes para mídia social**. Porto Alegre: Sulina, 2018.

RECUERO, Raquel; GRUZD, Anatoliy. Cascatas de fake news políticas: um estudo de caso no Twitter. **Galáxia**, n. 41, p. 31-47, 2019.

RECUERO, Raquel, BASTOS, Marco, ZAGO Gabriela. **Análise de redes para mídia social**. Porto Alegre: Sulina, 2018.

RODRIGUES, A. D. **Estratégias da Comunicação**. Lisboa: Presença Editorial, 1990.

ROODUIJN, M.; DE LANGE, S. L.; VAN DER BRUG, W. A populist Zeitgeist? Programmatic contagion by populist parties in Western Europe. **Party Politics**, v. 20, n. 4, p. 563-575, 2014.

ROSSETTO, G. P.; CARREIRO, R.; ALMADA, M. P. *Twitter* e comunicação política: limites e possibilidades. **Compólitica**, v. 3, n. 2, p. 189-216, 201. Disponível em: <<https://doi.org/https://doi.org/10.21878/compolitica.2013.3.2.49>>. Acesso em: 13 jun. 2023.

SANTAELLA, L. **A Pós-Verdade é verdadeira ou falsa?** Barueri, SP: Estação das Letras e Cores, 2019.

SANTAELLA, L; LEMOS, R. **Redes Sociais Digitais: a Cognição Conectiva do Twitter**. 1ª ed. São Paulo: Paulos Editora, 2010.

SANTOS, Romer M. et al. O clã Bolsonaro e o *Twitter*: comunicação política e influência na rede social. **Revista Mediapolis**, n. 10, p. 65-81, 2020. Disponível em: <[https://impactum-journals.uc.pt/mediapolis/article/view/2183-6019\\_10\\_5/6518](https://impactum-journals.uc.pt/mediapolis/article/view/2183-6019_10_5/6518)>. Acesso em: 20 de jan. 2023.

SANTOS, W. G. **Razões da desordem**. 3. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

SANTOS, W. G. **Governabilidade e Democracia Natural**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

SANTOS, W. G. **A democracia impedida: o Brasil no século XXI**. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

SINGER, A. Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. **Novos Estudos Cebrap**, n. 97, p. 23-40, nov. 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/nec/a/6WV7TBcKVrbZDdb7Y8mFVZp/?lang=pt>>. Acesso em: 26 set. 2020.

SILVA, D. P. Junho de 2013: crítica e abertura da crise da democracia representativa brasileira. **Revista Maracanan**, Rio de Janeiro, n. 18, p. 83-110, jan./jun. 2018.

SILVA, E. J. M. **Notas para Elucidação do Conceito de Ciência**. Edição do autor (Universidade dos Açores): Ponta Delgada, 2011. Disponível em <<https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/1956/1/Not.%20Elucid.%20Conceito%20de%20Ci%c3%aancia.pdf>>, acesso em 15 de jan. de 2023.

SILVA, I. M. O governo Bolsonaro, a crise política e as narrativas sobre a pandemia. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica**, Salvador, v. 5, n. 16, ed. esp., p. 1478-1488, 2020.

SIMÕES, I. B.; SILVA, S. C. D. *Marketing* político na era digital: Um estudo sobre o uso do *Twitter* pelos candidatos à Presidência no Brasil em 2018. **Agenda Política. Revista**



de **Discentes de Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos**, v. 7, n. 3, p. 114-137, 2019.

SOUZA, D. L. A. **Grande ano, Bolsonaro no *Twitter***: análise de rede e análise de conteúdo. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Curso de Comunicação Social, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021. Disponível em: <[https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/72710/TCCDOUGLAS\\_LOPES\\_ALVES\\_DE\\_SOUZA.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/72710/TCCDOUGLAS_LOPES_ALVES_DE_SOUZA.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em: 20 de jan. 2023.

SOUZA, J. **A Radiografia do golpe**: entenda como e por que você foi enganado. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

VASCONCELOS, F. A mídia e o neo-populismo. **Revista Compolítica**, Rio de Janeiro: Compolítica, v. 2, n. 3, p. 293-308, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://doi.org/https://doi.org/10.21878/compolitica.2013.3.2.54>, acesso em 20 de jul. de 2021.

VOLPATO, B. Ranking: as redes sociais mais usadas no Brasil e no mundo em 2023, com insights, ferramentas e materiais. **Site Resultados Digitais**, 16 mar. 2023. Disponível em: <<https://resultadosdigitais.com.br/marketing/redes-sociais-mais-usadas-no-brasil/>>. Acesso em: 20 maio 2023.

WASSERMAN, S.; FAUST, K. **Social Network Analysis**. Methods and Applications. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1994.

WATTENBERG, M. **The Rise of Candidate Centered Politics** – Presidential Elections of the 1980s. Cambridge, UK: Harvard University Press, 1991.

WEFFORT, F. C. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.